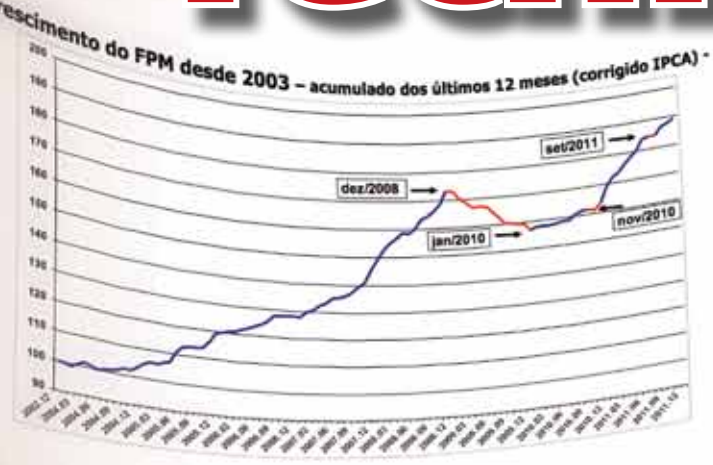
www.cnm.org.br

Volume 4

Estudos Técnicos





Restos a pagar vigentes no exercício de 2011 com favorecimento a Municípios:

Ano de inscrição	RAP Proc Inscrito	RAP Não Proc Inscrito	RAP Não Proc Insc. Outros exercícios
2003	1.026.830	-	-
2004	16.483.059	-	-
2005	65.091.819	-	1.959.345
2006	190.464.188	-	3.237.903
2007	405.340.266	-	581.679.388
2008	1.044.839.421	-	1.875.293.303
2009	887.557.389	-	5.515.847.056
2010	1.082.915.366	8.057.134.309	-
2011	649.334.785	-	-
Total geral	4.343.053.123	8.057.134.309	7.978.016.995





Taxas de Crescimentos do ano de 2010-2009 por região

Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
19,4%	27,9%	21,8%	16,9%	20,0%
7,0%	20,1%	15,7%	12,9%	19,5%
1,4%	38,1%	20,8%	19,8%	20,0%
21,0%	33,8%	32,5%	27,6%	39,2%
25,5%	29,0%	28,0%	17,6%	

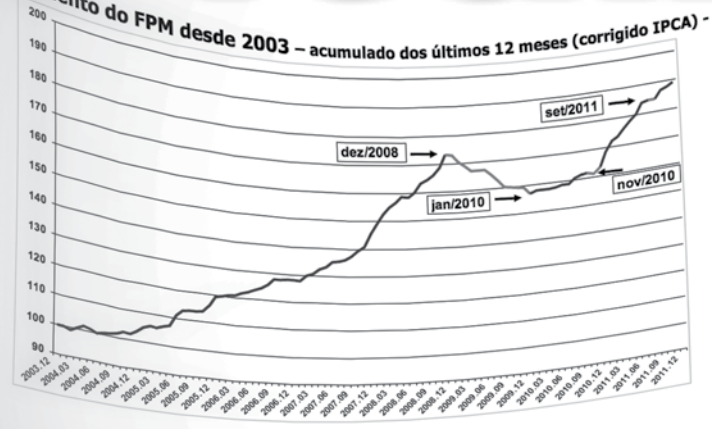
Município forte. Brasil forte.
CNM
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

www.cnm.org.br

Volume 4

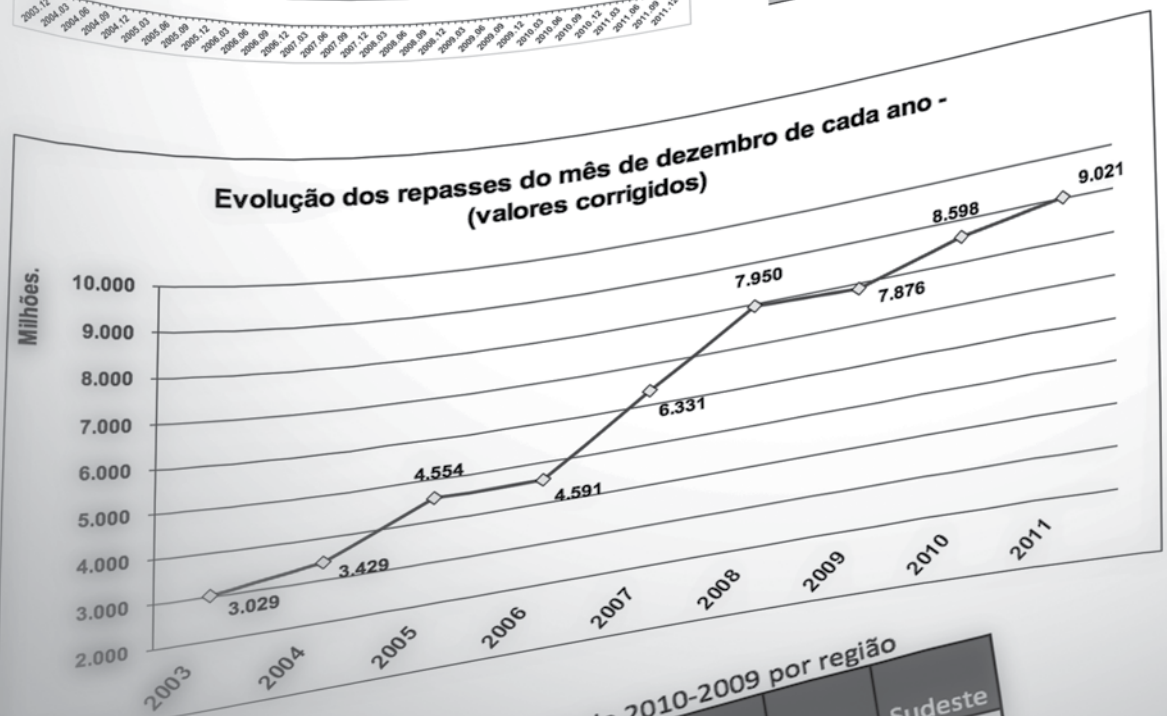
Estudos Técnicos





Restos a pagar vigentes no exercício de 2011 com favorecimento a Municípios:

Ano de inscrição	RAP Proc Inscrito	RAP Não Proc Inscrito	RAP Não Proc Insc. Outros exercícios
2003	1.026.830	-	-
2004	16.483.059	-	-
2005	65.091.819	-	1.959.345
2006	190.464.188	-	3.237.903
2007	405.340.266	-	581.679.388
2008	1.044.839.421	-	1.875.293.303
2009	887.557.389	-	5.515.847.056
2010	1.082.915.366	8.057.134.309	-
2011	649.334.785	8.057.134.309	7.978.016.995
Total geral	4.343.053.123		





arativos das Taxas de Crescimentos do ano de 2010-2009 por região

Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
19,4%	27,9%	21,8%	16,9%	20,0%
7,0%	20,1%	15,7%	12,9%	19,5%
1,4%	38,1%	20,8%	19,8%	20,0%
21,0%	33,8%	32,5%	27,6%	39,2%
25,5%	29,0%	28,0%	17,6%	

CNM
Município forte. Brasil forte.
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

CRÉDITOS DA PUBLICAÇÃO

Coordenação:
Elena Garrido
Jeconias Rosendo da Silva Júnior
Moacir Rangel

Textos e pesquisa:
Área de Estudos Técnicos:
André Amorim Alencar, Eduardo Stranz,
Guilherme Oliveira, Hilton Leal,
João Krebs, Mariana Barreto,
Mauro Junior e Rosangela Ribeiro

Revisão técnica:
Eduardo Stranz

Revisão:
Danúzia Queiroz Cruz Gama
Keila Mariana de A. Oliveira

Colaboração:
Áreas Técnicas da CNM
Assessoria de Comunicação
Assessoria Parlamentar
CAM - Central de Atendimento aos Municípios
Coordenação do Departamento Técnico
Departamento Jurídico

***Design* Gráfico:**
Themaz Comunicação Ltda.

Ficha Catalográfica

Confederação Nacional de Municípios – CNM
Estudos Técnicos CNM / Confederação Nacional de Municípios – Brasília: CNM, 2012.

208 páginas. Volume 4.

ISBN 978-85-99129-53-1

1. Finanças Municipais. 2. Gestão Municipal. 3. Programas Sociais. 4. Desenvolvimento Social. I. Título: Estudos Técnicos CNM: Volume 4.

Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Copyright © 2012. Confederação Nacional de Municípios.

Impresso no Brasil.

Estudos Técnicos



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

APRESENTAÇÃO

A CNM publica, anualmente, na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a compilação de alguns de seus estudos técnicos com o objetivo de criar um canal sólido de aprendizagem sobre a realidade dos Municípios brasileiros. Este material tem sido compartilhado de forma sistemática desde 2008 e é a base da discussão e das mudanças de grandes temas nacionais.

Mais importante do que números, está o entendimento da realidade do Brasil, que passa, obrigatoriamente, pela análise dos fatores objetivos de cada região de nosso País e pela análise do impacto das políticas nacionais, principalmente, das que alteram a distribuição de recursos.

Os Estudos Técnicos da CNM têm servido não só como instrumento de denúncia e pressão frente ao governo federal e ao Congresso Nacional quanto à sobrecarga de responsabilidades que estão sendo passadas aos Municípios sem as correspondentes transferências de recursos, mas também têm servido como um mecanismo de alerta, de aprendizagem e de melhoria da gestão municipal.

Em 2012, apresentamos o Estudos Técnicos - Volume 4, material de leitura obrigatória aos prefeitos, gestores, pesquisadores e estudiosos da realidade dos Municípios brasileiros.

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM

SUMÁRIO

A incidência da violência armada no Brasil 11

A visão dos Municípios brasileiros na questão do crack 32

A relação entre o Índice de Mortalidade por arma de fogo e o uso de crack nos Municípios 75

Situações das portarias referentes às calamidades públicas em 2011 78

Estudo de restos a pagar e portarias de calamidades públicas 82

A carga tributária bruta brasileira em 2010 92

O Decreto nº 7.507/2011 e os bancos federais 96

Os restos a pagar da União destinados aos Municípios 100

Impacto do aumento do salário-mínimo nas contas municipais em 2011 113

O comportamento das finanças próprias municipais em 2010 119

A questão dos impostos *versus* contribuições ao longo dos anos 125

O Fundo de Participação dos Municípios em 2011 129

O Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros edição 2009 131

Pesquisa sobre o pagamento do 13º salário em 2011 152

Metas do PNE para a educação e os impactos no seu financiamento 188

Censo sobre a alteração no número de vereadores 197

1 A incidência da violência armada no Brasil

Atualização das taxas e números de homicídios cometidos com armas de fogo contra homens e mulheres até 2009

Nas últimas semanas, as discussões sobre o uso legal e ilegal de armas de fogo e o seu papel no aumento da violência vêm ocupando grande espaço na mídia nacional. A violência armada é um problema presente em todos os países, alguns sofrem mais do que outros. Em todo o mundo, morrem por volta de 740 mil homens, mulheres e crianças por dia, em decorrência de conflitos armados ou não.[1] A maioria dessas vítimas são homens jovens vivendo em centros que passaram por um processo de urbanização rápida em países pobres ou em desenvolvimento.

No Brasil, dados preliminares do Ministério da Saúde (MS) mostram que, em 2009, morreu uma média de 97 pessoas por dia em decorrência da violência armada. O pico histórico foi em 2003, com uma média de 99 pessoas por dia. De 2004 a 2008 houve uma estagnação sem grandes variações, com cerca de 94 pessoas vítimas de homicídios por armas de fogo por dia no país. Não se trata de um país em guerra, mas que apresenta um contexto parecido.

Quatro estudos publicados no final de 2010 a partir de uma parceria entre o Ministério da Justiça (MJ), a Subcomissão de Armas do Congresso Nacional e a ONG Viva Rio, mostraram a triste realidade de que cerca de 16 milhões de armas de fogo circulam hoje no Brasil, sendo 8,4 milhões legais (52,4%) e 7,6 milhões ilegais (47,6%), segundo o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), até setembro de 2010. Os dados apresentados constatam que aproximadamente 87% dessas armas estão em poder da sociedade civil e apenas 13% em poder do Estado. O estudo afirmou também que o Brasil é campeão mundial em números absolutos de mortes por armas de fogo e que normalmente esses crimes estão vinculados com armas ilegais. Porém, cerca de 30% das armas apreendidas em situação ilegal foram legalmente compradas, fator que explicita a fácil transferência de armas legais para o crime organizado.[2]

---

1 BOGATI, Subindra; MUGGAH, Robert. *O modo asiático de reduzir a violência*. Disponível em: <http://www.comunidadesegura.org/pt-br/MATERIA-o-modo-asiatico-de-reduzir-a-violencia>.

2 Os quatro estudos são:
1) Seguindo a rota das armas: desvio, comércio e tráfico ilícitos.
2) Estoques e distribuição de armas no Brasil.
3) Rastreamento das armas apreendidas nos estados brasileiros.
4) *Ranking* dos Estados no controle de armas.

Disponíveis em: <http://www.vivario.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2126&sid=16>.

O último estudo publicado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) em abril de 2010 "*Homicídios por armas de fogo no Brasil: taxas e números de vítimas antes e depois da Lei do Desarmamento"* mostrou que, mesmo que o número absoluto de mortes em decorrência de homicídios tenha sofrido leve queda e praticamente estagnado de 2004 a 2008, a proporção de homicídios perpetrados com o uso de armas de fogo em relação ao total de homicídios ocorridos continuou crescendo, evidenciando que este tipo de instrumento letal vem se tornando cada vez mais comum em nosso País. A quantidade de homicídios por armas de fogo também mantém uma escalada crescente. Esse uso crescente de armas de fogo acontece principalmente em regiões do País, como o Nordeste, onde os índices de homicídio não pararam de crescer. Em cidades como Salvador e Maceió, as armas de fogo chegam a ser usadas em mais de 90% dos homicídios cometidos.

Na década de 1990, a proporção em nível nacional de homicídios praticados com armas de fogo girava em torno de 60%, sendo a outra parte praticada com outros tipos de instrumentos, como os contundentes e cortantes. A partir de 2000, o uso de armas na prática desses crimes não parou de crescer, atingindo uma proporção de 71,6% em relação ao total ocorrido em 2007. Esse panorama determina a relevância das lesões por projétil de armas de fogo como causa de morte no Brasil e a prevalência cada vez maior do seu uso na prática de crimes.

O presente estudo busca atualizar os dados de 2008 e analisar também os dados preliminares de 2009, de forma a dar continuidade ao mapeamento da incidência da violência armada nos municípios brasileiros e orientar os gestores públicos no enfrentamento deste grave problema social. Além desta atualização, buscou-se também trazer um panorama geral sobre o homicídio em geral e o homicídio por armas de fogo perpetrados contra as mulheres, um quadro peculiar que pode revelar um pouco mais sobre a evolução do envolvimento das mulheres com o crime e trazer alguns apontamentos sobre a violência doméstica.

1. Metodologia

Os indicadores de mortalidade violenta utilizados neste estudo foram consolidados com base no banco de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do SUS (Datasus),[3] Ministério da Saúde (MS). Essa fonte traz todos os tipos de mortes por causas externas ocorridas no País de 1979 a 2009. Cabe mencionar que os dados de 2009 ainda são preliminares, pois as bases de dados são alimentadas durante todo o ano pelas secretarias estaduais de saúde.

A partir do ano de 1979, o Ministério da Saúde passou a divulgar esse SIM, cujas bases de dados foram utilizadas no presente trabalho como fonte para o levantamento dos indicadores de mor-

3 Banco de dados do SIM. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/extuf.def>.

talidade por armas de fogo no Brasil. Trata-se de uma base nacional importantíssima que permite o acompanhamento anual dos homicídios de homens e mulheres em todos os municípios brasileiros.

O SIM é um sistema gerido pelo Departamento de Análise de Situação de Saúde, da Secretaria de Vigilância em Saúde, em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de saúde. É alimentado pelas secretarias de saúde municipais e estaduais, que informam os dados de todos os atestados de óbitos registrados nos cartórios de seus respectivos municípios. A alimentação do sistema é constante, mas os dados só são divulgados pelo Ministério da Saúde anualmente, com dois anos de defasagem.

Embora seja uma das bases de dados mais avançadas da América Latina, deve-se levar em consideração também o sub-registro. Esse sub-registro se deve à ocorrência de inúmeros sepultamentos sem o registro oficial, determinando uma redução do número de óbitos declarados e computados pelos organismos responsáveis.

Os dados sobre homicídios usados neste estudo se referem aos óbitos por causas externas da Categoria X85 a Y09 da Classificação Internacional de Doenças (CID) – CID 10. Para o levantamento das mortes por armas de fogo, foi utilizada a Categoria CID 10 – X93 a X95, no grande grupo de agressões.

Neste estudo, além dos números de óbitos em decorrência da violência armada e do percentual de uso de armas de fogo nos homicídios ocorridos anualmente, usamos também a Taxa de Mortalidade ou Coeficiente de Mortalidade por Armas de Fogo, um dado demográfico que se refere à relação entre o número de óbitos registrado em um período de tempo e o número de habitantes. Na presente análise, obteve-se a taxa de homicídios por armas de fogo por Unidade da Federação (UF), por capital e nacional, com base nos óbitos do ano e da população.

Esse tipo de taxa pode ser tido como forte indicador social, já que, geralmente, quanto piores as condições de vida em uma localidade, maior a Taxa de Mortalidade e menor a esperança de vida. Além disso, permite uma comparação justa entre os Estados, pois não leva em conta unicamente o número absoluto de óbitos, mas sim sua relação segundo a população local.

2. Proporção do uso de armas de fogo em relação ao total de homicídios

Em 1996, a participação das armas de fogo no total de homicídios no Brasil atingiu a proporção de 59%, chegando a 62,7% no final da década de 1990. Ou seja, nesta época, a cada 10 homicídios, cerca de seis eram praticados com armas de fogo. Já a partir do ano 2000, passou a haver um aumento mais incisivo da contribuição das armas de fogo para as mortes por homicídio, passando a ser utilizadas em mais de 68% dos homicídios praticados. Em 2007, essa proporção alcançou

71,6%, ano de pico na proporção de homicídios praticados com armas de fogo no País. O crescimento da proporção de uso de armas tem uma escalada maior do que os homicídios cometidos no período em âmbito nacional, mostrando a ampla disseminação desse instrumento como acessório principal na prática de crimes em alguns espaços geográficos do País, como veremos a seguir.

Tabela 1 – Percentual de homicídios com armas de fogo segundo o total de homicídios no País. Brasil, 1996 a 2009

Ano	Total Homicídios	Homicídios por Armas de Fogo	Homicídios por Armas de Fogo
1996	38 894	22 976	59,1%
1997	40 507	24 445	60,3%
1998	41 950	25 674	61,2%
1999	42 914	26 902	62,7%
2000	45 360	30 865	68,0%
2001	47 943	33 401	69,7%
2002	49 695	34 160	68,7%
2003	51 043	36 115	70,8%
2004	48 374	34 187	70,7%
2005	47 578	33 419	70,2%
2006	49 145	34 921	71,1%
2007	47 707	34 147	71,6%
2008	50 113	35 676	71,2%
2009	49 966	35 556	71,2%
Total	**651 189**	**442 444**	**67,9%**

Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).
* Dados de 2009 são preliminares, podendo ainda sofrer alterações

Esse aumento no uso de armas de fogo é o reflexo do incremento da violência armada que vem ocorrendo em Estados, como a Bahia, o Espírito Santo, o Ceará, o Sergipe, o Pará e o Tocantins. Nesses Estados, a taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes também cresce continuamente, sendo acompanhada pela crescente contribuição do uso de armas na prática desse tipo de crime.

Ademais, como é possível ver na tabela a seguir, mesmo que com percentuais estabilizados, Alagoas é campeão nacional em uso de armas na prática de homicídios. Neste Estado, as armas de fogo foram utilizadas em mais de 83% dos homicídios cometidos nos últimos três anos analisados (2007, 2008 e 2009), representando que a cada dez mortos, oito foram por armas de fogo. Esse percentual está estabilizado, mas a taxa de homicídios por armas de fogo neste Estado teve amplo crescimento de 2000 a 2007, indo de 17,1 homicídios a cada 100 mil habitantes para 52,9 nesse intervalo de tempo. Em 2008 e 2009, as taxas apresentaram uma queda, passando para 51 e 49,2 respectivamente, mas ainda figurando como as mais altas do País.

A presença de armas também é forte no Rio de Janeiro, sendo estas usadas em mais de 80% dos homicídios cometidos no período analisado. No entanto, este Estado vem derrubando bastante

suas taxas de homicídios por armas de fogo, que passaram de 43,5 homicídios a cada 100 mil habitantes em 2000 para 27,3 em 2008. Mesmo com um número mais reduzido de morte por armas de fogo, este instrumento continua sendo o preferido no Estado.

É importante destacar aqui localidades que vêm combatendo a violência armada com êxito, como é o caso do Estado de São Paulo, que além de reduzir dramaticamente suas taxas de homicídio por arma de fogo, também vem reduzindo o uso de armas de fogo nos crimes ainda cometidos.[4]

Tabela 2 – Percentual de homicídios com Armas de Fogo segundo o total de homicídios ocorridos por UF. Brasil. 2007 a 2009

Unid.Federação	Percentual de Homicídios com Armas de Fogo		
	2007	2008	2009
Acre	37,8%	30,1%	40,0%
Alagoas	84,6%	84,6%	83,3%
Amapá	35,3%	31,0%	36,3%
Amazonas	58,0%	53,7%	62,5%
Bahia	74,4%	79,9%	81,3%
Ceará	63,4%	66,0%	69,8%
Distrito Federal	72,7%	71,3%	75,6%
Espírito Santo	72,6%	76,8%	78,4%
Goiás	66,3%	67,0%	65,6%
Maranhão	53,5%	54,8%	56,1%
Mato Grosso	61,0%	56,4%	57,1%
Mato Grosso do Sul	57,3%	61,1%	59,2%
Minas Gerais	72,4%	71,0%	69,9%
Pará	63,2%	67,5%	68,5%
Paraíba	76,2%	73,0%	80,5%
Paraná	73,8%	73,8%	72,4%
Pernambuco	81,3%	77,6%	78,9%
Piauí	48,0%	44,2%	47,2%
Rio de Janeiro	80,9%	80,5%	80,1%
Rio Grande do Norte	74,4%	75,1%	77,6%
Rio Grande do Sul	76,2%	75,9%	73,7%
Rondônia	74,3%	59,6%	65,5%
Roraima	24,1%	27,9%	23,7%
Santa Catarina	59,7%	63,3%	62,2%
São Paulo	66,3%	63,5%	60,6%
Sergipe	66,7%	66,3%	69,2%
Tocantins	39,5%	41,4%	45,1%
Total	**71,6%**	**71,2%**	**71,2%**

Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).
* Dados de 2009 são preliminares, podendo ainda sofrer alterações

4 O Estado de São Paulo passou de uma taxa de 26,1 homicídios por arma de fogo para cada 100 mil habitantes em 2000 para 9,4 em 2008.

No que concerne às capitais, já se constatava que, em 2000, em todas elas a proporção de homicídios cometidos com armas de fogo já excedia 50% do total, sendo em sete, a proporção já era superior a 80%. Dez anos depois (2009), como se constata na tabela a seguir, em 12 capitais essa proporção passou de 80%. Em Vitória e Salvador chega a ultrapassar 90%.

O Norte do País é a região que menos usa armas de fogo na prática de homicídios. Em Boa Vista, Palmas, Macapá e Rio Branco a proporção do uso de armas não ultrapassa 50%, e em Boa Vista não chega a 30%. Isso mostra que nesta Região do País o acesso às armas não é tão comum e disseminado como nas outras, havendo a utilização de outros instrumentos letais.

Algumas capitais, mesmo com um alto uso de armas, estão apresentando uma queda progressiva nesta proporção nos últimos três anos analisados, como é o caso de Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis, Natal, Curitiba e Porto Velho.

Tabela 3 – Percentual de homicídios com armas de fogo segundo o total de homicídios por capital. Brasil. 2007 a 2009

Capitais	2007	2008	2009
Salvador	88,2%	92,6%	93,6%
Vitória	87,1%	83,3%	91,7%
Maceió	90,6%	92,0%	88,9%
Recife	88,0%	86,7%	88,2%
Rio de Janeiro	86,7%	87,0%	87,3%
Belo Horizonte	89,6%	88,2%	86,3%
Fortaleza	78,2%	80,9%	85,3%
Porto Alegre	87,6%	86,1%	85,2%
João Pessoa	83,0%	86,2%	83,8%
Florianópolis	86,5%	82,8%	82,9%
Natal	85,0%	83,1%	82,5%
Curitiba	84,6%	83,4%	81,5%
Belém	78,6%	80,0%	79,8%
Brasília	72,7%	71,3%	75,6%
Cuiabá	78,5%	74,2%	74,7%
Aracaju	66,7%	71,1%	73,1%
São Paulo	75,0%	71,1%	71,9%
Campo Grande	70,1%	72,0%	69,7%
Goiânia	73,8%	80,9%	69,4%
Manaus	64,0%	60,6%	69,3%
Porto Velho	79,8%	69,7%	69,0%
Teresina	56,3%	50,6%	61,6%
São Luís	54,0%	59,6%	61,2%
Rio Branco	43,2%	38,5%	48,4%
Macapá	38,1%	34,3%	43,5%

Capitais	2007	2008	2009
Palmas	57,1%	24,0%	32,1%
Boa Vista	23,1%	29,7%	28,6%
Total	**80,3%**	**80,2%**	**80,2%**

Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).
* Dados de 2009 são preliminares, podendo ainda sofrer alterações.

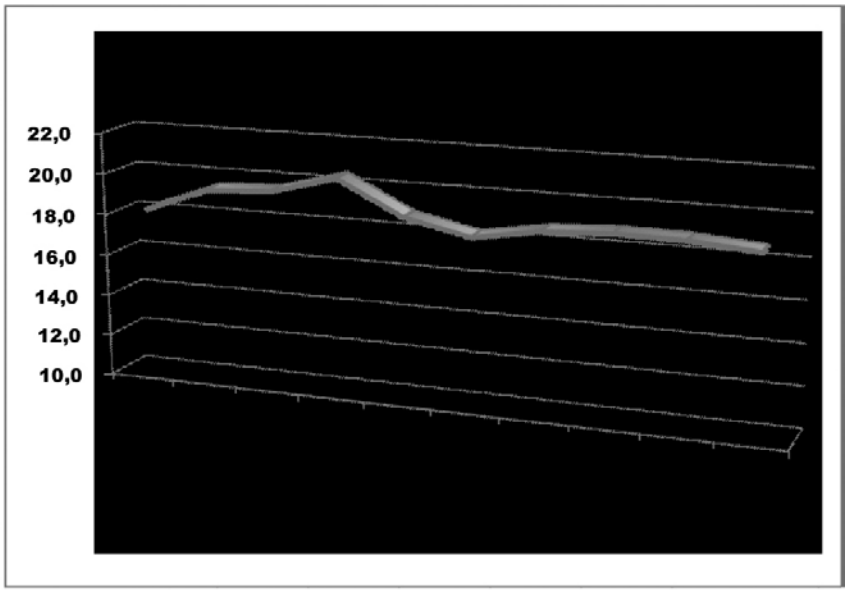
3. Taxa de Homicídios por armas de fogo no Brasil de 2000 a 2009

Nos últimos dez anos, a Taxa de Homicídios por armas de fogo no País manteve-se relativamente estável, variando de um mínimo de 18,2 mortes a cada 100 mil habitantes ao máximo de 20,4. Como já apresentado no estudo anterior, houve uma escalada crescente até 2003, ano de pico. A partir de 2004, as taxas caíram um pouco e se mantiveram estáveis. Porém, a taxa preliminar de 2009 (18,6) ainda é superior à taxa de 2000 (18,2), o que demonstra pouca efetividade no combate ao uso de armas de fogo no País. Outro fato preocupante é que, como analisado nos capítulos anteriores, mesmo que haja essa relativa estabilidade nas taxas, entre os que ocorrem está prevalecendo cada vez mais o uso de armas na sua consecução.

Acredita-se que essa maior estabilização a partir de 2004 se deu devido à promulgação do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003) e a uma série de políticas de segurança lançadas em alguns municípios do País. No entanto, como veremos a seguir na desagregação das taxas por Estado, enquanto em alguns a taxa vem caindo, em outros vem aumentando, o que causa essa estabilização no nível da taxa nacional e camufla a periculosidade crescente em alguns espaços geográficos.

Gráfico 1 – Taxa de homicídios por armas de fogo a cada 100 mil habitantes no país.
2000 a 2009

Ano	Homicídios por Armas de Fogo	Pop. N	Taxa
2000	30.865		18,2
2001	33.401		19,4
2002	34.160		19,6
2003	36.115		20,4
2004	34.187		18,8
2005	33.419		18,1
2006	34.921		18,7
2007	34.147		18,9
2008	35.676		18,8
2009	35.556		18,6



Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).
* Dados de 2009 são preliminares, podendo ainda sofrer alterações.

3.1 Taxa de Homicídios por armas de fogo nos Estados e nas capitais de 2000 a 2009

Em 2008, ano mais recente em que os dados estão fechados, a maior Taxa de Homicídio por Armas de Fogo do País foi de Alagoas – 51,0 por 100 mil habitantes. Em seguida vem o Espírito Santo (43,3) e Pernambuco (39,5). Esses três Estados vêm liderando a criminalidade violenta desde 2006, quando Alagoas ultrapassou as taxas do Rio de Janeiro que, por sua vez, começaram a ter uma queda acentuada ano a ano.

A tabela a seguir frisa em azul os Estados que apresentam aumento progressivo na mortalidade por armas de fogo ao longo dos últimos dez anos. O aumento mais acentuado foi o de Alagoas até 2007. Embora continue com as taxas mais altas do País, em 2008 houve pequena queda. A taxa preliminar de 2009 também está em queda até agora. Os outros Estados do grupo em azul também mostram aumento contínuo nas suas taxas, com destaque para o Espírito Santo, que além de apresentar taxas altíssimas, estas não param de crescer. Os outros Estados com aumento de taxas são: Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão); Norte (Pará, Amazonas); Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Como é possível constatar, o País está sofrendo duas tendências no que concerne à violência armada, e esses cenários possuem regiões muito específicas. Ao mesmo tempo em que as Regiões Sudeste e Centro-Oeste vêm derrubando suas taxas paulatinamente, as Regiões Norte, Nordeste e Sul vêm apresentando crescimento. O destaque maior fica com a Região Nordeste, onde vemos que o incremento nos crimes e no uso de armas não estava sendo combatido até 2009. Espera-se que os dados de 2010 e 2011 possam apresentar uma realidade diferente, que apresente um contexto mais contundente dos poderes públicos de combate à mortalidade violenta na Região Nordeste do País.

Tabela 4 – Taxa de Homicídios por armas de fogo a cada 100 mil habitantes por UF. Brasil. 2000 a 2009

Estado	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Alagoas	17,10	21,40	24,90	26,70	25,20	30,30	42,70	52,90	51,00	49,20
Espírito Santo	32,60	32,90	38,10	36,40	35,60	34,90	37,50	41,40	43,30	44,00
Pernambuco	45,50	49,20	45,40	46,00	40,20	41,50	42,30	44,60	39,50	35,10
Bahia	5,80	8,30	9,10	11,80	11,60	14,70	17,20	19,90	26,40	29,60
Pará	7,40	8,60	10,70	13,10	14,20	17,20	18,20	20,20	26,30	27,30
Paraíba	11,20	10,20	12,20	13,20	13,00	15,00	17,30	18,50	20,00	27,00
Distrito Federal	27,50	26,40	25,40	29,00	25,50	21,90	21,10	24,80	22,60	25,40
Paraná	11,30	13,20	15,20	17,60	19,00	19,90	21,50	22,60	24,00	24,80
Rondônia	20,00	26,50	26,80	25,80	21,30	24,00	24,80	23,70	19,10	23,40
Sergipe	15,60	20,60	21,30	18,20	15,90	16,50	20,70	18,20	18,40	22,30
Rio de Janeiro	42,60	42,10	45,50	42,90	40,80	38,90	37,30	33,30	27,30	20,20
Goiás	13,00	13,70	15,80	15,30	16,70	15,90	16,10	17,30	20,50	20,20
Rio Grande do Norte	5,20	7,60	6,80	10,20	7,90	9,00	10,00	15,10	17,30	19,60
Mato Grosso	27,80	22,90	22,70	21,40	16,90	17,30	17,50	19,50	19,30	18,70
Mato Grosso do Sul	21,30	18,80	19,90	20,00	17,30	15,30	16,20	18,00	16,80	18,10
Ceará	8,80	8,50	9,70	10,90	11,40	12,50	12,90	15,20	15,80	17,60
Amazonas	8,90	6,80	6,70	5,70	7,20	8,20	11,40	13,60	13,30	16,90
Rio Grande do Sul	12,30	13,00	13,20	13,00	13,20	13,60	12,90	15,70	16,60	15,10
Minas Gerais	7,80	8,50	11,10	15,00	17,00	16,10	15,80	15,70	13,90	12,60
Maranhão	2,40	3,60	4,10	5,70	5,60	7,70	7,50	9,80	11,10	12,20
Amapá	6,90	8,40	9,70	13,50	13,70	9,10	12,00	10,50	10,60	11,00
Tocantins	8,60	11,50	7,30	9,30	8,20	6,30	6,70	7,10	7,70	9,90
São Paulo	26,10	28,20	24,70	24,70	19,10	14,30	14,00	10,30	9,50	9,30
Acre	7,20	9,60	11,20	8,00	7,80	5,40	6,70	8,00	5,90	8,70
Santa Catarina	4,10	4,90	5,80	7,20	6,50	6,60	6,40	6,50	8,30	8,30
Roraima	14,50	12,50	13,80	11,50	7,90	7,20	9,40	8,00	7,00	6,40
Piauí	3,60	3,80	4,20	5,20	4,70	5,20	6,60	6,60	5,10	5,70

Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).
* Dados de 2009 são preliminares, podendo ainda sofrer alterações.

A análise isolada por capital mostra que o aumento de taxas de mortes por armas de fogo vem sendo menos intenso nesses espaços de maior aglomeração populacional. Isso indica a interiorização do crime, pois como vimos acima, em muito Estados este fenômeno esteve aumentando até 2009. Apenas em sete capitais existe um crescimento acentuado de taxas até 2008 e 2009 (Salvador, João Pessoa, Belém, Natal, Manaus, São Luís e Goiânia). Em outras capitais, as taxas começaram a cair recentemente (Maceió, Recife, Vitória, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Porto Velho, Teresina).

Em capitais como Cuiabá, Belo Horizonte, Florianópolis, Rio de Janeiro, São Paulo, Boa Vista e Palmas, existe queda de taxas que se mantém ao longo dos últimos dez anos, o que indica a implementação de políticas públicas de segurança já a um período maior de tempo.

Tabela 5 – Taxa de homicídios por armas de fogo a cada 100 mil habitantes por capital. Brasil. 2000 a 2009

Capital	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Maceió/AL	31,20	44,20	47,30	48,00	50,00	56,60	84,00	99,10	92,80	76,40
Salvador/BA	8,60	17,20	19,00	24,00	22,40	32,30	35,60	43,00	54,00	57,30
João Pessoa/PB	31,30	34,10	33,10	37,10	31,30	36,20	39,00	49,10	43,10	50,80
Recife/PE	86,20	85,60	80,00	79,80	77,10	59,60	77,00	60,10	54,50	47,10
Vitória/ES	63,30	65,50	68,10	59,10	65,30	69,30	72,50	65,60	48,80	45,00
Belém/PA	14,40	16,30	18,00	23,20	22,20	29,10	23,30	27,00	41,30	38,70
Curitiba/PA	17,90	19,90	23,40	29,00	31,00	35,20	39,60	39,40	35,10	34,00
Cuiabá/MT	54,80	50,70	38,00	37,40	31,40	30,00	30,20	31,10	29,60	31,10
Natal/RN	5,50	11,10	9,10	16,40	9,70	15,00	16,60	24,60	26,40	29,90
Manaus/AM	15,40	10,50	10,50	9,40	11,90	14,00	18,60	23,00	23,00	29,80
Fortaleza/CE	15,90	15,60	17,30	18,30	18,10	23,70	25,10	31,20	28,30	29,40
Porto Alegre/RS	33,90	29,00	32,70	29,80	33,10	33,90	28,70	41,30	34,30	29,00
Porto Velho/RO	32,30	42,40	35,40	34,50	35,70	39,80	46,70	50,00	26,60	28,50
São Luiz/MA	7,40	11,60	9,20	13,80	14,80	14,20	15,20	22,40	21,50	26,80
Belo Horizonte/MG	27,80	28,90	36,30	49,70	57,50	47,20	42,90	44,20	31,80	25,60
Brasília	27,50	26,40	25,40	29,40	25,50	21,90	21,10	24,80	22,60	25,40
Goiânia/GO	19,70	20,90	26,70	27,10	26,40	24,10	25,60	25,20	28,80	22,90
Aracaju/SE	29,50	46,60	40,30	36,50	34,00	27,90	33,20	25,40	18,80	21,50
Campo Grande/MS	30,40	22,70	23,40	23,90	20,30	18,70	17,10	24,30	17,50	18,30
Florianópolis/SC	5,30	11,40	16,70	24,10	23,50	20,90	15,70	16,70	17,90	15,40
Rio Branco/AC	14,60	18,70	20,50	13,10	12,90	6,90	11,10	14,80	10,00	14,70
Teresina/PI	9,90	10,30	11,90	15,40	1,20	13,40	17,20	16,00	11,30	14,30
Macapá/AP	10,90	10,50	14,40	17,90	16,20	11,30	13,80	13,20	13,60	13,60
Rio de Janeiro/RJ	47,10	45,40	49,70	46,20	44,50	35,50	38,40	30,80	23,20	13,60
São Paulo/SP	37,20	42,80	33,40	26,00	20,30	18,40	15,40	13,30	10,60	11,00
Boa Vista/RR	13,50	11,50	9,30	12,20	7,60	6,20	8,00	6,80	7,30	7,50
Palmas/TO	13,10	19,20	6,80	13,90	10,10	4,80	5,00	10,40	3,30	4,80
Capitais	**31,10**	**33,30**	**32,10**	**34,10**	**31,10**	**29,00**	**29,80**	**29,90**	**28,00**	**25,30**

Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).
* Dados de 2009 são preliminares, podendo ainda sofrer alterações.

4. Homicídios de mulheres brasileiras

O acompanhamento dos homicídios de mulheres no Brasil ainda não é feito pelos órgãos públicos de modo sistemático e acurado. Um dos motivos dessa invisibilidade é o fato de que os homens são sempre mais de 90% das vítimas de homicídio no País. Os homicídios de mulheres giram em torno de uma média de 8,5% do total ocorrido em um ano. Apenas em 1996, esse percentual foi um pouco maior, chegando a 9,5%.[5]

5 Apenas para se ter um parâmetro de distintas realidades sociais, nos Estados Unidos, essa proporção gira em torno de 20%. Nesse país, em 2009, das 13.636 vítimas de homicídio, 23% eram mulheres. Ou seja, nos Estados Unidos, a proporção de mulheres assassinadas por ano chega a ser 15% maior do que no Brasil, mostrando maior envolvimento delas na criminalidade. No entanto, quando se calcula em números absolutos de homicídios de mulheres nos dois países, o Brasil ganha. Enquanto em 2008 foram assassinadas 3.120 mulheres nos Estados Unidos, no Brasil foram 4.023, ressalta-se que nosso país possui quase a metade da população estadunidense.

Como apresenta a tabela a seguir, nos últimos dez anos morreram 39.092 mulheres vítimas de homicídio no País, 8% do total ocorrido no período. Os anos de pico na quantidade de mortes de mulheres foram 2006, 2008 e 2009, mostrando que a criminalidade violenta contra as mulheres não vem seguindo o ritmo nacional de queda e estabilização após a promulgação do Estatuto do Desarmamento. Trata-se de um crime que segue uma lógica própria, pois possui um conjunto de características diferenciadas.

Tabela 6 – Quantidade e proporção de homicídios de mulheres. Brasil. 2000 a 2009

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Homicídios masculinos	41.585	44.040	45.775	47.082	44.519	43.665	45.060	43.886	46.024	45.746
Homicídios femininos	3.743	3.851	3.867	3.937	3.830	3.884	4.022	3.772	4.023	4.163
Ignorados	32	52	53	24	25	29	63	49	66	57
Total	**45.360**	**47.943**	**49.695**	**51.043**	**48.374**	**47.578**	**49.145**	**47.707**	**50.113**	**49.966**

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
% Homicídios masculinos	91,7%	91,9%	92,1%	92,2%	92,0%	91,8%	91,7%	92,0%	91,8%	91,6%
% Homicídios femininos	8,3%	8,0%	7,8%	7,7%	7,9%	8,2%	8,2%	7,9%	8,0%	8,3%

Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).
* Dados de 2009 são preliminares, podendo ainda sofrer alterações.

A principal diferença que distingue os homicídios de homens e de mulheres é o fato de que o risco de uma mulher ser assassinada em sua própria casa por um companheiro é muito maior. Muitos estudos nacionais e internacionais mostram que, para os homens, o homicídio decorre principalmente de relações mantidas com outros homens em espaços públicos, em contextos variados como brigas de bar, venda e compra de drogas, práticas de outros crimes etc. Para a mulher, a morte advém sobretudo de suas relações privadas e de suas relações íntimas nos espaço doméstico.

Infelizmente, o Sistema de Informações sobre Mortalidade não disponibiliza em suas bases de dados o sexo do autor do homicídio nem o tipo de relacionamento que tinha com a vítima, o que impossibilita a detecção de casos de morte em decorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher. Esse é o panorama precário que temos hoje no Brasil, um País que está bem atrás de muitos dos seus vizinhos na América Latina, que já usam a categoria “femicídio” (homicídio feminino em decorrência de violência de gênero) em seus Códigos Penais com penas diferenciadas e contabilizam esse tipo de vítima anualmente.

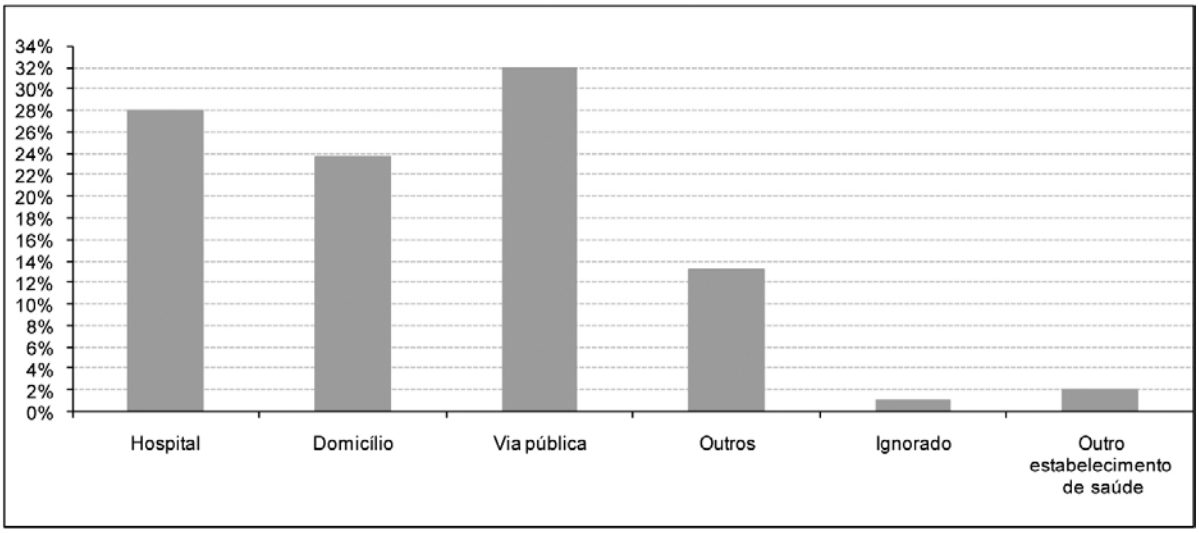
O tipo de análise que nos traz informações mais próximas sobre a violência de gênero é a observância da variável que revela o local de morte dessas mulheres. As mulheres tendem a morrer por homicídio muito mais em casa do que os homens. Nos últimos dez anos analisados (2000

a 2009), o percentual médio de mulheres que morrem em seus próprios domicílios e o de mulheres que morrem em vias públicas são praticamente empatados, girando em torno de 28% cada, o que não acontece com as vítimas do sexo masculino. O padrão masculino é bem diferenciado – em torno de 40% morrem na rua e apenas 9% em suas próprias casas.

Outro ponto importante a ser aprofundado é o de que o cenário de mortes femininas vem mudando ao longo dos anos. No começo da década de 1990, além de morrer mais mulheres casadas, também morriam mais mulheres em casa do que hoje.

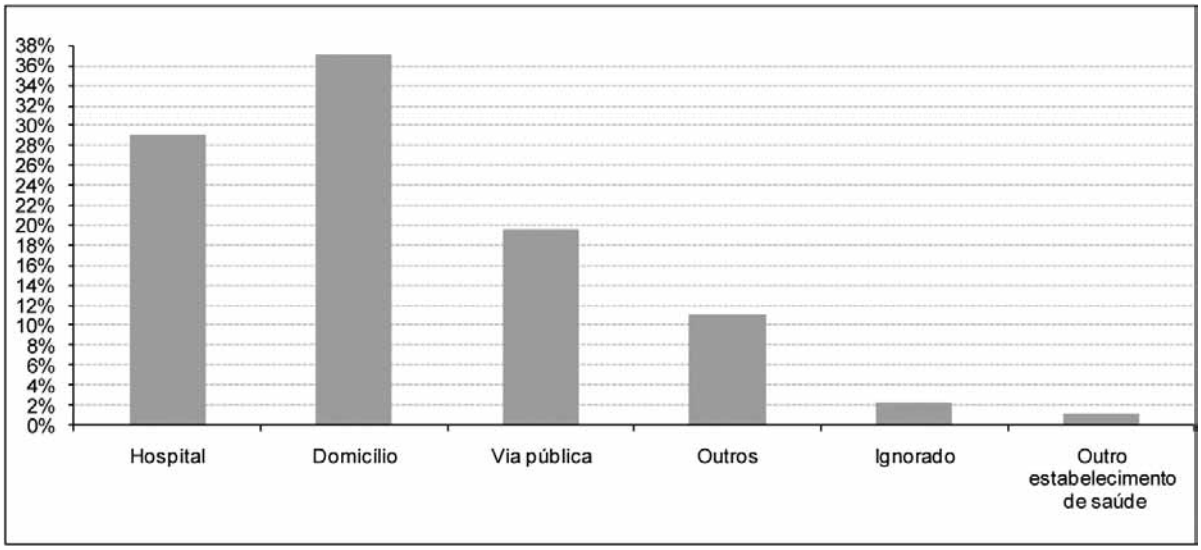
Quando desagregamos o local de ocorrência das mortes segundo o estado civil da vítima, surge uma realidade mais chocante ainda. Trata-se de contextos distintos, que mostram que a maioria das mulheres solteiras morre em espaços públicos (32%), e apenas 24% morrem em seus domicílios. Já no que concerne às mulheres casadas, essa lógica se inverte, e a maioria das mulheres casadas morre em seu domicílio (37%), e apenas 20% morre em espaços públicos.[6] Veja gráficos ilustrativos a seguir.

Gráfico 2 – Local de ocorrência de morte de mulheres vítimas de homicídio solteiras. Brasil. Média 2000 a 2009



6 Esses valores percentuais levam em consideração a média de homicídios em cada caso nos últimos dez anos (2000 a 2009).

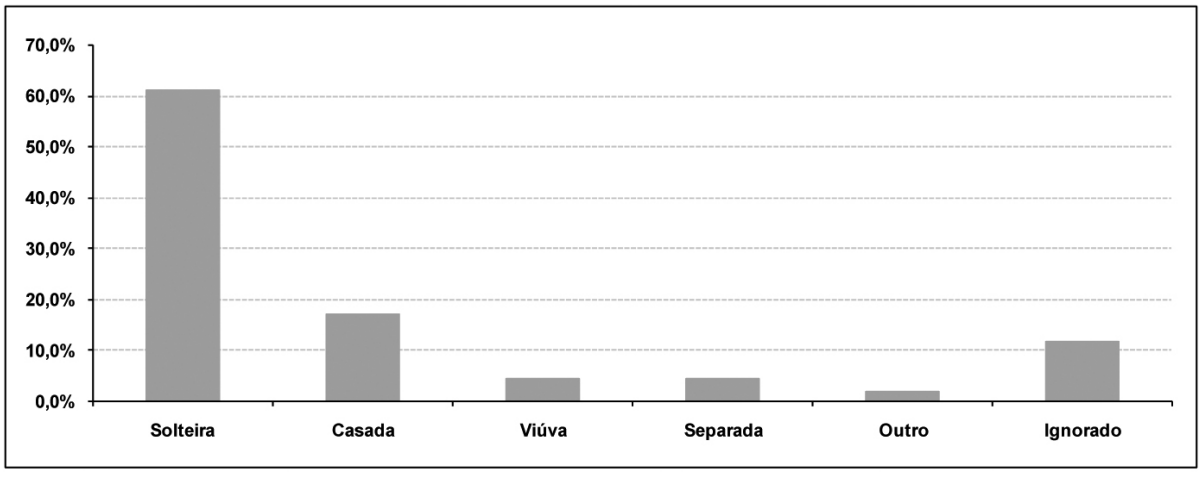
Gráfico 3 – Local de ocorrência de morte de mulheres vítimas de homicídio casadas. Brasil. Média 2000 a 2009



Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).

No que concerne apenas ao estado civil, a maioria das mulheres vítimas de homicídio no Brasil é solteira (média de 61% nos últimos dez anos). Em seguida, vêm as casadas, com uma média de 17% nos últimos dez anos. Um fato interessante a ser pesquisado é que no início da década de 1990, esse percentual de mulheres casadas vítimas de homicídio chegava a 26%, porém, vem sofrendo uma queda contínua a cada ano, chegando a 15,1% do total em 2009.

Gráfico 4 – Estado Civil das mulheres vítimas de homicídio. Brasil. 2000 a 2009



Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).

Considerando a faixa etária, constata-se que as mulheres jovens são as maiores vítimas de homicídios. A população feminina mais afetada é a que se encontra na faixa etária de 20 a 29 anos (30%). Em seguida, vêm as mulheres de 30 a 39 anos (22%), as de 15 a 19 (13,8%), as de 40 a 49 (12,8%), as de 50 a 59 (5,5%), as de 10 a 14 (3,7%), as de 60 a 69 (2,8%), as de 0 a 4 anos (2,2%), as de 70 a 79 (1,8%), asde 80 anos e mais (0,9%), e idade ignorada (3%).

Os Estados do País que possuem as maiores taxas de homicídios de mulheres a cada 100 mil habitantes são Rondônia (10,6), Acre (6,3) e Amazonas (5,6), segundo taxas de 2008. As Unidades da Federação que geralmente apresentam as menores taxas são o Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.[7]

4.1 Homicídios de mulheres por armas de fogo

De acordo com a tabela a seguir é possível constatar que a proporção de homicídios perpetrados com o uso de armas de fogo é maior nos episódios envolvendo homens como vítimas. O uso de armas contra a população masculina vem aumentando, alcançando a marca de 73% em 2009, ou seja, sete a cada dez homicídios cometidos.

Em tendência contrária, entre as vítimas do sexo feminino a proporção do uso de armas é menor e vem diminuindo ao longo dos anos. Mesmo assim, a presença das armas supera sempre 50% dos homicídios cometidos contra mulheres, girando em torno de cinco mortes por armas de fogo a cada dez Destaca-se nos crimes contra as mulheres a elevada proporção de uso de outros instrumentos, como os objetos cortantes (em torno de 20%), contundentes (em torno de 8%) e enforcamentos/estrangulamentos (em torno de 5%). Outro fato importante é que, dentre as mulheres que são vítimas de armas de fogo, o percentual de solteiras é um pouco maior em relação ao total de homicídios, chegando a 65%, sendo apenas cerca de 16% casadas.

Homicídios de Mulheres. Brasil. 2000 a 2009

Ano	Total de Homicídios de Mulheres	Homicídios por Armas de Fogo	% Uso de Armas
2000	3.743	2.029	**54,2%**
2001	3.851	2.082	**54,1%**
2002	3.867	2.053	**53,1%**
2003	3.937	2.112	**53,6%**
2004	3.830	2.048	**53,5%**
2005	3.884	2.017	**51,9%**
2006	4.022	2.082	**51,8%**
2007	3.772	1.987	**52,7%**
2008	4.023	2.048	**50,9%**
2009	4.163	2.148	**51,6%**

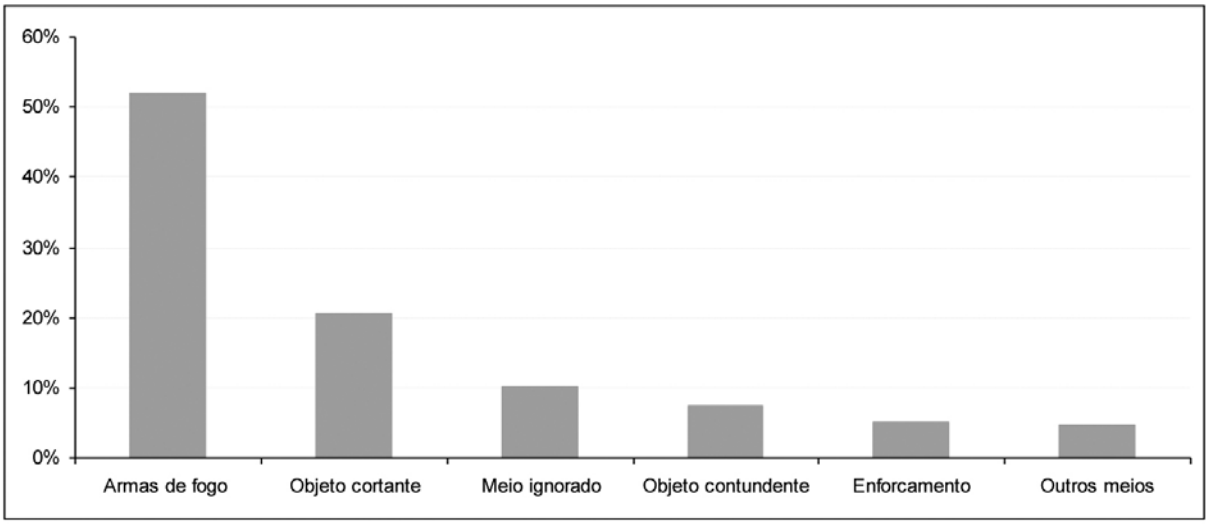
Homicídios de Homens. Brasil. 2000 a 2009

Ano	Total de Homicídios de Homens	Homicídios por Armas de Fogo	% Uso de Armas
2000	41.585	28.882	**69,5%**
2001	44.040	31.294	**71,1%**
2002	45.775	32.083	**70,1%**
2003	47.082	33.991	**72,2%**
2004	44.519	32.126	**72,2%**
2005	43.665	31.388	**71,9%**
2006	45.060	32.811	**72,8%**
2007	43.886	32.144	**73,2%**
2008	46.024	33.582	**73,0%**
2009	45.746	33.379	**73,0%**

Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).
* Dados de 2009 são preliminares, podendo ainda sofrer alterações.

7 BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2010. *Estudos e Pesquisas, Informações Geográficas*, n. 7, Rio de Janeiro, 2010.

Gráfico 5 – Percentual de mulheres vítimas de homicídio segundo tipo de agressão. Brasil. 1996 a 2009



Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).

A proporção do uso de armas de fogo por Unidades da Federação mostra que Alagoas é o lugar onde mais se usa armas para matar mulheres. Em seguinda, vêm a Paraíba, a Bahia e Pernambuco. No geral, em 14 Estados, as armas são usadas em menos de 50% dos homicídios cometidos contra mulheres, o que se difere das análises dos capítulos anteriores, que levaram em conta o total de homicídios cometidos no País.

Tabela 9 – Percentual de homicídios de mulheres com armas de fogo, segundo o total de homicídios ocorridos por UF. Brasil. 2009

Unid.Federação	Total de Homicídios de Mulheres 2009	Homicídios por Arma de Fogo	%
Alagoas	112	82	73,2%
Paraíba	98	66	67,3%
Bahia	343	220	64,1%
Pernambuco	303	186	61,4%
Espírito Santo	214	129	60,3%
Rio de Janeiro	291	173	59,5%
Paraná	330	196	59,4%
Distrito Federal	76	43	56,6%
Rio Grande do Sul	225	126	56,0%
Rondônia	51	28	54,9%
Rio Grande do Norte	57	30	52,6%
Ceará	134	67	50,0%
Minas Gerais	382	191	50,0%
Pará	176	84	47,7%
Mato Grosso	93	43	46,2%
Goiás	162	73	45,1%
Piauí	29	13	44,8%
Sergipe	36	16	44,4%
Mato Grosso do Sul	65	28	43,1%
Santa Catarina	93	39	41,9%
Amazonas	67	28	41,8%
Tocantins	31	12	38,7%
Maranhão	87	32	36,8%
São Paulo	657	234	35,6%
Amapá	12	3	25,0%
Roraima	23	4	17,4%
Acre	16	2	12,5%
Total	**4163**	**2148**	**51,6%**

Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).
* Dados de 2009 são preliminares, podendo ainda sofrer alterações.

A presença de armas de fogo em casa representa um risco de morte por homicídio maior para as mulheres do que para os homens. Essa conclusão é apresentada em alguns estudos específicos e justifica-se, em grande parte, em razão das características específicas dos homicídios de mulheres, que se dão preferencialmente no espaço doméstico e são perpetrados, em sua maioria por parceiros, ex-parceiros ou familiares. Esse risco de homicídios de mulheres no ambiente doméstico cresce mais ainda quando existe a presença de armas de fogo em casa.[8]

8 PERES, Maria Fernanda Tourinho; SANTOS, Patrícia Carla dos. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. *Rev. Saúde Pública* [on-line], v. 39, n.1, p. 58-66, 2005.

Uma rápida revisão nos dados do SIM de 2009 constata que dos 2.148 homicídios de mulheres praticados com armas de fogo, 21,9% ocorreram no domicílio da vítima. Já entre as vítimas da população masculina, esse contexto se difere bastante, pois dos 33.379 homicídios por arma de fogo cometidos contra homens em 2009, apenas 8,2% ocorreu em seus domicílios. Os quadros a seguir comparam o percentual de homicídios por armas de fogo de homens e mulheres nos espaços públicos e privados e apresentam essa lógica da alta incidência de morte de mulheres em seus domicílios nos últimos dez anos disponíveis.

Homicídio de Mulheres por armas de fogo segundo local da morte. Brasil. 2000 a 2009

Ano	Domicílio	Via Pública
2000	22,4%	30,1%
2001	22,6%	29,6%
2002	23,8%	31,8%
2003	21,3%	33,4%
2004	23,2%	32,3%
2005	22,6%	32,6%
2006	24,2%	32,2%
2007	22,8%	33,8%
2008	23,4%	35,2%
2009	21,9%	36,7%

Homicídio de Homens por armas de fogo segundo local da morte. Brasil. 2000 a 2009

Ano	Domicílio	Via Pública
2000	7,8%	42,4%
2001	8,2%	44,0%
2002	8,6%	45,4%
2003	8,3%	44,0%
2004	8,1%	45,6%
2005	8,1%	46,2%
2006	8,6%	47,3%
2007	8,1%	48,9%
2008	7,9%	50,6%
2009	8,2%	50,0%

Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).
* Dados de 2009 são preliminares, podendo ainda sofrer alterações.

Considerações finais

A análise desses dez anos do século XXI mostrou que, nesse período, morreu quase meio milhão de pessoas no País em decorrência do uso de armas de fogo. Mostrou também que a quantidade de homicídios por armas de fogo não caiu nessa década, indo de 30.865 mortes em 2000 para 35.556 em 2009 – média de 97 mortes por dia neste último ano analisado. É um contexto de guerra em um País que não está em guerra, mas que tem 16 milhões de armas de fogo circulando pelas mãos de sua população, de forma legal e ilegal.

Esse aumento leve e paulatino da quantidade dos homicídios por armas de fogo reflete o crescente uso de armas nesse cenário. Hoje em dia, sete em cada dez homicídios são cometidos com armas de fogo, proporção distinta do começo da década de 1990, quando eram cinco em cada dez. A partir do ano 2000, passou a haver aumento mais incisivo da contribuição das armas de fogo para as mortes por homicídio, proporção que alcançou 71,6% em 2007.

Quando se desagrega esses dados por Estado, o cenário é mais alarmante, pois constatou-se que em Estados do Nordeste, como Alagoas, Bahia e Paraíba, as armas de fogo são utilizadas em mais de 80% dos homicídios cometidos. Em Salvador, capital da Bahia, a situação é mais caótica ainda, onde prevalece o uso de armas em 90% dos crimes que geram mortes.

Viu-se também que a Taxa de Homicídios por Armas de Fogo preliminar de 2009 (18,6) ainda é superior à taxa de 2000 (18,2). Isso demonstra, entre muitas outras coisas, a pouca efetividade no combate ao uso de armas de fogo no País, ao tráfico e aos crimes em geral. Ainda existem 11 Estados em que essas taxas não pararam de crescer até 2009, sendo seis deles do Nordeste. Paralelamente a este cenário estão estados que vêm derrubando suas taxas, mas ainda figuram no topo do *ranking* – Alagoas, Espírito Santo e Pernambuco.

Felizmente, também estamos assistindo a uma diminuição acentuada dessa violência armada em Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, o que leva as taxas do País a ficarem relativamente equilibradas ultimamente. Isso mostra um Brasil dividido. Ao mesmo tempo em que as Regiões Sudeste e Centro-Oeste vêm derrubando suas taxas paulatinamente, as Regiões Norte, Nordeste e Sul vêm apresentando crescimento.

Já nas capitais, locais que estão recebendo atenção maior dos governos, o crime armado e letal vem caindo. Atualmente, apenas em sete capitais existe um crescimento acentuado de taxas até 2008 e 2009 (Salvador, João Pessoa, Belém, Natal, Manaus, São Luís e Goiânia). Espera-se que, em 2010 e 2011, essas mudanças sejam mais positivas ainda.

Ao analisar as vítimas desses homicídios por sexo, foi possível constatar também que os números preliminares de 2009 trazem a maior quantidade de mulheres assassinadas já registrado no País pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (4.163 – 11 por dia). Esses dados também mostram que a porção mais vulnerável da população feminina é aquela composta por mulheres jovens, pardas, com pouca escolaridade e solteiras.

Foi novamente constatado que o lar tende a ser o lugar mais perigoso para as mulheres, principalmente as casadas. A desagregação por estado civil mostrou que a maioria das mulheres solteiras morre em espaços públicos (32%) e que a maioria das mulheres casadas morre em seu domicílio (37%). Padrão bem distante da realidade masculina, que enfrenta mais a criminalidade no espaço público, e apenas cerca de 9% morrem em suas próprias casas.

A presença das armas supera sempre 50% dos homicídios cometidos contra mulheres, girando em torno de cinco mortes por armas de fogo a cada dez. Destaca-se nos crimes contra as mulheres a elevada proporção de uso de outros instrumentos, como os objetos cortantes (em torno de 20%), contundentes (em torno de 8%) e enforcamentos/estrangulamentos (em torno de 5%).

O estudo frisa também que a presença de armas de fogo em casa representa um risco de morte por homicídio maior para as mulheres do que para os homens. Uma rápida revisão nos dados do SIM de 2009 constata que dos 2.148 homicídios de mulheres praticados com armas de fogo, 21,9% ocorreram no domicílio da vítima. Já entre as vítimas da população masculina, dos 33.379 homicídios por arma de fogo cometidos em 2009, apenas 8,2% ocorreu em seus domicílios.

Essa é outra realidade alarmante, que merece urgentemente a atenção dos poderes públicos. O homicídio de mulheres no Brasil também é extremamente alto e carente de indicadores mais apurados, pois por detrás destes crimes encontra-se o fantasma da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Referências

BOGATI, Subindra; MUGGAH, Robert. *O modo asiático de reduzir a violência.* Disponível em: <http://www.comunidadesegura.org/pt-br/MATERIA-o-modo-asiatico-de-reduzir-a-violencia>.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2010. *Estudos e Pesquisas, Informações Geográficas,* n. 7, Rio de Janeiro, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *Homicídios por armas de fogo no Brasil*: taxas e números de vítimas antes e depois da Lei do Desarmamento. Brasília, abril, 2010.

Anexo

Municípios com mais de 10.000 habitantes com maiores taxas de homicídios por armas de fogo a cada 100 mil habitantes. Brasil. 2009

	Municípios	Homicídios Armas de fogo	Pop. 2009	Taxa
1	Eunápolis/BA	106	99.553	106,5
2	Lauro de Freitas/BA	157	156.936	100,0
3	Itapissuma/PE	24	24.406	98,3
4	Marabá/PA	188	203.049	92,6
5	Cupira/PE	19	22.783	83,4
6	Serra/ES	332	404.688	82,0
7	Branquinha/AL	10	12.215	81,9
8	Campina Grande do Sul/PR	30	36.825	81,5
9	Piraquara/PR	71	87.285	81,3
10	Almirante Tamandaré/PR	79	97.523	81,0
11	Fazenda Rio Grande/PR	65	80.868	80,4
12	Novo Progresso/PA	17	21.504	79,1
13	Cabedelo/PB	41	51.865	79,1
14	Iporã/PR	12	15.227	78,8
15	Porto Seguro/BA	96	122.896	78,1
16	São Sebastião/AL	25	32.181	77,7
17	Itabuna/BA	165	213.656	77,2
18	Bayeux/PB	74	96.198	76,9
19	Pilar/AL	25	32.655	76,6
20	Maceió/AL	715	936.314	76,4
21	Teotônio Vilela/AL	32	41.935	76,3
22	Guaratuba/PR	25	32.806	76,2
23	Pinhais/PR	90	118.319	76,1
24	Simões Filho/BA	86	116.662	73,7
25	Cariacica/ES	269	365.859	73,5
26	Ariquemes/RO	62	85.541	72,5
27	Ibimirim/PE	21	29.018	72,4
28	Itupiranga/PA	30	41.541	72,2
29	Coité do Nóia/AL	8	11.127	71,9
30	Tailândia/PA	52	72.720	71,5
31	Agrestina/PE	16	22.591	70,8
32	Cabo de Santo Agostinho/PE	120	171.583	69,9
33	Rio Branco do Sul/PR	23	33.142	69,4
34	Marechal Deodoro/AL	33	47.623	69,3
35	Ibicaraí/BA	17	24.569	69,2
36	Messias/AL	11	15.899	69,2
37	Viana/ES	42	60.829	69,0
38	Santa Terezinha de Itaipu/PR	14	20.539	68,2
39	Satuba/AL	10	14.779	67,7
40	Arapiraca/AL	141	210.521	67,0
41	Bom Jesus do Tocantins/PA	9	13.593	66,2
42	Vespasiano/MG	67	101.846	65,8
43	Ourilândia do Norte/PA	14	21.327	65,6
44	Pedro Canário/ES	16	24.404	65,6
45	Araçás/BA	8	12.209	65,5
46	Barra dos Coqueiros/SE	13	19.998	65,0
47	Linhares/ES	86	132.664	64,8
48	Vila Velha/ES	267	413.548	64,6
49	Valparaíso de Goiás/GO	79	123.444	64,0
50	Taquarana/AL	12	18.848	63,7

	Municípios	Homicídios Armas de fogo	Pop. 2009	Taxa
51	Marituba/PA	64	101.158	63,3
52	Toritama/PE	21	33.206	63,2
53	Cristalina/GO	24	38.504	62,3
54	Campo Novo de Rondônia/RO	8	12.915	61,9
55	Coronel Sapucaia/MS	9	14.569	61,8
56	Itaitinga/CE	20	32.678	61,2
57	Guaíra/PR	18	29.664	60,7
58	Mantenópolis/ES	7	11.630	60,2
59	Saubara/BA	7	11.632	60,2
60	Canavieiras/BA	22	37.041	59,4
61	Ilha de Itamaracá/PE	11	18.658	59,0
62	Dias d'Ávila/BA	34	57.708	58,9
63	Paripueira/AL	6	10.222	58,7
64	Santo Antônio do Descoberto/GO	34	58.474	58,1
65	Cabo Frio/RJ	108	186.004	58,1
66	Salvador/BA	1719	2.998.056	57,3
67	Amélia Rodrigues/BA	14	24.491	57,2
68	Camboriú/SC	33	57.793	57,1
69	Nossa Senhora das Dores/SE	14	24.747	56,6
70	Tucuruí/PA	54	96.010	56,2
71	Alagoinhas/BA	77	137.810	55,9
72	Armação dos Búzios/RJ	16	28.653	55,8
73	Abreu e Lima/PE	53	96.266	55,1
74	Goianésia do Pará/PA	16	29.164	54,9
75	Sete Quedas/MS	6	10.955	54,8
76	Buritis/RO	19	34.693	54,8
77	João Neiva/ES	8	14.621	54,7
78	Sooretama/ES	13	23.761	54,7
79	Castanhal/PA	88	161.497	54,5
80	Brejo da Madre de Deus/PE	23	42.250	54,4
81	Rondon do Pará/PA	26	47.772	54,4
82	Goiana/PE	40	74.424	53,7
83	Xexéu/PE	8	14.887	53,7
84	São Miguel dos Campos/AL	29	54.064	53,6
85	Capitão Poço/PA	28	52.797	53,0
86	Tracunhaém/PE	7	13.265	52,8
87	Teixeira de Freitas/BA	66	125.430	52,6
88	Assú/RN	28	53.282	52,6
89	Olinda/PE	208	397.268	52,4
90	Piúma/ES	9	17.212	52,3
91	Colombo/PR	128	247.268	51,8
92	Araucária/PR	61	117.964	51,7
93	Soledade/PB	7	13.623	51,4
94	João Pessoa/PB	357	702.235	50,8
95	Nanuque/MG	21	41.329	50,8
96	Ilhéus/BA	111	219.266	50,6
97	Cidreira/RS	6	11.885	50,5
98	Paraty/RJ	18	35.730	50,4
99	Santana do Ipanema/AL	22	43.699	50,3
100	São Francisco de Itabapoana/RJ	24	47.832	50,2

Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM).
* Dados de 2009 são preliminares, podendo ainda sofrer alterações.

2 A visão dos Municípios brasileiros sobre a questão do *crack*

Apresentação

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), dando seguimento à pesquisa anterior, realizada em dezembro de 2010, a qual identificou a presença do *crack* em 98% dos Municípios pesquisados no País, apresenta uma nova fase do *Observatório do crack* e outras drogas por meio deste estudo.

Apresentaremos a seguir uma série de informações a respeito do consumo, da circulação e dos principais problemas enfrentados pelos Municípios nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, entre outras. Será mostrado também o nível do problema em cada cidade, a rede de assistência disponível para a população, os custos envolvidos na manutenção desta rede, boas práticas executadas por Municípios, além de uma sugestão de política nacional sobre o tema.

Este estudo será dividido em tópicos: introdução, experiência internacional, *Observatório do crack* e outras drogas, financiamento das ações pelos entes federados e sugestão de uma política para enfrentamento ao *crack*.

No decorrer, abordaremos as várias visões sobre o assunto de forma interdisciplinar e intergeracional, buscando ter uma opinião ampla sobre o problema.

Introdução

Vemos diariamente em todo noticiário nacional que o problema das drogas é alarmante e está presente em um grande número de famílias brasileiras, representando dificuldades para todos os grupos sociais e, principalmente, para o poder público, que precisa tomar iniciativas de enfrentamento a esta chaga e propor políticas integradas a todas as esferas para evitar ao máximo que a droga alcance a sociedade.

Preocupada com o que diz respeito aos Municípios brasileiros, a CNM vem atuando de forma incisiva na coleta de dados e na troca de experiência entre os gestores para o enfrentamento ao *crack* e outras drogas. Para isso, no mês de dezembro de 2010, lançou uma pesquisa nacional a fim de

saber se os gestores já haviam tomado ciência da presença do *crack* em suas cidades. O resultado surpreendente foi que em 98% dos Municípios pesquisados já se sabia da presença dessa droga.

A partir disso, a CNM elaborou uma série de ações sobre o tema, entre elas, a produção de uma cartilha de esclarecimento sobre o *crack*, o desenvolvimento de um portal chamado de *Observatório do crack e outras drogas*, que trata de um sistema de informações com uma pesquisa direta aos Municípios sobre os problemas ocasionados pela presença da droga, um fórum de discussão sobre o assunto e a catalogação de boas práticas que estão sendo realizadas para que haja troca de experiências entre os gestores.

Esse estudo pretende apresentar alguns resultados dessas ações e discutir quais as políticas públicas que devem ser realizadas em nosso País para o enfrentamento dessas questões.

A experiência internacional

Sempre que se buscam soluções para o problema da presença da droga e dos malefícios que ela causa na sociedade, é bom conhecer o que ocorre em outros países e como eles enfrentam esta dificuldade. Neste capítulo, apresentaremos um resumo sucinto dessas ações.

Os primeiros anos do século XXI foram marcados por decisões diferenciadas na abordagem e na adoção de medidas em relação ao uso de drogas. Muitos países deixaram de enxergar o usuário de drogas como um caso de polícia e passaram a tratar a problemática do uso de entorpecentes como caso de saúde pública.

No ano de 2001, Portugal descriminalizou a posse de todas as substâncias ilícitas. Quase uma década depois, os números revelam uma queda no consumo de drogas entre adolescentes, redução do índice de infecção por HIV e aumento no número de apreensões. Os dados também revelam um crescimento do consumo de drogas entre adultos, mas os indicadores de Portugal são menores do que aqueles de países próximos que ainda adotam o proibicionismo.

Quem é flagrado portando alguma droga em quantidade que não exceda o consumo pessoal para dez dias é encaminhado a uma comissão composta por três pessoas: um jurista, um psicólogo e um assistente social. Assim é realizado um diagnóstico clínico para saber se a pessoa é um dependente ou um consumidor recreativo. Se for dependente químico, ele é convidado a ir para um centro de tratamento totalmente gratuito. Caso não aceite o tratamento e se torne reincidente, estará sujeito à punição.

Na Itália, um cidadão pode ter a prisão revogada caso aceite se submeter a um programa de recuperação controlado pelo Ministério da Saúde. Em seguida, foi a vez de a Grã-Bretanha e a Aus-

trália entrarem no rol das nações dispostas a experimentar novas abordagens sobre o assunto. Os britânicos fizeram vários experimentos que culminaram em uma lei sancionada em 2004, e a droga foi, então, reclassificada pelos órgãos de Saúde. Como consequência, a punição para usuários pegos em flagrante praticamente se extinguiu.

Nesta linha de pensamento, seguem países como Costa Rica, Peru, Argentina, Colômbia e México.

No Canadá, um estudo divulgado pela revista científica *The Lancet* revela que a primeira sala de consumo supervisionado de drogas da América do Norte, situada na cidade de Vancouver, reduziu de forma drástica as mortes por overdose, bem como a transmissão de HIV por seringas contaminadas.

Foi avaliada a taxa de mortalidade entre os anos 2001 e 2003 e entre 2003 e 2005. Os dados apontam que, com o consumo supervisionado, as mortes passaram de 253 por cada 100 mil pessoas para 165 por cada 100 mil pessoas.

O estudo é divulgado em um momento de debate sobre a existência da sala, já que o governo canadense, conservador, quer fechar o centro. Esta sala conseguiu permissão para operar a partir de 2003, quando o Partido Liberal estava no poder, e conta com dez quartos, uma sala de descanso e profissionais de saúde.

A República Tcheca possui uma das legislações europeias de entorpecentes mais liberais do mundo. O argumento para a liberalização é que dependência, sobretudo, é uma questão de saúde, não um crime. Porém esta postura não livra o traficante de punição, pois a comercialização da droga continua a ser um crime.

Quando a Holanda legalizou o consumo de maconha dentro dos *coffeshops*, muitos apontaram para um inevitável aumento da violência e da degradação social, mas o tempo mostrou um resultado bem diferente. Em 2009, o Ministério da Justiça anunciou o fechamento de oito presídios e a redução de 1.200 postos de trabalho do sistema penitenciário. A justificativa: a falta de presos. Outro ponto positivo é que há muitos anos a Holanda está entre os países com menos mortes relacionadas com as drogas.

Mas existem pontos conflitantes: o primeiro é que os bares podem vender a droga ao consumidor, mas o plantio e a importação continuam proibidos. Ou seja, houve um incentivo ao narcotráfico. O segundo é que, Amsterdã passou a atrair “turistas da droga” dispostos a consumir de tudo, não apenas maconha. Isso fez proliferar o comércio clandestino. A população começou, então, a rever suas ideias e a se mostrar cada vez mais descontente com o atual tratamento dispensado a usuários e traficantes.

O que se vê, portanto, é que a abordagem mais tolerante tirou do usuário o estigma de marginal e deu a ele mais chances de se recuperar do vício e do crime, mas não conseguiu se afirmar como alternativa de efeitos inteiramente seguros.

Quanto aos Estados Unidos, existe uma aplicabilidade de verbas vinda dos programas voltados para a Política Nacional de Drogas, que são destinadas à repressão do tráfico, à prevenção ao uso de drogas e ao tratamento de usuários. Os americanos entendem que a repressão é necessária, mas não resolve o problema por completo.

Com isso, ações de prevenção da toxicodependência, integração do tratamento de drogas no sistema convencional de saúde, inovações no sistema de justiça criminal para quebrar o ciclo de uso de entorpecentes e crime e parcerias internacionais para interromper o tráfico transnacional de drogas estão sendo implementados.

Quanto ao cuidado e ao tratamento dos usuários e dependentes, o governo dos Estados Unidos da América (EUA) montou uma rede de assistência que utiliza todos os recursos disponíveis na sociedade civil. Para integrar esta rede, foram chamados os Alcoólicos Anônimos (A.A.), os Narcóticos Anônimos (N.A.), as comunidades terapêuticas, as igrejas e todos os que de alguma forma podem ajudar.

Em recente entrevista, Nora Volkow, chefe do Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas dos EUA, declarou que, apesar de todo o orçamento do governo para o enfrentamento das drogas, sem o apoio da sociedade não seria possível prestar um bom tratamento aos cidadãos americanos.

A Alemanha é mais um país que enxerga e trata o uso de drogas como um caso de saúde pública e não de polícia. O diferencial é a política de redução de danos trabalhada como um dos pilares da estratégia nacional, que tem o objetivo de reduzir a mortalidade e morbidade dos dependentes químicos.

O país descriminaliza o porte de maconha, definindo a quantidade que se pode portar, e classifica as substâncias em drogas “leves” e “pesadas” com a distinção das penas do delito de tráfico.

A maioria dos tratamentos ocorre em centros e instituições que lidam com dependência em geral, embora haja também unidades de tratamento para usuários de drogas ilícitas apenas. O financiamento do tratamento é fornecido por muitos atores: pensão alemã, órgãos de seguro de saúde, comunidades, instituições beneficentes, privadas e empresas.

Como estratégias, utilizam o ambiente escolar, o item mais importante para a prevenção, seguido por trabalho com jovens, saúde pública e da família, empregam, ainda, aconselhamento e tratamento, redução de danos, repressão e redução da oferta.

A questão no Brasil

Para termos um panorama mais amplo, o qual possibilite realizar uma comparação sobre a abordagem que o mundo vem fazendo em relação ao consumo e à circulação de drogas, é fundamental saber como o Brasil trata essa questão.

A legislação brasileira prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.

No Brasil, é proibido em todo o território nacional o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos que possam produzir drogas, exceto em casos de rituais religiosos, sob pena de reclusão ou pagamento de multa.

> *A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, estabelece em seu art. 28 que: Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:*
>
> *I – advertência sobre os efeitos das drogas;*
> *II – prestação de serviços à comunidade;*
> *III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.*

Entende-se que o consumo de drogas no Brasil foi despenalizado criminalmente, porém não descriminalizado.

Atualmente no País, o debate em torno dessa temática e das suas implicações está sendo retomado. No Congresso Nacional (CN), existem uma comissão e uma subcomissão que trabalham a questão do *crack* e outras drogas.

No Senado Federal (SF), temos a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e Outros (Casdep), em que foi possível fazer o debate em torno de eixos, como: prevenção, tratamento, reinserção social, repressão ao tráfico, experiências internacionais e boas práticas.

Na Câmara Federal (CF), há também intenso debate em torno da dependência química na Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de projetos de lei destinados a combater e prevenir os efeitos do *crack* e de outras drogas ilícitas – Cedroga, a partir dos temas prevenção, acolhimento, tratamento, reinserção social, repressão ao tráfico e legislação. O debate proporcionou o desenvolvimento de um plano de trabalho que subsidia a realização de seminários nas Unidades da Federação (UFs), onde o objetivo é levar informação para os gestores e conhecer as ações desenvolvidas nessas unidades.

O Congresso Nacional tem o objetivo de fomentar o debate em torno da temática e envolver a sociedade civil para que, de fato, as propostas que venham a surgir sejam baseadas na realidade apresentada pelos gestores locais e pela sociedade civil.

O observatório do *crack*

Projeto de implantação

Em dezembro de 2010, foi realizada uma pesquisa sobre a situação do *crack* nos Municípios brasileiros, revelando que 98% das cidades brasileiras pesquisadas enfrentavam problemas com a presença do *crack* e outras drogas. A partir dessa demanda apresentada pelos Municípios, nasceu a ideia da criação do *Observatório do Crack*.

Objetivos do *Observatório do crack*

- Acompanhar a evolução do tema em todos os Municípios brasileiros retratando a realidade corrente, as ações desenvolvidas, os investimentos realizados e os resultados obtidos.

- Disponibilizar aos gestores uma ferramenta de acompanhamento da situação atual e das ações intersetoriais desenvolvidas pela esfera municipal, estadual e federal.

- Subsidiar a formulação de uma Nova Política Nacional de Enfrentamento ao *Crack* e outras drogas, bem como servir de base para a realização de outras investigações pertinentes ao tema.

- Nortear as ações municipais, integrando uma rede de contatos para a troca de experiências entre o poder público municipal e a sociedade civil organizada.

O projeto

Na *XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, foi desenvolvido o Portal *Observatório do crack e outras drogas*, uma ferramenta que apresenta informações sobre a realidade municipal vivida no contexto do consumo e do tráfico de drogas, disponibilizando informações, como: número de usuários, principais problemas relacionados ao consumo e ao tráfico de drogas, detalhamento das ações executadas, boas práticas, intercâmbio de experiências e rede de assistência dentro dos Municípios, além de outras propostas.

Atualmente, o Portal *Observatório do crack e outras drogas* é um sistema de informação *on-line*.

Cada gestor recebeu um *login* e uma senha, tendo livre acesso a um questionário por meio do qual nos pode informar a situação enfrentada pelo Município em relação ao *crack* e outras drogas. Situações essas que vão desde o nível de consumo de drogas até as ações desenvolvidas pelo ente e a forma de financiamento. O *login* e a senha tornam possível a atualização dessas informações, o que permite analisar e acompanhar o desenvolvimento dessa questão social nos Municípios brasileiros.

Estrutura do Observatório do crack e outras drogas



Informações – Ferramentas com o objetivo de nortear as ações municipais, integrando uma rede de contatos e troca de experiências entre o poder público municipal e a sociedade civil organizada.

Legislação – Disponibilizamos toda a Legislação sobre o tema.

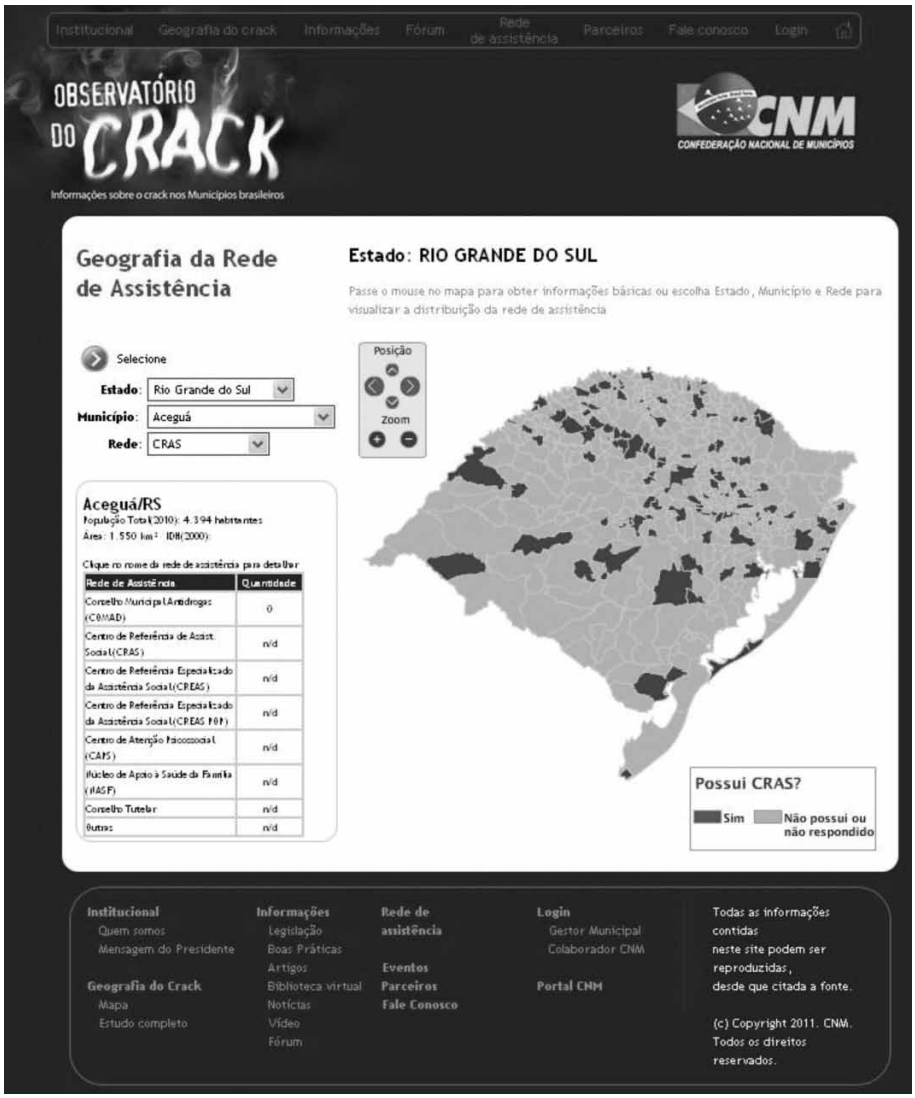
Boas práticas – São socializadas experiências de sucesso com relatos dos Municípios no enfrentamento ao *crack* e outras drogas.

Artigos – São postados artigos científicos relacionados ao tema *crack* e outras drogas para a discussão dos gestores e visitantes do portal.

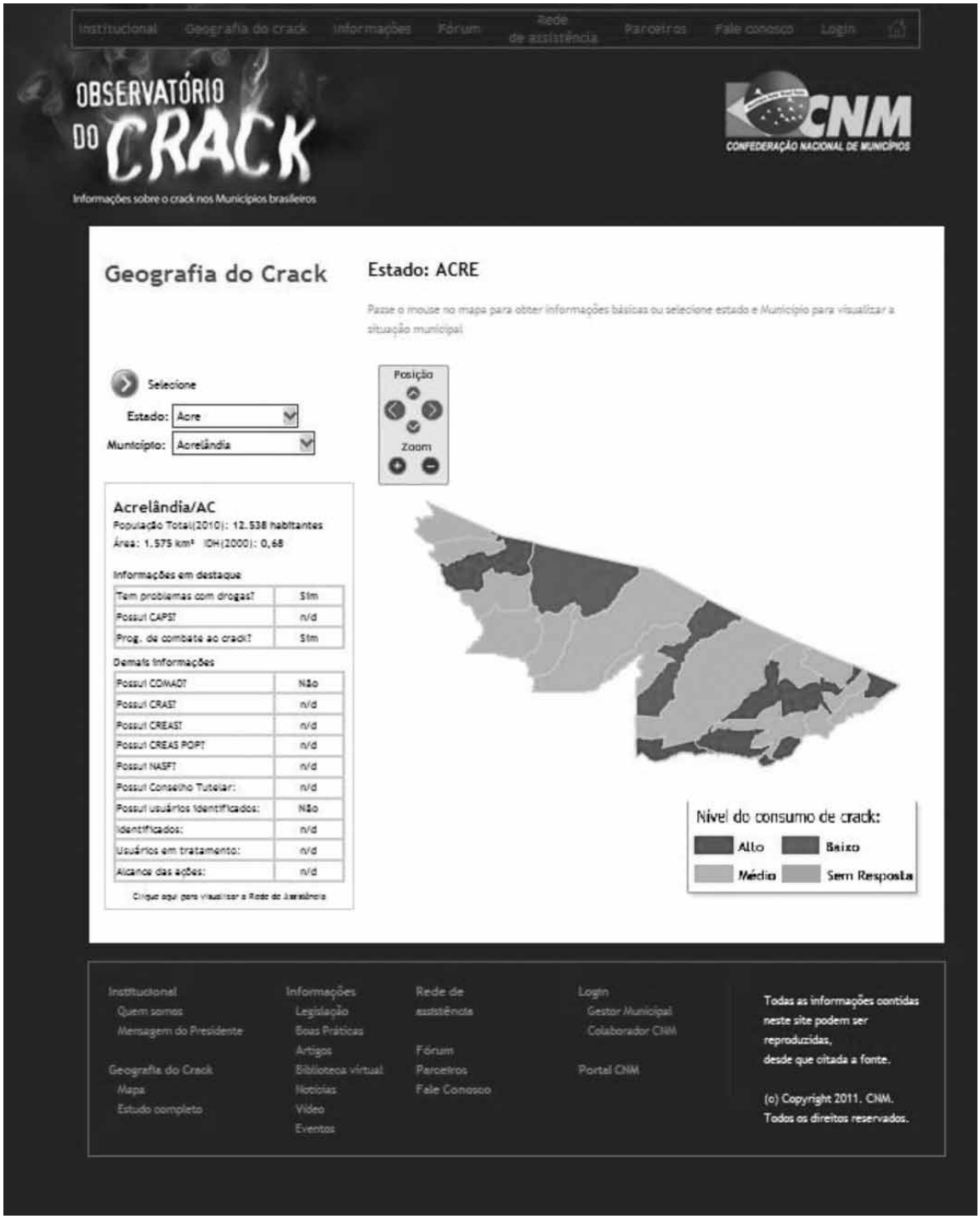
Biblioteca Virtual – Coletânea de textos, cartilhas e livros que auxiliam no esclarecimento de dúvidas sobre o tema e dão suporte teórico na construção de estratégias de enfrentamento ao *crack*.

Notícias – Notas produzidas pela equipe de Comunicação da CNM relacionadas ao tema que visam a informar a população e contribuir com o fortalecimento do Município na luta contras as drogas.

Rede – Os visitantes terão acesso a informações sobre a rede de assistência ao usuário de drogas existente em cada Município.



A geografia do *crack* – Serão disponibilizadas informações sobre a intensidade do consumo de *crack* nos Municípios brasileiros.



Fórum **–** Permeará a discussão entre os gestores municipais e os demais parceiros para troca de ideias e boas práticas. <http://www.forum*Crack*.cnm.org.br/>



Plano Nacional de Combate ao *Crack* – Estará disponível o Plano Nacional de Combate ao *Crack* quando for lançado pelo governo federal.

Eventos – São divulgados os eventos que a CNM participou e participará sobre o *crack* e outras drogas no Brasil, bem como contribui para a divulgação de outros eventos relacionados ao tema.

Parceiros – Ampliaremos a rede de parceiros para facilitar a troca de informações e ampliar a rede de conhecimento que poderá subsidiar as ações dos Municípios. Isso irá orientar os munícipes em uma perspectiva mais ampla de contatos, experiências e informações.

Fale conosco – Esse é o principal canal de comunicação entre a comunidade e a CNM. É por meio dessa ferramenta que os gestores e a população buscam esclarecer suas dúvidas.

Os resultados da coleta de dados do Sistema de Informações do Observatório do *Crack*

Apresentaremos a seguir um conjunto de informações coletadas diretamente nos Municípios sobre o problema do *crack* e das outras drogas e sobre a rede de assistência para os usuários e dependentes.

A CNM optou por fazer a divulgação de alguns dados da pesquisa com amostras diferentes, porque realizamos uma parte da pesquisa via nossa Central de Atendimento, que entrevistou mais de 3.900 cidades do País. Após essa etapa, disponibilizamos uma senha de acesso para cada prefeito brasileiro preencher o restante do formulário de coleta de dados. Em virtude disso, algumas questões terão um número de Municípios diferentes.

Metodologicamente, cremos que tais diferenças não comprometem os resultados, já que o sistema é dinâmico e a cada dia novas informações são preenchidas pelos gestores. Como a abrangência é nacional, temos respostas de todos os Estados e Municípios com portes populacionais diferenciados.

A distribuição da pesquisa

UF	Municípios (A)	Pesquisados (B)	% B / A
AC	22	14	63,6%
AL	102	70	68,6%
AM	62	42	67,7%
AP	16	9	56,3%
BA	417	296	71,0%
CE	184	129	70,1%
ES	78	63	80,8%
GO	246	206	83,7%
MA	217	156	71,9%
MG	853	752	88,2%
MS	78	68	87,2%
MT	141	112	79,4%
PA	143	93	65,0%
PB	223	165	74,0%
PE	184	125	67,9%
PI	224	152	67,9%
PR	399	349	87,5%
RJ	92	17	18,5%
RN	167	121	72,5%
RO	52	36	69,2%
RR	15	9	60,0%
RS	496	452	91,1%

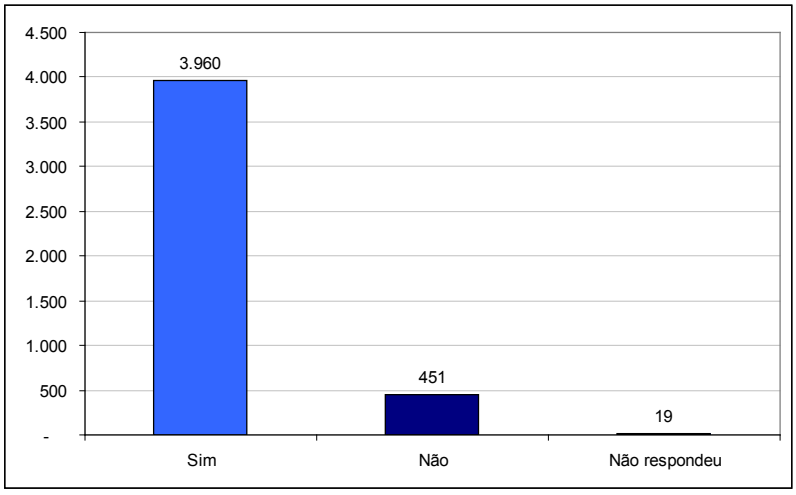
SC	293	275	93,9%
SE	75	49	65,3%
SP	645	556	86,2%
TO	139	114	82,0%
Total	**5 563**	**4 430**	79,6%

1 O seu Município enfrenta problemas com a circulação de drogas?

3.960	Sim
451	Não
19	Não respondeu
4.430	Total

Entre os Municípios pesquisados até o momento, 89,4% indicaram que enfrentam problemas com a circulação de drogas em seu território. Somente 10,2% citaram que não enfrentam este tipo de problema e 0,4% não souberam informar. As respostas indicam que o problema está presente na grande maioria dos Municípios, conforme a pesquisa anterior da CNM.

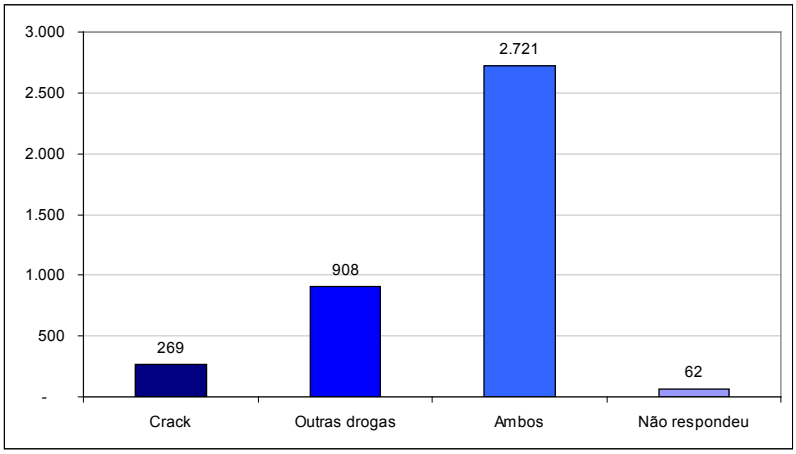
Seu Município enfrenta problemas com a circulação de drogas?



1.1	*Caso sim. Qual?*	
	269	*Crack*
	908	*Outras drogas*
	2.721	*Ambos*
	62	Não respondeu
	3.960	Total

Quanto à circulação da droga, 6,8% indicaram que o *crack* é a droga predominante, 22,9% indicaram que são outras drogas, e a grande maioria (68,7%) indicou que são ambas as drogas que circulam em seu Município. Aproximadamente 13,5% dos entrevistados não souberam responder a essa questão.

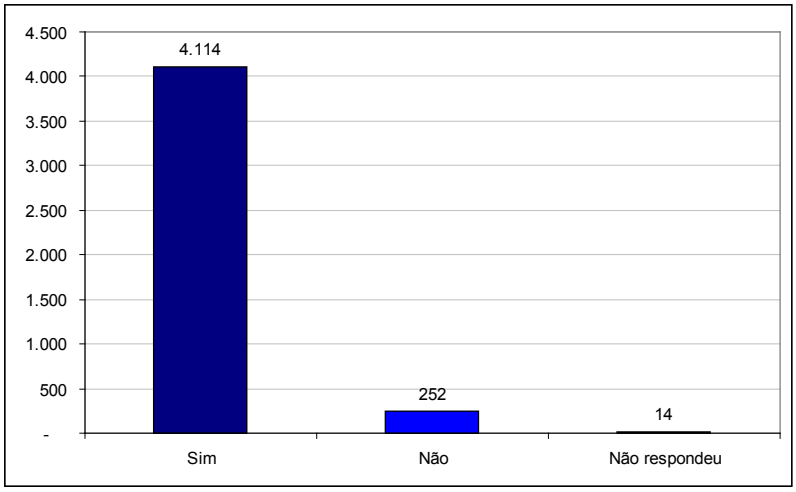
Qual a droga que circula no Município?



2	Seu Município enfrenta problemas relacionados ao consumo de drogas?
4.114	Sim
252	Não
14	Não respondeu
4.380	Total

Quanto ao consumo, 93,9% indicaram que existem problemas em seus Municípios; somente 5,8% declararam não haver problemas; e 0,3% não souberam responder a essa questão. Isso confirma que o problema do consumo está presente quase que na totalidade das cidades brasileiras.

Seu Município enfrenta problemas relacionados ao consumo de drogas?

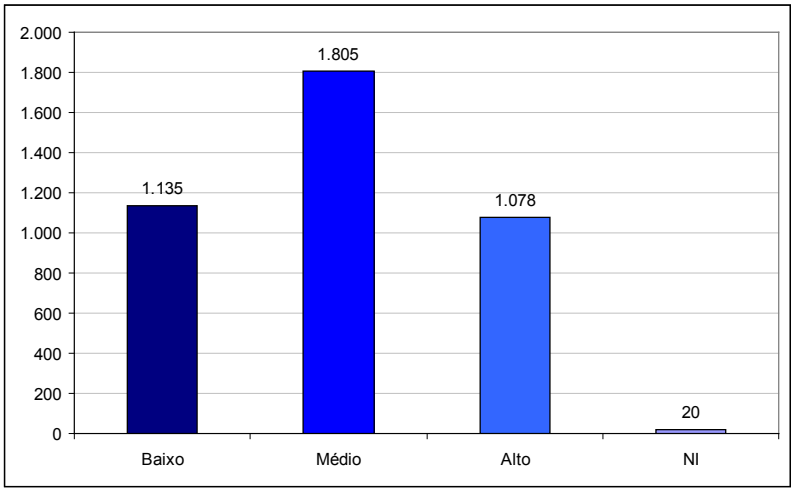


2.1	*Caso sim. Qual?*					
		Baixo	*Médio*	*Alto*	*NI*	***Total***
	Crack	*1135*	*1805*	*1078*	*20*	***4038***
	Outras drogas	*1085*	*1895*	*1118*	*32*	***4130***

O consumo do *crack* é um problema citado por 90,7% dos Municípios pesquisados e as outras drogas por 92,5% deles, em níveis diferentes. O que indica o quanto essa droga está presente em nossa sociedade.

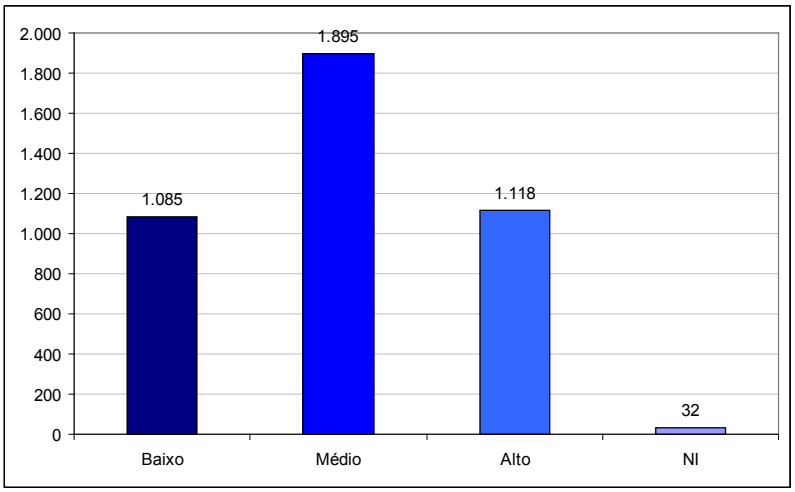
Pedimos aos gestores uma avaliação sobre o nível de consumo do *crack* em seus Municípios e que o classificassem em alto, médio ou baixo. Em relação ao *crack*, obtivemos que é baixo em 1.135 cidades (28,1%), médio em 1.809 (44,7%) e alto em 1.078 (26,7%). Com isso, foi possível concluir que apesar de uma droga relativamente nova, o *crack* está acarretando sérios problemas nos Municípios brasileiros.

Qual o nível dos problemas que o *crack* acarreta em seu Município?



Em relação às outras drogas, a proporção se altera um pouco, 1.085 (26,3%) Municípios indicaram que o nível de problemas é baixo, 1.895 (45,9%) indicaram que é médio, e 1.118 (27,1%) indicaram que o problema é alto.

Qual o nível dos problemas que as outras drogas acarretam em seu Município?

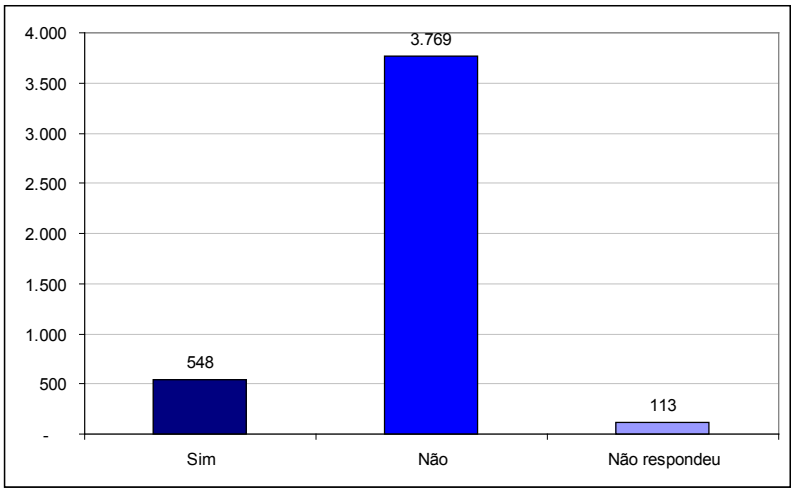


3	O Município possui Conselho Municipal Antidrogas – Comad?
548	Sim
3.769	Não
113	Não respondeu
4.430	

O Conselho Municipal Antidrogas é o órgão que tem competência para mobilizar a sociedade com o intuito de se desenvolver uma política municipalista de enfrentamento ao *crack* e outras drogas, bem como um plano de ação.

Quanto à estruturação de uma rede de assistência aos usuários, a CNM perguntou se o Município possui um Conselho Municipal Antidrogas (Comad). Somente 12,4% possuem; 85,1% não possuem; e 2,6% não responderam a essa questão.

O Município possui Comad?

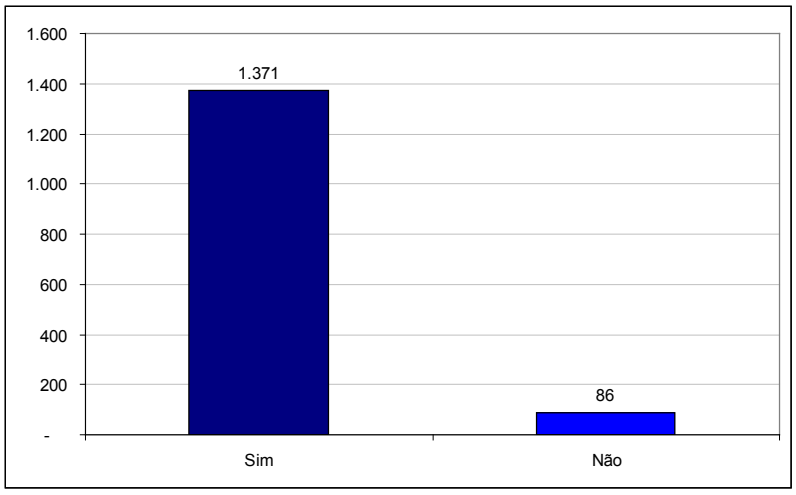


4	O Município possui Centro de Referência de Assistência Social - Cras?
1.371	Sim
86	Não
1.457	

Em relação ao Centro de Referência da Assistência Social (Cras), órgão responsável pela atenção básica na política de assistência social, 94,1% dos Municípios pesquisados afirmam estar ofertando os serviços do Cras à população. É nesse equipamento que se pode trabalhar a prevenção às situações de vulnerabilidade social, como o consumo de *crack* e outras drogas, bem como o rompimento dos vínculos familiares e sociais.

Um número bem menos substancial (5,9%) relata não possuir essa unidade pública responsável pela organização e oferta da proteção social básica.

O Município tem Cras?

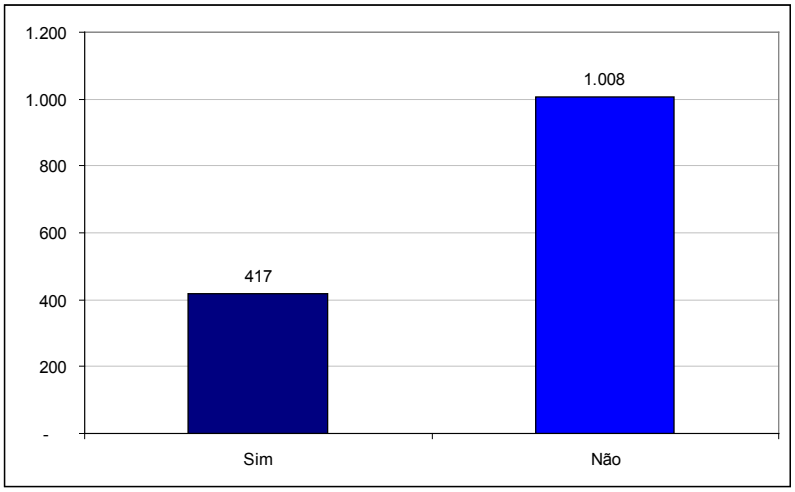


5	O Município possui Centro de Referência Especializado da Assistência Social - Creas?
417	Sim
1.008	Não
1.425	

O Centro de Referência Especializado da Assistência social (Creas) é o equipamento estatal responsável pelo atendimento da atenção especial nas modalidades de alta e média complexidade da política de assistência social. Questões como a drogadição e o abandono do meio social e familiar são trabalhados nesses espaços.

Dentre os Municípios que responderam ao questionário *on-line*, apenas 29,3% afirmam disponibilizar os serviços da média e alta complexidade para a população em situações de vulnerabilidade, como é a questão do consumo de drogas, já 70,7% ainda não conseguem dispor para a população um equipamento como o Creas, deixando assim de atender à demanda da média e da alta complexidade.

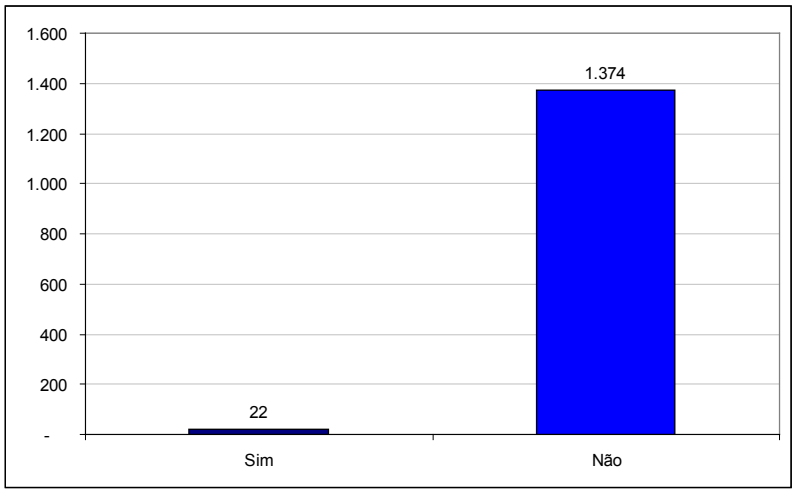
O Município possui Creas?



6	O Município possui Centro de Referência Especializado da Assistência Social - Creas POP?	
	22	Sim
	1.374	Não
	1.396	

A oferta do sistema denominado Centro de Referência Especializado da Assistência Social para a População em Situação de Rua (Creas-POP), equipamento da atenção especial de alta complexidade, criado exclusivamente para atender à demanda de usuários de *crack* e outras drogas, foi citado em apenas 1,6% dos Municípios pesquisados. Em um montante significativo, 98,4% não disponibilizam deste equipamento. Um dos fatores que pode influenciar neste baixo número de Creas-POP é o critério populacional, no qual somente Municípios com mais de 250 mil habitantes podem ofertar esse serviço. Burocracia esta que afeta diretamente a população que, em situação de extrema vulnerabilidade social, necessita de auxílio da esfera governamental.

O Município tem Creas-POP?



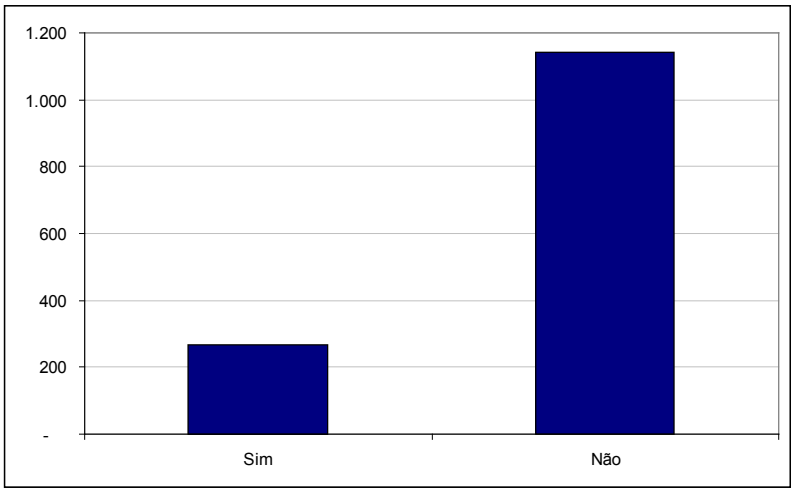
7	O Município possui Centro de Atenção Psicossocial - Caps?
268	Sim
1.142	Não
1.410	

Centro de Atenção Psicossocial (Caps) é considerado atualmente a porta de entrada do usuário de drogas no Sistema Único de Saúde (SUS). É por meio dele que se pode ter acesso a um tratamento gratuito.

Apenas 19% dos Municípios pesquisados informaram que possuem o Caps, enquanto 81% não têm em sua localidade esse equipamento e, portanto, não conseguem ofertar os serviços do Caps.

A ausência dos serviços desse equipamento implica o não atendimento das questões trazidas pelo consumo de drogas, questões que afetam não só o usuário/paciente, mas também seus familiares e demais membros de sua rede social.

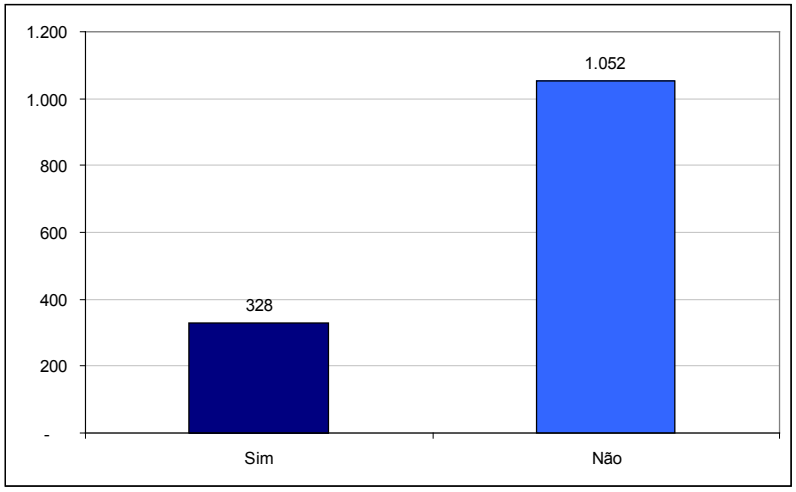
O Município possui Caps?



8	O Município possui Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Nasf?
328	Sim
1.052	Não
1.380	

Dos Municípios pesquisados, 23,8% afirmam ter o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), equipamento da atenção básica de saúde, disponível em sua rede de assistência ao usuário de drogas. Porém, em sua grande maioria (76,2%), este serviço não existe, o que acarreta na diminuta abrangência das ações de atenção primária à saúde.

O Município possui Nasf?

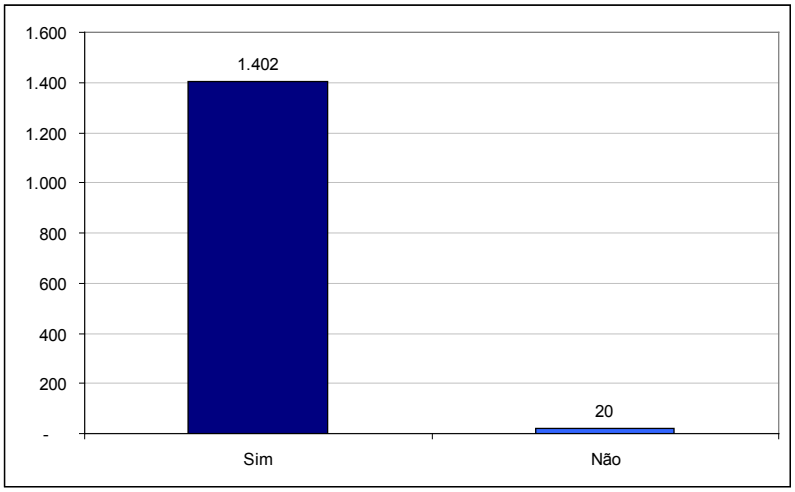


9	O Município possui Conselho Tutelar?
1.402	Sim
20	Não
1.422	

O Conselho Tutelar é um órgão público municipal, permanente e autônomo, responsável por zelar pela garantia dos direitos da criança e do adolescente. Dentre suas competências, temos o processo de requisitar serviços públicos nas áreas de Saúde, Educação, Serviço Social, Previdência, Trabalho e Segurança. Ele é peça fundamental na rede de proteção integral à criança e ao adolescente e todo o meio que é alvo das drogas.

A pesquisa realizada pela CNM informa que 98,6% dos Municípios pesquisados confirmam que possuem em suas localidades o Conselho Tutelar e que apenas 1,4% dos pesquisados ainda não possui essa rede de proteção à criança e ao adolescente.

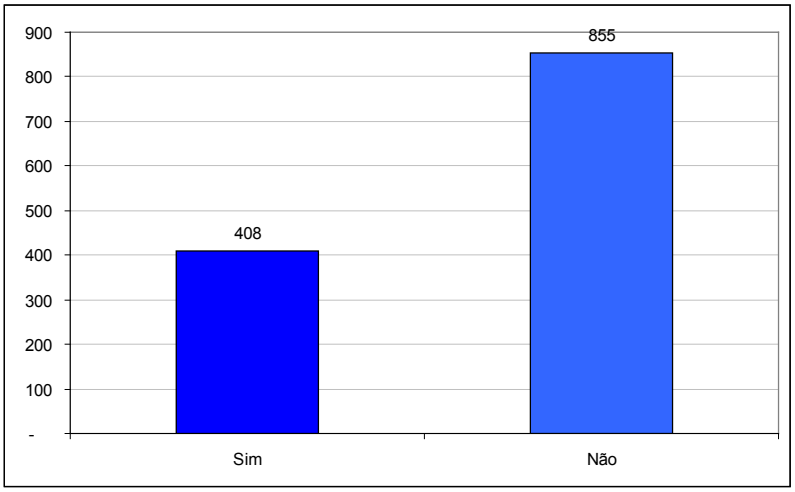
O Município possui Conselho Tutelar?



10	O Município possui outras instituições que integram a rede de assistência?
408	Sim
855	Não
1.263	

A última questão foi relacionada às outras instituições que integram a rede de assistência ao usuário de drogas. Dos Municípios que afirmaram possuir outros equipamentos de apoio ao usuário e seus familiares, 32,3% citaram o auxílio das igrejas, terceiro setor (organizações não governamentais – ONGs), instituições filantrópicas e privadas. Já 67,7% afirmam não contar com nenhuma outra rede de apoio.

O Município possui outras instituições?



11.3 – Quais são os principais problemas relacionados ao *crack* nas áreas de:

11.a	Quais problemas?	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
	Saúde	63,7%	61,2%	61,3%	65,1%	64,7%	64,9%
	Segurança	58,5%	62,4%	60,3%	55,7%	56,8%	65,6%
	Assistência Social	44,6%	47,2%	42,0%	46,3%	44,1%	45,4%
	Educação	37,9%	34,8%	36,8%	37,2%	37,6%	46,1%
	Outros	12,3%	15,7%	11,7%	12,2%	11,1%	15,2%

Apresentaremos a seguir, os principais problemas relatados pelos Municípios nas diversas áreas que envolvem a problemática específica em relação ao *crack.*

Saúde

Atualmente, a questão do consumo de drogas ultrapassa a barreira de um simples problema social, e passa a ter desdobramentos em diversas áreas da sociedade. Por esse motivo, vem sendo tratada principalmente como uma questão de saúde pública.

Entre as áreas mais afetadas pela dinâmica que o consumo de drogas apresenta, nós temos a área da Saúde em primeiro lugar, com 63,7% das citações.

Os principais problemas apresentados pelos Municípios vêm da fragilidade da rede de atenção básica ao usuário de drogas, da falta de leitos para a internação, do espaço físico inadequado, da carência na disponibilidade de remédios e da ausência de profissionais especializados na área da dependência química.

Essas são as principais queixas de quem está lidando com a questão na linha de frente, o que traz consequências graves para a qualidade e segurança no atendimento a essa população vulnerável.

A questão da internação de usuários nos Municípios, principalmente de pequeno porte, que apresentam este tipo de demanda é preocupante, pois há relatos em que se faz necessária a transferência desses indivíduos, caso não haja estrutura para realizar procedimentos como desintoxicação e internação.

Com a estruturação desse tipo de serviço à população, os gastos com transferência do usuário/paciente para outra localidade seriam evitados e redirecionados à rede de assistência do próprio Município, aumentando, assim, a possibilidade de se desenvolver um atendimento integral e intersetorial.

As ações da rede de atenção básica da saúde – que poderiam ser desenvolvidas também pelo Nasf, instituído com o objetivo de promover a atenção integral em saúde e saúde mental, prioritariamente para usuários de *crack*, álcool e outras drogas, desenvolvendo ações de prevenção, acompanhamento – não estão disponíveis para quem delas necessita.

Infelizmente, as condições de proceder com esses objetivos são inviáveis, pois há uma carência muito grande em relação à disponibilização de uma equipe adequada para realizar essas atividades e a falta de recursos financeiros é um dos fatores que impede a efetivação desse acompanhamento.

Como porta de entrada ao paciente dependente de álcool e drogas no SUS, está o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD), que poderia dar o suporte na identificação, no encaminhamento e no acompanhamento desses usuários, porém o número existente hoje é insuficiente, segundo os Municípios pesquisados.

Não há também um estímulo para a construção de uma rede de apoio a esses usuários e aos seus familiares, como Amor Exigente, Alcoólicos Anônimos (A.A.), Narcóticos Anônimos (N.A.) e organizações da sociedade civil, que podem contribuir de forma relevante no enfrentamento dos aspectos sociais apresentados pela dependência química.

Por meio do *Observatório do crack e outras drogas*, a CNM participou de alguns seminários em que se discutiu muito esta questão do tratamento de dependentes. Segundo especialistas, não há ainda um programa de tratamento para que os médicos possam atender de maneira correta aos usuários em crise.

Segurança

A segurança aparece como a segunda maior área a apresentar problemas relacionados ao consumo e à circulação de drogas com 58,5% das citações.

Os principais problemas estão relacionados ao aumento de furtos, roubos, violência intrafamiliar e doméstica, assassinatos, vandalismo, bem como o aumento da violência no meio rural e urbano. Existem ainda apontamentos em relação à falta de policiamento nessas áreas que apresentam maior vulnerabilidade.

A preservação da ordem pública é atribuição do Estado e da União. Outros órgãos que não estejam previstos em lei não possuem competência para exercer as funções de segurança pública.

Os órgãos responsáveis pela preservação da segurança pública são as Polícias Federal, Ferroviária Federal, Rodoviária Federal, Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

As Guardas Municipais não possuem competência para atuar na preservação da segurança pública, não lhes foi atribuído o poder de polícia ostensiva ou de polícia Judiciária.

A função dos guardas municipais é específica e está voltada para a preservação dos bens dos Municípios. A estes competem somente a implantação e a gestão da guarda municipal.

Assistência social

Esta é a terceira área a apresentar problemas demandados pelo consumo e pela circulação de drogas, 44,6% relatam problemas como a falta dos serviços da Proteção Social Básica prestados pelo Cras, que trabalha na perspectiva da prevenção e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários desenvolvendo ações que podem contribuir para evitar o uso de drogas.

Outra questão é a fragilidade da rede de Proteção Social Especial, nas modalidades da média e alta complexidade, Creas, que tem como objetivo trabalhar as demandas das famílias e dos indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e/ou social, que é a demanda trazida pelos usuários de drogas.

Os gestores municipais apontam que os problemas mais comuns relacionados ao consumo de *crack* e outras drogas fazem referência à falta de estrutura familiar. O uso de drogas traz problemas como o abandono da vida familiar e social (trabalho e estudos), o que acarreta em uma dificuldade real de reinserção desses usuários à sua rede social.

Quando há o rompimento com a família é necessário também tratar os integrantes desse núcleo afetivo, pensando sempre em reestruturar o ambiente familiar e comunitário.

Outra demanda significativa está ligada à violência gerada pelo tráfico e pelo consumo de drogas. São inúmeros os relatos de violência doméstica, agressão física, patrimonial, psicológica e, principalmente, sexual, incluindo aqui a situação da prostituição infantil.

A ausência de instituições socioassistenciais que possam trabalhar essas demandas é fator de agravamento constante da violência gerada pelo tráfico e consumo de drogas, tanto para o usuário quanto para os que estão à sua volta.

Educação

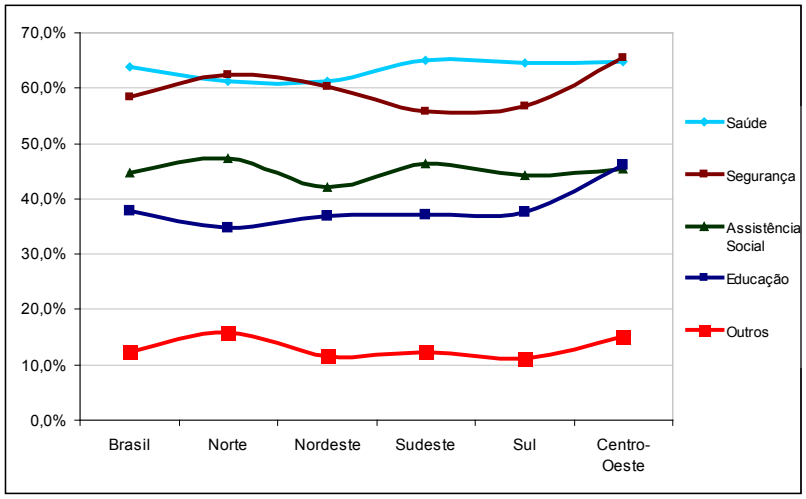
Com 37,9% das citações, a área da educação aparece em quarto lugar, apresentando problemas relativos ao consumo e à circulação de *crack* e outras drogas.

Dentre as queixas mais frequentes, fica registrada a entrada dos jovens no universo do tráfico. Aqui é onde começa uma sequência de atos que levam ao baixo rendimento, ao vandalismo, ao envolvimento com gangues, à evasão escolar, o que acaba gerando conflitos que podem culminar em óbitos.

O que agrava ainda mais essa situação é a falta de capacitação para os profissionais da rede de Educação, para que estes possam identificar sinais tanto de consumo como o envolvimento com o tráfico de drogas.

Outra questão abordada é em relação à inclusão do tema "drogas" no currículo ou mesmo na inserção do tema em matérias já existentes. Por essa inexistência de capacitação dos professores, a lacuna do conhecimento em como abordar o assunto em sala de aula, sem ofender ou invadir o espaço do aluno dificulta ainda mais a questão.

Quais as áreas com problemas relacionados ao *crack*?



Problemas comuns

Alguns problemas são frequentemente citados em todas as áreas pesquisadas, como a ausência de profissionais capacitados para atender a esse tipo de demanda, bem como ações de capacitação, ações de prevenção e falta de verbas destinadas para a manutenção das equipes e dos centros de atenção que deveriam estar disponíveis aos usuários.

Os munícipes informam que o tráfico e o consumo de drogas ainda não são tratados como prioridade pelo governo federal, muito menos como questão de saúde pública. Enquanto a abordagem em relação à questão não avançar no sentido da garantia de atenção integral ao usuário de drogas e sua reinserção na sociedade, a situação irá permanecer sem mudanças positivas.

13 – Qual o custo real mensal das ações para o Município?

18	Qual o custo real mensal das ações para o município?
1.486.945	Recursos humanos (remunerações, gratificações e encargos)
188.482	Manutenção com estrutura física (reforma, água, energia, limpeza)
244.359	Manutenção com as ações e serviços (insumos, material expediente)
129.135	Aquisição e manutenção de equipamentos
166.061	Educação em saúde (palestras, impressos)
94.604	Capacitação de recursos humanos
259.113	Medicação e insumos

Perguntamos aos gestores qual o custo efetivo das ações que os Municípios estão realizando no combate ao *crack* e outras drogas, os valores informados já chegam a mais de R$ 2,5 milhões.

As boas práticas nos Municípios brasileiros

Ainda assim, com todas as dificuldades que ficaram constatadas, os Municípios brasileiros desenvolvem boas práticas para tentar minimizar a problemática das drogas. Aqui vamos apresentar alguns modelos de sucesso espalhados pelo País:

Cordislândia (MG)

Este Município promoveu uma *blitz* e distribuiu amplo material de divulgação para a população. Entre as ações, houve a entrega de panfletos e adesivos informativos aos motoristas, bem como a realização de uma palestra na comunidade sobre os temas *crack* e exploração sexual infantil, ajudando a conscientizar a população sobre esses assuntos.

Por meio do apoio da comunidade de Cordislândia, a campanha recebeu ajuda para confeccionar camisetas com o tema da Campanha: "*Crack* nem pensar, tire essa pedra do meu caminho". Todo o projeto foi desenvolvido para destacar a prevenção. A participação em massa de todos os alunos das duas escolas do Município permitiu que a ideia da mobilização já estivesse sendo programada para ocorrer novamente.

Orizona (GO)

A Câmara Municipal de Orizona (GO), preocupada com o aumento do uso de *crack* no Município, lançou o "Projeto Núcleos", que prevê o fortalecimento dos direitos humanos, a luta contra as drogas e a melhoria da qualidade de vida de crianças e jovens. O projeto foi promovido por meio de um convênio com a Universidade Estadual de Goiás (UEG), o Tribunal de Justiça de Goiás e a Prefeitura de Orizona.

Direcionado para o resgate da cidadania das crianças e dos adolescentes, o projeto está sendo implantado em cinco Municípios goianos: Anápolis, Orizona, Pirenópolis, Silvânia e Jaraguá.

Barreiras (CE)

O Projeto "Mãos Dadas pela Vida" permitiu que usuários de drogas tivessem uma oportunidade de recomeçar. A casa de recuperação foi fundada por um ex-dependente químico e está localizada no Município de Barreiras, no Ceará. Instalado em uma fazenda cercada de verde e totalmente gratuito, o projeto vive com doações de alimentos e donativos de pessoas da região. A prefeitura municipal disponibilizou uma terapeuta para o programa, além de propiciar aos jovens a capacitação profissional com um curso de costura. Uma das ideias apoiadas é a ressocialização do dependente à sociedade, tentando reinserir o jovem no mercado de trabalho e na vida social.

São Bento do Sul (SC)

A prefeitura tem viabilizado diversos projetos com a população local. De acordo com o prefeito, há cinco anos, a gestão começou um programa forte de enfretamento ao tráfico de entorpecentes. Foi realizado um trabalho para prisão de traficantes e a continuidade se deu com a criação do Comad.

Por meio de uma parceria com a Polícia Militar (PM) e o Conselho Municipal de Segurança, foram cedidas moradias aos militares nos diversos bairros da cidade, para que a sensação de segurança estivesse em toda parte.

Dependendo do bairro, existem duas casas destinadas aos policiais, que trabalham diretamente nas comunidades, estabelecendo um território antidrogas. A dedicação a este projeto conseguiu, hoje, que o crescimento do *crack* e outras drogas esteja controlado. Ainda há destaque para as ações preventivas realizadas nas escolas. Segundo a população, o melhor caminho em prol de uma sociedade livre de drogas é a informação.

Cachoeirinha (RS)

O caso de Cachoeirinha no Rio Grande do Sul chama atenção não só pela implantação do novo órgão criado, a Comunidade Terapêutica Pública (CTP) Reviver, mas por representar um projeto pioneiro no País. O prefeito, ex-usuário de drogas, prioriza em seu governo ações que levam esperança a pessoas que ainda sofrem por causa da dependência química.

Na Comunidade Terapêutica Reviver, totalmente gratuita, os usuários permanecem, em média, nove meses. Muito além do tratamento, está a busca pela reinserção na sociedade. Projetos

futuros incluem oficinas para a preparação de mão de obra com capacitação técnica para padeiros, confeiteiros e também para a construção civil, essas serão algumas das possibilidades de trabalho para os egressos da comunidade terapêutica.

Piratininga (SP)

O Município de Piratininga, no Estado de São Paulo, comemorou um ano da campanha "Piratininga contra as Drogas". Palestras, desfiles de alunos dos colégios municipais; corais para crianças; escolinhas de futebol; e hortas comunitárias são algumas ações desenvolvidas pelo projeto nomeado "Piratininga é da Paz".

A campanha também produz um jornal mensal com informações sobre drogas e dicas de prevenção com depoimentos e relatos de ex-usuários que conseguiram mudar de vida. Muitas famílias, e muitas vezes o próprio usuário de drogas, procuram ajuda com mais frequência. A sociedade civil aderiu ao programa, inclusive todo o comércio local adotou a camiseta do programa como uniforme.

Os índices de violência reduziram significativamente desde o início da campanha.

O financiamento das ações de combate ao *crack* e outras drogas

Como vimos nos capítulos anteriores, os problemas relacionados ao consumo de drogas e mais fortemente ao *crack* acarretam enormes prejuízos sociais e econômicos à sociedade. Assim, podemos afirmar que o enfrentamento necessita ser realizado de forma integrada entre todos os entes da Federação para funcionar com a eficácia que é necessária.

Fomos investigar a execução do Orçamento Geral da União (OGU) nos programas e nos órgãos relacionados às drogas para sabermos como estão sendo gastos os recursos federais.

Investigamos alguns orçamentos estaduais para identificar os programas e as ações relacionadas ao *crack* e outras drogas a fim de fazer um levantamento do real financiamento à política nacional sobre drogas.

No OGU, acessamos os dados da execução de 2010, ano em que o governo federal lançou, durante a *XIII Marcha em Defesa dos Municípios*, promovida pela CNM, o Plano Emergencial de Combate ao *Crack* e, conforme os dados a seguir indicam, pouca coisa foi executada.

LOA 2010 - Execução da Despesa por Programação Gestão da Política Nacional Sobre Drogas					
Programa (Cod/Desc)	**Dotação Inicial**	**Autorizado**	**Empenhado**	**Liquidado (Subelemento)**	**Pago**
0665 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	24.130.000	124.130.000	90.017.118	90.017.118	5.349.116
0665 - NACIONAL DE REDUCAO DA DEMANDA E DA OFERTA DE DROGAS	0	0	0	0	0
TOTAL	**24.130.000**	**124.130.000**	**90.017.118**	**90.017.118**	**5.349.116**
% de pago sobre autorizado					**4,31%**
% de pago sobre empenhado					**5,94%**

LOA 2011 - Execução da Despesa por Programação Gestão da Política Nacional Sobre Drogas					
Programa (Cod/Desc)	**Dotação Inicial**	**Autorizado**	**Empenhado**	**Liquidado (Subelemento)**	**Pago**
0665 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	30.070.000	33.550.053	6.321.862	4.758.723	4.757.150
TOTAL	**30.070.000**	**33.550.053**	**6.321.862**	**4.758.723**	**4.757.150**
% de pago sobre autorizado					**14,18%**
% de pago sobre empenhado					**75,25%**

Até outubro de 2011.

No ano de 2010, foram autorizados 124 milhões para a gestão da Política Nacional sobre Drogas, desse montante, foram empenhados 90,01 milhões e efetivamente pago o valor de 5,3 milhões, ou seja, 4,21% do valor autorizado ou 5,94% do valor empenhado. Se pensarmos que este é o principal programa sobre drogas da União, veremos que a execução é insignificante para atender às demandas apresentadas neste trabalho.

Em 2011, a execução se mostra bem diferente se compararmos à de 2010. Este ano foi autorizado somente 33,6 milhões, valor muito abaixo dos 124 milhões de 2010, e foi empenhado, até o momento, somente 6,3 milhões, dos quais foram pagos 4,7 milhões, ou seja, 14,1% do autorizado e 76,2% do empenhado.

O Ministério da Saúde

Avaliando a execução orçamentária do Ministério da Saúde neste exercício de 2011 por ação e programa, verificamos que todos os programas que se referem a drogas estão com dotação zeradas, somente duas ações relacionadas à saúde mental tem recursos disponíveis, não é possível identificar se os recursos são para ação referente às drogas ou à própria política de saúde mental.

LOA 2011 - Execução Orçamentária do Ministério da Saúde

Programa	Ação	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
Atenção a Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos	Apoio a Serviços Extra-Hospitalares para Transtornos de Saúde Mental e Decorrentes do Uso de Alcool e Outras Drogas	0	0	0	0	0
Atenção a Saúde de Populações Estrategicas e em Situações Especiais de Agravos	Atenção a Saúde Mental	0	0	0	0	0
Atenção a Saúde de Populações Estrategicas e em Situações Especiais de Agravos	Servicos Extra-Hospitalares de Atenção Aos Portadores de Transtornos Mentais e de Transtornos Decorrentes do Uso de Alcool e Outras Drogas	0	0	0	0	0
Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	Servicos Extra-Hospitalares de Atenção Aos Portadores de Transtornos Mentais e de Transtornos Decorrentes do Uso de Alcool e Outras Drogas	0	0	0	0	0
Saúde Mental	Estudos e Pesquisas Sobre Saúde Mental	0	0	0	0	0
Vigilbncia Epidemiolsgica e Ambiental em Sazde	Sistema Nacional de Vigilancia Epidemiologica	0	0	0	0	0
Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	Atenção Especializada em Saúde Mental	29.253.963	29.253.963	5.350.000	5.195.000	5.195.000
Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	Implantação e Implementação de Politicas de Atenção a Saúde Mental	1.500.000	1.500.000	396.289	121.851	121.851

Estados

Pesquisamos nas execuções orçamentárias dos Estados programas relacionados às drogas e ou ao enfrentamento do *crack*. Abaixo, apresentamos os resultados encontrados.

LOA - dos Estados da Federação

Valores orçados para programas de combate as drogas

Estado	Atendimento a pessoas usuárias de drogas		Desenvolvimento da Política Antidrogas		TOTAL	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Acre						
Alagoas						
Amapá						
Amazonas				10.000		10.000
Bahia	110.000	200.000	20.000	50.000	130.000	250.000
Ceará	25.000		284.000	247.500	309.000	247.500
Distrito Federal	250.000	250.000			250.000	250.000
Espírito Santo	1.426.256		445.000		1.871.256	
Goiás						
Maranhão	303.545		627.360		930.905	
Mato Grosso						
Mato Grosso do Sul			150.000	50.000	150.000	50.000
Minas Gerais	1.378.084		221.520	5.734.967	1.599.604	5.734.967
Pará			40.000	40.000	40.000	40.000
Paraíba						
Paraná	2.000.000	3.902.600			2.000.000	3.902.600
Pernambuco			64.700	196.430	64.700	196.430
Piauí	144.000		1.880.000	1.113.000	2.024.000	1.113.000
Rio de Janeiro				1.000.000		1.000.000
Rio Grande do Norte						
Rio Grande do Sul				10.300.000		10.300.000
Rondônia						
Roraima						
Santa Catarina						
São Paulo	23.200	24.833	1.000.000	700.000	1.023.200	724.833
Sergipe						
Tocantins						

É bom registrar que os orçamentos estaduais não têm tanta transparência quanto o OGU, apesar de todas as legislações federais obrigarem a divulgação dos gastos públicos, é difícil obter informações sobre ações e programas de governo estaduais.

Conforme tabela anterior, os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Piauí e Rio de Janeiro possuem dotações significativas para o desenvolvimento de política antidrogas, e os Estados do Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais tinham dotações grandes para atendimento a pessoas usuárias de drogas em 2010. Já no ano de 2011, o Estado do Paraná previu o recurso de 3,9 milhões.

Esta consulta aos orçamentos da União e dos Estados nos indica que os recursos para o financiamento de todas as ações que são necessárias para o enfrentamento aos problemas relacionados às drogas são parcos; o governo federal, que deveria ser o maior indutor de recursos, acaba investindo pouco nessa área.

A Secretaria Nacional Antidrogras (Senad), que está vinculada ao Ministério da Justiça, não tem no OGU nenhuma dotação orçamentária, não sendo possível avaliar seus investimentos. Dentro do Ministério da Justiça, as ações e os programas também não esclarecem o que é destinado à subvenção da Senad.

Mesmo com a ausência de recursos, o único ente da Federação que trabalha para minimizar a problemática do uso de drogas é o Município.

Uma sugestão de política de enfrentamento ao *crack*

Plano Municipalista de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas

O Plano Municipal de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas visa à prevenção, ao tratamento, à reinserção social e profissional de usuários e ao combate ao tráfico de drogas.

As ações do Plano Municipalista de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas poderão ser executadas de forma descentralizada e integrada, por meio da união entre as diversas áreas da esfera municipal, respeitando a intersetorialidade, a interdisciplinaridade, a integralidade e a participação da sociedade civil.

O Plano Municipalista de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas tem como fundamento a integração e a permanente articulação entre as políticas e ações das áreas de Saúde, Assistência Social, Cultura, Educação, Segurança Pública, Desporto e Meio Ambiente, em equilíbrio com os objetivos da Política Municipalista sobre drogas.

São objetivos do Plano Municipalista de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas:

- Estruturar, integrar, ampliar e articular a rede de atenção ao usuário de *crack* e outras drogas, fortalecendo a rede de Saúde e Assistência Social disponível nos Municípios.

- Ampliar as ações voltadas à prevenção ao uso de drogas, ao tratamento dos usuários, à reinserção social e profissional dos usuários, priorizando a participação dos familiares e a atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade social, como crianças, adolescentes e população em situação de rua.

- Capacitar, de forma continuada, os profissionais envolvidos na temática das drogas, seja na área de prevenção, tratamento, reinserção, seja no combate ao tráfico de drogas.

- Divulgar informações relativas ao *crack* e outras drogas.

- Promover e ampliar a participação da sociedade civil organizada na Política Municipalista de Enfrentamento ao C*rack* e outras Drogas, contribuindo para o desenvolvimento de boas práticas.

- Promover a articulação com as ações de enfrentamento ao *crack* e outras drogas desenvolvidas pelas demais esferas do governo.

As despesas decorrentes da implementação do Plano Municipalista de Enfrentamento ao C*rack* devem ser financiadas pelo Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

A seguir, apresentaremos algumas sugestões de ações que os Municípios podem realizar para o enfrentamento ao problema do *crack* e de outras drogas.

Estrutura/coordenação

Sugestão de ação	Coordenação	Onde pode ser executado	Quem pode participar
Identificar e estabelecer a rede integrada e intersetorializada de ações e serviços de saúde, nos vários níveis de complexidade, destinada a prestar atenção integral ao usuário de drogas e dependente químico, conforme a disponibilidade e a capacidade técnica, administrativa e financeira do Ente, com a participação das três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), respeitados os princípios da regionalidade e da integralidade, em todo o território nacional, com a definição das portas de entrada, fluxos de encaminhamento, referência e contrarreferência.	Secretaria de Saúde.	Secretaria de Saúde.	Funcionários da área da saúde.
Utilização de sistema de informação com a obrigatoriedade de registro de notificação, tratamento, recuperação e reinserção em toda a rede integrada e intersetorializada de atenção integral ao usuário de drogas, com a possibilidade de orientar o planejamento, a programação e a execução das ações de enfrentamento ao *crack* e outras drogas.	Secretaria de Saúde.	Secretaria de Saúde.	Profissionais da área da saúde.
Utilização do *Observatório do Crack* para notificação e acompanhamento dos casos notificados, recuperados, em reinserção e acompanhados.	Todas as áreas.	*Site* do Observatório: www.cnm.org.br/*crack*	Sociedade civil e governo.

Prevenção

Sugestão de ação	Coordenação	Onde pode ser executado	Quem pode participar
Deverá ocorrer uma formação dos educadores envolvendo todas as ações para o enfrentamento ao *crack* e outras drogas, desde a identificação do tráfico até o usuário. Para que o docente saiba como agir além de desenvolver trabalhos em sala de aula continuamente. Feiras e eventos na escola devem sempre mostrar atividades que envolvam o tema de caráter preventivo. As aulas devem trazer debates e a produtividade dos alunos em atividades na qual o professor possa visualizar a posição dos educandos perante o tema.	Secretaria de Educação	Auditórios das escolas, salas de aula, ginásios, centros esportivos.	Professores, assessores pedagógicos, psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais.
Realização de palestras, produção de informativos pelos discentes sobre o assunto.	Secretaria de Educação.	Auditórios das escolas, salas de aula, ginásios e laboratórios de informática para a produção do material.	Professores, assessores pedagógicos, psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais.
Criação de uma equipe multidisciplinar de suporte nas escolas para auxiliar na prevenção e na reinserção dos usuários.	Secretaria de Saúde/Secretaria de Assistência Social.	Auditórios das escolas, salas de aula, ginásios.	Professores, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, médicos, enfermeiros.
Incentivar a produção de jornais, informativos, boletins e publicações no âmbito escolar feito pelos estudantes sobre o combate às drogas. Tal ação visa à apropriação do conhecimento pelos alunos, para que os próprios estudantes possam se ajudar e promover a campanha de enfrentamento ao *crack* no Município.	Secretaria de Educação.	Auditórios das escolas, salas de aula, laboratórios de informática.	Professores, psicopedagogos e estudantes.
Acompanhar a frequência dos alunos e realizar visitas a domicílio, se houver evasão escolar, para verificar os motivos da ausência. Caso se perceba que o aluno é usuário de drogas, realizar o encaminhamento para a rede de atenção.	Secretaria de Educação.	Escolas e residências dos estudantes.	Professores, assessores pedagógicos, psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais.

Sugestão de ação	Coordenação	Onde pode ser executado	Quem pode participar
Realizar atividades socioeducativas e culturais no contraturno escolar. Otimização de espaços já existentes no Município, como centros culturais, pontos e casas de cultura, biblioteca pública, quadras poliesportivas, ginásios etc., para a prática das atividades a serem desenvolvidas.	Secretaria de Educação/Secretaria de Cultura/ Secretaria de Esporte.	Centros culturais, pontos e casas de cultura, biblioteca pública, quadras poliesportivas, ginásios.	Professores, agentes de cultura, funcionários da Secretaria de Esporte, estudantes, Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas.
Incentivar a prevenção e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de programas culturais desenvolvidos em entidades públicas ou privadas, direcionadas especialmente para a juventude. Neste aspecto, poderão ser realizados convênios com diversas organizações, públicas ou privadas, como clubes, salões de igrejas, escolas, bibliotecas, sempre na perspectiva da prevenção, conscientização e educação.	Secretaria de cultura/Secretaria de Assistência Social.	Clubes, salões de igrejas, escolas, bibliotecas, ginásios, espaço das ONGs.	Assistentes sociais, funcionários da Secretaria de Cultura, equipes das ONGs, crianças, adolescentes, jovens e adultos, Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas.
Realizar oficinas e atividades profissionalizantes para atuação dos alunos no mercado de trabalho (qualificação para o 1º emprego), além de direcionamento para ensino superior.	Secretaria de Educação/Secretaria de Trabalho.	Salas de aula das escolas, laboratórios das escolas, salões de clubes, igrejas, espaço das ONGs.	Professores, funcionários da secretaria de trabalho, equipe das ONGs, estudantes.
Realizar projetos de educação e conservação ambiental em escolas e nas comunidades.	Secretaria de Meio Ambiente.	Reservas ambientais, salas de aula, salões de clubes, igrejas.	Técnicos em meio ambiente, biólogos, engenheiros ambientais, crianças, adolescentes, jovens e adultos.
Elaborar (material didático) e padronizar informações sobre as drogas e suas consequências no organismo humano e disseminá-las nos diversos meios de comunicação, buscando a conscientização da população, com a participação das três esferas de governo e o envolvimento dos diversos segmentos da Administração Pública e da sociedade civil organizada.	Secretaria de Saúde.	Secretaria de Saúde.	Profissionais da Área da Saúde.
Inserção do tema *crack* e outras drogas nas grades curriculares de ensino básico e fundamental.	Secretaria de Educação.	Escolas.	Professores.

Sugestão de ação	Coordenação	Onde pode ser executado	Quem pode participar
Elaboração de informativo, cartazes, vídeos com informações sobre as drogas e seus efeitos no organismo humano.	Secretaria de Educação.	Escolas.	Professores, assessores pedagógicos, psicopedagogos, psicólogos, estudantes, Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas.
Organizar a rede socioassistencial disponível no Município, a fim de estimular a busca ativa e a prevenção.	Secretaria de Assistência Social.	Secretaria de Assistência Social.	Assistentes sociais, psicólogos, equipes da rede de apoio (ONG, igrejas, clínicas de recuperação), Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas.
Divulgar os serviços socioassistenciais disponíveis no Município por meio de cartazes, rádios comunitárias e demais meios de comunicação disponíveis.	Secretaria de Assistência Social.	Escolas, clubes, praças, igrejas, espaços socioassistenciais, Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas.	Secretaria de Assistência Social.
Realizar campanhas de prevenção, levando até a comunidade informações relevantes sobre o tema drogas.	Secretaria de Assistência Social.	Escolas, clubes, praças, igrejas, Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas.	Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde.
Identificação de usuários de drogas e dependentes químicos e referenciamento para os serviços credenciados da rede integrada e intersetorial.	Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas.	Município.	Agentes das Secretarias de Saúde, Assistência Social, Educação, Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas.

Tratamento

Sugestão de ação	Coordenação	Onde pode ser executado	Quem pode participar
As unidades de atenção básica de saúde farão a identificação e a notificação dos casos de usuários/dependentes de drogas, os primeiros atendimentos, o monitoramento e os encaminhamentos necessários.	Secretaria de Saúde.	Comunidade.	Agentes das unidades de atenção básica de saúde.
Manter rede integrada de exames de diagnóstico laboratoriais e por imagem para atender às demandas da atenção básica de saúde, média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.	Secretaria de Saúde.	Rede municipal de saúde.	Profissionais da saúde.
Manter rede ambulatorial e hospitalar de média complexidade como retaguarda para as demandas da atenção básica de saúde.	Secretaria de Saúde.	Rede municipal de saúde.	Profissionais da saúde.
Implantar em hospitais leitos regionais e estaduais específicos para o tratamento de usuários de drogas e dependentes químicos.	Secretaria Estadual de Saúde.	Rede de saúde.	Profissionais da saúde.
Definir e manter rede de alta complexidade ambulatorial e hospitalar de atenção ao usuário de drogas e dependente químico como suporte para a rede de média complexidade.	Secretaria de Saúde.	Rede de saúde.	Profissionais da saúde.

Reinserção

Sugestão de ação	Coordenação	Onde pode ser executado	Quem pode participar
Serviços integrados multiprofissionais e intersetoriais de acompanhamento e monitoramento de ex-usuários de drogas ou ex-dependentes químicos reinseridos social ou profissionalmente.	Secretaria de Saúde /Secretaria de Assistência Social.	Rede de Saúde e Assistência Social.	Agentes das Secretarias de Saúde e Assistência Social.
Cursos para catadores de material reciclável – (associação de catadores) em parceria com as prefeituras e os empresários locais para os catadores realizarem a coleta seletiva em seus estabelecimentos. Realização de minicursos e oficinas visando à geração de renda e à comercialização dos produtos, utilizando os materiais coletados.	Secretaria de Meio Ambiente/ Secretaria de Assistência Social.	Secretaria de Meio Ambiente/ Secretaria de Assistência Social.	Agentes das Secretarias de Meio Ambiente e Assistência Social, usuários em tratamento.

Sugestão de ação	Coordenação	Onde pode ser executado	Quem pode participar
Aqueles que já estiveram em tratamento clínico ou alguma terapia para fins de reintegração podem passar a praticar alguma atividade cultural como forma de prevenção a recaídas. Este trabalho deve ser acompanhado por profissionais capacitados.	Secretaria de Cultura /Secretaria de Saúde /Secretaria de Assistência Social.	Pontos de Cultura, praças, clubes.	Agentes das Secretarias de Cultura e Assistência Social, usuários em tratamento.
Qualificação dos ex-usuários de drogas na educação profissional. Desenvolvimento de atividades e oficinas que propiciem a reinserção no mercado de trabalho e a efetivação de matrículas na educação profissional, como forma de qualificá-los adequadamente e evitar seu retorno às drogas.	Secretaria de Educação /Secretaria de Trabalho / Secretaria de Assistência Social.	Espaços da rede socioassistencial, clubes, igrejas.	Professores, agentes das secretarias de trabalho e assistência social, usuários em tratamento.
Formação de ex-usuários e usuários em recuperação para atuarem como monitores nos programas culturais e artísticos, esportes e campanhas de prevenção nos Municípios. Promover a realização de oficinas e atividades de formação, favorecendo a inclusão dos indivíduos e a sua contribuição para a comunidade.	Secretaria de Cultura / Secretaria de Esporte / Secretaria de Assistência Social.	Escolas, clubes, espaços das secretárias, ONGs, Conselhos Municipais Antidrogas.	Agentes das secretarias de cultura, esporte e assistência social, usuários em tratamento.

Segurança

Sugestão de ação	Coordenação	Onde pode ser executado	Quem pode participar
As Guardas Municipais – destinadas à proteção dos bens, serviços e instalações dos Municípios (art. 144, § 8º, da CF) – podem atuar, em regime de colaboração, com os órgãos de segurança pública no combate ao tráfico de drogas e em especial no que concerne ao *crack*. Destaca-se na atuação das Guardas a proteção das escolas municipais (alvo preferencial dos traficantes), logo, uma sistemática de colaboração e integração com a Secretaria de Segurança dos Estados e o Ministério da Justiça.	Secretaria de Administração.	Secretaria de Administração.	Guarda Municipal.

Conclusão

Após finalizarmos este estudo, podemos afirmar que a problemática do uso de *crack* e outras drogas se tornou um caso de saúde pública.

Assim como nas grandes cidades, nos Municípios de pequeno porte e até mesmo em áreas rurais, o consumo do álcool vem sendo substituído pelo de *crack*. Esta substituição se dá tanto pela facilidade de acesso à droga como pelo seu baixo custo.

Um dos problemas que agrava a devastação que o *crack* e outras drogas vêm causando à população brasileira está relacionado à região de fronteira do País. O efetivo policial é pequeno, mal remunerado e pouco treinado para enfrentar a dinâmica do tráfico de drogas.

Outro fator relevante é o papel que as indústrias produtoras de insumos utilizados para o preparo do *crack* desempenham. A grande questão é a fiscalização da venda desses produtos, que atualmente é feita de maneira insuficiente.

Materiais como o bicarbonato de sódio, a acetona, a amônia, dentre outros utilizados para a fabricação da droga, são facilmente encontrados em mercados e farmácias. A pasta base da cocaína, produto principal para a fabricação do *crack*, vem de países vizinhos, mas seu beneficiamento é feito em território brasileiro, em fábricas clandestinas.

Verificamos que o uso de *crack* se alastrou por todas as camadas da sociedade, a droga que a princípio era consumida por pessoas de baixa renda, disseminou-se por todas as classes sociais. Esta chaga assola famílias inteiras, provocando além da desestrutura familiar, um aumento significativo da violência nos Municípios.

Mais uma vez fica constatado, corroborando com os resultados da pesquisa realizada pela CNM em 2010, que os Municípios brasileiros estão sendo os únicos a enfrentar de forma direta o problema com o consumo e o tráfico de *crack* e outras drogas.

Mesmo com poucos recursos, insuficiência da rede de assistência ao usuário de drogas e carência de profissionais na área de saúde com especialidade em dependência química, são os próprios Municípios, sozinhos na linha de frente, os únicos a atender às demandas da sociedade.

É preciso ter claro que a formulação de uma política nacional de enfrentamento ao *crack* e outras drogas, em uma perspectiva intersetorial, deve levar em conta responsabilidades sociais e financeiras, estabelecendo compromissos e competências de forma descentralizada para os entes federados, respeitando a interdisciplinaridade, a integralidade e a participação da sociedade civil.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

RIBEIRO, M; LARANJEIRA, R. (Org.). *O tratamento do usuário de Crack*. São Paulo: Casa Leitura Médica, 2010.

OMS. Organização Mundial de Saúde. *Manual de Orientação para Atenção ao Crack*.

ONU. *Relatório Anual Sobre Drogas*. 2009, 2010.

MARSHALL BDL; MILLOY, M. J.; WOOD E. et al. Reduction in overdose mortality after the opening of North America's first medically supervised safer injecting facility: a retrospective population-based study. *The Lancet*, v. 377, n. 9775, p. 1429-1437, April 2011.

***Sites*:**

Disponível em: <http://www.nida.nih.gov/nidahome.html>. Acesso em: 11 de out. 2011.

Disponível em: <http://www.uniad.org.br/>. Acesso em: 7 de out. 2011.

Disponível em: <http://www.cebrid.epm.br/index.php>. Acesso em: 7 de out. 2011.

Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica_diretrizes_nasf.pdf>. Acesso em: 31 out. 2011.

Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>. Acesso em: 17 de out. 2011.

Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>. Acesso em: 21 de out. 2011.

Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/junho/creas-pop-para-a-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 17 de out. 2011.

Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=24355 &janela>. Acesso em: 2 de nov. 2011.

Disponível em: <http://www.whitehousedrugpolicy.gov/>. Acesso em: 28 de set. 2011.

3 A relação entre a Taxa de Homicídios por Arma de Fogo e o uso de *crack* nos Municípios

O consumo de drogas é um dos maiores problemas sociais e culturais do nosso tempo e as consequências geradas pelo consumo e tráfico de drogas é algo que vem preocupando a sociedade brasileira, assim que o tema entrou na agenda de debates a questão tomou proporção de grave problema de saúde pública, o Brasil começou a perceber que áreas da sociedade estão sendo fortemente afetadas pelos desdobramentos dessa questão social.

A pesquisa feita pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) em 2010 que mapeou a existência do *crack* e outras drogas apontou as áreas de saúde, assistência social, educação e segurança como sendo as mais afetadas pelo tráfico e consumo de drogas.

Muitos autores relacionam diretamente o tráfico e o consumo de drogas a violência armada, a CNM buscou cruzar os dados de seu recente estudo sobre a "Violência armada no Brasil de maio de 2011" e a Pesquisa sobre o "*Crack* nos municípios brasileiros de dezembro de 2010", separando os municípios que executam ações de combate ao *Crack* e as Taxas de Homicídios por Armas de Fogo de 2009 do Sistema de Informações sobre Morbidade do Datasus.

Diante desse problema que tem consequência direta no desenvolvimento social e econômico dos Municípios brasileiros, a necessidade de uma ação de enfrentamento à questão se fez necessária, ações que pudessem prevenir e tratar o problema, e quem está na linha de frente dessa luta tomou a iniciativa, dados dessa pesquisa apontam que dos Municípios pesquisados 1.902 realizam ações nesse sentido.

Um dos desdobramentos do tráfico e do consumo de drogas que mais preocupa os munícipes é a questão da segurança pública, a violência urbana é uma consequência direta do tráfico e consumo de drogas.

As discussões sobre o uso legal e ilegal de armas de fogo e o seu papel no aumento da violência vêm ocupando grande espaço na mídia nacional. A violência armada é um problema presente em todo o País assim como o *crack* e outras drogas.

Um estudo sobre a incidência da violência armada no Brasil feito pela CNM nos possibilita

fazer uma correlação entre a influência do tráfico de drogas e as taxas de homicídios por armas de fogo, o estudo aponta que os Municípios que vem realizando ações na perspectiva do enfrentamento ao *crack* e outras drogas têm um índice de homicídios considerável.

Dos 27 Estados que compõe a Federação e que tem seus Municípios desenvolvendo ações nas diversas áreas que a temática das drogas envolve, os do Estado do Paraná (o Estado é composto por 399 Municípios), são os que apresentam a maior Taxa de Homicídios por Armas de Fogo. São 95 Municípios desenvolvendo ações de enfrentamento ao *crack* e outras drogas, o número de homicídios no Estado para cada mil habitantes é 5,7, já nos 95 Municípios que vem realizando ações esse número sobe para 21,6 homicídios por armas de fogo, o que representa uma diferença de 279,1% em relação ao Estado.

Logo atrás em segundo lugar nós temos o Estado do Rio Grande do Sul composto por 496 Municípios, sendo desses apenas 106 estão realizando ações para tratar de alguma forma as consequências desse mal. A Taxa de Homicídios por Armas de Fogo no Estado é de 6,4 para cada mil habitantes, e nos 106 Municípios com ações implementadas é de 16,7 para cada mil habitantes, temos aí uma diferença de 161,1% em relação ao Estado.

Já o Estado com a menor Taxa de Homicídios por Armas de Fogo está na Região Nordeste do País, o Estado do Piauí com 224 Municípios onde 16 efetuam ações de enfrentamento às drogas apresenta uma Taxa de Homicídios por Armas de fogo de 35.1 para cada mil habitantes, já nesses 16 Municípios a taxa é de 8,7 mortes por armas de fogo, isso significa – 75,3% em relação ao Estado.

Relação de UFs com taxas de homicídios do conjunto de municípios e do conjunto de municípios com ações de enfrentamento ao *crack*				
UF	Mun. ações	Taxa do Estado	Taxa do conjunto dos mun. com ações	%
AC	3	8,7	12,0	37,8%
AL	27	49,2	39,1	-20,5%
AM	5	11,0	8,8	-20,0%
AP	3	16,9	6,9	-59,3%
BA	80	29,6	19,8	-33,1%
CE	48	17,6	13,0	-26,6%
DF	1	25,4	-	
ES	20	44,0	29,5	-32,8%
GO	38	20,2	16,3	-19,5%
MA	31	12,2	11,7	-4,1%
MG	93	18,7	14,2	-23,8%
MS	17	18,1	22,9	26,3%
MT	27	12,6	23,1	82,5%
PA	23	27,3	32,0	17,2%
PB	38	27,0	22,5	-16,7%
PE	46	24,8	27,4	10,6%
PI	16	35,1	8,7	-75,3%
PR	95	5,7	21,6	279,1%
RJ	6	20,2	15,0	-25,8%
RN	20	19,6	18,3	-6,9%
RO	9	15,1	16,0	6,2%
RR	2	23,4	8,5	-63,9%
RS	106	6,4	16,7	161,1%
SC	44	8,3	11,2	35,6%
SE	19	9,3	22,8	146,1%
SP	97	22,3	9,2	-58,8%
TO	16	9,9	23,1	133,4%
BR	930	18,6	17,	-6,2%

A análise dessa correlação prova que a epidemia do *crack* não afeta somente as áreas da saúde com a falta de leitos para internação e tratamento, a área da educação com a evasão escolar ou a assistência social com a dificuldade de reinserção sociofamiliar e profissional, mas atinge com intensidade a área da segurança, tendo seus desdobramentos sendo refletidos para toda a sociedade.

Os casos mais citados pelos munícipes são os de aumento de furtos, o que compromete a segurança para a comunidade, seja nas escolas ou nas ruas, a maioria relata também que há alto nível de violência, tanto familiar quanto urbana, outra situação bastante relatada é a falta de efetivo policial.

Todos os fatores apresentados por essa correlação apontam para a necessidade urgente em se discutir não só a epidemia das drogas, mas também as suas consequências.

4 Análise das portarias decretadas de situação de emergência e estado de calamidade pública

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) vem divulgando nos últimos anos estudos sobre os recorrentes problemas com a seca e com os períodos de chuvas. A instituição alerta também sobre a questão da repetição cíclica de desastres naturais e a falta de prevenção com estes desastres. Com o intuito de proporcionar melhor mecanismo para o entendimento do problema, a CNM vem divulgar esse trabalho que tem como objetivo fazer um levantamento das portarias de estado de calamidades públicas e das situações de emergências publicadas no *Diário Oficial da União* no ano 2011.

Os dados são extraídos da Secretaria Nacional de Defesa Civil, órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional no governo federal.

Em 2011 foram publicadas 1.245 portarias em 987 municípios no País, sendo os estados de Santa Catarina (358), Rio Grande do Sul (248) e Minas Gerais (85) os com o maior número de portarias neste ano.

UF	Decretos		
	SE	ECP	Total
AC	2	-	2
AL	12	-	12
AM	8	-	8
AP	3	-	3
BA	62	-	62
CE	13	-	13
ES	40	-	40
GO	20	-	20
MA	19	-	19
MG	85	-	85
MS	29	-	29
MT	9	-	9
PA	22	-	22

UF	Decretos		
	SE	ECP	Total
PB	61	-	61
PE	72	19	91
PI	8	-	8
PR	34	2	36
RJ	23	7	30
RN	6	-	6
RO	1	-	1
RR	-	15	15
RS	247	1	248
SC	347	11	358
SE	9	-	9
SP	57	1	58
TO	-	-	-
BR	**1.189**	**56**	**1.245**

Analisando as portarias por município, observa-se que a grande maioria das 987 cidades afetadas por eventos extraordinários está localizada nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais na sua grande maioria, mas os fatos acontecem em todos os estados da Federação.

A grande maioria dos eventos geram portarias de situação de emergência (95%) e as portarias de estado de calamidade pública são em menor quantidade (5%).

UF	Municípios com portarias reconhecidas em 2011												Total
	SE						ECP						
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total	
AC	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
AL	12	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	12
AM	8	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	8
AP	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
BA	51	4	1	-	-	56	-	-	-	-	-	-	56
CE	13	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	13
ES	26	7	-	-	-	33	-	-	-	-	-	-	33
GO	18	1	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	19
MA	19	-	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	19
MG	81	2	-	-	-	83	-	-	-	-	-	-	83
MS	27	1	-	-	-	28	-	-	-	-	-	-	28
MT	9	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	9
PA	15	2	1	-	-	18	-	-	-	-	-	-	18
PB	57	2	-	-	-	59	-	-	-	-	-	-	59
PE	35	17	1	-	-	53	5	7	-	-	-	12	65
PI	6	1	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	7
PR	32	1	-	-	-	33	2	-	-	-	-	2	35
RJ	21	1	-	-	-	22	7	-	-	-	-	7	29
RN	6	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6
RO	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
RR	-	-	-	-	-	-	15	-	-	-	-	15	15
RS	146	37	9	-	-	192	1	-	-	-	-	1	193
SC	97	65	26	8	2	198	11	-	-	-	-	11	209
SE	7	1	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	8
SP	55	1	-	-	-	56	1	-	-	-	-	1	57
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BR	**747**	**143**	**38**	**8**	**2**	**938**	**42**	**7**	**-**	**-**	**-**	**49**	**987**

Estes eventos dividem-se em: 1) relacionados a chuva – tais como: enchentes, enxurradas, inundações, deslizamentos – e estão presentes mais constantemente nas Regiões Sudeste, Norte e Sul; e 2) os eventos relacionados à seca são mais frequentes nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste. Mas o Estado do Rio Grande do Sul nos últimos anos vem enfrentando problemas relacionados à seca com uma estiagem muito forte que prejudica enormemente a população total.

Execução financeira da Política Nacional de Defesa Civil

No presente capítulo a CNM traz uma análise sobre a execução orçamentária dos dois programas nacionais de prevenção e resposta a desastres da União com ações de defesa civil no período de janeiro de 2002 até dezembro de 2011.

No período foram gastos R$ 8,6 bi em ações de defesa civil, e a maior parte foi aplicada em anos mais recentes. De 2009 até agora, a União desembolsou cerca R$ 5,6 bi, valor equivalente a

65% do desembolso total do período analisado. O ano de 2010 foi o de maior gasto, R$ 2,6 bi. Na tabela a seguir são apresentadas as despesas por ano e por modalidade de aplicação.

Recursos da União aplicados na função defesa civil, corrigidos pelo IPCA para novembro de 2011

Mod. de	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Aplicação direta	556.053.237	162.827.532	60.110.393	135.599.765	65.514.180	149.555.304	309.051.377	476.116.280	503.727.883	404.487.671	2.823.043.620
Transferência a Estado	102.254.003	20.401.983	25.248.024	2.112.146	19.250.115	57.114.258	182.813.649	926.020.211	1.263.497.038	525.272.569	3.123.983.996
Transferência a Municípios	279.105.979	85.522.749	86.915.963	47.611.121	131.688.556	301.386.562	207.911.174	333.123.521	876.404.686	315.266.208	2.664.936.519
Outros	1.936.650	1.167.244	-	-	144.341	-	-	-	-	-	3.248.234
Total	939.349.869	269.919.508	172.274.379	185.323.031	216.597.191	508.056.124	699.776.200	1.735.260.013	2.643.629.607	1.245.026.448	8.615.212.369

Fonte: Siga Brasil/Siafi.

O critério utilizado para consolidação dos gastos foi a execução financeira no exercício, contabilizando apenas os valores efetivamente pagos, inclusive restos a pagar da Lei Orçamentária Anual (LOA) anteriores, pago no exercício.

No período, a maior parte dos recursos foi aplicada pelos governos estaduais, cerca de 36,3%. Enquanto a aplicação direta por parte da União respondeu por 32,8% dos recursos, as transferências aos municipais representaram 30,9 % dos recursos. A partir de 2005, nota-se uma mudança na política de execução, e a resposta e a prevenção a desastres passaram a ser realizada mais por meio de transferência a Estados e Municípios do que por meio de aplicação direta. Esse pode ser um indicativo do reconhecimento por parte da União de que os entes subnacionais são mais eficientes para o combate a calamidades. No ano de 2010, houve grande aumento da transferência de recursos para os municípios, tipo de gasto que recuou em 2011. O total transferido para as prefeituras a título de resposta a desastres no período foi de R$ 2,7 bi.

A partir de 2004, o Programa Defesa Civil passou a ser uma função, enquanto as duas ações "resposta a desastres" e "prevenção a desastres" viraram programas. Considerando apenas os anos de 2006 a 2011, tem-se que 13% dos recursos foram gastos com prevenção, enquanto o restante foi gasto com resposta aos desastres. Veja valores a seguir.

Recursos da União aplicados na função defesa civil, corrigidos pelo IPCA para novembro de 2011

Programa	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Prevenção a desastres	48.211.127	67.790.434	134.472.299	157.844.569	178.099.594	158.623.904	745.041.927
Resposta a desastres	168.386.064	440.265.690	565.303.901	1.577.415.444	2.485.256.167	1.068.848.395	6.305.475.660

Identificando a localidade do gasto em 2011

Para encontrar a localidade do gasto, a CNM identificou o beneficiário do recurso. No entanto, no caso da aplicação direta, a localidade assim identificada apenas sugere a localidade realmente beneficiada, já que o fornecedor pode não estar localizado no mesmo local de prestação do serviço.

Nas tabelas a seguir, apresenta-se o total gasto em 2011 por UF e por modalidade de aplicação, separadamente para reposta e prevenção a desastres. Na primeira tabela, observam-se os recursos despendidos em resposta a desastres, em que observamos que nas aplicações diretas da União as UFs mais beneficiadas foram Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Das transferências a Estados, quase a metade dos recursos foi direcionada ao Rio de Janeiro (43,5%) seguido por Minas Gerais (11,4%). No caso das transferências a Municípios, os recursos foram principalmente direcionados aos Municípios de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Na segunda tabela, são apresentadas informações sobre prevenção de desastres. Nesse programa, a concentração dos recursos foi ainda maior em 2011. Quanto à aplicação direta da União, apenas os Estados do Paraná e São Paulo receberam 88,2% dos recursos. Considerando apenas transferências a Estados, Pernambuco recebeu 73,6%, seguido por Bahia com 10,1%. Novamente quando avaliamos as transferências a municípios, Pernambuco e Bahia são os grandes beneficiados, concentrando conjuntamente mais de 40% dos recursos.

Recursos aplicados em prevenção de desastres em 2011, corrigidos pelo IPCA para novembro de 2011

UF	Aplic. Direta	%	Transf. a Estado	%	Transf. a Município	%
AC	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
AL	2.960.085	9,4%	-	0,0%	1.594.719	1,7%
AM	-	0,0%	-	0,0%	2.900.000	3,1%
AP	-	0,0%	-	0,0%	1.803.408	1,9%
BA	1.535.253	4,9%	3.116.000	10,1%	27.583.352	29,7%
CE	1.335.120	4,2%	40.000	0,1%	10.921.562	11,7%
DF	687.848	2,2%	-	0,0%	-	0,0%
ES	-	0,0%	-	0,0%	436.072	0,5%
GO	-	0,0%	-	0,0%	582.000	0,6%
MA	-	0,0%	1.708.764	5,5%	500.000	0,5%
MG	523.127	1,7%	-	0,0%	2.309.000	2,5%
MS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
MT	-	0,0%	1.400.000	4,5%	1.082.000	1,2%
PA	287.110	0,9%	-	0,0%	-	0,0%
PB	15.206	0,0%	1.750.000	5,7%	2.910.417	3,1%
PE	7.006	0,0%	22.674.551	73,6%	11.557.742	12,4%
PI	73.795	0,2%	136.000	0,4%	-	0,0%
PR	9.689.535	30,8%	-	0,0%	2.162.448	2,3%
RJ	2.252.338	7,2%	-	0,0%	1.470.281	1,6%
RN	762.037	2,4%	-	0,0%	3.634.638	3,9%
RO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
RR	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
RS	4.217	0,0%		0,0%	3.470.723	3,7%
SC	1.800.548	5,7%	-	0,0%	11.393.310	12,3%
SE	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
SP	9.483.444	30,2%	-	0,0%	6.646.447	7,1%
TO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
EX*	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
NI**	-	0,0%	-	0,0%		0,0%
Total	31.416.667	100,0%	30.825.315	100,0%	92.958.121	100,0%

Nota: * transferência ao exterior.
**** localidade não identificada.**

5 Os valores empenhados de restos a pagar não processados do Ministério da Integração Nacional para prevenção e respostas a desastres

Nos últimos anos os Municípios brasileiros sofreram muito com os desastres naturais que assolaram comunidades em quase todas as Unidades da Federação (UFs) e, após estes acontecimentos extraordinários, os gestores devem encaminhar aos órgãos de defesa civil estadual e nacional as avaliações dos danos causados e os respectivos recursos necessários às obras para a reconstrução da cidade ou para evitar novas ocorrências.

De 2003 a 2010, foram mais de 13 mil portarias reconhecidas e publicadas no *Diário Oficial da União (DOU)* pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), órgão do Ministério da Integração Nacional, a partir da comunicação dos prefeitos a respeito dos danos e dos planos de trabalho para a solicitação de ajuda federal para as cidades. Muitos destes pedidos são empenhados em favor dos Municípios e boa parte acaba sendo inscrito em restos a pagar processados e não processados.

No final do ano de 2010, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou o Decreto nº 7.418/2010 prorrogando os restos a pagar não processados dos anos de 2007, 2008 e 2009 até 30 de abril de 2011. Em 28 de abril de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff publicou o Decreto nº 7.468/2011 desbloqueando estes restos a pagar, desde que a obra ou a mercadoria tenham começado ou sido entregues até 31 de maio, para os dos anos de 2007 e 2008 e, até 30 de junho, para os empenhos do ano de 2009.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu extensa pesquisa no Orçamento Geral da União (OGU), consolidando os empenhos relativos a estes restos a pagar não processados inscritos no Orçamento da União de 2011 e chegou ao montante de R$ 7,9 bilhões e mais de 22 mil empenhos.

Quantidade de empenhos no OGU de 2011 com restos a pagar não processados de anos anteriores				
Estado	**2007**	**2008**	**2009**	**Total**
Alagoas		3	49	52
Amazonas		2	2	4
Bahia	1	31	107	139
Ceará		50	15	65
Espírito Santo	1	5	30	36
Goiás		5	4	9
Maranhão		18	6	24
Minas Gerais	16	42	25	83
Mato Grosso do Sul		2	8	10
Mato Grosso	6	5	1	12
Pará		4	2	6
Paraíba	1	19	9	29
Pernambuco	1	5	10	16
Paraná	1	21		22
Rio de Janeiro		4	4	8
Rio Grande do Norte		23	9	32
Rondônia			1	1
Rio Grande do Sul	6	59	19	84
Santa Catarina		33	196	229
Sergipe		1		1
São Paulo	2	9	17	28
Tocantins		1	3	4
Total Brasil	**35**	**342**	**517**	**894**

Destes mais de 22 mil empenhos, separamos aqueles cujo órgão concedente é o Ministério da Integração Nacional, o favorecido são as prefeituras, o programa interno a Secretaria Nacional de Defesa Civil e as ações são para prevenção e respostas a desastres, totalizando 894 empenhos que somam R$ 397 milhões e se destinam a 746 Municípios do País.

Valor dos empenhos no OGU de 2011 com restos a pagar não processados de anos anteriores				
Estado	**2007**	**2008**	**2009**	**Total**
Alagoas		1.250.000	14.348.920	15.598.920
Amazonas		1.402.123	4.871.160	6.273.282
Bahia	300.000	13.217.645	75.958.038	89.475.682
Ceará		22.959.639	17.004.090	39.963.729
Espírito Santo	145.500	1.315.095	11.902.621	13.363.216
Goiás		1.445.000	10.255.937	11.700.937
Maranhão		7.714.978	2.985.000	10.699.978
Minas Gerais	3.176.680	11.544.000	17.518.486	32.239.166
Mato Grosso do Sul		893.540	4.155.125	5.048.665
Mato Grosso	4.898.500	2.824.038	600.000	8.322.538
Pará		1.000.000	1.506.863	2.506.863
Paraíba	485.000	5.318.056	1.550.000	7.353.056
Pernambuco	436.500	13.994.000	3.630.000	18.060.500
Paraná	56.454	2.020.000		2.076.454
Rio de Janeiro		9.000.000	1.700.000	10.700.000
Rio Grande do Norte		7.700.802	3.350.261	11.051.063
Rondônia			400.000	400.000
Rio Grande do Sul	781.432	14.024.848	9.430.087	24.236.367
Santa Catarina		5.691.140	67.204.172	72.895.311
Sergipe		400.000		400.000
São Paulo	3.589.000	4.651.929	4.014.143	12.255.072
Tocantins		600.000	2.000.000	2.600.000
Total Brasil	**13.869.066**	**128.966.832**	**254.384.902**	**397.220.800**

O Estado com mais recursos inscritos nestes restos a pagar não processados é a Bahia, com R$ 89 milhões, seguido por Santa Catarina, com R$ 72 milhões, e Ceará, com R$ 39 milhões. São R$ 142 milhões dos anos de 2007 e 2008 e R$ 254 milhões de 2009.

Ao todo, são 746 Municípios que têm empenhos nesta situação como favorecidos, sendo 197 cidades de Santa Catarina, 109 da Bahia e 71 do Rio Grande do Sul.

Quantidade de municípios com empenhos no OGU de 2011 com restos a pagar não processados de anos anteriores do Min. Da Integração Nacional – SEDEC

UF	Quantidade	UF	Quantidade
AL	43	PB	24
AM	4	PE	16
BA	109	PR	18
CE	48	RJ	7
ES	26	RN	28
GO	7	RO	1
MA	21	RS	71
MG	68	SC	197
MS	10	SE	1
MT	11	SP	26
PA	6	TO	4
Total			**746**

É bom lembrar que nos anos de 2007, 2008 e 2009 houve desastres naturais em quase todos os Estados do Brasil, sendo Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Alagoas, Pernambuco, Amazonas e Minas Gerais foram os mais afetados.

As portarias de reconhecimento da Sedec

De 2003 a 2010, foram 12.951 portarias reconhecidas, sendo o Estado do Rio Grande do Sul o campeão, com 2.011, seguido de Santa Catarina, com 1.553, e Minas Gerais com 1.279. Se compararmos com a quantidade de empenhos no OGU, veremos que a Bahia com a maior quantidade não foi o Estado com a maior incidência de eventos. Já Santa Catarina e Ceará foram os Estados que tiveram grande quantidade de eventos relacionados a desastres naturais.

Quantidade de portarias reconhecidas pela SEDEC de 2003 a 2010				
UF	**Chuvas**	**Seca**	**Outros**	**Total**
AC	2	-	-	2
AL	61	376	5	442
AM	44	113	15	172
AP	5	-	1	6
BA	251	524	6	781
CE	249	1.027	3	1.279
DF	-	-	1	1
ES	177	61	9	247
GO	6	21	4	31
MA	147	27	3	177
MG	578	776	11	1.365
MS	48	107	4	159
MT	113	18	14	145
PA	73	-	8	81
PB	294	970	-	1.264
PE	198	563	8	769
PI	203	564	1	768
PR	109	196	4	309
RJ	182	4	12	198
RN	198	440	-	638
RO	7	-	-	7
RR	21	15	6	42
RS	744	1.259	8	2.011
SC	800	692	61	1.553
SE	37	94	-	131
SP	234	56	8	298
TO	11	42	22	75
Brasil	**4.792**	**7.945**	**214**	**12.951**

O Rio Grande do Sul, que é o campeão de portarias, não tem a maior quantidade de empenhos nem a maior quantidade de recursos à disposição.

Avaliação destes empenhos inscritos em restos a pagar não processados

A CNM promoveu pesquisa junto aos prefeitos do País para saber qual destes empenhos, apesar de estarem inscritos em restos a pagar não processados, as obras começaram ou as mercadorias já foram entregues.

Solicitamos aos prefeitos que nos indicassem se o empenho se referia:

- A obra, custeio ou aquisição de mercadoria.
- Se isto já havia sido contratado ou não.
- Se já havia sido iniciada ou não.

- Se já havia sido medida ou aferida, ou não.
- Se já havia sido concluída ou não.

Com isso, podemos indicar que alguns destes empenhos são de obras ou equipamentos já adquiridos/construídos pelos Municípios e podem ser cancelados pelo decreto presidencial, causando prejuízos aos gestores municipais.

Foram avaliados exatamente 447 empenhos, ou seja, 50% do total de empenhos deste tipo de restos a pagar não processados, e os resultados são surpreendentes. Foram identificados 12 empenhos relacionados à aquisição de equipamentos, 339 referentes a obras, 10 empenhos de custeio e 86 empenhos não foram identificados pelos gestores.

Com relação à aquisição de equipamentos, a soma destes 12 empenhos chega a R$ 3,7 milhões. Cerca de R$ 1,03 milhão refere-se a mercadorias que já foram contratadas, atestadas ou não entregues totalmente ou não, e aquelas que os gestores não conseguirem a medição poderão ser canceladas.

Aquisição de equipamento: contratada, iniciada, não realizada e concluída				
Estado	**2007**	**2008**	**2009**	**Total geral**
Alagoas	-	-	250.000,00	250.000,00
Total geral	-	-	250.000,00	250.000,00

Aquisição de equipamento: contratada, iniciada, não realizada e concluída				
Estado	**2007**	**2008**	**2009**	**Total geral**
Espírito Santo	-	-	159.201,00	159.201,00
Minas Gerais	194.000,00	-	-	194.000,00
Total geral	194.000,00	-	-	353.201,00

Aquisição de equipamento: contratada, iniciada, não realizada e concluída				
Estado	**2007**	**2008**	**2009**	**Total geral**
Santa Catarina	-	-	430.660,00	430.660,00
Total geral	-	-	430.660,00	430.660,00
Total que pode ser cancelado pelo decreto presidencial desde que não seja atestado e aferido	194.000,00	-	839.861,00	1.033.861,00

Mais de R$ 2,7 milhões são referentes à aquisição de equipamentos que ainda não foram contratadas e podem ser canceladas pelo decreto.

Aquisição de equipamento: não contratada				
Estado	2007	2008	2009	Total geral
Bahia			**500.000**	**500.000**
Minas Gerais		**1.620.000**	**100.000**	**1.720.000**
Santa Catarina			**500.000**	**500.000**
Total geral	0	1.620.000	1.100.000	2.720.000

Com relação às obras, a situação é mais grave. Foram identificados 339 empenhos que somam R$ 137,8 milhões, destes R$ 55 milhões são referentes aos anos de 2007 e 2008 e R$ 82,4 milhões a 2009.

As situações são as seguintes:

- R$ 141 mil são obras já contratadas, iniciadas com a medição não realizada e já concluídas.
- R$ 8,1 milhões são obras já contratadas, iniciadas, com medição não realizada e ainda não concluídas.
- R$ 5,4 milhões são obras já contratadas, iniciadas, já com a medição e concluídas;.
- R$ 14 milhões são obras já contratadas, iniciadas, já medidas e não concluídas .
- R$ 32 milhões são obras já contratadas e ainda não iniciadas.

Obra contratada iniciada não realizada concluída				
Estado	2007	2008	2009	Total geral
Santa Catarina			**141.375**	**141.375**
Total geral	0	0	141.375	141.375

Obra: contratada, iniciada, não realizada e não concluída				
Estado	2007	2008	2009	Total geral
Amazonas		**1.000.000**		**1.000.000**
Bahia			**4.000.000**	**4.000.000**
Minas Gerais	**97.000**	**1.568.000**	**291.477**	**1.956.477**
Rio Grande do Norte		**120.000**		**120.000**
Rio Grande do Sul		**194.000**	**300.000**	**494.000**
Santa Catarina			**435.000**	**435.000**
São Paulo			**140.000**	**140.000**
Total geral	97.000	2.882.000	5.166.477	8.145.477

Obra contratada iniciada realizada concluída				
Estado	2007	2008	2009	Total geral
Alagoas			**247.500**	**247.500**
Bahia		**600.000**	**1.460.992**	**2.060.992**
Ceará		**300.000**		**300.000**
Espírito Santo		**300.000**		**300.000**
Rio Grande do Sul	**38.800**	**200.000**	**1.664.814**	**1.903.614**
Santa Catarina			**476.766**	**476.766**
São Paulo			**145.000**	**145.000**
Total geral	38.800	1.400.000	3.995.072	5.433.872

Obra contratada iniciada realizada não concluída				
Estado	2007	2008	2009	Total geral
Alagoas			**445.000**	**445.000**
Bahia			**1.800.000**	**1.800.000**
Ceará		**400.000**		**400.000**
Espírito Santo			**682.401**	**682.401**
Minas Gerais	**194.000**		**100.000**	**294.000**
Mato Grosso do Sul		**112.480**	**800.000**	**912.480**
Mato Grosso	**727.500**	**2.282.030**		**3.009.530**
Paraíba		**300.000**		**300.000**
Rio Grande do Sul		**1.533.486**		**1.533.486**
Santa Catarina		**511.100**	**3.166.424**	**3.677.524**
Tocantins		**600.000**	**900.000**	**1.500.000**
Total geral	921.500	5.739.096	7.893.825	14.554.421

Obra contratada não iniciada				
Estado	2007	2008	2009	Total geral
Alagoas			**746.000**	**746.000**
Bahia			**2.487.621**	**2.487.621**
Espírito Santo			**1.465.000**	**1.465.000**
Goiás			**100.000**	**100.000**
Maranhão		**500.000**		**500.000**
Minas Gerais		**796.000**	**900.000**	**1.696.000**
Mato Grosso	**145.500**	**150.000**		**295.500**
Paraíba		**1.468.056**		**1.468.056**
Pernambuco		**13.000.000**		**13.000.000**
Paraná		**100.000**		**100.000**
Rio Grande do Sul	**38.800**		**200.000**	**238.800**
Santa Catarina		**120.000**	**5.792.080**	**5.912.080**
São Paulo	**3.395.000**	**979.707**	**200.000**	**4.574.707**
Total geral	3.579.300	17.113.763	11.890.702	32.583.764

Já as obras que ainda não foram contratadas somam R$ 77 milhões, sendo R$ 23 milhões dos anos de 2007 e 2008 e já devem ser canceladas pelo decreto e R$ 53 milhões que podem ainda ser contratadas até 30 de junho conforme orientações do decreto.

Obra não contratada				
Estado	2007	2008	2009	Total geral
Alagoas			**1.000.000**	**1.000.000**
Amazonas		**402.123**		**402.123**
Bahia		**1.400.000**	**19.318.720**	**20.718.720**
Ceará		**3.834.921**	**400.000**	**4.234.921**
Espírito Santo	**145.500**	**499.000**	**3.986.769**	**4.631.269**
Goiás		**495.000**	**200.000**	**695.000**
Maranhão		**1.600.000**	**2.192.500**	**3.792.500**
Minas Gerais	**42.680**	**2.455.000**	**1.407.716**	**3.905.396**
Mato Grosso do Sul			**700.000**	**700.000**
Mato Grosso	**145.500**			**145.500**
Pará		**150.000**		**150.000**
Paraíba		**1.200.000**		**1.200.000**
Pernambuco			**1.050.000**	**1.050.000**
Paraná		**940.000**		**940.000**
Rio de Janeiro			**800.000**	**800.000**
Rio Grande do Norte		**1.180.802**	**400.000**	**1.580.802**
Rio Grande do Sul	**312.000**	**5.122.434**	**3.472.568**	**8.907.002**
Santa Catarina		**1.795.640**	**17.660.062**	**19.455.702**
São Paulo		**1.950.778**	**788.030**	**2.738.808**
Total geral	645.680	23.025.698	53.376.365	77.047.742

Estes dados podem retratar com fidelidade o que acontece na Federação brasileira. As cidades brasileiras são assoladas por desastres naturais que na maioria das vezes prejudicam muito a economia local e causam imensos prejuízos sociais, ocasionando uma série de problemas de toda ordem. Após o desastre, feita a ajuda emergencial da Defesa Civil municipal, os gestores encaminham seus planos de trabalho para reconstrução ou prevenção de novos desastres. Depois de peregrinarem pelos trâmites burocráticos, os valores prometidos e empenhados acabam não chegando aos cofres municipais e, como vimos anteriormente, muito destas obras e equipamentos são depois pagos com recursos da própria prefeitura.

6 A carga tributária bruta brasileira de 2010

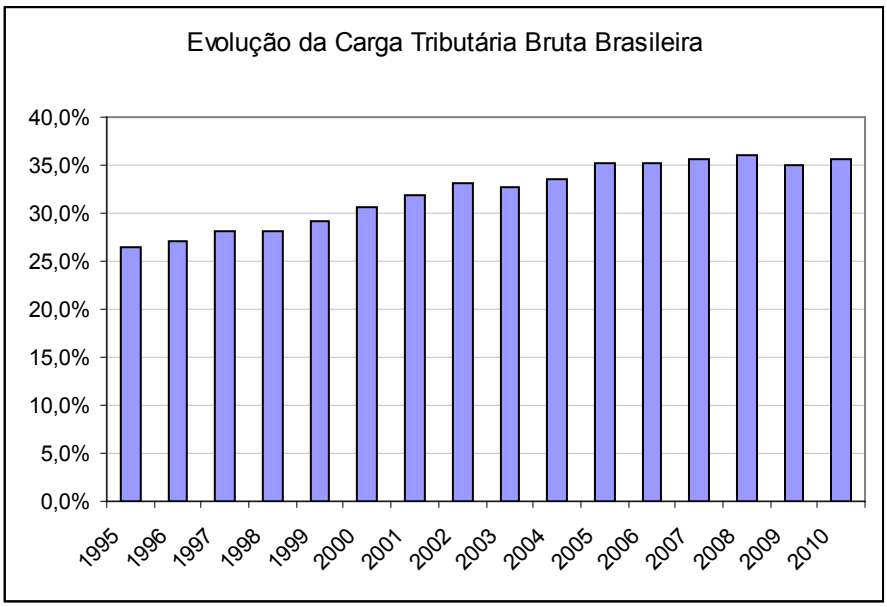
A consolidação dos tributos recolhidos pelas três esferas da Federação, realizada pela área de estudos técnicos da Confederação Nacional de Municípios (CNM), indica que a carga tributária bruta brasileira (CTBB) atingiu em 2010 a cifra de 35,53% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse resultado é 0,49 pontos percentuais (p.p.) do PIB mais alto do que o de 2009 (35,04% do PIB), ano da crise econômica, mas ainda permanece em patamar inferior ao de 2008 (35,94% do PIB).

Em valores nominais, o total de tributos pagos compulsoriamente em 2010 chegou a R$ 1,299 trilhão. Desse valor, a União foi responsável por arrecadar R$ 882,1 bilhões, os Estados R$ 347,2 bilhões e os Municípios, R$ 70,1 bilhões.

Evolução da Arrecadação por Ente da Federação em proporção do PIB

Ano	União	Estados	Municípios	Total
1995	16,8%	8,2%	1,4%	26,4%
1996	17,7%	8,0%	1,4%	27,2%
1997	18,1%	7,8%	1,5%	28,1%
1998	18,9%	7,7%	1,5%	28,1%
1999	19,9%	7,8%	1,5%	29,2%
2000	20,8%	8,4%	1,5%	30,7%
2001	21,7%	8,8%	1,5%	32,0%
2002	22,8%	8,9%	1,5%	33,2%
2003	22,1%	8,9%	1,7%	32,7%
2004	22,8%	9,1%	1,7%	33,6%
2005	24,2%	9,3%	1,7%	35,2%
2006	24,1%	9,4%	1,7%	35,2%
2007	24,6%	9,2%	1,8%	35,6%
2008	24,7%	9,4%	1,8%	35,9%
2009	23,8%	9,4%	1,9%	35,0%
2010	24,1%	9,5%	1,9%	35,5%

Elaboração CNM



Em 2010, as arrecadações da União e dos Estados aumentaram 16,5% em termos nominais, e a dos Municípios, 15,2%, frente a uma inflação de 5,1% e uma taxa de crescimento econômico de 7,5%.

Arrecadação por Ente da Federação de 2010 (R$ milhões)

Ano	União	Estados	Municípios	Total
2010	882.113	347.229	70.195	1.299.536

Na esfera federal, os impostos vinculados aos fundos de participação (IR e IPI) apresentaram comportamento diferente – o IR cresceu apenas 7,9%, e o IPI, 31,8% devido ao fim dos incentivos fiscais oferecidos durante a crise. Os tributos vinculados à folha de pagamento, como INSS, mantiveram em 2010 a tendência de forte expansão verificada nos últimos anos em função do processo de formalização da economia.

Os *royalties* (de petróleo, minerais e hídricos) também cresceram significativamente em 2010 (25,8%) depois da queda verificada em 2009, durante a crise.

Ano	2008	2009	2010	2008 (% PIB)	2009 (% PIB)	2010 (% PIB)	Var.2009/10
União	748.035	757.153	882.113	24,67%	23,77%	24,12%	16,5%
IR	180.519	179.938	194.206	5,95%	5,65%	5,31%	7,9%
IPI	37.601	28.330	37.330	1,24%	0,89%	1,02%	31,8%
IOF	20.343	19.771	26.576	0,67%	0,62%	0,73%	34,4%
IE+II	17.212	16.035	21.137	0,57%	0,50%	0,58%	31,8%
ITR	472	473	521	0,02%	0,01%	0,01%	10,3%
CPMF	1.112	94	24	0,04%	0,00%	0,00%	-74,5%
Cofins	122.456	119.239	141.234	4,04%	3,74%	3,86%	18,4%
CSLL	44.902	45.100	46.370	1,48%	1,42%	1,27%	2,8%
PIS/Pasep	31.635	31.851	40.794	1,04%	1,00%	1,12%	28,1%
Cide	5.955	4.921	7.759	0,20%	0,15%	0,21%	57,7%
Taxas federais	3.930	3.670	6.118	0,13%	0,12%	0,17%	66,7%
Outras contribuições	10.617	11.504	13.138	0,35%	0,36%	0,36%	14,2%
SalEdu	8.776	9.589	11.049	0,29%	0,30%	0,30%	15,2%
INSS	161.349	181.154	215.752	5,32%	5,69%	5,90%	19,1%
FGTS	50.552	57.183	64.271	1,67%	1,80%	1,76%	12,4%
SistS	7.992	8.706	10.076	0,26%	0,27%	0,28%	15,7%
Prev. federal	17.581	20.182	21.335	0,58%	0,63%	0,58%	5,7%
Royalties	25.032	19.412	24.422	0,83%	0,61%	0,67%	25,8%

Nos Estados, o destaque foi o ITCD, que aumentou 38,5% em valores nominais, enquanto o ICMS somou R$ 272,6 bilhões e cresceu 17,9% sobre 2009. Já o IPVA obteve um aumento tímido de 2,7%, depois do crescimento verificado em 2009.

Ano	2008	2009	2010	2008 (% PIB)	2009 (% PIB)	2010 (% PIB)	Var.2009/10
Estados	286.365	298.101	347.229	9,45%	9,36%	9,49%	16,5%
ICMS	224.381	231.246	272.675	7,40%	7,26%	7,46%	17,9%
IPVA	17.277	20.192	20.742	0,57%	0,63%	0,57%	2,7%
ITCD	1.502	1.694	2.346	0,05%	0,05%	0,06%	38,5%
ISS+IPTU+ITBI (DF)	1.195	1.338	1.466	0,04%	0,04%	0,04%	9,6%
IRRF estadual	13.334	12.906	14.814	0,44%	0,41%	0,41%	14,8%
Taxas e outros (E)	12.889	15.613	18.865	0,43%	0,49%	0,52%	20,8%
Prev. estadual	15.786	15.112	16.321	0,52%	0,47%	0,45%	8,0%

Nos municípios, o ISS se consolida como o imposto de maior arrecadação, somando R$ 31,2 bilhões em 2010, com crescimento de 18,7% sobre 2009. Em seguida aparece o IPTU, com crescimento de 16%, e o ITBI, com 9,5%. Já as taxas municipais cresceram 12,8%.

Ano	2008	2009	2010	2008 (% PIB)	2009 (% PIB)	2010 (% PIB)	Var.2009/10
Municípios	55.211	60.922	70.195	1,82%	1,91%	1,92%	15,2%
ISS	23.040	26.282	31.201	0,76%	0,83%	0,85%	18,7%
IPTU	12.502	13.831	16.045	0,41%	0,43%	0,44%	16,0%
ITBI	3.975	4.021	4.403	0,13%	0,13%	0,12%	9,5%
IRRF municipal	4.986	4.905	5.391	0,16%	0,15%	0,15%	9,9%
Taxas e outros (M)	6.133	6.724	7.585	0,20%	0,21%	0,21%	12,8%
Prev. municipal	4.574	5.158	5.571	0,15%	0,16%	0,15%	8,0%

7 O Decreto nº 7.507/2011 e os bancos federais

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) avaliando o impacto que pode acarretar nos Municípios brasileiros a adoção do Decreto nº 7.507/2011, que regulamenta todas as transferências de recursos da União para os Estados e os Municípios, obrigando que toda a movimentação financeira seja realizada via intermediação bancária e por meio dos bancos oficiais federais.

A legislação que trata dos bancos federais – Leis nº 6.404/1976 e nº 4.595/1064 e a enciclopédia do Ministério do Planejamento – nos diz que hoje em dia os bancos federais comerciais são: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil, e o BNDES não tem atuação direta ao público.

O Banco do Brasil é o que possui a maior quantidade de Municípios atendidos por suas agências, são ao todo 2.886 (52%), seguido da Caixa Econômica Federal que possui agências em 1.108 (20%) Municípios, o Banco do Nordeste do Brasil tem agências em 172 (3%) Municípios e o Banco da Amazônia, em 98 (2%) Municípios.

Em muitos Municípios, as redes destas agências dos bancos estão presentes concomitantemente, o resultado é que somente 2.921 (53%) Municípios brasileiros possuem agências destes bancos, e 2.642 (47%) dos Municípios não possuem agências de bancos federais.

Quantidade de Municípios com agência bancária por Estado

UF	BB	Caixa	Amazônia	Nordeste	Nenhuma	Alguma
AC	59%	23%	32%		36%	64%
AL	42%	16%		8%	55%	45%
AP	44%	13%	13%		56%	44%
AM	31%	10%	13%		69%	31%
BA	55%	13%		8%	45%	55%
CE	57%	15%		14%	43%	57%
ES	76%	44%		3%	24%	76%
GO	43%	17%			56%	44%
MA	39%	7%	6%	7%	61%	39%
MT	57%	11%	6%		43%	57%
MS	77%	18%			23%	77%
MG	43%	20%		1%	56%	44%
PA	50%	13%	25%		48%	52%
PB	30%	8%		6%	70%	30%
PR	58%	22%			42%	58%
PE	66%	22%		9%	33%	67%
PI	20%	4%		7%	80%	20%
RJ	92%	59%		1%	8%	92%
RN	28%	8%		8%	72%	28%
RS	52%	27%			47%	53%
RO	65%	17%	15%		35%	65%
RR	33%	13%	13%		60%	40%
SC	80%	24%			20%	80%
SP	70%	35%	0%	0%	29%	71%
SE	43%	15%		19%	53%	47%
TO	22%	6%	10%		77%	23%
BR	52%	20%	2%	3%	47%	53%

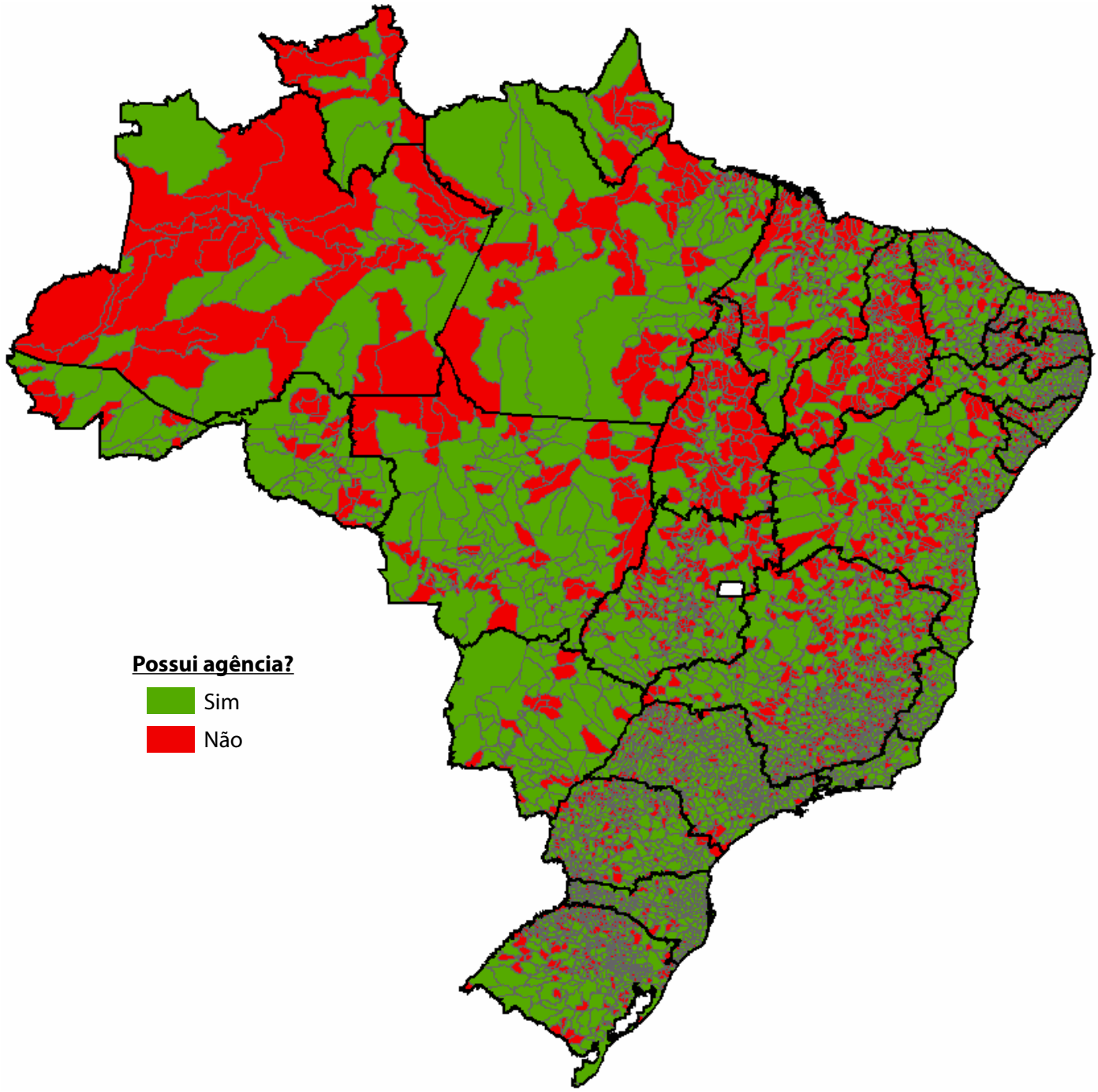
A preocupação da CNM e dos gestores municipais é que, em grande parte dos Municípios brasileiros, não há agências desses bancos oficiais federais, e como será possível aplicar o que preconiza o Decreto Presidencial, se a rede não existe, como se darão os pagamentos de fornecedores; e também a permanência destes recursos em outros Municípios pode prejudicar a economia local.

Anexo

Quantidade de Municípios com agências e sem nenhuma agência por estado

Estado	Qtdade Munic.	BB	Caixa	Amazônia	Nordeste	Nenhuma	Alguma
Acre	22	13	5	7	-	8	14
Alagoas	102	43	16	-	8	56	46
Amapá	16	7	2	2	-	9	7
Amazonas	62	19	6	8	-	43	19
Bahia	417	229	56	-	35	187	230
Ceará	184	105	28	-	25	79	105
Espírito Santo	78	59	34	-	2	19	59
Goiás	246	107	43	-	-	138	108
Maranhão	217	84	15	12	15	132	85
Mato Grosso	141	81	15	9	-	60	81
Mato Grosso do Sul	78	60	14	-	-	18	60
Minas Gerais	853	366	174	-	12	476	377
Pará	143	72	19	36	-	68	75
Paraíba	223	67	17	-	13	156	67
Paraná	399	230	88	-	-	169	230
Pernambuco	184	122	41	-	17	60	124
Piauí	224	45	10	-	16	179	45
Rio de Janeiro	92	85	54	-	1	7	85
Rio Grande do Norte	167	46	14	-	13	121	46
Rio Grande do Sul	496	258	132	-	-	234	262
Rondônia	52	34	9	8	-	18	34
Roraima	15	5	2	2	-	9	6
Santa Catarina	293	233	70	-	-	60	233
São Paulo	645	453	224	1	1	189	456
Sergipe	75	32	11	-	14	40	35
Tocantins	139	31	9	14	-	107	32
Total	5.563	2.886	1.108	99	172	2.642	2.921

Mapa da distribuição das agências bancárias federais.



8 Mapeamento dos restos a pagar da União em 2011 relativos a transferências a Municípios

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou amplo levantamento de todos os restos a pagar do orçamento da União vigentes no exercício de 2011 que têm como favorecidos os Municípios brasileiros. O estudo abrangeu 60.548 processos de despesas, que correspondem a um total de restos a pagar inscritos de R$ 20.378.204.427. Deste total, R$ 4,3 bilhões são restos a pagar processados e R$ 16 bilhões são não processados. Até o final de abril deste ano, apenas 12,5% dos restos a pagar processados foram pagos, enquanto 5% dos não processados foram pagos.

Acumulam-se sem execução restos a pagar inscritos desde 2003, acompanhe os valores abaixo (em anexo também são apresentados estes valores por órgão superior e por Unidade da Federação).

Restos a pagar vigentes no exercício de 2011 com favorecimento a Municípios:

Ano de inscrição	RAP Proc Inscrito	RAP Não Proc Inscrito	RAP Não Proc Insc. Outros exercícios
2003	**1.026.830**	-	-
2004	**16.483.059**	-	-
2005	**65.091.819**	-	-
2006	**190.464.188**	-	**1.959.345**
2007	**405.340.266**	-	**3.237.903**
2008	**1.044.839.421**	-	**581.679.388**
2009	**887.557.389**	-	**1.875.293.303**
2010	**1.082.915.366**	-	**5.515.847.056**
2011	**649.334.785**	**8.057.134.309**	-
Total geral	4.343.053.123	8.057.134.309	7.978.016.995

Como se encontram em risco de cancelamento imediato os restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, a CNM também promoveu ampla pesquisa junto às prefeituras de todo o País para avaliar a real situação dos processos de despesas relativos a estes recursos. Estão nesta situação 22.846 processos de despesa, dos quais foram pesquisados 9.963 que correspondem ao montante de aproximadamente R$ 3 bilhões.

A pesquisa identificou que a grande maioria das despesas (78%) são relativas à realização de obras nas localidades brasileiras, as quais respondem por 78,9% dos recursos não repassados. Processos relativos à aquisição de equipamentos são 5,2% do total e representam 3,2% dos recur-

sos. Já as transferências relativas a despesas de custei são apenas 2,8% e correspondem a 1,7% do montante. Por fim, 14% dos empenhos pesquisados não foram identificados pelas prefeituras. Estes resultados são apresentados na tabela abaixo e em anexo é apresentado o resultado por órgão superior e por Unidade da Federação.

Processos de despesa pesquisados

Tipo de gasto	Quantidade	%	Valor	%
Aquisição de equipamento	**517**	**5,2%**	**95.429.507,68**	**3,2**
Custeio	**282**	**2,8%**	**49.457.683,53**	**1,7**
Obra	**7.770**	**78,0%**	**2.349.478.373,65**	**78,9**
Não identificado	**1.394**	**14,0%**	**482.002.784,42**	**16,2**
Tota	**9.963**	**100,0%**	**2.976.368.349,28**	**100,0**

A CNM também pesquisou o andamento dos processos de despesa relativos a obras e aquisição de equipamentos, concluindo que a maior parte dos gastos (63,7%) já foi contratada pelas prefeituras, e 48,2% inclusive já tiveram sua execução iniciada. Um dado surpreendente é o percentual (9,1%) de obras/aquisição de equipamentos que não receberam os recursos prometidos pela União e já se encontram concluídos. Também foi constatado que 40% dos investimentos já tiveram pelo menos uma mediação realizada por órgão responsável pelo repasse, que em geral é a Caixa Econômica Federal (CEF).

A seguir, apresenta-se o número de processos de gasto que se encontra em cada fase do processo de execução dos investimentos, bem como se apresentam os montantes de recursos correspondentes (em anexo estas informações estão disponíveis por órgão superior e por Unidade da Federação).

Andamento de obras/serviços e aquisição de

Situação do gasto	Aquisição de equipamento	%	Obra	%	Total	%
Iniciada com 1º medição não realizada e concluída	**12**	**2,3**	**51**	**0,7**	**63**	**0,8**
Iniciada com 1º medição não realizada e não concluída	**27**	**5,2**	**614**	**7,9**	**641**	**7,7**
Iniciada com 1º medição realizada e concluída	**57**	**11,0**	**635**	**8,2**	**692**	**8,4**
Iniciada com 1º medição realizada e não concluída	**77**	**14,9**	**2.524**	**32,5**	**2.601**	**31,4**
Contratada mas não iniciada	**68**	**13,2**	**1.214**	**15,6**	**1.282**	**15,5**
Não contratada	**276**	**53,4**	**2.732**	**35,2**	**3.008**	**36,3**
Total	517	100,0	7.770	100,0	8.287	100,0

Andamento de obras/serviços e aquisição de equipamentos

Situação do gasto	Aquisição de equipamento	%	Obra	%	Total	%
Iniciada com 1º medição não realizada e concluída	**2.304.076,39**	**2,4**	**9.969.955,64**	**0,4**	**12.274.032,03**	**0,5**
Iniciada com 1º medição não realizada e não concluída	**3.731.938,23**	**3,9**	**177.282.803,19**	**7,5**	**181.014.741,42**	**7,4**
Iniciada com 1º mediçao realizada e concluída	**10.371.677,60**	**10,9**	**118.519.554,74**	**5,0**	**128.891.232,34**	**5,3**
Iniciada com 1º medição realizada e não concluída	**19.109.037,73**	**20,0**	**861.293.648,81**	**36,7**	**880.402.686,54**	**36,0**
Contratada, mas não iniciada	**12.730.719,96**	**13,3**	**393.871.457,18**	**16,8**	**406.602.177,14**	**16,6**
Não contratada	**47.182.057,77**	**49,4**	**788.540.954,09**	**33,6**	**835.723.011,86**	**34,2**
Total	95.429.507,68	100,0	2.349.478.373,65	100,0	2.444.907.881,33	100,0

O Decreto nº 7.468/2011 prorrogou, sob determinadas condições, a validade dos restos a pagar não processados cuja validade foi estabelecida até 30 de abril de 2011 pelo Decreto anterior de nº 7.418/2010. No caso dos empenhos relativos a transferências a municípios, a prorrogação abrange apenas as despesas com execução iniciada até 30 de abril de 2011 (restos a pagar de 2007 e 2008) e até 30 de junho de 2011 (restos a pagar de 2009). Nossa pesquisa indicou que 51,8% dos processos relativos a restos a pagar não processados não foram iniciados, o que significa que cerca de R$ 1,3 bilhão em empenhos estarão cancelados até julho.

ANEXO

Restos a pagar vigentes no exercício de 2011 com favorecimento a

Orgão superior (unidade gestora)	RAP Proc Inscrito	RAP Não Proc Inscrito	RAP Não Proc Insc. Outros Exercícios	RAP Não Proc Pago	RAP Proc Pago
MINIST. DA AGRICUL., PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	-	83.655	450.000	83.655	-
MINIST. DA AGRICULTURA. PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	216.886.203	498.808.786	112.912.880	16.766.100	50.867.006
MINIST. DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.753.384	149.594.923	58.510.212	7.689.693	200.000
MINIST. DA CULTURA	11.832.857	59.823.644	23.830.803	200.000	873.795
MINIST. DA DEFESA	--	111.345.150	94.931.669	-	-
MINIST. DA EDUCAÇÃO	593.652.289	287.521.578	118.904.901	149.196.298	315.218.403
MINIST. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	287.789.371	1.033.148.127	777.891.827	39.231.019	9.742.883
MINIST. DA	1.125.266	22.420.814	154.682	463.154	-
MINIST. DA PESCA E AQUICULTURA	-	14.493.667	5.679.831	321.854	-
MINIST. DA SAÚDE	2.764.695.602	1.568.998.066	661.490.409	171.183.165	155.306.673
MINIST. DAS CIDADES	229.334.663	1.964.393.916	3.699.545.159	247.243.276	3.595.214
MINIST. DO DESENV, IND. E COMÉRCIO EXTERIOR	2.705.000	6.920.000	5.985.000	-	-
MINIST. DO DESENV. SOCIAL E COMBATE À FOME	182.042.921	31.774.187	6.503.824	-	500.000
MINIST. DO DESENVOLVIMENTO	3.504.804	249.802.810	163.039.047	29.358.788	898.965
MINIST. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À	2.526.304	89.762.360	18.579.266	9.271.424	1.497.460
MINIST. DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	-	12.564.240	-	-	-
MINIST. DO ESPORTE	2.091.257	465.299.317	654.151.132	26.566.625	607.325
MINIST. DO MEIO AMBIENTE	198.100	4.786.383	2.313.668	1.391.303	-
MINIST. DO TRABALHO E EMPREGO	1.583.456	37.566.365	21.413.842	19.957.220	1.162.060
MINIST. DO TURISMO	37.347.366	1.270.250.661	1.402.873.216	12.576.083	425.875
MINIST. DOS TRANSPORTES	3.742.124	163.796.066	146.337.518	56.896.714	3.142.124
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	242.155	13.979.594	2.518.108	2.214.938	-
Total	4.343.053.123	8.057.134.309	7.978.016.995	790.611.309	544.037.781

Restos a pagar vigentes no exercício de 2011 com favorecimento a Municípios

UF	RAP Proc Inscrito	RAP Não Proc Inscrito	RAP Não Proc Insc. Outros exercícios	RAP Não Proc Pago	RAP Proc Pago
AC	24.512.600	65.202.607	63.005.333	9.644.299	1.585.254
AL	223.034.160	208.548.902	250.113.466	8.705.624	8.048.922
AM	44.859.370	104.186.990	134.996.906	6.134.615	10.273.609
AP	33.211.655	40.189.778	57.070.544	378.039	3.781.681
BA	330.497.095	468.153.891	610.259.048	42.760.150	60.616.938
CE	310.745.373	427.337.045	365.259.113	33.343.128	45.519.636
ES	91.581.264	101.694.645	193.304.159	7.880.899	10.658.426
GO	152.673.268	352.291.590	258.771.213	12.225.747	11.140.644
MA	246.290.106	286.374.450	356.860.325	26.446.369	36.808.677
MG	422.594.044	694.180.946	715.801.848	89.190.163	39.897.392
MS	61.962.133	187.767.567	190.768.082	9.790.604	11.865.353
MT	165.855.152	338.133.110	235.755.694	44.830.443	26.294.886
PA	161.478.915	311.784.058	192.578.321	29.918.302	32.294.864
PB	302.350.023	197.993.534	289.854.993	25.983.052	19.806.113
PE	236.266.558	347.438.065	328.838.902	26.597.127	24.533.841
PI	107.853.416	143.719.955	134.436.696	21.291.529	16.703.787
PR	211.452.940	492.202.262	364.517.127	82.059.957	30.833.251
RJ	126.927.536	376.541.594	490.368.738	35.778.894	9.083.700
RN	98.980.349	187.254.195	187.675.287	16.124.191	11.594.599
RO	74.240.423	135.155.082	107.101.808	9.575.442	5.334.530
RR	34.328.965	62.737.553	117.341.292	2.927.759	1.397.670
RS	268.286.963	665.578.734	440.640.257	62.276.811	57.104.718
SC	157.611.195	477.077.505	341.863.917	37.441.234	17.432.402
SE	58.401.614	99.598.689	105.814.229	3.950.718	4.026.017
SP	338.535.779	1.184.793.565	1.347.849.392	133.090.619	35.070.103
TO	58.522.228	101.197.996	97.170.303	12.265.591	12.330.770
Total	4.343.053.123	8.057.134.309	7.978.016.995	790.611.309	544.037.781

Tipo de gasto

UF	Aquisição de equipamento	%	Custeio	%	Obra	%	Não identificado	%	Total
A	15	22%	2	3%	44	64%	8	12%	69
A	4	3%	3	2%	118	85%	14	10%	139
A	2	3%	3	5%	50	78%	9	14%	64
AP		0%	3	10%	27	87%	1	3%	31
B	13	2%	28	5%	418	78%	75	14%	534
CE	3	1%	2	1%	220	80%	50	18%	275
ES	14	5%	14	5%	200	74%	44	16%	272
GO	22	6%	13	4%	281	78%	45	12%	361
M	11	4%	6	2%	243	84%	30	10%	290
M	54	6%	27	3%	720	78%	124	13%	925
MS	16	6%	10	4%	203	75%	41	15%	270
M	5	3%	6	4%	124	84%	12	8%	147
PA	16	12%	1	1%	83	61%	35	26%	135
PB	17	6%	8	3%	248	82%	29	10%	302
PE	12	4%	11	4%	209	77%	41	15%	273
PI	3	2%	5	3%	163	89%	13	7%	184
PR	76	9%	25	3%	639	75%	116	14%	856
RJ	1	1%	15	16%	60	64%	18	19%	94
RN	11	3%	14	4%	291	83%	35	10%	351
RO	23	14%	4	3%	106	66%	27	17%	160
RR	0	0%	0	0%	11	92%	1	8%	12
RS	78	6%	27	2%	1.032	80%	159	12%	1.296
SC	40	5%	7	1%	672	80%	121	14%	840
SE	3	2%	5	4%	114	83%	15	11%	137
SP	73	4%	39	2%	1.354	76%	324	18%	1.790
T	5	3%	4	3%	140	90%	7	4%	156
Total	517	5%	282	3%	7.770	78%	1.394	14%	9.963

Tipo de gasto

UF	Aquisição de equipamento	%	Custeio	%	Obra	%	Não identificado	%	Total
A	3.889.696	18%	328.970	2%	14.993.502	69%	2.542.965	12%	21.755.132
A	860.915	2%	1.200.000	2%	48.841.773	90%	3.580.510	7%	54.483.198
A	400.000	1%	628.970	2%	30.619.128	87%	3.597.881	10%	35.245.979
AP		0%	351.900	2%	16.044.964	96%	292.500	2%	16.689.364
B	2.659.815	1%	8.182.804	4%	158.328.289	83%	21.395.691	11%	190.566.598
CE	341.496	0%	111.728	0%	71.264.472	86%	11.615.025	14%	83.332.721
ES	3.362.931	3%	1.125.984	1%	80.076.982	81%	14.858.189	15%	99.424.087
GO	2.857.530	3%	1.158.570	1%	71.860.899	81%	12.455.809	14%	88.332.808
M	2.766.427	3%	302.544	0%	95.416.217	90%	7.743.205	7%	106.228.393
M	12.418.132	5%	8.418.887	3%	195.760.217	76%	39.606.999	15%	256.204.235
MS	5.958.443	6%	1.442.476	1%	81.124.813	80%	13.503.202	13%	102.028.934
M	524.968	1%	2.697.200	5%	50.154.032	84%	6.055.109	10%	59.431.308
PA	3.534.698	6%	1.359.307	2%	40.975.090	68%	14.064.806	23%	59.933.901
PB	2.355.348	2%	866.576	1%	87.506.952	72%	30.269.891	25%	120.998.766
PE	3.788.638	3%	2.006.368	2%	84.158.203	67%	36.061.746	29%	126.014.955
PI	428.559	1%	331.910	1%	46.008.818	95%	1.871.946	4%	48.641.233
PR	11.608.569	5%	4.384.701	2%	176.116.421	81%	24.512.909	11%	216.622.600
RJ	100.000	0%	707.797	2%	30.387.069	87%	3.716.472	11%	34.911.337
RN	1.835.550	3%	2.476.475	4%	52.389.455	81%	8.366.794	13%	65.068.274
RO	3.233.325	8%	889.500	2%	26.440.341	67%	8.618.982	22%	39.182.148
RR		0%		0%	10.232.516	97%	344.244	3%	10.576.760
RS	12.634.001	5%	3.183.366	1%	218.551.349	82%	33.040.252	12%	267.408.968
SC	7.011.484	3%	937.340	0%	169.240.893	80%	35.527.268	17%	212.716.985
SE	512.890	1%	604.873	1%	42.081.061	90%	3.706.547	8%	46.905.372
SP	11.472.666	2%	5.250.636	1%	421.541.816	73%	143.022.309	25%	581.287.428
T	873.428	3%	508.800	2%	29.363.102	91%	1.631.534	5%	32.376.863
Total	95.429.508	3%	49.457.684	2%	2.349.478.374	79%	482.002.784	16%	2.976.368.349

Tipo de gasto

Órgão superior	Aquisição de equipamento	%	Custeio	%	Obra	%	Não identificado	%	Total
Ministério da Agricultura, Pecuária e	**101**	**44%**	**10**	**4%**	**92**	**40%**	**29**	**13%**	**232**
Ministério da Ciência e Tecnologia	**30**	**32%**	**6**	**6%**	**50**	**54%**	**7**	**8%**	**93**
Ministério da Cultura	**4**	**8%**	**15**	**30%**	**17**	**34%**	**14**	**28%**	**50**
Ministério da Defesa	**1**	**1%**		**0%**	**55**	**77%**	**15**	**21%**	**71**
Ministério da Educação	**7**	**6%**	**5**	**4%**	**64**	**52%**	**47**	**38%**	**123**
Ministério da Integração Nacional	**43**	**5%**	**19**	**2%**	**656**	**74%**	**172**	**19%**	**890**
Ministério da Pesca e	**5**	**29%**	**1**	**6%**	**8**	**47%**	**3**	**18%**	**17**
Ministério da Saúde	**186**	**18%**	**34**	**3%**	**615**	**61%**	**173**	**17%**	**1.008**
Ministério das Cidades	**29**	**1%**	**93**	**2%**	**3.209**	**81%**	**640**	**16%**	**3.971**
Ministério do Desenvolvimento	**69**	**26%**	**14**	**5%**	**155**	**59%**	**26**	**10%**	**264**
Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior	**6**	**43%**		**0%**	**8**	**57%**		**0%**	**14**
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à	**4**	**6%**	**1**	**2%**	**50**	**78%**	**9**	**14%**	**64**
Ministério do Esporte	**14**	**1%**	**15**	**1%**	**1.050**	**88%**	**112**	**9%**	**1.191**
Ministério do Meio Ambiente		**0%**		**0%**	**6**	**100%**		**0%**	**6**
Ministério do Trabalho e Emprego	**2**	**3%**	**43**	**60%**	**5**	**7%**	**22**	**31%**	**72**
Ministério do	**15**	**1%**	**22**	**1%**	**1.699**	**92%**	**112**	**6%**	**1.848**
Ministério dos Transportes	**1**	**3%**		**0%**	**30**	**79%**	**7**	**18%**	**38**
Presidência da República		**0%**	**4**	**36%**	**1**	**9%**	**6**	**55%**	**11**
Total	517	5%	282	3%	7.770	78%	1.394	14%	9.963

Tipo de gasto

Orgão Superior	Aquisição de equipamento	%	Custeio	%	Obra	%	Não identificado	%	Total
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	19.615.981	38%	2.019.490	4%	21.927.501	42%	8.489.287	16%	52.052.259
Ministério da Ciência e Tecnologia	4.090.000	24%	1.311.300	8%	10.307.674	60%	1.345.200	8%	17.054.174
Ministério da Cultura	258.960	2%	1.197.750	10%	8.598.621	74%	1.630.300	14%	11.685.631
Ministério da Defesa	100.000	0%		0%	28.393.196	86%	4.527.865	14%	33.021.061
Ministério da Educação	2.347.328	6%	807.600	2%	21.085.793	51%	17.178.982	41%	41.419.704
Ministério da Integração Nacional	8.499.429	3%	6.792.441	2%	219.658.779	76%	54.223.887	19%	289.174.535
Ministério da Pesca e Aquicultura	432.741	21%	150.000	7%	1.216.138	59%	250.000	12%	2.048.879
Ministério da Saúde	34.604.537	14%	5.308.351	2%	165.002.289	65%	48.382.428	19%	253.297.605
Ministério das Cidades	4.564.927	0%	16.024.611	1%	990.275.129	79%	239.089.142	19%	1.249.953.809
Ministério do Desenvolvimento	13.653.716	18%	5.155.683	7%	47.587.572	64%	7.932.207	11%	74.329.177
Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior	1.600.000	60%		0%	1.085.000	40%		0%	2.685.000
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	600.000	7%	200.000	2%	6.957.633	78%	1.213.500	14%	8.971.133
Ministério do Esporte	2.400.453	1%	1.855.228	1%	210.269.106	88%	24.283.301	10%	238.808.088
Ministério do Meio Ambiente		0%		0%	754.241	100%		0%	754.241
Ministério do Trabalho e Emprego	279.069	3%	5.143.482	57%	714.976	8%	2.936.109	32%	9.073.635
Ministério do Turismo	2.006.745	0%	3.083.894	0%	552.867.315	88%	67.111.978	11%	625.069.933
Ministério dos Transportes	375.621	1%		0%	62.666.722	95%	3.074.552	5%	66.116.894
Presidência da República		0%	407.855	48%	110.688	13%	334.048	39%	852.590
Total	95.429.508	3%	49.457.684	2%	2.349.478.374	79%	482.002.784	16%	2.976.368.349

Andamento de obras/serviços e aquisição de equipamentos

UF	Iniciada com 1º medição não realizada e concluída	Iniciada com 1º medição não realizada e não concluída	Iniciada com 1º medição realizada e concluída	Iniciada com 1º medição realizada e não concluída	Contratada, mas não iniciada	Não contratada
AC	0,00	2.085.091,67	250.000,00	6.491.674,33	2.408.000,00	7.648.431,18
AL	250.000,00	12.193.600,00	876.100,00	6.957.985,74	7.542.608,90	21.882.393,73
AM	0,00	0,00	950.000,00	5.470.053,09	12.425.304,94	12.173.770,16
AP	0,00	8.728.341,84	0,00	7.016.622,17	0,00	300.000,00
BA	1.126.400,00	12.050.376,46	10.647.995,39	56.391.656,21	23.165.788,15	57.605.887,16
CE	585.000,00	6.822.151,85	4.903.006,31	19.083.755,91	12.380.076,34	27.831.978,26
ES	0,00	2.534.593,15	1.387.970,00	38.573.427,36	15.362.997,89	25.580.924,60
GO	150.000,00	383.750,00	1.659.741,00	14.629.359,88	27.575.963,48	30.319.614,01
MA	0,00	6.663.505,18	2.594.624,14	44.431.422,71	14.503.139,95	29.989.951,93
MG	1.034.250,00	19.215.702,32	11.392.769,94	64.841.584,40	31.620.823,14	80.073.219,63
MS	0,00	4.999.384,66	4.460.178,50	33.735.160,57	14.959.059,23	28.929.473,09
MT	590.520,00	8.712.445,96	470.219,64	17.144.941,94	6.956.660,00	16.804.211,87
PA	1.679.246,89	3.501.587,63	1.370.263,71	15.299.159,92	14.403.479,97	8.256.049,95
PB	0,00	5.440.110,99	5.157.484,83	28.335.254,52	17.552.454,44	33.376.994,87
PE	245.850,00	3.652.890,00	2.416.900,00	47.473.824,58	15.063.096,74	19.094.279,47
PI	0,00	5.021.072,63	587.650,00	15.166.597,17	7.999.719,50	17.662.338,40
PR	1.869.395,76	13.765.969,72	12.032.220,88	55.173.350,91	33.503.822,10	71.380.229,85
RJ	0,00	389.380,00	0,00	2.429.241,86	6.554.708,63	21.113.738,33
RN	0,00	6.443.771,28	2.076.100,00	16.396.408,71	6.163.195,00	23.145.530,00
RO	569.925,00	210.000,00	969.750,00	8.337.371,05	6.093.167,65	13.493.452,55
RR	0,00	0,00	0,00	1.383.500,00	7.720.496,34	1.128.520,00
RS	100.000,00	20.582.062,38	22.533.157,30	75.520.798,46	36.447.656,72	76.001.675,32
SC	1.122.564,38	3.825.436,47	14.747.458,50	77.995.385,22	17.884.943,50	60.676.588,47
SE	0,00	3.258.626,85	1.384.500,00	16.791.403,27	15.402.409,25	5.757.011,75
SP	2.811.290,00	29.047.990,38	24.189.887,03	194.784.260,83	45.738.805,97	136.442.248,11
TO	139.590,00	1.486.900,00	1.833.255,17	10.548.485,73	7.173.799,31	9.054.499,17
Total	12.274.032,03	181.014.741,42	128.891.232,34	880.402.686,54	406.602.177,14	835.723.011,86

Andamento de obras/serviços e aquisição de equipamentos

UF	Iniciada com 1º medição não realizada e concluída	Iniciada com 1º medição não realizada e não concluída	Iniciada com 1º medição realizada e concluída	Iniciada com 1º medição realizada e não concluída	Contratada, mas não iniciada	Não contratada
AC	0	3	1	11	9	35
AL	1	9	4	24	20	64
AM	0	0	3	10	17	22
AP	0	13	0	13	0	1
BA	4	33	33	179	63	119
CE	2	21	14	60	38	88
ES	0	14	8	82	46	64
GO	1	3	14	60	95	130
MA	0	20	12	74	38	110
MG	4	90	51	190	116	323
MS	0	18	16	92	40	53
MT	2	14	3	45	21	44
PA	4	10	7	21	30	27
PB	0	15	17	63	47	123
PE	1	15	11	86	43	65
PI	0	24	5	46	25	66
PR	16	57	64	193	107	278
RJ	0	3	0	8	7	43
RN	0	36	15	90	40	121
RO	3	2	6	29	30	59
RR	0	0	0	1	5	5
RS	1	80	138	341	173	377
SC	7	31	86	262	64	262
SE	0	14	6	52	20	25
SP	16	110	169	514	157	461
TO	1	6	9	55	31	43
Total	63	641	692	2.601	1.282	3.008

Andamento de obras/serviços e aquisição de equipamentos

Órgão Superior	Iniciada com 1º não realizada e concluída	Iniciada com 1º medição não realizada e não concluída	Iniciada com 1º realizada e concluída	Iniciada com 1º realizada e não concluída	Contratada, não iniciada	Não contratada
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	609.350,00	950.625,00	4.586.000,88	7.587.874,12	9.243.000,00	18.566.632,28
Ministério da Ciência e Tecnologia	0,00	300.000,00	651.000,00	1.317.350,00	3.493.623,90	8.635.700,00
Ministério da Cultura	270.968,43	160.000,00	72.300,00	144.195,64	92.800,00	8.117.316,83
Ministério da Defesa	100.000,00	8.406.917,83	650.000,00	3.200.000,00	12.368.408,28	3.767.870,00
Ministério da Educação	733.529,39	1.642.186,53	3.519.561,60	5.845.323,81	2.865.039,46	8.827.481,01
Ministério da Integração Nacional	641.375,00	16.124.102,93	7.461.921,83	24.591.836,23	37.677.984,04	141.660.987,58
Ministério da Pesca e Aquicultura	0,00	742.445,41	0,00	76.875,00	38.084,52	791.474,04
Ministério da Saúde	1.000.520,00	11.051.254,69	6.913.918,59	23.283.050,77	42.710.591,28	114.647.490,65
Ministério das	5.399.187,21	56.715.594,10	58.234.086,45	483.932.697,99	144.214.215,12	246.344.275,67
Ministério do Desenvolvimento	546.957,50	6.005.738,85	2.782.865,34	21.551.762,11	8.218.893,59	22.135.070,25
Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior	350.000,00	110.000,00	0,00	630.000,00	300.000,00	1.295.000,00
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à	0,00	412.125,00	392.500,00	1.227.484,40	2.230.524,00	3.295.000,00
Ministério do Esporte	673.750,00	18.372.825,00	9.515.150,00	67.992.651,00	46.107.350,00	70.007.833,05
Ministério do Meio Ambiente	0,00	416.789,00	0,00	337.452,00	0,00	0,00
Ministério do Trabalho e Emprego	58.357,50	29.328,48	386.339,62	240.950,00	0,00	279.069,10
Ministério do Turismo	1.890.037,00	57.387.345,00	32.739.279,39	224.547.682,43	81.349.239,95	156.960.477,15
Ministério dos Transportes	0,00	2.187.463,60	875.620,60	13.895.501,04	15.692.423,00	30.391.334,25
Presidência da República	0,00	0,00	110.688,04	0,00	0,00	0,00
Total	12.274.032,03	181.014.741,42	128.891.232,34	880.402.686,54	406.602.177,14	835.723.011,86

Andamento de obras/serviços e aquisição de equipamentos

Órgão Superior	Iniciada com 1º não realizada e concluída	Iniciada com 1º medição não realizada e não concluída	Iniciada com 1º realizada e concluída	Iniciada com 1º realizada e não concluída	Contratada, não iniciada	Não contratada
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4	6	23	32	31	97
Ministério da Ciência e Tecnologia	0	2	6	10	14	48
Ministério da Cultura	2	2	2	3	2	10
Ministério da Defesa	1	11	2	7	16	19
Ministério da Educação	2	7	11	21	6	24
Ministério da Integração Nacional	4	34	29	78	105	449
Ministério da Pesca e Aquicultura	0	3	0	1	1	8
Ministério da Saúde	6	32	36	105	155	467
Ministério das	23	238	316	1.331	461	869
Ministério do Desenvolvimento	1	21	15	55	36	96
Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior	1	1	0	2	3	7
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à	0	4	2	8	17	23
Ministério do Esporte	4	112	72	338	173	365
Ministério do Meio Ambiente	0	2	0	4	0	0
Ministério do Trabalho e Emprego	2	1	1	1	0	2
Ministério do Turismo	13	162	174	597	257	511
Ministério dos Transportes	0	3	2	8	5	13
Presidência da República	0	0	1	0	0	0
Total	63	641	692	2.601	1.282	3.008

9 Impacto do aumento do salário-mínimo nas contas municipais

O governo federal adotou nos últimos anos uma política de aumento de renda via aumentos reais do salário-mínimo. Esta política se mostrou bastante salutar à população, mas causa problemas de caixa às prefeituras brasileiras, porque pressiona fortemente as folhas de pagamentos em regiões do País onde os Municípios têm baixa arrecadação.

O governo federal enviou ao Congresso Nacional a proposta de Orçamento para 2012, e na proposta tem a previsão do salário-mínimo de 2012. A proposta estabelece as diretrizes para a política de valorização do salário-mínimo até 2015 que corresponde à variação do INPC e mais o PIB de dois anos anteriores. De acordo com previsões da Presidência da República, o salário-mínimo em 2012 terá um aumento de 13,6% chegando ao valor de R$ 619.

Se a previsão se concretizar, o salário-mínimo de 2003 até 2012 terá um aumento de 157,9% em termos nominais, passando de R$ 240,00 em 2003, para R$ 619,00, em 2012.

Para mensurar o impacto destes aumentos nas contas municipais, coletou-se no Cadastro Geral de Empregados e Desempegrados (Caged) e na base de dados da Rais do Ministério do Trabalho e Emprego a quantidade de funcionários públicos municipais que recebem até 1 ½ salário-mínimo em cada ano. Os últimos dados divulgados pela Rais são do ano de 2009.

Tabela com a quantidade de funcionários municipais com remuneração ate 1 ½ salário-mínimo

An	Até 0,5 SM	0,5 a 1,0 SM	1 a 1,5 SM
2003	22.766	290.270	831.625
2004	24.964	337.018	707.143
2005	26.213	458.567	820.212
2006	28.976	514.914	936.284
2007	28.299	478.814	1.009.748
2008	24.384	442.769	1.002.767
2009	20.674	339.309	1.384.064
2010	20.674	339.309	1.384.064
2011	20.674	339.309	1.384.064
2012 * (1)	20.674	339.309	1.384.064

Nota: (1) proposta de aumento da LDO 2012.
*** como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizaram-se as quantidades do ano de 2009.**

Para calcular o impacto do aumento do mínimo sobre as folhas de pagamento das prefeituras, multiplicamos o total de funcionários em cada um dos anos, considerando as faixas de remuneração, pelo aumento do salário-mínimo. Neste caso, chega-se ao impacto mensal, sem incluir o 13º salário e a remuneração de (1/3) do salário, referente às férias. Estes foram incluídos no impacto anual apresentado na tabela a seguir. Vê-se que o impacto total no período em valores correntes foi de R$ 9,5 bilhões de reais.

Acontece que este valor ainda não representa o real impacto nas folhas de pagamento das prefeituras, já que não incluem os encargos que são pagos sobre o salário-base, como o INSS patronal, FGTS, Salário Família, PIS , Sistema S, entre outros. Incluindo tais encargos, chega-se a um impacto total no período de R$ 13,5 bilhões (somando valores correntes).

Simulação do impacto dos aumentos do salário-mínimo com base na Rais (em R$ correntes)

Ano	Reajuste do salário-mínimo			Estimativa de impacto sem encargos		Estimativa de impacto com encargos	
	Antes	Depois	Aumento	Mensal	Anual**	Mensal	Anual**
2003	**200**	**240**	**40**	**50.744.670**	**676.426.451**	**72.438.016**	**965.598.759**
2004	**240**	**260**	**20**	**22.983.485**	**306.369.855**	**32.808.925**	**437.342.968**
2005	**260**	**300**	**40**	**55.291.870**	**737.040.627**	**78.929.144**	**1.052.125.495**
2006	**300**	**350**	**50**	**78.551.425**	**1.047.090.495**	**112.132.159**	**1.494.721.682**
2007	**350**	**380**	**30**	**49.063.350**	**654.014.456**	**70.037.932**	**933.605.635**
2008	**380**	**415**	**35**	**55.920.463**	**745.419.765**	**79.826.460**	**1.064.086.715**
2009	**415**	**465**	**50**	**99.744.938**	**1.329.600.017**	**142.385.898**	**1.898.004.024**
2010*	**465**	**510**	**45**	**89.770.444**	**1.196.640.015**	**128.147.308**	**1.708.203.622**
2011*	**510**	**545**	**35**	**69.821.456**	**930.720.012**	**99.670.129**	**1.328.602.817**
2012* (1)	**545**	**619**	**74**	**147.622.508**	**1.967.808.025**	**221.433.761**	**2.657.205.135**
Nota: (1) proposta de aumento da LDO 2012.					**9.591.129.718**		**13.539.496.852**

*** como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizaram-se as quantidades do ano de 2009.**

**** valor inclui o pagamento de 13º salário e de 1/3 de férias.**

Como se pode ver na tabela anterior, a cada ano quando o governo federal e o Congresso Nacional realizam esta política de aumento real do salário-mínimo, os cofres municipais sofrem com consideráveis aumentos das respectivas folhas de pagamento, sem nenhuma possibilidade de intervenção do gestor municipal.

Impacto do salário-mínimo por região

A região mais impactada é a Nordeste que tem como característica Municípios de pequeno porte e pobres, com baixa arrecadação própria devido a sua pequena base tributária e a maior parte de suas receitas serem provenientes das transferências constitucionais, também é importante salientar que nessas localidades o poder público municipal quase sempre é o maior empregador, por isso a maioria de funcionários recebe até 1 ½ salário-mínimo.

Simulação do impacto dos aumentos do salário-mínimo com base na Rais (em R$): Região

Ano	Quantidade de servidores municipais			Estimativa de impacto		Estimativa de impacto com encargos	
	Até 0,5 SM	0,5 a 1,0 SM	1 a 1,5 SM	Mensal	Anual	Mensal	Anual
2003	20.909	219.903	376.467	25.838.620	344.428.805	38.757.930	465.095.160
2004	21.246	219.903	309.320	11.244.005	149.882.587	16.866.008	202.392.090
2005	21.789	309.245	358.350	27.630.630	368.316.298	41.445.945	497.351.340
2006	22.743	343.170	401.349	38.521.763	513.495.094	57.782.644	693.391.725
2007	21.149	320.892	433.747	23.802.818	317.291.557	35.704.226	428.450.715
2008	18.824	299.025	428.495	26.925.483	358.916.682	40.388.224	484.658.685
2009	16.824	228.105	616.106	47.481.163	632.923.896	71.221.744	854.660.925
2010*	16.824	228.105	616.106	42.733.046	569.631.507	64.099.569	769.194.833
2011*	16.824	228.105	616.106	33.236.814	443.046.727	49.855.221	598.262.648
2011* (1)	16.824	228.105	616.106	70.272.121	936.727.366	105.408.181	1.264.898.169
					4.634.660.518		6.258.356.289

Nota: (1) proposta de aumento da LDO 2011.
*** como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizaram-se as quantidades do ano de 2009.**

O impacto chegou a R$ 4,6 bilhões nestes anos, ou seja, cerca de 48% do impacto total do País alcançou os Municípios da Região Nordeste.

A Região Sudeste, que tem características bem distintas da Região Nordeste, é a segunda região do País mais impactada pelos aumentos do salário-mínimo neste período analisado. Os Municípios do Sudeste tem um perfil mais urbano e, com isso, possuem uma base tributária um pouco maior e assim uma arrecadação própria também em média maior que os Municípios do Nordeste. Mas essa média esconde regiões com problemas gravíssimos como o sul de Minas Gerais, por exemplo, onde há bolsões de miséria semelhantes ao Nordeste brasileiro.

Simulação do impacto dos aumentos do salário-mínimo com base na Rais (em R$): Região

Ano	Quantidade de servidores municipais			Estimativa de impacto		Estimativa de impacto com encargos	
	Até 0,5 SM	0,5 a 1,0 SM	1 a 1,5 SM	Mensal	Anual	Mensal	Anual
2003	1.280	31.256	220.202	11.973.380	159.605.155	17.960.070	215.520.840
2004	2.600	48.162	195.922	5.646.480	75.267.578	8.469.720	101.636.640
2005	3.209	67.626	236.344	13.910.160	185.422.433	20.865.240	250.382.880
2006	4.522	74.136	267.941	19.639.463	261.794.035	29.459.194	353.510.325
2007	5.396	68.982	283.944	12.280.935	163.704.864	18.421.403	221.056.830
2008	3.881	60.230	276.495	13.745.611	183.228.998	20.618.417	247.421.003
2009	3.077	52.343	373.493	25.383.100	338.356.723	38.074.650	456.895.800
2010*	3.077	52.343	373.493	22.844.790	304.521.051	34.267.185	411.206.220
2011*	3.077	52.343	373.493	17.768.170	236.849.706	26.652.255	319.827.060
2012* (1)	3.077	52.343	373.493	37.566.988	500.767.950	56.350.482	676.205.784
Nota: (1) proposta de aumento da LDO 2011.					2.409.518.493		3.253.663.382

*** como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizaram-se as quantidades do ano de 2009.**

Pelas nossas estimativas, o impacto causado por estes aumentos sucessivos chegou a R$ 3,2 bilhões nos Municípios da região.

A terceira Região mais impactada foi o Norte, que possui Municípios bastante extensos e de baixa arrecadação própria pelos mesmos motivos supraexpostos, ou seja, a base tributária restrita a pequenos núcleos urbanos. O valor total do impacto chegou a quase a R$ 1,1 bilhão nestes anos.

Simulação do impacto dos aumentos do salário-mínimo com base na Rais (em R$): Região

Ano	Quantidade de servidores municipais			Estimativa de impacto		Estimativa de impacto com encargos	
	Até 0,5 SM	0,5 a 1,0 SM	1 a 1,5 SM	Mensal	Anual	Mensal	Anual
2003	194	22.894	80.182	4.699.800	62.648.334	7.049.700	84.596.400
2004	334	41.522	64.514	2.239.020	29.846.137	3.358.530	40.302.360
2005	309	49.732	75.744	5.285.340	70.453.582	7.928.010	95.136.120
2006	689	56.815	91.676	7.877.538	105.007.575	11.816.306	141.795.675
2007	679	49.878	107.882	5.178.015	69.022.940	7.767.023	93.204.270
2008	887	50.854	113.883	6.332.821	84.416.507	9.499.232	113.990.783
2009	311	36.964	159.646	11.371.800	151.586.094	17.057.700	204.692.400
2010*	311	36.964	159.646	10.234.620	136.427.485	15.351.930	184.223.160
2011*	311	36.964	159.646	7.960.260	106.110.266	11.940.390	143.284.680
2012* (1)	311	36.964	159.646	16.830.264	224.347.419	25.245.396	302.944.752
Nota: (1) proposta de aumento da LDO 2011.					1.039.866.338		1.404.170.600

*** como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizaram-se as quantidades do ano de 2009.**

A Região Sul, que tem como característica Municípios de pequeno porte e de também pequenas extensões, teve um impacto de mais de R$ 1bilhão neste período.

Simulação do impacto dos aumentos do salário-mínimo com base na Rais (em R$): Região

Ano	Quantidade de servidores municipais			Estimativa de impacto		Estimativa de impacto com encargos	
	Até 0,5 SM	0,5 a 1,0 SM	1 a 1,5 SM	Mensal	Anual	Mensal	Anual
2003	189	7.740	84.316	4.451.780	59.342.227	6.677.670	80.132.040
2004	477	12.013	77.972	2.134.265	28.449.752	3.201.398	38.416.770
2005	523	14.547	80.061	4.449.920	59.317.434	6.674.880	80.098.560
2006	590	19.325	96.337	6.760.500	90.117.465	10.140.750	121.689.000
2007	645	16.939	100.605	4.163.490	55.499.322	6.245.235	74.942.820
2008	523	14.481	102.657	4.880.523	65.057.365	7.320.784	87.849.405
2009	325	10.776	127.270	8.366.600	111.526.778	12.549.900	150.598.800
2010 *	325	10.776	127.270	7.529.940	100.374.100	11.294.910	135.538.920
2011 *	325	10.776	127.270	5.856.620	78.068.745	8.784.930	105.419.160
2011 * (1)	325	10.776	127.270	12.382.568	165.059.631	18.573.852	222.886.224
Nota: (1) proposta de aumento da LDO 2011.					812.812.819		1.097.571.699

*** como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizaram-se as quantidades do ano de 2009.**

A Região Centro-Oeste, cujo Municípios têm características de serem de perfil eminentemente rural com grandes extensões de monoculturas voltadas à exportação e pequenos núcleos urbanos, é a que tem a menor impacto com os aumentos do salário-mínimo, foram R$ 937 milhões neste período.

Simulação do impacto dos aumentos do salário-mínimo com base na Rais (em R$): Região Centro-

Ano	Quantidade de servidores municipais			Estimativa de impacto		Estimativa de impacto com encargos	
	Até 0,5 SM	0,5 a 1,0 SM	1 a 1,5 SM	Mensal	Anual	Mensal	Anual
2003	194	8.477	70.458	3.781.090	50.401.930	5.671.635	68.059.620
2004	307	15.418	59.415	1.719.715	22.923.801	2.579.573	30.954.870
2005	383	17.417	69.713	4.015.820	53.530.881	6.023.730	72.284.760
2006	432	21.468	78.981	5.752.163	76.676.326	8.628.244	103.538.925
2007	430	22.123	83.570	3.638.093	48.495.773	5.457.139	65.485.665
2008	269	18.179	81.237	4.036.025	53.800.213	6.054.038	72.648.450
2009	137	11.121	107.549	7.142.275	95.206.526	10.713.413	128.560.950
2010 *	137	11.121	107.549	6.428.048	85.685.873	9.642.071	115.704.855
2011 *	137	11.121	107.549	4.999.593	66.644.568	7.499.389	89.992.665
2012 * (1)	137	11.121	107.549	10.570.567	140.905.658	15.855.851	190.270.206
Nota: (1) proposta de aumento da LDO 2011.					694.271.549		937.500.966

*** como ainda não estão disponíveis os dados para os anos de 2010 e 2011, utilizaram-se as quantidades do ano de 2009.**

A CNM sempre apoiou esta política de aumento da renda via crescimento real do salário-mínimo, mas em todas as medidas provisórias com os reajustes apresentou emendas ao projeto para a criação de um Fundo de Compensação para os Municípios mais impactados, por acreditar que aqueles que mais sofrem problemas são os Municípios com poucas possibilidades financeiras e orçamentárias em que o Município é o grande indutor da economia local. Quando o governo federal e o Congresso Nacional aprovam essa política, eles deveriam olhar para as imensas dificuldades que acabam impondo aos Municípios das regiões deprimidas do País.

10 O comportamento das finanças próprias municipais em 2010

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou uma coleta de dados em 2.132 (38,3%) Municípios do País que entregaram seus relatórios resumidos da execução orçamentária (RREO) do 6º bimestre para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), nesta amostra estão contempladas informações de todas as Unidades da Federação (UFs)e de 22 capitais, com exceção de Macapá (AP), Boa Vista (RR), Teresina(PI) e Palmas (TO).

O objetivo da CNM é fazer um acompanhamento de como estão as finanças municipais após o ano de 2009, quando os gestores municipais enfrentaram graves problemas financeiros em virtude da crise econômica mundial.

Adotamos o método de comparar somente os mesmos Municípios dos dois anos e, além disso, foram verificadas e corrigidas algumas informações nos próprios *sites* das prefeituras. Para as capitais, coletamos os dados nos seus sítios quando não estavam disponíveis na STN.

Os resultados indicam que houve aumento na receita tributária de 13,8% nestes Municípios. Este crescimento foi puxado, em ordem decrescente, pelo, ISS (24,8%), IPTU (16%), outras receitas tributárias (12,8%), IRRF (9,9%) e ITBI (9,5%). O ISS é o imposto municipal que vem crescendo ano a ano desde 2004 com a aprovação da LC nº 101 que aumentou a base de tributação deste imposto, em 2010 o ISS superou o valor do período de pré-crise. Podemos notar que a conta de outras receitas tributarias tiveram grande desempenho. O ITBI está há alguns anos em forte crescimento, inclusive durante 2009, devido à grande movimentação imobiliária que o País está atravessando.

Os convênios, que são as transferências voluntárias da União e dos Estados aos Municípios, obtiveram aumento de 15,5%.

Total dos Municípios

Contas	Taxa de Crescimento
Receita primária total	**16,3%**
Receita tributária	**13,8%**
IPTU	**16,0%**
ISS	**24,8%**
ITBI	**9,5%**
IRRF	**9,9%**
Outras receitas tributárias	**12,8%**
Convênios	**15,5%**
Despesa primária total	**11,2%**
Pessoal e encargos sociais	**10,9%**
Juros	**11,4%**
Outras despesas correntes	**16,1%**
Investimento	**29,7%**
Inversões financeiras	**30,7%**
Resultado primário	**38,7%**

Fonte: SISTN, CAIXA e cálculos dos autores.

No lado das despesas, também está havendo aumento expressivo de todos os itens, com destaque para o investimento que cresceu 30,7%, a despesa com pessoal teve crescimento de 10,9%, e as demais despessas correntes teve aumento de 16,1%. A despesa com juros aumentou em 11,4%, isso quer dizer que os Municípios estão pagando mais juros em relação ao ano anterior.

No agregado, as despesas primárias estão crescendo menos do que a receita primária, isso que dizer que na média os Municípios estão tendo superávits das contas públicas municipais.

As capitais

As capitais dos estados estão tendo um comportamento superior do que os restantes dos Municípios do País para algumas contas. Suas receitas tributárias estão crescendo mais do que a média dos Muncípios (18,5% antes uma média de 13,8%), mas com destaque para IPTU e ITBI, que cresceu 19,6% e 32,6% respectivamente, acima dos 17,6% do ISS.

Todas as capitais disponíveis (22 capitais)

Contas	2010	2009	%
Receita primária total	**80.072.608.594**	**69.294.734.725**	15,6%
Receita tributária	**29.943.022.243**	**25.261.735.913**	18,5%
IPTU	**8.031.940.501**	**6.714.563.340**	19,6%
ISS	**15.716.886.320**	**13.360.422.236**	17,6%
ITBI	**2.616.566.343**	**1.973.799.162**	32,6%
IRRF	**2.193.615.831**	**1.972.740.611**	11,2%
Outras receitas tributárias	**1.384.013.248**	**1.243.883.952**	11,3%
Convênios	**366.142.847**	**473.020.277**	-22,6%
Despesa primária total	**75.104.182.659**	**65.320.645.133**	15,0%
Pessoal e encargos sociais	**31.152.036.253**	**27.978.604.873**	11,3%
Juros	**3.228.796.080**	**3.007.058.908**	7,4%
Outras despesas correntes	**35.067.621.078**	**30.558.537.133**	14,8%
Investimento	**6.533.286.493**	**4.986.452.787**	31,0%
Inversões financeiras	**870.758.806**	**341.853.295**	154,7%
Resultado primário	**4.079.373.355**	**3.078.533.538**	32,5%

Fonte: SISTN, CAIXA e cálculos dos autores.

No lado dos gastos das capitais, o destaque é o juros cresceram menos do que a média, as capitais pagam menos juros do que a média dos Municípios. As demais contas de despesas estão maiores do que a média. Os convênios das capitais foram menor do que a média, implicando que os Municípios menores são os que mais demandam transferencias da União e dos Estados. No lado da despesa, a conta com menor crescimento é o o pagamento de juros, na média os Municípios pagam 11,4% mais juros do que o ano passado, e já as capitais pagam 7,4%.

As Regiões do País

Contas	Centro-Oeste			Norte			Nordeste		
	2010	2009	%	2010	2009	%	2010	2009	%
Receita tributária	1.802.898.485	1.510.568.449	19,35%	702.398.021	548.974.819	27,95%	4.327.869.419	3.552.243.055	21,83%
IPTU	498.049.158	465.610.032	6,97%	78.106.093	65.023.322	20,12%	803.731.482	694.849.542	15,67%
ISS	722.282.503	712.250.403	1,41%	453.781.870	328.555.461	38,11%	2.263.464.398	1.873.898.463	20,79%
ITBI	187.631.261	155.022.330	21,03%	31.591.769	23.604.553	33,84%	337.150.146	254.362.242	32,55%
IRRF	146.964.077	117.068.573	25,54%	61.967.992	48.032.900	29,01%	363.655.096	284.203.563	27,96%
Outras receitas tributárias	247.971.486	60.617.112	309,08%	77.450.604	83.757.010	-7,53%	474.536.395	388.891.011	22,02%
ICMS	1.423.790.115	1.528.916.997	-6,88%	641.628.477	497.091.259	29,08%	3.642.244.385	3.035.950.430	19,97%
Convênios	142.724.298	153.461.541	-7,00%	33.729.496	61.171.432	-44,86%	622.462.255	267.759.238	132,47%
Receita primária total	8.852.435.990	7.969.886.548	11,07%	3.810.656.358	3.311.413.355	15,08%	23.786.514.611	20.372.539.928	16,76%
Pessoal e encargos sociais	3.659.576.709	2.737.891.344	33,66%	1.787.571.017	1.563.778.811	14,31%	10.937.562.576	8.690.778.741	25,85%
Juros	45.196.192	40.145.644	12,58%	20.551.613	25.834.951	-20,45%	148.312.119	157.097.947	-5,59%
Outras despesas correntes	2.955.126.920	2.391.354.058	23,58%	1.333.265.625	1.210.405.432	10,15%	9.469.552.568	7.815.500.986	21,16%
Investimentos	795.487.017	700.594.462	13,54%	339.298.696	348.320.506	-2,59%	1.583.443.769	1.258.030.618	25,87%
Inversões financeiras	18.655.523	21.247.958	-12,20%	4.237.938	3.427.002	23,66%	143.828.603	145.302.236	-1,01%
Despesa primária total	7.431.792.285	5.850.767.062	27,02%	3.464.098.903	3.084.261.722	12,32%	22.041.395.079	17.982.812.821	22,57%
Resultado primário	1.177.936.196	1.577.090.295	-25,31%	255.548.521	394.498.031	-35,22%	2.955.504.306	3.384.361.164	-12,67%

Fonte: SISTN/CAIXA e prefeituras.

As Regiões do País

Sul			Sudeste		
2010	2009	%	2010	2009	%
5.061.743.506	4.331.423.038	16,86%	29.196.810.084	24.331.349.135	20,00%
1.366.964.825	1.210.694.280	12,91%	9.286.978.214	7.773.280.224	19,47%
2.133.617.333	1.780.607.265	19,83%	14.162.698.884	11.797.357.340	20,05%
594.096.684	465.669.346	27,58%	2.134.830.034	1.533.410.404	39,22%
424.351.987	360.793.289	17,62%	2.023.730.420	1.779.600.710	13,72%
544.771.292	515.494.666	5,68%	1.590.171.589	1.448.739.618	9,76%
3.708.498.516	3.253.886.433	13,97%	17.609.771.365	14.246.920.034	23,60%
148.599.310	125.904.178	18,03%	914.199.496	549.513.370	66,37%
22.227.322.283	19.533.394.097	13,79%	89.697.633.097	74.070.545.472	21,10%
9.147.242.276	8.104.540.409	12,87%	33.812.821.652	29.417.865.943	14,94%
140.526.842	831.477.404	-83,10%	2.779.489.016	2.560.255.913	8,56%
9.433.076.153	8.482.072.072	11,21%	36.608.702.756	30.703.491.311	19,23%
1.600.994.401	1.142.644.908	40,11%	7.222.538.691	5.282.460.983	36,73%
76.342.969	42.600.135	79,21%	864.616.742	400.458.045	115,91%
20.263.190.453	78.197.583.056	-74,09%	78.111.909.257	65.673.592.960	18,94%
3.394.816.853	2.045.248.373	65,99%	8.145.890.990	6.536.328.629	24,62%

Fonte: SISTN/CAIXA e prefeituras.

Entre as Regiões do País, existem grandes diferenças. A receita tributária cresceu 27,9% no Norte, 21,8% no Nordeste, 20% no Sudeste, 16,9% no Sul e 19,4% no Centro-Oeste, mostrando que as Regiões Sul e Centro-Oeste estão tendo um desempenho abaixo das Regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Já o IPTU, ISS e ITBI crescem principalmente na Região Norte.

Comparativos das Taxas de Crescimentos do ano de 2010-2009 por região

Contas	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
Receita tributária	**19,4%**	**27,9%**	**21,8%**	**16,9%**	**20,0%**
IPTU	**7,0%**	**20,1%**	**15,7%**	**12,9%**	**19,5%**
ISS	**1,4%**	**38,1%**	**20,8%**	**19,8%**	**20,0%**
ITBI	**21,0%**	**33,8%**	**32,5%**	**27,6%**	**39,2%**
IRRF	**25,5%**	**29,0%**	**28,0%**	**17,6%**	**13,7%**
Outras receitas tributárias	**309,1%**	**-7,5%**	**22,0%**	**5,7%**	**9,8%**
ICMS	**-6,9%**	**29,1%**	**20,0%**	**14,0%**	**23,6%**
Convênios	**-7,0%**	**-44,9%**	**132,5%**	**18,0%**	**66,4%**
Receita primária total	**11,1%**	**15,1%**	**16,8%**	**13,8%**	**21,1%**
Pessoal e encargos sociais	**33,7%**	**14,3%**	**25,9%**	**12,9%**	**14,9%**

Contas	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
Juros	**12,6%**	**-20,5%**	**-5,6%**	**-83,1%**	**8,6%**
Outras despesas correntes	**23,6%**	**10,2%**	**21,2%**	**11,2%**	**19,2%**
Investimentos	**13,5%**	**-2,6%**	**25,9%**	**40,1%**	**36,7%**
Inversões financeiras	**-12,2%**	**23,7%**	**-1,0%**	**79,2%**	**115,9%**
Despesa primária total	**27,0%**	**12,3%**	**22,6%**	**-74,1%**	**18,9%**
Resultado primário	**-25,3%**	**-35,2%**	**-12,7%**	**66,0%**	**24,6%**

Fonte: SISTN/CAIXA e prefeituras.

No lado dos gastos, vemos que o de pessoal teve expansão grande na Região Centro-Oeste (33,7%) e seguida pelo Nordeste (25,9%), enquanto nas outras regiões o aumento ficou na ordem dos 15% apenas. Ou seja, é o Nordeste e o Centro-Oeste que puxa o crescimento das despesas de pessoal, influenciado provavelmente pelos aumentos do salário-mínimo.

Quanto aos investimentos, a Região Sul obteve aumento expressivo de 40,1% de um ano para o outro, ficando acima da média da amostra. Os investimentos da Região Norte foram negativos ficando muito longe das demais regiões.

Conclusões

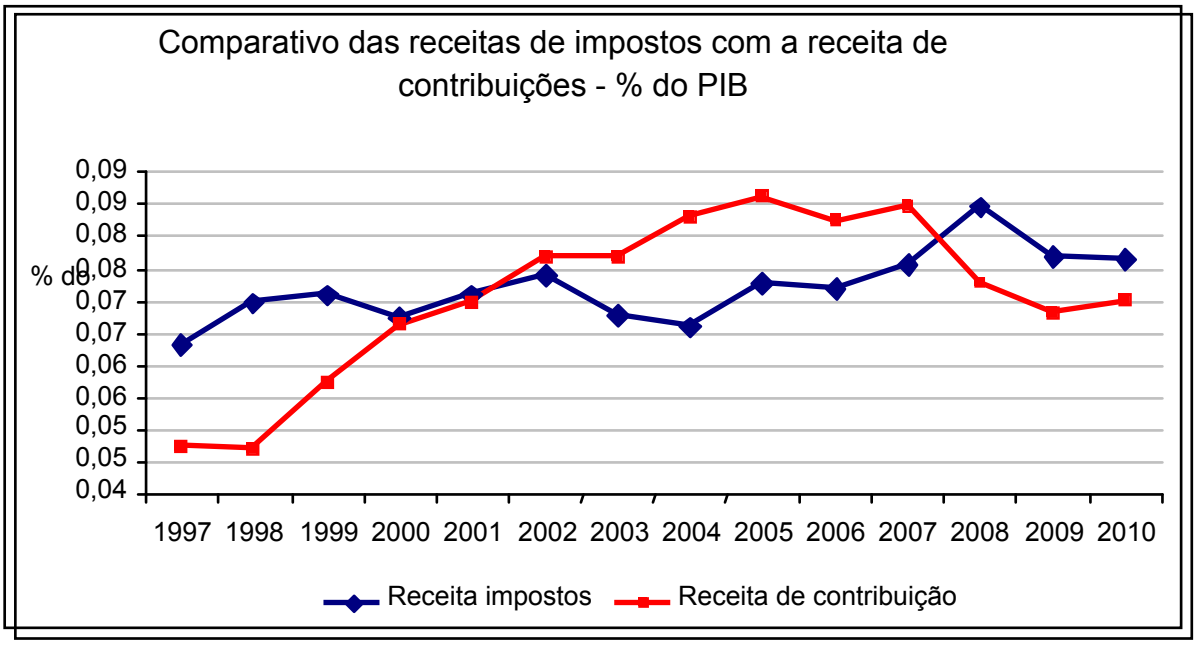
Os resultados desta coleta de dados indicam que, na administração dos recursos próprios dos Municípios, há uma recuperação um ano após a crise econômica em todas as Regiões do País. Mas estas receitas ainda representam muito pouco do total, e as quedas nas transferências, sobretudo da União, ainda preocupam o desempenho das administrações municipais.

Outro fator que podemos destacar é que o incremento da receita é inferior ao dos gastos de pessoal e de outras despesas correntes, fazendo que o resultado primário esteja aumentando simultaneamente à expansão dos investimentos.

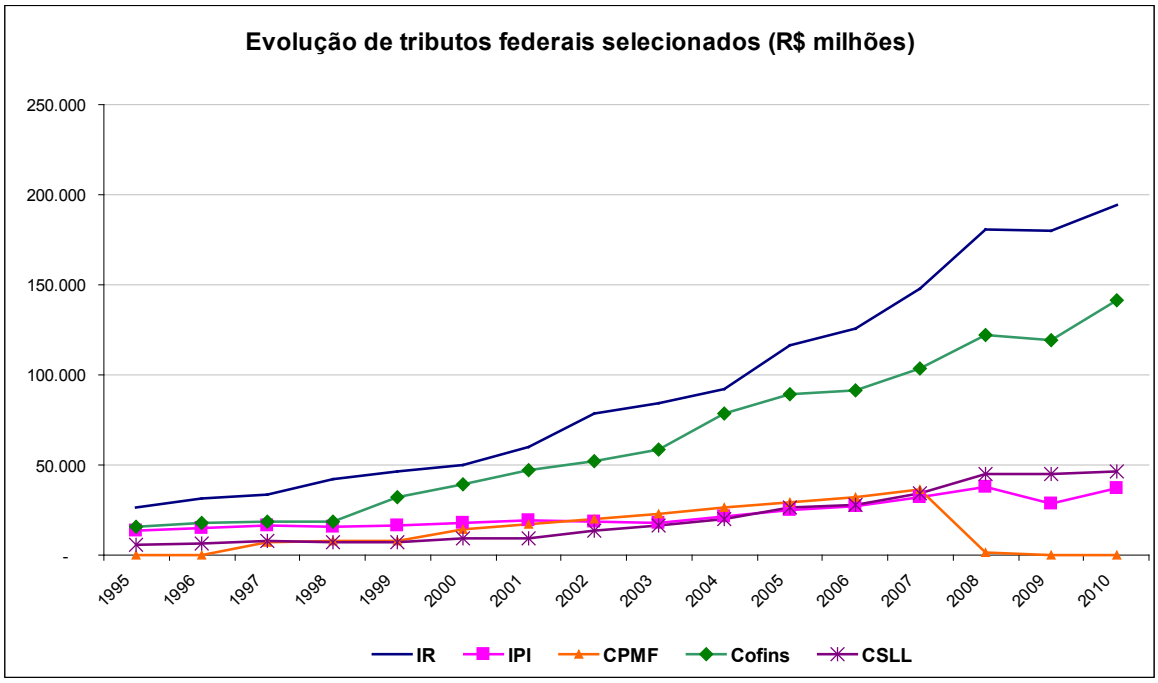
11 Impostos *versus* contribuições sociais como fonte de recursos para o FPM

Os tributos federais, no Brasil, constituem-se em uma gama extensa de tributos arrecadados pela União, previstos pela Constituição Federal, entre os quais: Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre a Exportação (IE), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Operações de Crédito (IOF), Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR – pessoa física e jurídica), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), Programa de Integração Social (PIS). Além de taxas, contribuições de intervenção e outros tributos, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e as demais contribuições previdenciárias.

Em 2010, a receita de impostos federais no Brasil correspondeu a 7,6% do PIB. Apenas o IR arrecadou 5,3% do PIB. Já as contribuições sociais arrecadaram 7% do PIB neste ano.



Os tributos federais mais significativos são: IR, IPI, CPMF, Cofins e CSLL, esses tributos somados foram responsável por mais de 47% do total arrecadado pela União em 2010 e 32% da receita total dos três entes federados. Veja evolução destes tributos a seguir.



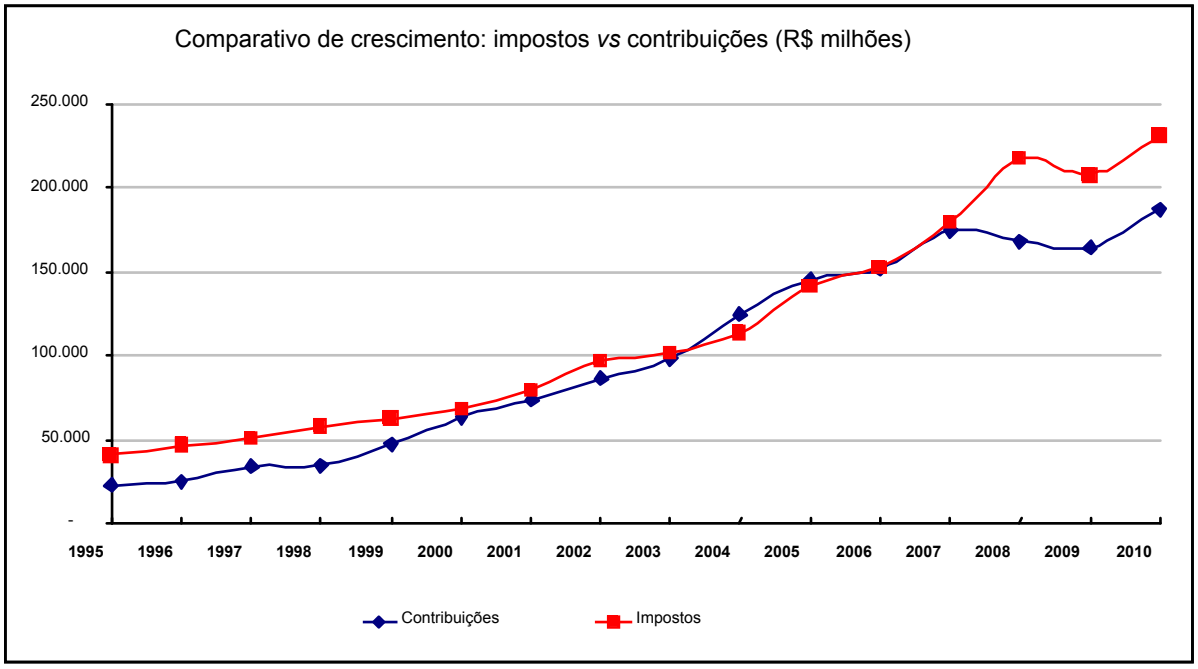
Como podemos notar no gráfico acima, o IR é o que gera maior arrecadação e manteve boa tendência de crescimento até o 2008, quando apresentou queda decorrente da crise econômica mundial. A Cofins depois de 1998 foi o tributo que apresentou o maior crescimento. O IPI e a CSLL responderam por um nível de arrecadação com pouco crescimento no período analisado.

Uma parcela da arrecadação da União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios.

O FPM, criado em 64, é a principal transferência federal para os municípios brasileiros. Seus recursos são provenientes da repartição de 22,5% das receitas do IR e do IPI – inicialmente eram apenas 10%. Entretanto, em 2007, criou-se uma cota adicional de 1% da arrecadação do IR e do IPI, que é entregue aos municípios no primeiro decêndio de dezembro.

Já as contribuições sociais são totalmente retidas pela União, sendo estas destinadas ao custeio da seguridade social, que compreende a previdência social, a saúde e a assistência social.

Ao compararmos o crescimento dos impostos (IPI e IR) *versus* o crescimento das contribuições sociais (ver gráfico a seguir), vemos que de 1995 até 2000 as contribuições cresceram em um ritmo superior aos impostos que compõem o FPM. De 2001 até 2007, ambos cresceram em um ritmo muito próximo e se mantiveram em um patamar equivalente. A partir de 2007, os impostos que compõem o FPM cresceram mais rapidamente que as contribuições selecionadas. Isso apenas ocorreu devido ao fim da CPMF em 2007.



O fato é que nos últimos 15 anos as contribuições cresceram 16,1%, em média, e as receitas de impostos, 12,7%. Esta diferença é ainda maior quando desconsideramos a CPMF.

	Impostos				Contribuições				
Ano	**IR**	**IPI**	**Total**	**Cresc.**	**CPMF**	**Cofins**	**CSLL**	**Total**	**Cresc.**
1995	26.428	13.407	39.836	-	139	15.733	5.848	21.719	-
1996	31.552	15.293	46.844	17,6%	(2)	17.869	6.647	24.515	12,9%
1997	33.708	16.391	50.098	6,9%	6.887	18.922	7.655	33.465	36,5%
1998	41.863	15.986	57.849	15,5%	8.133	18.719	7.428	34.280	2,4%
1999	46.474	16.085	62.558	8,1%	7.949	31.937	7.232	47.117	37,4%
2000	49.895	17.700	67.596	8,1%	14.397	39.638	9.209	63.243	34,2%
2001	60.074	19.117	79.191	17,2%	17.157	47.031	9.397	73.585	16,4%
2002	78.496	18.728	97.224	22,8%	20.267	52.468	13.370	86.105	17,0%
2003	84.036	18.092	102.129	5,0%	23.044	58.761	16.192	97.998	13,8%
2004	92.058	21.294	113.352	11,0%	26.433	78.658	19.896	124.986	27,5%
2005	116.161	24.644	140.805	24,2%	29.120	89.597	26.232	144.950	16,0%
2006	125.760	27.385	153.145	8,8%	32.146	91.481	28.024	151.651	4,6%
2007	148.053	31.958	180.011	17,5%	36.520	103.741	34.585	174.845	15,3%
2008	180.519	37.601	218.120	21,2%	1.112	122.456	44.902	168.469	-3,6%
2009	179.938	28.330	208.268	-4,5%	94	119.239	45.100	164.433	-2,4%
2010	194.206	37.330	231.536	11,2%	24	141.234	46.370	187.628	14,1%
Média				12,7%	Média				16,1%

A pergunta que se faz aqui é: E se a regra do FPM fosse diferente? E se a divisão dos recursos federais incluísse as contribuições sociais? O FPM teria um montante de quase R$ 100 bilhões em 2010, ou seja, quase o dobro do que foi verificado efetivamente (ver tabela a seguir).

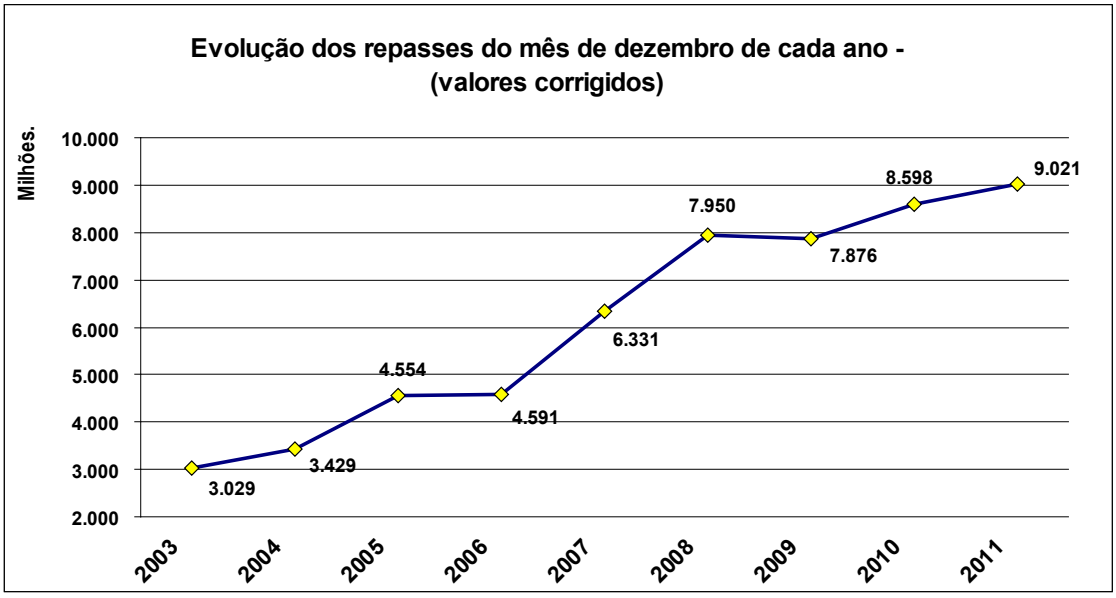
Ano	FPM contribuições	FPM atual	Diferença
1995	13.850	9.507	4.343
1996	16.056	10.756	5.300
1997	18.802	12.127	6.675
1998	20.729	12.220	8.510
1999	24.677	13.681	10.995
2000	29.439	15.078	14.361
2001	34.375	17.675	16.699
2002	41.249	21.876	19.373
2003	45.029	22.756	22.272
2004	53.626	25.085	28.541
2005	64.295	31.383	32.911
2006	68.579	34.709	33.870
2007	79.843	40.631	39.211
2008	90.848	51.309	39.539
2009	87.585	49.476	38.109
2010	98.504	53.279	45.225
TOTAL	787.484	421.549	365.935

FPM deixou de repartir entre os municipios brasileiros o valor de mais de R$ 365 bilhões de reais desde 1995, caso a regra do FPM fosse diferente, isto é, incluísse as contribuições sociais. Portanto, o total do FPM dos últimos 15 anos seria superior a R$ 787 bilhões, bem superior ao valor dividido pela regra atual.

12 FPM: último repasse de 2011

Será creditado nesta quinta-feira, dia 29 de dezembro, nas contas das prefeituras brasileiras, o repasse do FPM referente ao 3º decêndio do mês de dezembro que será de R$ 1.346.928.790,25, descontada a retenção do Fundeb. Em valores brutos, incluindo a retenção do Fundeb, o montante é de R$ 1.683.660.987,81. Este repasse é 2,23% menor do que a previsão da Receita Federal, divulgada no começo do mês, de R$ 1.686.708.625,00 (valor bruto e nominal).

O FPM bruto em dezembro fechou com um total de R$ 9 bilhões. Este valor é 4,9% maior que o valor do mesmo período do ano passado em valores corrigidos pela inflação. Veja a seguir a evolução dos valores repassados em dezembro nos últimos anos.



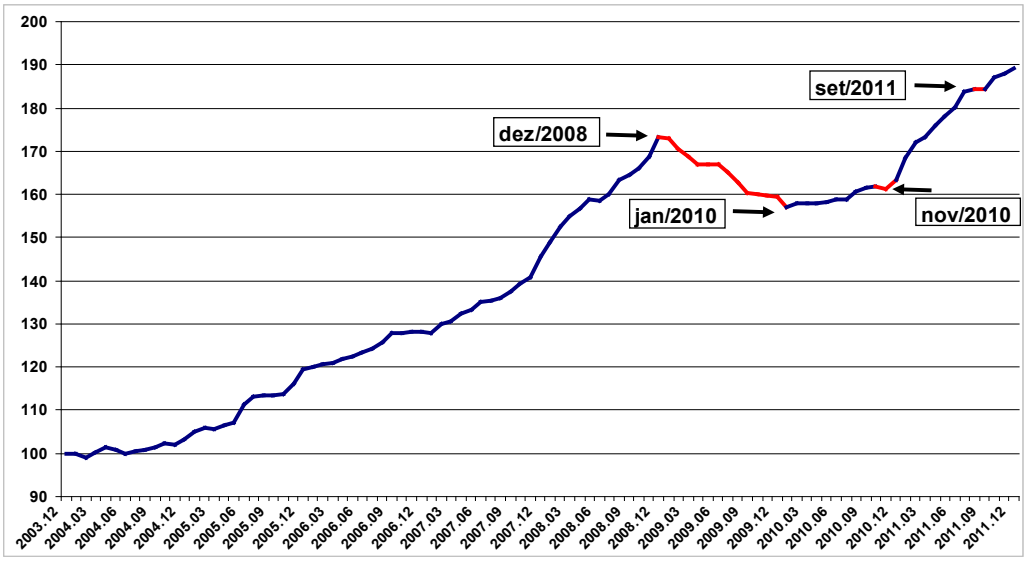
Levando em conta todos os repasses do ano, ao final de dezembro o FPM acumulou um total de, aproximadamente, R$ 67 bi, 15,8% maior que o acumulado do mesmo período de 2010 (valor real). Após ter caído dois anos consecutivos 2009 e 2010, - 4,4% e - 1,3%, respectivamente, o FPM recuperou em 2011 o nível que havia atingido em 2008, patamar anterior à crise fiscal iniciada em 2009, decorrente da crise financeira internacional. Veja comparativo a seguir.

FPM bruto e corrigido pelo FPM

período	2008	2009	2010	2011	2011 / 2010
Janeiro	5.182.751.303	5.135.501.610	4.218.142.596	6.000.450.644	**42,3%**
Fevereiro	5.668.466.457	4.761.425.451	5.110.188.748	6.413.299.562	**25,5%**
Março	4.445.598.860	3.798.768.347	3.776.497.270	4.153.916.279	**10,0%**
Abril	5.120.245.454	4.512.974.483	4.499.165.067	5.463.930.523	**21,4%**
Maio	5.347.333.678	6.200.611.294	5.515.671.152	6.242.111.005	**13,2%**
Junho	4.576.356.469	4.813.270.880	4.786.900.912	5.625.506.632	**17,5%**
Julho	4.123.182.864	3.522.596.414	3.519.640.536	4.777.837.855	**35,7%**
Agosto	5.023.020.478	4.078.926.899	4.715.135.048	4.910.257.219	**4,1%**
Setembro	4.412.043.681	3.602.085.548	3.918.405.944	3.899.346.966	**-0,5%**
Outubro	4.180.936.599	5.155.606.498	4.186.717.843	5.103.471.294	**21,9%**
Novembro	5.278.269.193	5.136.788.464	4.977.574.776	5.364.119.481	**7,8%**
Dezembro	7.949.857.026	7.875.506.425	8.597.661.242	9.020.634.427	**4,9%**
Total	**61.308.062.061**	**58.594.062.312**	**57.821.701.133**	**66.974.881.889**	**15,8%**
Cresc.		**-4,4%**	**-1,3%**	**15,8%**	

A recuperação apresentada pelo fundo em 2011 fica mais evidente no gráfico a seguir que apresenta a evolução desde 2003. Note que, apenas a partir de novembro de 2010, o FPM retoma seu ritmo de crescimento pré-crise que é interrompido momentaneamente apenas no mês de setembro de 2011.

Crescimento do FPM desde 2003 – acumulado dos últimos 12 meses (corrigido IPCA) -



É importante dizer que o governo federal lançou recentemente um pacote de incentivos tributários com o intuito de incentivar o investimento, o crédito e o consumo em meio a um cenário internacional adverso. A medida consiste na desoneração de alguns tributos em produtos específicos. Dentre elas a do IPI é a única que vai impactar negativamente nos municípios. Porém o impacto total no ano de 2012 é muito pequeno (aproximadamente R$ 70 milhões) e quase não tem efeito no repasse do FPM aos municípios, pois, provavelmente, vai afetar em menos de 1% o seu valor total.

13 IRFS - ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE FISCAL, SOCIAL E DE GESTÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – EDIÇÃO 2009

No ano da crise econômica mundial, o conjunto dos Municípios brasileiros teve uma ***performance*** **negativa em duas das três áreas analisadas Pelo Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS) – Fiscal, Gestão e Social** – em relação ao ano de 2008, de acordo com estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) voltado para calcular o IRFS. Nesta edição do IRFS, são apresentados os comparativos dos resultados entre 2002 e 2009 para que os gestores possam ter uma ideia não só da sua situação atual no *ranking* do índice, mas também sua evolução (ou retrocesso) ao longo dos anos.

O IRFS é decomposto em três subíndices – fiscal, gestão e social, cada um deles medindo a *performance* na área por meio de distintos indicadores. O Índice Fiscal, por exemplo, reflete a evolução dos indicadores relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como nível de endividamento e gasto com pessoal, enquanto os demais buscam mostrar o cumprimento de **outras responsabilidades** de uma prefeitura, que – na avaliação da CNM e de inúmeros estudos científicos – passam por economizar recursos de manutenção da máquina administrativa e direcioná-los prioritariamente para investimentos em infraestrutura, saúde e educação, além de atender bem e com qualidade a população local.

Na tabela a seguir, pode-se verificar a evolução dos distintos indicadores que compuseram o cálculo do índice entre 2002 e 2009, do qual extraímos as seguintes conclusões:

a) O **endividamento** médio dos Municípios tem permanecido bem abaixo do limite máximo da LRF, oscilando apenas entre 3% e 8% da Receita Corrente Líquida (RCL), e em 2009 teve um aumento no período analisado para 3,32%. Tendo acréscimo de 2,51 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2008.

b) Os Municípios evoluíram de uma situação de **insuficiência de caixa** em 2002 e 2003, ou seja, suficiência negativa, que significa ter mais restos a pagar do que disponibilidades de caixa, para uma situação de **sobra de caixa** entre 2004 e 2009. Isso não significa que não haja Municípios ainda no vermelho, mas, em média, eles possuem uma sobra de caixa de 9,82% da RCL. Esse índice foi o maior do período analisado.

Tabela 1

Brasil - resultado geral									
	Indicadores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Fis	Endividamento/RCL	8,04%	8,70%	8,12%	3,76%	5,75%	3,29%	0,81%	3,32%
	Suficiência de caixa/RCL	-0,65%	-1,74%	0,79%	4,31%	3,40%	4,83%	6,40%	9,82%
	Gasto de pessoal/RCL	43,98%	46,66%	44,19%	44,14%	45,78%	44,60%	45,66%	48,41%
	Superávit primário/RCL	1,60%	-0,63%	2,87%	4,33%	-0,45%	2,82%	3,43%	-1,17%
Ge	Custeio da máquina/RCL	22,93%	22,94%	22,64%	23,03%	24,14%	22,44%	22,43%	22,58%
	Investimento/RCL	26,78%	9,90%	10,36%	8,78%	11,55%	10,31%	12,90%	9,21%
	Custo do Legislativo/RCL	4,36%	4,66%	4,35%	4,23%	4,43%	3,90%	3,15%	3,61%
	Custo *per capita* do Legislativo	R$ 28,48	R$ 31,36	R$ 34,24	R$ 37,20	R$ 41,87	R$ 51,56	R$48,54	R$ 58,09
So	Gasto educação/RCL	30,74%	30,76%	29,62%	28,94%	30,17%	28,97%	27,66%	29,47%
	Matrículas/população	17,45%	18,09%	15,06%	16,16%	17,66%	16,74%	15,70%	15,89%
	Professores com nível universitário	15,20%	18,90%	23,00%	29,86%	56,36%	57,31%	59,23%	58,87%
	Taxa de Abandono Escolar (Rede Municipal)	7,41%	7,13%	7,09%	7,16%	7,43%	4,30%	7,01%	3,22%
	Gasto próprio em saúde/RCL (SUS)	18,50%	17,89%	17,02%	15,08%	19,14%	16,41%	15,97%	17,18%
	Cobertura vacinal	79,15%	75,56%	76,19%	73,94%	77,96%	80,69%	82,62%	84,46%
	Mortalidade infantil (taxa por mil)	20,41	19,64	18,25	18,44	17,34	17,42	15,80	15,19
	Média de consultas médicas por ano	2,04	1,97	1,95	1,95	1,64	2,00	2,59	2,03
	Quantidade de municípios	**5.156**	**5.012**	**4.285**	**4.164**	**4.938**	**5.232**	**4.994**	**5.231**

c) O **gasto de pessoal** dos Municípios apresentou um aumento em 2009 em relação a 2008, atingindo em média o índice de 48,41% da RCL, um aumento de 2,75 p.p. em relação a 2008. Esse índice ultrapassou o índice verificado em 2003, mas ainda está abaixo do limite máximo permitido pela LRF, que é de 60%.

d) O **resultado primário**, diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias dos Municípios, foi negativo no conjunto das prefeituras em 2009, depois de um elevado superávit em 2005 e um déficit em 2006. Agora em 2009, a queda de arrecadação, sobretudo das transferências da União fizeram o déficit orçamentário atingir 1,17% da RCL. É importante lembrar que só precisa fazer superávit primário o Município que tem dívida e juros a pagar, não sendo este o caso da maioria no Brasil.

e) O **custeio da máquina** administrativa teve uma pequena alta, mas ainda continua no mesmo patamar em 2009, de 22,58% da RCL em 2009.

f) A **taxa de investimento** teve uma queda significativa em 2009, passando de 12,9% em 2008 para 9,21% em 2009, uma queda na ordem de 28,6%, o que também pode ser explicado pela queda de arrecadação da União.

g) O **custo dos Legislativos** municipais, ao contrário de 2008 que teve queda, em 2009 acumulou uma pequena alta, mas não se igualando ao mesmo patamar de 2003, que teve um gasto acima de 4% como proporção da RCL.

h) Os **gastos médios com educação** tiveram uma alta neste ano em relação a 2008, passando de 27,66% para 29,47%, subindo 1,81 p.p., acima do que a Constituição Federal determina que é aplicar 25% de suas receitas em educação.

i) Os gastos **próprios com saúde** cresceram na proporção da RCL em 2009. Em 2008, os Municípios gastaram em média 15,97% e agora em 2009 passaram a gastar em média 17,18%.

Com base nesses indicadores, foram calculados os índices de responsabilidade. Todo índice acima de 0,500 representa uma situação melhor do que a média. Na tabela 2, verifica-se a evolução dos índices dos Municípios de acordo com dois critérios diferentes:

1) Extraindo a média de todos os Municípios que apresentaram relatórios e dados em cada ano.

2) Extraindo a média daqueles que apresentaram dados em todos os anos analisados, o que representa quase 75% dos Municípios brasileiros (4.164).

No primeiro caso, vê-se que o IRFS de 2009 teve uma diminuição ficando em patamares de 2005, e no segundo caso, em que nos detemos na amostra mais reduzida (porém mais consistente), o IRFS só será maior do que o de 2003.

Tabela 2 - Evolução dos índices entre 2002 e 2009 (escala de 0,000 a 1,000) de todos os

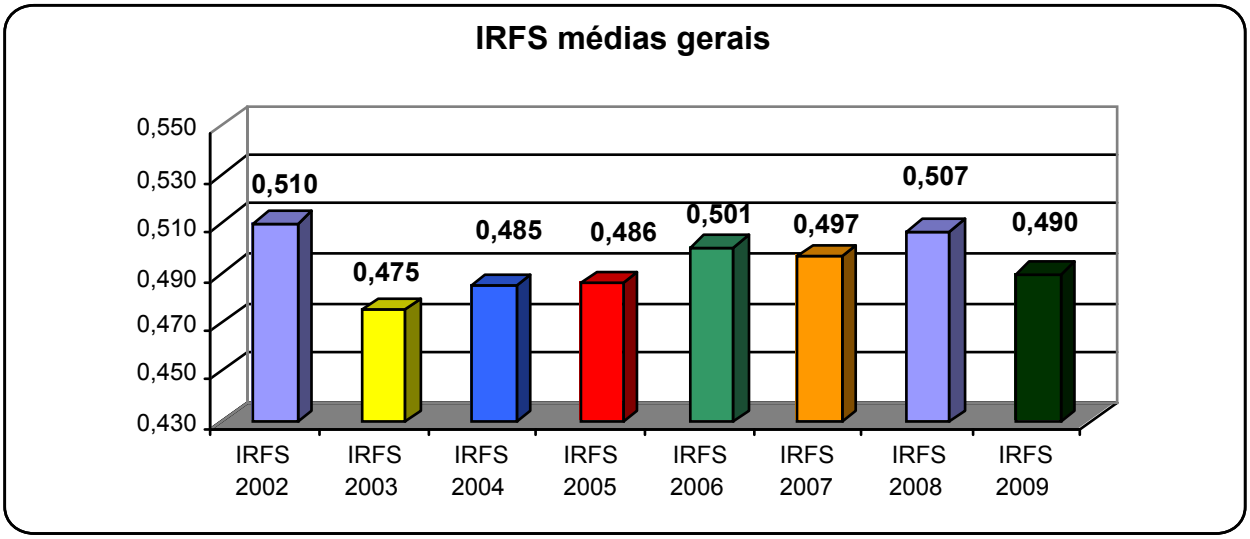
Índice	Nº de Mun.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Geral	5.562	0,510	0,475	0,485	0,486	0,501	0,497	0,507	0,490
Fiscal	5.562	0,501	0,478	0,504	0,515	0,497	0,513	0,514	0,492
Gestão	5.562	0,542	0,461	0,469	0,454	0,465	0,449	0,467	0,426
Social	5.562	0,488	0,486	0,482	0,490	0,541	0,529	0,540	0,553

A vantagem da primeira amostra é que ela reúne um número maior de Municípios em cada ano para extrair uma média, mas sua composição é diferente em cada ano, o que não ocorre com a segunda, quando comparamos exatamente o mesmo grupo de Municípios todos os anos.

Tabela 3 - Evolução dos índices entre 2002 e 2008 (escala de 0,000 a 1,000) dos Municípios da amostra

Índice	Nº de Mun.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Geral	2.619	0,498	0,465	0,482	0,486	0,488	0,481	0,493	0,561
Fiscal	2.619	0,483	0,469	0,500	0,515	0,480	0,494	0,496	0,499
Gestão	2.619	0,521	0,439	0,464	0,454	0,444	0,417	0,441	0,476
Social	2.619	0,467	0,468	0,478	0,490	0,521	0,504	0,520	0,520

Figura 1 – Gráfico das médias do IRFS geral da amostra completa



Os resultados do IRFS também podem ser analisados por vários ângulos, inclusive quanto ao desempenho individual dos Municípios. Por exemplo:

1) Quais os Municípios com as melhores classificações em 2009?

2) Quais os Municípios com as melhores médias entre 2002 e 2009?

3) Quais os Municípios que apresentaram os melhores avanços entre 2002 e 2009?

1. Os melhores IRFS de 2009

O Município gaúcho de Alecrim apresentou o mais alto índice geral em 2009, com um escore de 0,662, seguido do Município gaúcho de Caseiros (0,652). O terceiro é o Município de São José de Hortêncio/RS (0,646); o quarto é Itatiba do Sul/RS (0,641); e o quinto é mais um gaúcho, Alpestre (0,636). Esses são os primeiros colocados do *ranking*.

Dentre os 30 primeiros colocados, têm-se 11 gaúchos, 9 paulistas, 4 mineiros, 3 catarinenses, 2 do Espírito Santo e 1 Município cearense, que representaram as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

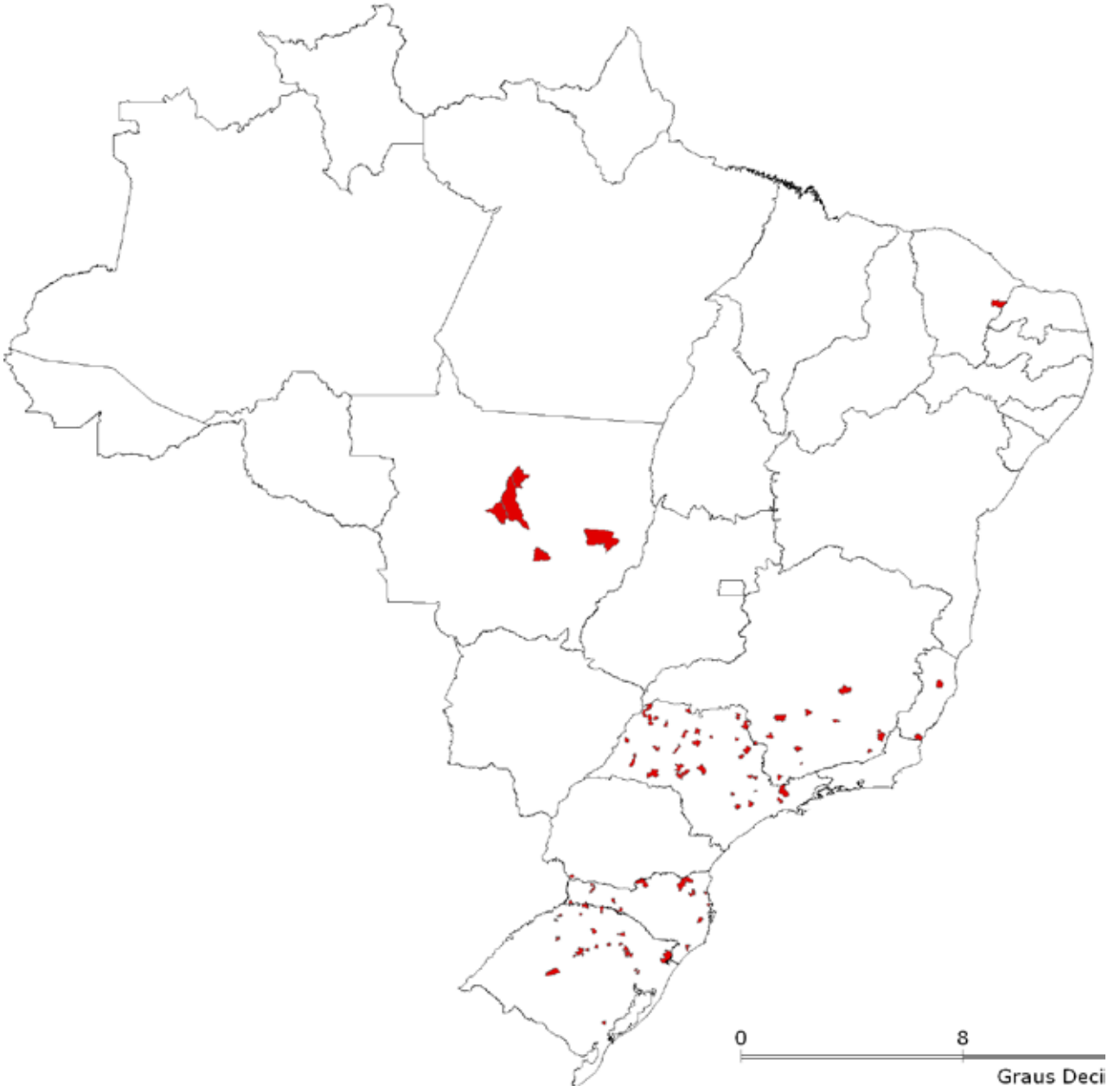
Edição 2009

Tabela 4 - Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - 2009

Município	UF	Índice Fiscal	Índice Gestão	Índice Social	Índice Geral	Ordem
Alecrim/RS	RS	0,726	0,659	0,600	0,662	1
Caseiros/RS	RS	0,755	0,557	0,644	0,652	2
São José do Hortêncio/RS	RS	0,806	0,544	0,587	0,646	3
Itatiba do Sul/RS	RS	0,760	0,565	0,599	0,641	4
Alpestre/RS	RS	0,745	0,593	0,571	0,636	5
Nova Resende/MG	M	0,669	0,598	0,626	0,631	6
Olímpio Noronha/MG	M	0,660	0,540	0,689	0,630	7
Guararema/SP	SP	0,672	0,614	0,601	0,629	8
Paraguaçu Paulista/SP	SP	0,649	0,618	0,609	0,625	9
Alto Santo/CE	CE	0,682	0,642	0,549	0,624	10
Alto Alegre/RS	RS	0,635	0,571	0,663	0,623	11
Artur Nogueira/SP	SP	0,601	0,651	0,614	0,622	12
Presidente Kennedy/ES	ES	0,836	0,470	0,559	0,622	13
Louveira/SP	SP	0,706	0,549	0,610	0,622	14
Itajobi/SP	SP	0,619	0,577	0,657	0,618	15
Cerquilho/SP	SP	0,659	0,582	0,605	0,615	16
São Pedro do Sul/RS	RS	0,622	0,593	0,622	0,612	17
Tambaú/SP	SP	0,612	0,595	0,629	0,612	18
São Bento do Sul/SC	SC	0,650	0,575	0,610	0,612	19
Argirita/MG	M	0,492	0,650	0,691	0,611	20
Coronel Barros/RS	RS	0,593	0,578	0,662	0,611	21
São Sebastião do Oeste/MG	M	0,758	0,501	0,573	0,611	22
Vila Flores/RS	RS	0,669	0,570	0,591	0,610	23
Novo Horizonte/SC	SC	0,660	0,510	0,658	0,610	24
Rio Bananal/ES	ES	0,611	0,551	0,665	0,609	25
Veranópolis/RS	RS	0,640	0,611	0,573	0,608	26
Estância Velha/RS	RS	0,694	0,551	0,579	0,608	27
Santa Fé do Sul/SP	SP	0,561	0,634	0,628	0,608	28
Floreal/SP	SP	0,686	0,528	0,608	0,607	29
Timbó/SC	SC	0,660	0,568	0,594	0,607	30

No mapa a seguir, estão identificados os 100 primeiros colocados no IRFS, edição de 2009, em que se pode visualizar a concentração espacial nas Regiões Sul e Sudeste. Mas também se pode ver como se distribui entre Estados da Região Centro-Oeste e Nordeste.

Figura 2 – Mapa com distribuição dos 100 primeiros colocados no IRFS 2009



1.1. Os melhores IRFS Fiscal de 2009

No quesito fiscal, o Município do Espírito Santo, Presidente Kennedy, aparece em 2009 com o maior índice (0,835). O segundo colocado é o gaúcho, São José do Hortêncio (0,806); o terceiro é o Município gaúcho de Itatiba do Sul (0,760); o quarto é o mineiro São Sebastião do Oeste (0,758); e o quinto também é do Rio Grande do Sul, Caseiros, que obteve o índice de (0,755).

Dentre os 30 melhores classificados, 22 são gaúchos e paulistas, 2 mineiros e os 6 restantes são divididos pelos seguintes Estados, Ceará,Espírito Santo, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina, estando representadas todas as regiões.

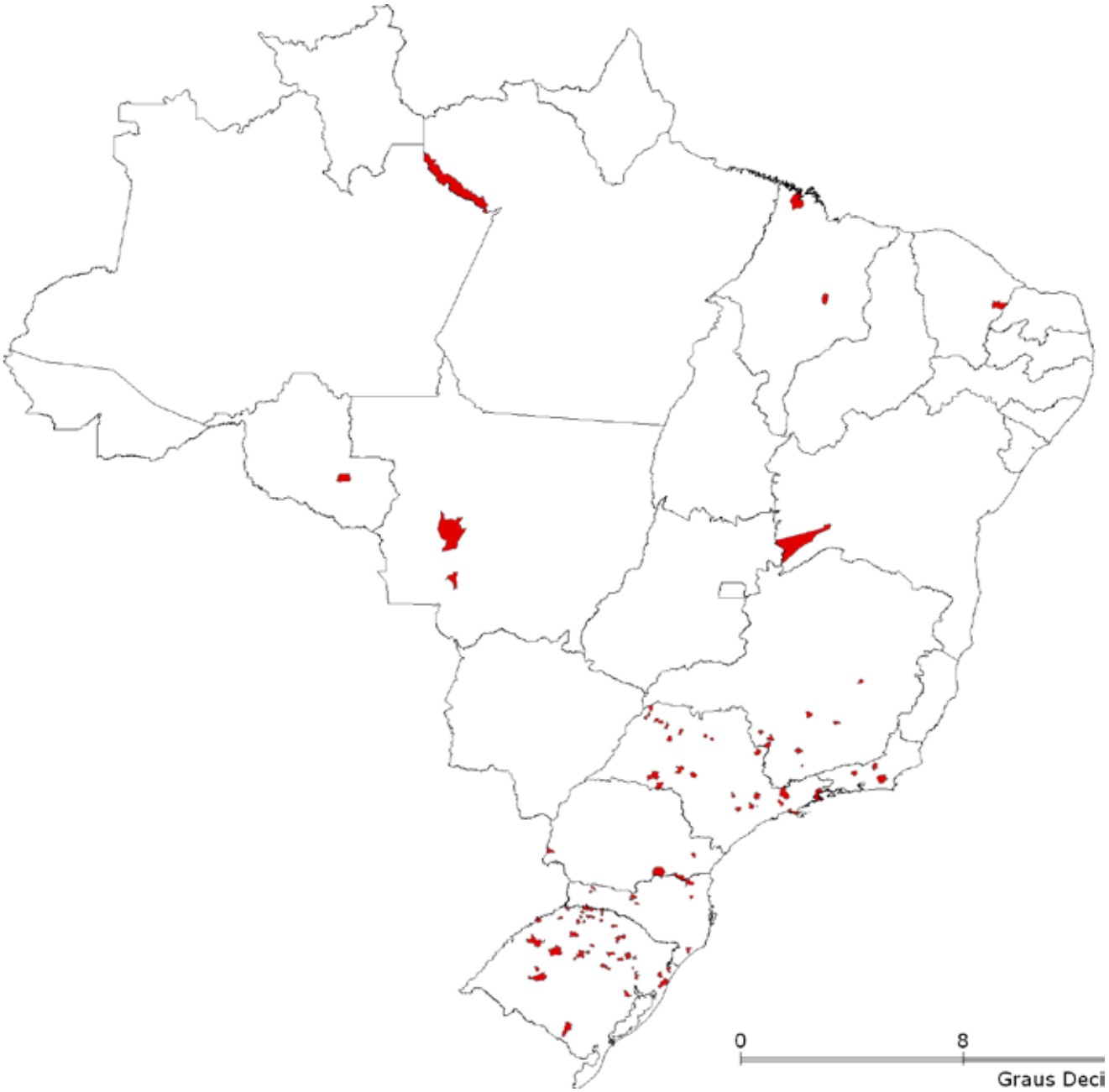
Confederação Nacional de Municípios (CNM)

Tabela 5 - Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - F 2009

Município	UF	IRFS - F	Ordem
Presidente Kennedy/ES	ES	0,836	1
São José do Hortêncio/RS	RS	0,806	2
Itatiba do Sul/RS	RS	0,760	3
São Sebastião do Oeste/MG	M	0,758	4
Caseiros/RS	RS	0,755	5
Alpestre/RS	RS	0,745	6
São Sebastião/SP	SP	0,743	7
São José dos Campos/SP	SP	0,740	8
Faro/PA	PA	0,733	9
Alecrim/RS	RS	0,726	10
Zacarias/SP	SP	0,717	11
Muzambinho/MG	M	0,716	12
Sério/RS	RS	0,707	13
São Mateus do Sul/PR	PR	0,707	14
Louveira/SP	SP	0,706	15
Taiaçu/SP	SP	0,704	16
Santana da Ponte Pensa/SP	SP	0,703	17
Portão/RS	RS	0,701	18
Salto Veloso/SC	SC	0,698	19
Garça/SP	SP	0,696	20
Estância Velha/RS	RS	0,694	21
São Roque/SP	SP	0,691	22
São João de Iracema/SP	SP	0,690	23
Nova Pádua/RS	RS	0,689	24
Paty do Alferes/RJ	RJ	0,688	25
Ponte Preta/RS	RS	0,687	26
Boqueirão do Leão/RS	RS	0,686	27
Floreal/SP	SP	0,686	28
Alto Santo/CE	CE	0,682	29
Jumirim/SP	SP	0,680	30

Ao analisarmos os 100 primeiros colocados, nos surpreende a grande concentração de Municípios gaúchos, pois são 41, seguidos de 25 paulistas e 8 Municípios catarinenses e mineiros. No mapa a seguir, pode-se observar a concentração nos Estados do Sul e do Sudeste na questão fiscal.

Figura 3 – Mapa com a distribuição concentrada dos 100 primeiros colocados no Índice Fiscal



1.2. Os melhores IRFS Gestão de 2009

No quesito gestão, Caracaraí (RR) lidera o *ranking*, com índice de 0,739. Em segundo está o Município de Alto Alegre (RR) com 0,733; em terceiro Macajaí (RR), com 0,724; e em quarto o Município de São João do Soter (MA) com 0,717. Pode-se notar que no Índice de Gestão há uma diversidade de Municípios de estados diferentes, principalmente do Norte do País, como Roraima, e no Nordeste, como Maranhão.

No Índice de Gestão, a composição dos 30 melhores classificados é mais heterogênea. São 6 mineiros, 5 maranhenses, 5 gaúchos, 4 catarinenses, 3 paulistas, 3 roraimenses, e 4 estados com 1 Município cada, são eles: Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro e Sergipe.

Confederação Nacional de Municípios (CNM)

Tabela 6 - Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - G 2009

Município	UF	IRFS - G	Ordem
Caracaraí/RR	RR	0,739	1
Alto Alegre/RR	RR	0,733	2
Mucajaí/RR	RR	0,724	3
São João do Soter/MA	MA	0,717	4
Bacabal/MA	MA	0,716	5
Magé/RJ	RJ	0,698	6
Nova	MT	0,696	7
Duartina/SP	SP	0,686	8
Presidente Epitácio/SP	SP	0,682	9
Jardinópolis/SC	SC	0,679	10
Toledo/MG	M	0,677	11
Juruti/PA	PA	0,676	12
Santa Helena/MA	MA	0,675	13
Lagoa	M	0,667	14
Gramado/RS	RS	0,660	15
São Tiago/MG	M	0,660	16
Constantina/RS	RS	0,659	17
Alecrim/RS	RS	0,659	18
Monte Alegre de Sergipe/SE	SE	0,658	19
São João Batista/SC	SC	0,655	20
Passa Quatro/MG	M	0,654	21
Feliz/RS	RS	0,652	22
Artur Nogueira/SP	SP	0,651	23
Cambará do Sul/RS	RS	0,650	24
Argirita/MG	M	0,650	25
São Félix de	MA	0,649	26
Estreito/MA	MA	0,649	27
Cambuí/MG	M	0,648	28
Rio Negrinho/SC	SC	0,645	29
Lindoia do Sul/SC	SC	0,644	30

No mapa a seguir, vê-se a distribuição dos 100 melhores classificados no IRFS Gestão e pode-se notar a grande dispersão de Municípios que se destacam neste quesito pelo País.

Figura 4 – Mapa com a distribuição dos 100 primeiros colocados no IRFS Gestão



1.3. Os melhores IRFS Social de 2009

No quesito social, a liderança é do Município de Oliveira Fortes/MG, que obteve excelentes resultados nos indicadores sociais, com o índice de 0,738. Em segundo lugar está o Município de Pinhalzinho/SP, com 0,729; em terceiro Jeriquara/SP, com índice de 0,724; em quarto Quadra/SP, com 0,715; e, em quinto lugar, o Município de Colômbia/SP, com 0,714; quase todos do Estado de São Paulo, com exceção do campeão mineiro.

No Índice Social, têm-se 16 paulistas, 9 mineiros, 4 goianos e 1 gaúcho, sendo representadas as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Confederação Nacional de Municípios (CNM)

Tabela 7 - Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - S 2009

Município	UF	IRFS - S	Ordem
Oliveira Fortes/MG	MG	0,738	1
Pinhalzinho/SP	SP	0,729	2
Jeriquara/SP	SP	0,724	3
Quadra/SP	SP	0,715	4
Colômbia/SP	SP	0,714	5
Ribeirão Corrente/SP	SP	0,712	6
Estrela do Norte/GO	GO	0,711	7
Taquaral/SP	SP	0,710	8
Urupês/SP	SP	0,709	9
Moiporá/GO	GO	0,708	10
Arceburgo/MG	MG	0,707	11
Borá/SP	SP	0,706	12
Trabiju/SP	SP	0,705	13
Jaboticatubas/M	MG	0,704	14
Embaúba/SP	SP	0,702	15
Pardinho/SP	SP	0,702	16
Alvinlândia/SP	SP	0,700	17
Consolação/M	MG	0,699	18
Arapeí/SP	SP	0,698	19
Passa-Vinte/MG	MG	0,698	20
Guarará/MG	MG	0,698	21
São Miguel do Passa Quatro/GO	GO	0,698	22
Natalândia/M	MG	0,698	23
Lagoa Santa/MG	MG	0,698	24
Borebi/SP	SP	0,697	25
Adolfo/SP	SP	0,696	26
Motuca/SP	SP	0,695	27
Matutina/M	MG	0,695	28
Lagoa Santa/GO	GO	0,694	29
Ipiranga do Sul/RS	RS	0,694	30

No mapa a seguir, está demonstrada a localização dos 100 melhores classificados no Índice Social, em que se pode notar a grande concentração de Municípios paulistas nesse quesito.

Figura 5 – Mapa com a distribuição dos 100 melhores no Índice Social



1.4. Os melhores 100 colocados no IRFS de 2009

Entre os 100 melhores classificados no índice geral, a maioria pertence a São Paulo (40), seguido pelo Rio Grande do Sul (24). No quesito fiscal, a maioria é gaúcha (41). No Índice de Gestão, a maioria é mineira (23). E no social, é paulista (47). Ou seja, uma boa posição no *ranking* fiscal e social confere aos Municípios de São Paulo o melhor posicionamento geral.

Curiosamente, os Municípios com melhor Índice de Gestão estão espalhados em vários estados, e não somente no eixo RS-SP, como ocorre no item fiscal-social. O Índice de Gestão mede a taxa de investimento, de gasto com custeio e de economia com o Legislativo municipal. Os Municí-

pios de Minas Gerais, Maranhão, Pará, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul estão entre os melhores avaliados nesses indicadores.

Tabela 8 - Distribuição regional dos 100 melhores classificados no IRFS em 2009

Geral		Fiscal		Gestão		Social	
Estados	Qt Mun	Estados	Qt Mun	Estados	Qt Mun	Estados	Qt Mun
AC	0	AC	0	AC	0	AC	0
AL	0	AL	0	AL	2	AL	0
AM	0	AM	0	AM	2	AM	0
AP	0	AP	0	AP	0	AP	0
BA	0	BA	1	BA	0	BA	0
CE	1	CE	1	CE	2	CE	0
ES	2	ES	1	ES	0	ES	0
GO	0	GO	0	GO	2	GO	7
MA	0	MA	2	MA	7	MA	0
MG	11	MG	8	MG	**23**	MG	22
MS	0	MS	0	MS	0	MS	3
MT	5	MT	2	MT	3	MT	1
PA	0	PA	1	PA	3	PA	0
PB	0	PB	0	PB	1	PB	1
PE	0	PE	0	PE	0	PE	0
PI	0	PI	0	PI	0	PI	1
PR	1	PR	4	PR	3	PR	10
RJ	0	RJ	4	RJ	2	RJ	0
RN	0	RN	0	RN	0	RN	1
RO	0	RO	1	RO	1	RO	0
RR	0	RR	0	RR	3	RR	0
RS	24	RS	**41**	RS	19	RS	4
SC	16	SC	8	SC	8	SC	2
SE	0	SE	1	SE	2	SE	1
SP	**40**	SP	25	SP	17	SP	**47**
TO	0	TO	0	TO	0	TO	0
Brasil	**100**	**Brasil**	**100**	**Brasil**	**100**	**Brasil**	**100**

2. As melhores médias entre 2002-2009

Na média de 2002-2009, os Municípios que se destacam são: Cerquilho (SP) como o primeiro do *ranking*, seguido por Tupandi (RS) e São Bento do Sul (SC). Ou seja, mais do que se destacar em um ano em particular, esses Municípios se caracterizam por uma boa regularidade em sua *performance* e por um bom desempenho em geral em todas as áreas avaliadas pelo IRFS, o que é justamente o objetivo de uma gestão equilibrada. Pode-se notar que os 30 melhores estão localizados somente nos Estados do RS, SP, SC, MG e RJ.

Na lista a seguir, de 30 Municípios, encontra-se nada menos do que 13 Municípios do Rio Grande do Sul, o que mostra não só o bom desempenho dos Municípios gaúchos, mas também sua responsabilidade em apresentar todos os anos os balanços exigidos pela LRF. Ou seja, os Municí-

pios gaúchos são os que mais cumprem a exigência do artigo 51 da LRF, que determina a entrega dos balanços orçamentários e patrimoniais até o dia 30 de abril.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM)

Tabela 10 - Relação dos 30 melhores IRFS com as maiores médias de 2002 a 2009

Município	UF	Índice Fiscal	Índice Gestão	Índice Social	Índice Geral	Ordem
Cerquilho/SP	SP	0,629	0,603	0,611	0,614	1
Tupandi/RS	RS	0,598	0,617	0,612	0,609	2
São Bento do Sul/SC	SC	0,611	0,609	0,557	0,593	3
Coronel Barros/RS	RS	0,641	0,531	0,602	0,591	4
Dois Irmãos/RS	RS	0,604	0,625	0,539	0,589	5
Alecrim/RS	RS	0,649	0,573	0,542	0,588	6
Sapiranga/RS	RS	0,608	0,608	0,541	0,586	7
Arroio do Padre/RS	RS	0,597	0,575	0,584	0,585	8
Videira/SC	SC	0,611	0,577	0,560	0,583	9
Boa Vista do Sul/RS	RS	0,629	0,540	0,577	0,582	10
Três Coroas/RS	RS	0,592	0,631	0,520	0,581	11
Caseiros/RS	RS	0,669	0,560	0,509	0,579	12
Lucas do Rio Verde/MT	MT	0,580	0,574	0,581	0,579	13
Olímpio Noronha/MG	MG	0,636	0,536	0,561	0,578	14
Bady Bassitt/SP	SP	0,599	0,533	0,602	0,578	15
Timbó/SC	SC	0,586	0,591	0,556	0,578	16
Tarumã/SP	SP	0,581	0,517	0,635	0,578	17
Valentim Gentil/SP	SP	0,596	0,581	0,555	0,577	18
São Roque/SP	SP	0,651	0,501	0,576	0,576	19
Viradouro/SP	SP	0,556	0,548	0,624	0,576	20
Morro Agudo/SP	SP	0,569	0,558	0,600	0,576	21
Pareci Novo/RS	RS	0,608	0,532	0,586	0,575	22
São Marcos/RS	RS	0,641	0,578	0,507	0,575	23
São José dos Campos/SP	SP	0,663	0,497	0,566	0,575	24
Nova Prata/RS	RS	0,639	0,566	0,521	0,575	25
Indaiatuba/SP	SP	0,641	0,530	0,552	0,575	26
Artur Nogueira/SP	SP	0,523	0,607	0,594	0,574	27
Novo Horizonte/SC	SC	0,645	0,512	0,566	0,574	28
Veranópolis/RS	RS	0,593	0,605	0,523	0,574	29
São Pedro de Alcântara/SC	SC	0,552	0,568	0,600	0,573	30

3. Comparativo da evolução do IRFS entre as capitais

Se compararmos as capitais dos Estados, podemos notar que Belém/PA se destaca no crescimento de seu índice no período – de 0,450 em 2002, para 0,546 em 2009 –, um aumento de 21,5%. A outra capital com um crescimento expressivo foi Campo Grande/MS com aumento de 14,7%, seguida por Fortaleza/CE com aumento de 11,9%. O pior desempenho foi de Recife/PE que decresceu 5,4% do seu índice no período.

As capitais com os maiores IRFS em 2009 são Teresina/PI, que obteve 0,560, seguida de Belém/PA, com 0,546 e Campo Grande/MS, com 0,545. Dentre as 26 capitais avaliadas com o IRFS em 2009, 10 obtiveram o índice acima de 0,500 e 16 ficaram com índice abaixo de 0,500, sendo Aracajú/SE a que obteve o pior desempenho 0,429.

Tabela 11 - Relação das capitais - índice geral 2002 e 2009

Estados	Capitais	IRFS 2002	IRFS 2009	2009/2002	Ordem 2009
PI	Teresina/PI	0,505	0,560	10,9%	1
PA	Belém/PA	0,450	0,546	21,5%	2
MS	Campo	0,475	0,545	14,7%	3
CE	Fortaleza/CE	0,478	0,535	11,9%	4
RR	Boa Vista/RR	0,514	0,532	3,5%	5
RS	Porto Alegre/RS	0,503	0,530	5,3%	6
MG	Belo Horizonte/MG	0,471	0,521	10,6%	7
ES	Vitória/ES	0,490	0,519	5,8%	8
SP	São Paulo/SP	0,480	0,518	7,8%	9
SC	Florianópolis/SC	0,480	0,501	4,3%	10
RO	Porto Velho/RO	0,481	0,490	2,0%	11
TO	Palmas/TO	0,499	0,490	-1,7%	12
RN	Natal/RN	0,475	0,487	2,6%	13
BA	Salvador/BA	0,467	0,485	3,9%	14
PB	João Pessoa/PB	0,476	0,483	1,5%	15
PE	Recife/PE	0,506	0,479	-5,4%	16
MT	Cuiabá/MT	0,459	0,476	3,7%	17
GO	Goiânia/GO	0,491	0,476	-3,1%	18
MA	São Luís/MA	0,471	0,475	0,8%	19
AC	Rio Branco/AC	0,467	0,474	1,5%	20
RJ	Rio de Janeiro/RJ	0,477	0,469	-1,8%	21
AL	Maceió/A	0,466	0,467	0,2%	22
AP	Macapá/AP	0,484	0,465	-3,9%	23
AM	Manaus/AM	0,471	0,457	-2,9%	24
PR	Curitiba/PR	0,470	0,447	-5,0%	25
SE	Aracaju/SE	0,439	0,429	-2,4%	26

3.1. Comparativo entre as regiões

A melhor média geral está localizada nos Municípios da Região Sul (0,513), assim como Índice Fiscal (0,508). Já no Índice Social, a Região Sul (0,571) e a Sudeste (0,570) se destacam.

Tabela 12 - Comparativo do IRFS de 2009 por região geográfica

Região	Fiscal	Gestão	Social	IRFS 2008
Norte	0,490	0,417	0,510	0,472
Nordeste	0,471	0,373	0,529	0,458
Sul	0,508	0,460	0,571	0,513
Sudeste	0,506	0,461	0,570	0,512
Centro Oeste	0,492	0,426	0,553	0,490
Brasil	**0,514**	**0,467**	**0,540**	**0,507**

3.2. Médias por Estado da Federação

Nesta edição de 2009, o Estado em que os Municípios obtiveram a melhor média geral foi Santa Catarina, com 0,534; seguido do Rio Grande do Sul, com 0,529; São Paulo, com 0,528; e Espírito Santo, com 0,522.

Tabela 13 - Médias por estado IRFS 2009

Estados	Fiscal	Gestão	Social	IRFS 2009
SC	0,522	0,492	0,589	0,534
RS	0,534	0,486	0,565	0,529
SP	0,513	0,466	0,604	0,528
ES	0,507	0,466	0,591	0,522
RO	0,522	0,492	0,521	0,512
MT	0,529	0,429	0,554	0,504
MG	0,484	0,453	0,569	0,502
MS	0,507	0,427	0,571	0,502
CE	0,482	0,449	0,559	0,497
RJ	0,515	0,419	0,536	0,490
RR	0,465	0,515	0,468	0,483
GO	0,495	0,367	0,571	0,478
PR	0,496	0,346	0,590	0,477
AM	0,497	0,440	0,488	0,475
AC	0,485	0,477	0,461	0,474
TO	0,498	0,366	0,552	0,472
PI	0,483	0,413	0,518	0,472
RN	0,461	0,403	0,546	0,470
PB	0,452	0,389	0,525	0,455
PA	0,469	0,412	0,482	0,454
PE	0,456	0,407	0,498	0,454
AL	0,469	0,401	0,484	0,451
SE	0,449	0,360	0,537	0,448
AP	0,462	0,393	0,475	0,443
MA	0,480	0,331	0,513	0,442
BA	0,455	0,388	0,480	0,441

3.3. Os maiores avanços no ranking entre 2002-2009

Por fim, também vale a pena destacar os Municípios que apresentaram os maiores avanços no *ranking* do IRFS entre 2002 e 2009. A Prefeitura de Caracaraí (RR) passou de um índice de 0,348 em 2002 para 0,558 em 2009, obtendo um crescimento de 60,1%, Em seguida, aparece o Município de Alto Alegre/RR, com um aumento de 44,0%, e Itapemirim/ES, que cresceu 38,0% no período.

Tabela 14 - Maiores avanços no IRFS de 2002 a 2009

Município	IRFS 2002	IRFS 2008	Crescimento
Caracaraí/RR	0,348	0,558	60,1%
Alto Alegre/RR	0,385	0,554	44,0%
Itapemirim/ES	0,399	0,550	38,0%
Caçu/GO	0,394	0,543	37,8%
Guaraíta/GO	0,402	0,549	36,5%
Rubiataba/GO	0,428	0,570	32,9%
Cambará do Sul/RS	0,454	0,603	32,8%
Brasilândia/MS	0,442	0,584	32,3%
Guararema/SP	0,482	0,629	30,6%
Presidente Kennedy/ES	0,479	0,622	29,8%
Marilac/MG	0,423	0,544	28,5%
Planalto da Serra/MT	0,469	0,602	28,5%
Alecrim/RS	0,516	0,662	28,1%
Monte Mor/SP	0,416	0,530	27,5%
Guaiçara/SP	0,464	0,589	26,9%
Pantano Grande/RS	0,429	0,541	26,3%
Jeceaba/MG	0,473	0,597	26,3%
Santa Rita de Ibitipoca/MG	0,404	0,508	25,7%
Neves Paulista/SP	0,454	0,571	25,7%
Mucajaí/RR	0,466	0,583	24,9%

Conclusões gerais

O IRFS aponta que os Municípios em 2008 obtiveram uma queda de desempenho no IRFS em relação ao ano anterior. Das três áreas avaliadas, fiscal e gestão caíram, porém a dimensão social aumentou. Vale ressaltar que, em 2009, primeiro ano de mandato dos prefeitos, o arrefecimento da crise econômica mundial impactou fortemente as receitas da União e, consequentemente, as transferências federais para os Municípios.

No conjunto, os Municípios têm melhorado a arrecadação própria ao longo dos anos, fator que contribui para a melhora da administração dos recursos municipais e a melhora da provisão de serviços. Contudo, mesmo com esse aperfeiçoamento, o desempenho relativamente pior do Índice Gestão em 2009 quando comparado a 2002, já aponta qual será o grande desafio dos Municípios: ampliar a capacidade de investimento, até para superar o pico de 2002 e restabelecer o papel dos Municípios no investimento em infraestrutura. O esforço de vencer esse desafio será tanto maior quanto maiores as necessidades de contratação de pessoal para atender às crescentes responsabilidades nas áreas sociais, o que reduz o espaço fiscal, e quanto maiores as restrições de financiamento. Nesse sentido, os Municípios devem aumentar a eficiência municipal. Por isso, a CNM desenvolveu o Índice de Responsabilidade Fiscal e Social para contribuir com esse objetivo.

Glossário

O que é o IRFS?

A Confederação Nacional de Municípios criou o IRFS para compreender e estimular a melhoria das gestões municipais. Ele reflete, anualmente, o desempenho dos Municípios sob as óticas fiscal, social e de gestão.

Oferece à sociedade um parâmetro simples e ao mesmo tempo amplo de avaliação das administrações municipais, que não se restringe aos controles da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pois abrange medidas de eficiência interna e de responsabilidade social.

Além de indicadores fiscais, são comparados dados como o custeio da máquina, o esforço de investimento, o superávit primário e a *performance* nas áreas de saúde e educação.

Como é composto?

O IRFS é dividido em três subíndices (fiscal, social e de gestão), compostos por 16 índices específicos, calculados a partir de indicadores construídos com informações das prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a outros órgãos oficiais, como o Departamento de Informática do SUS (Datasus) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

IRFS: Média do Índice Fiscal + Índice de Gestão + Índice Social

Índice Fiscal = médias (endividamento + suficiência de caixa + gasto com pessoal LRF ajustado + superávit primário).

Índice Gestão = médias (custeio da máquina + gasto com Legislativo + grau de investimento).

Índice Social = média de **subíndice educação** + **subíndice saúde**.

Subíndice educação = média de gasto com educação + matrículas da rede municipal + taxa de abandono da rede municipal + porcentagem de professores da rede municipal com curso superior.

Subíndice saúde = média de gasto com saúde líquido + taxa de mortalidade infantil + cobertura vacinal + média de consultas médicas.

Como é calculado?

Os índices refletem uma relação entre duas variáveis. Os gastos com pessoal, o endividamento, a suficiência de caixa, o superávit primário, a taxa de investimento, as despesas de custeio, os gastos com o legislativo municipal; saúde e educação são mensuradas como proporção da receita corrente líquida dos respectivos Municípios ou, em alguns casos, divididas pela população. Todos os indicadores fiscais foram calculados como prevê a LRF e as normas da STN.

Como o indicador é convertido em índice?

Como cada indicador reflete uma informação diferente, foi preciso adotar um critério de conversão para uma base comum que permitisse a comparação entre todos. Isso foi feito por meio de uma operação matemática que converte o indicador original em um índice entre 0 e 1. O índice 0,500 é sempre atribuído a uma espécie de média dos indicadores.

Nota técnica

Para o cálculo do IRFS do ano de 2008, realizou-se uma modificação na metodologia, pois a execução orçamentária dos Municípios nesse ano mostrou que houve expressivo aumento das transferências de capital de convênios, sobretudo dos celebrados com a União. Em virtude disso, vários Municípios acabaram o ano de 2008 com uma receita extraordinária sem a devida despesa executada. Para corrigir tal fato, somam-se à Receita Corrente Líquida os valores das Transferências de Capital de Convênios e utiliza-se essa nova receita para dividir alguns dos indicadores. Com isso, pode-se corrigir essa distorção no cálculo dos indicadores. Tal medida não foi necessária nos anos anteriores devido à magnitude ser bem menor do que o efetivo em 2007.

Também se corrigiu a média para cálculo dos índices nos indicadores de número de professores com nível universitário, que obteve aumento significativo a partir de 2006.

Exclusões da base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Para o cálculo do IRFS de 2009, excluímos 102 Municípios que apresentaram seus balanços e constavam na base de dados Finbra, mas que continham inconsistências relevantes que não permitiam o cálculo do índice. Entre essas incorreções, pode-se salientar as principais, que foram: gasto com pessoal zerado, outras despesas correntes zeradas, gastos na função saúde e educação zeradas e transferências de capital muito elevadas sem as devidas inscrições na despesa ou no passivo.

14 O pagamento do 13º salário pelos Municípios brasileiros em 2011

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou uma pesquisa com cerca de **81,5%** dos Municípios brasileiros sobre o pagamento do 13º salário aos mais de 5 milhões e 400 mil servidores que hoje integram o quadro municipal.

De acordo com estimativa realizada pela CNM, o pagamento do 13º salário aos funcionários municipais irá representar uma injeção adicional de recursos na economia de R$ 9,3 bilhões neste e no próximo mês. Esse montante irá ajudar no aquecimento da economia brasileira neste final de ano.

A legislação faculta o pagamento do 13º em uma ou duas parcelas. Em 2003, cerca de 50,8% (2.825) das prefeituras optavam pelo pagamento em parcela única e, como se pode observar na tabela abaixo, essa proporção vêm aumentando; na pesquisa deste ano 59,5% (3.308) optaram pelo pagamento em parcela única.

Forma de pagamento do 13º salário								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Parcela única	50,8%	56,3%	62,9%	58,7%	59,8%	61,7%	63,3%	59,5%
Parcelado	49,2%	43,7%	37,1%	41,3%	40,2%	38,3%	36,7%	40,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Forma de pagamento do 13º salário								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Parcela única	2.825	3.132	3.499	3.265	3.327	3.432	3.521	3.308
Parcelado	2.737	2.431	2.064	2.298	2.236	2.131	2.042	2.255
Total	**5.562**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**

Obs.: número de Municípios projetados para o total do País.

Os Municípios que optarem pelo pagamento em parcela única têm até o dia 20 de dezembro para fazê-lo. Neste ano, dos que fizeram esta opção, 15,1% (842) já pagaram seus servidores, 83,3% (4.631) optaram pelo pagamento no dia 20/12, enquanto 1,6% (91) declarou que terão dificuldades em honrar este compromisso. Este percentual é menor que o de 2010 e acompanha a tendência de queda dos últimos anos.

Pagamento em parcela única								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Já pagou	8,0%	14,6%	18,3%	26,8%	14,7%	14,8%	14,9%	15,1%
Vai pagar até 20 de dezembro	67,5%	75,3%	72,1%	70,3%	84,2%	80,4%	82,4%	83,2%
Vai atrasar	24,5%	10,1%	9,6%	2,9%	1,1%	4,8%	2,8%	1,6%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Pagamento em parcela única								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Já pagou	445	812	1.018	1.491	818	822	826	842
Vai pagar até 20 de dezembro	3.754	4.189	4.011	3.911	4.684	4.475	4.583	4.631
Vai atrasar	1.363	562	534	161	61	266	153	91
Total	**5.562**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**

Obs.: número de Municípios projetados para o total do País.

Os Municípios que optaram pelo pagamento em duas parcelas (40,5%), ou seja, 2.255 Municípios, deveriam ter efetuado o pagamento da primeira parcela no último dia 30 de novembro. Um total de 85,3% (4.743) dos Municípios pesquisados já pagou a primeira parcela, e 14,0% (780) declararam que irão pagar até 20 de dezembro. Os outros 0,7% (39) afirmaram que estão sem condições de pagar o benefício, percentual esse que é menor ao verificado em 2010 e muito abaixo do constatado em 2003 (20,3%), 1.129 Municípios. No quadro abaixo é apresentado como se tem dado o pagamento da primeira parcela desde 2003.

Pagamento parcelado - primeira parcela								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Já pagou	46,2%	85,2%	90,7%	90,1%	92,1%	85,6%	83,1%	85,3%
Vai pagar até 30 de novembro	33,5%	12,0%	7,5%	8,8%	7,5%	12,6%	15,1%	14,0%
Vai atrasar	20,3%	2,8%	1,8%	1,1%	0,4%	1,8%	1,8%	0,7%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Pagamento parcelado - primeira parcela								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Já pagou	2.570	4.740	5.046	5.012	5.124	4.763	4.623	4.743
Vai pagar até 30 de novembro	1.863	668	417	490	417	701	840	780
Vai atrasar	1.129	156	100	61	22	100	100	39
Total	**5.562**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.563**

Obs.: número de Municípios projetados para o total do País.

Por fim, em relação à segunda parcela, que tem prazo estabelecido para 20 de dezembro, 97,5% (5.424) declararam que irão pagar até a data, e 1,3% já pagou. Os outros 1,3% disseram que não terão condições de honrar o prazo, percentual menor do verificado em 2010.

Pagamento parcelado - segunda parcela								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Já pagou	1,1%	1,7%	7,0%	11,7%	3,9%	0,7%	1,1%	1,3%
Vai pagar até 20 de dezembro	79,6%	90,1%	85,0%	85,4%	95,1%	95,5%	95,8%	97,5%
Vai atrasar	19,3%	8,2%	8,0%	2,9%	1,0%	3,7%	3,1%	1,3%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Pagamento parcelado - segunda parcela								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Já pagou	61	95	389	651	217	40	59	70
Vai pagar até 20 de dezembro	4.427	5.012	4.729	4.751	5.290	5.315	5.330	5.424
Vai atrasar	1.073	456	445	161	53	208	174	70
Total	**5.562**	**5.563**	**5.563**	**5.563**	**5.561**	**5.563**	**5.563**	**5.563**

Obs.: número de Municípios projetados para o total do País.

Pesquisa sobre Pagamento do 13º Salário em 2011

Tabulação dos Resultados da Pesquisa

Desde 2003, a Confederação Nacional de Municípios faz uma pesquisa junto às prefeituras municipais de todo o País para diagnosticar a situação dos Municípios brasileiros em relação à previsão de pagamento do 13º salário dos servidores municipais.

Metodologia

A pesquisa é feita por **manifestação espontânea**. Neste ano de 2011, foram consultados **81,5%** dos Municípios brasileiros (**4.536 cidades**).

Procedimento:

a) **Disponibilização de diferentes canais para o recebimento da informação:** foram aceitas respostas por fax, *e-mail*, por correspondência e pela internet, no sítio da Confederação Nacional de Municípios <www.cnm.org.br>.

b) **Equipe de suporte da CNM:** Assessoria Técnica e o Setor de Pesquisas da CNM foram disponibilizados para o suporte ao preenchimento dos formulários.

c) **Contato telefônico nas regiões com menor índice de respostas:** os Municípios que não responderam ao questionário ou as regiões com baixo número de respostas foram contatados por telefone para a obtenção dos dados.

Para evitar desvio de dados entre estados com maior ou menor quantidade de Municípios, optou-se pela não definição de uma amostra estatística com um percentual de Municípios de cada Estado.

O estudo apresenta o cenário real dos Municípios pesquisados até o dia 25 de novembro de 2011.

Como se trata de um levantamento de dados por manifestação espontânea, a CNM continua recebendo diariamente novas informações dos Municípios brasileiros.

Coordenação: Área de Estudos Técnicos e Setor de Pesquisas da CNM.
Período de coleta das informações: Entre os dias 2 de novembro e 25 de novembro de 2011.

Resultados da pesquisa 2011

O quadro a seguir informa a quantidade de Municípios entrevistados por Estado e o percentual de retorno da pesquisa. Neste ano, a amostragem foi bastante significativa (**81,5%**).

Tabela 1 - Distribuição dos resultados por Estado da Federação

UF	Estado	Municípios	Respostas	% Respostas
AC	Acre	22	13	59,1%
AL	Alagoas	102	77	75,5%
AM	Amazona	62	50	80,6%
AP	Amapá	16	9	56,3%
BA	Bahia	417	287	68,8%
CE	Ceará	184	132	71,7%
ES	Espírito Santo	78	55	70,5%
GO	Goiás	246	215	87,4%
MA	Maranhão	217	143	65,9%
MG	Minas Gerais	853	744	87,2%
MS	Mato Grosso do Sul	78	66	84,6%
MT	Mato Grosso	141	112	79,4%
PA	Pará	143	88	61,5%
PB	Paraíba	223	174	78,0%
PE	Pernambuc	184	143	77,7%
PI	Piauí	224	154	68,8%
PR	Paraná	399	375	94,0%
RJ	Rio de Janeiro	92	-	0,0%
RN	Rio Grande do Norte	167	131	78,4%
RO	Rondônia	52	42	80,8%
RR	Roraima	15	8	53,3%
RS	Rio Grande do Sul	496	496	100,0%
SC	Santa Catarina	293	275	93,9%
SE	Sergipe	75	62	82,7%
SP	São Paulo	645	575	89,1%
TO	Tocantins	139	110	79,1%
BR	**Brasil**	**5.563**	**4.536**	**81,5%**

Resultado por questões

O 1% DE AUMENTO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM) SERÁ UTILIZADO PARA PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL?

Dos Municípios pesquisados, **94,8%** utilizará os recursos provenientes do aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios.

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: BR	**Municípios**	**%**
Sim	4.301	94,8%
Não	235	5,2%
Total	**4.536**	**100,0%**

O SALÁRIO DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL ESTÁ EM DIA?

A grande maioria dos Municípios brasileiros (**97,8%)** está com os salários em dia.

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: BR	**Municípios**	**%**
Está em dia	4.436	97,8%
Está atrasado	100	2,2%
Total	**4.536**	**100,0%**

QUAL O REGIME DE TRABALHO DOS SERVIDORES?

O regime de trabalho dos servidores municipais é na maioria estatutário **(65,8%)**. Em alguns casos é misto, estatutário e celetista **(11,5%);** e outra parte é celetista **(21,0%)**.

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: BR	**Municípios**	**%**
CLT	1.257	21,0%
Estatutário	3.949	65,8%
Ambos	690	11,5%
Outros	101	1,7%
Total	**5.997**	**100,0%**

QUAL A FORMA DE PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO?

Na maior parte dos Municípios (**59,5%**), o 13º salário será pago em uma única parcela.

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: BR	**Municípios**	**%**
Parcelado	1.839	40,5%
Parcela única	2.697	59,5%
Total	**4.536**	**100,0%**

SE O PAGAMENTO É FEITO EM PARCELA ÚNICA, QUANDO É OU SERÁ PAGO?

Segundo as respostas, **83,3%** dos Municípios pretendem pagar até o dia 20 de dezembro. Outros **15,1%** já efetuaram o pagamento e somente **1,6%** deverá enfrentar dificuldades no pagamento do 13º ao seu funcionalismo.

Parcela única		
Abrangência: BR	**Municípios**	**%**
Já pagou	408	15,1%
Vai pagar até 20 de dezembro	2.247	83,3%
Vai atrasar	42	1,6%
Total	**2.697**	**100,0%**

SE O 13° FOR PAGO EM DUAS PARCELAS, A PRIMEIRA JÁ FOI PAGA?

A grande maioria dos Municípios (**85,3%)** já pagou a primeira parcela. Somente **0,7%** terão dificuldade para honrar o compromisso.

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: BR	**Municípios**	**%**
Já pagou	1.568	85,3%
Vai pagar até 30 de novembro	258	14,0%
Vai atrasar	13	0,7%
Total	**1.839**	**100,0%**

SE O 13° FOR PAGO EM DUAS PARCELAS, QUANDO SERÁ PAGA A SEGUNDA?

Somente **1,3%** dos Municípios enfrentará problemas para cumprir o pagamento da segunda parcela, mas a grande maioria (**97,5%)** pagará no dia 20 de dezembro.

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: BR	**Municípios**	**%**
Já pagou	23	1,3%
Vai pagar até 20 de dezembro	1.793	97,5%
Vai atrasar	23	1,3%
Total	**1.839**	**100,0%**

A FOLHA DE PAGAMENTO DO MÊS DE DEZEMBRO IRÁ ATRASAR?

A maioria dos Municípios (**96,0%**) não irá atrasar o pagamento da folha referente ao mês de dezembro. No entanto, **4,0%** afirmaram que vão atrasar.

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: BR	**Municípios**	**%**
Será paga em dia	4.356	96,0%
Vai atrasar	180	4,0%
Total	**4.536**	**100,0%**

Comparação de 2003 a 2010

FORMA DE PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO

A legislação faculta o pagamento do 13º em uma ou duas parcelas. Em 2003, cerca de **50,8%** das prefeituras optavam pelo pagamento em parcela única e, como se pode observar na tabela abaixo, essa proporção vem aumentando; na pesquisa deste ano, **59,5%** optaram pelo pagamento em parcela única.

Forma de pagamento do 13º salário								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Parcela única	50,8%	56,3%	62,9%	58,7%	59,8%	61,7%	63,3%	59,5%
Parcelado	49,2%	43,7%	37,1%	41,3%	40,2%	38,3%	36,7%	40,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

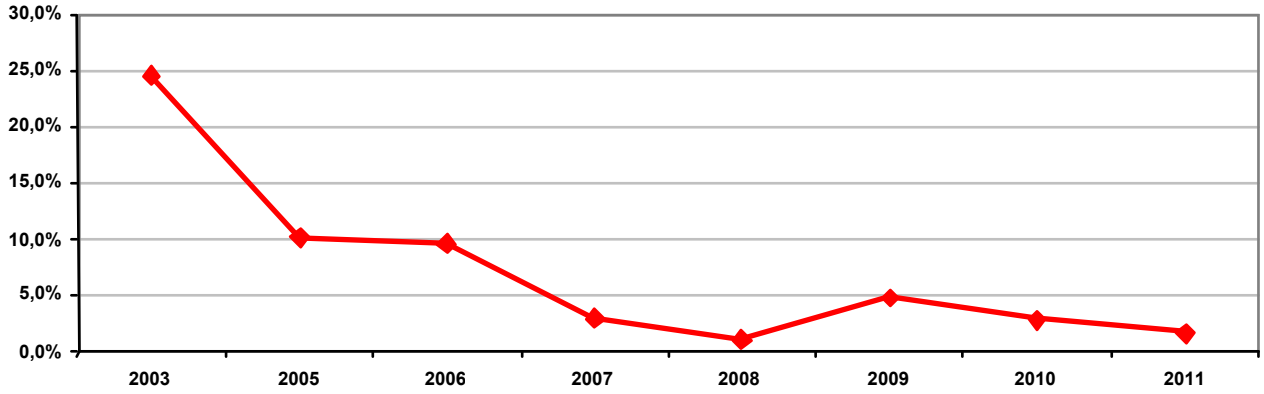
PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA

Neste ano de 2011 houve um comportamento próximo ao de 2010, pois **15,1%** dos Municípios pesquisados já haviam pagado a parcela única, enquanto no ano anterior este percentual chegou a **14,9%.**

No entanto, o percentual daqueles que declararam que irão atrasar o pagamento do 13º caiu para **1,6%**. Houve redução de 60% em relação ao ano passado, evidenciando que apesar dos atuais problemas de caixa, os Municípios estão honrando o pagamento do 13º aos seus servidores.

Pagamento em parcela única								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Já pagou	8,0%	14,6%	18,3%	26,8%	14,7%	14,8%	14,9%	15,1%
Vai pagar até 20 de dezembro	67,5%	75,3%	72,1%	70,3%	84,2%	80,4%	82,4%	83,2%
Vai atrasar	24,5%	10,1%	9,6%	2,9%	1,1%	4,8%	2,8%	1,6%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Pagamento em parcela única
Se vai atrasar

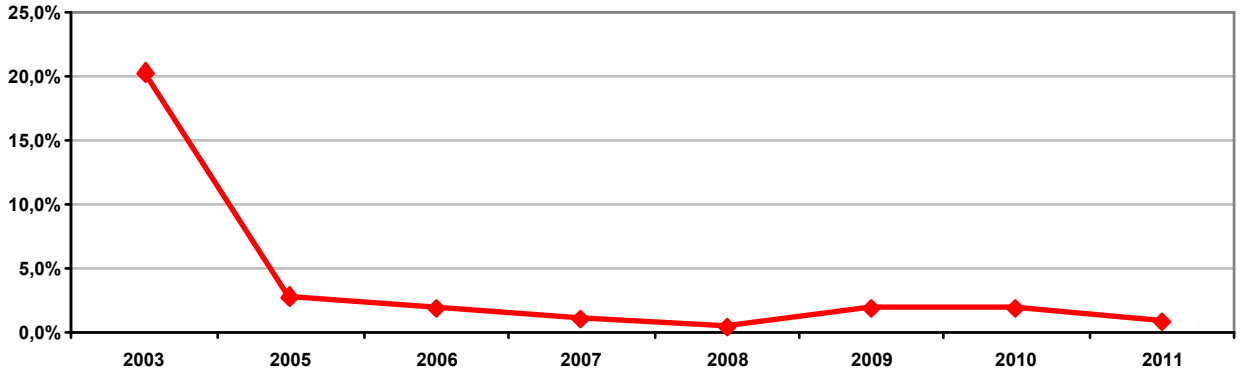


PAGAMENTO PARCELADO – PRIMEIRA PARCELA

A primeira parcela do 13º salário já foi paga em **85,3%** dos Municípios pesquisados, e apenas **0,7%** declarou que poderão atrasar o pagamento. Este percentual de atraso é menor que o identificado no ano de 2009, enquanto, em 2003, 20,3% dos pesquisados declararam que iriam atrasar a primeira parcela.

Pagamento parcelado - primeira parcela								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Já pagou	46,2%	85,2%	90,7%	90,1%	92,1%	85,6%	83,1%	85,3%
Vai pagar até 30 de novembro	33,5%	12,0%	7,5%	8,8%	7,5%	12,6%	15,1%	14,0%
Vai atrasar	20,3%	2,8%	1,8%	1,1%	0,4%	1,8%	1,8%	0,7%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Pagamento parcelado
A primeira parcela vai atrasar

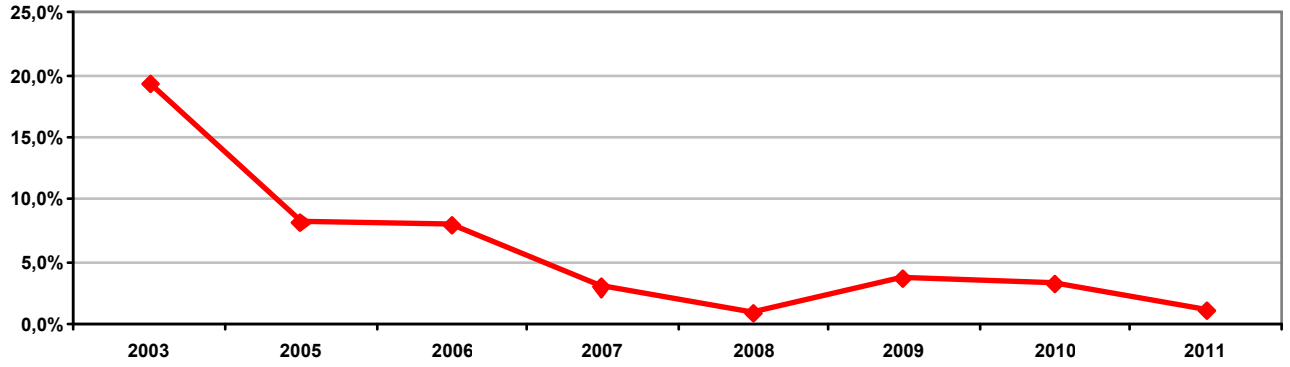


PAGAMENTO PARCELADO – SEGUNDA PARCELA

A segunda parcela do 13º salário também evidencia a responsabilidade dos atuais prefeitos, pois somente cerca de 1,3% dos Municípios pesquisados terá problemas com esse segundo pagamento.

Pagamento parcelado - segunda parcela								
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Já pagou	1,1%	1,7%	7,0%	11,7%	3,9%	0,7%	1,1%	1,3%
Vai pagar até 20 de dezembro	79,6%	90,1%	85,0%	85,4%	95,1%	95,5%	95,8%	97,5%
Vai atrasar	19,3%	8,2%	8,0%	2,9%	1,0%	3,7%	3,1%	1,3%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Pagamento parcelado
A segunda parcela vai atrasar



Acre

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Sim	12	92,3%
Não	1	7,7%
Total	**13**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Já pagou	5	100,0%
Vai pagar até 30 de novembro	-	0,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**5**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Está em dia	13	100,0%
Está atrasado	-	0,0%
Total	**13**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	5	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**5**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
CLT	7	53,8%
Estatutário	6	46,2%
Ambo	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Total	**13**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Será paga em dia	13	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**13**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Parcelado	5	38,5%
Parcela única	8	61,5%
Total	**13**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	7	87,5%
Vai atrasar	1	12,5%
Total	**8**	**100,0%**

Alagoas

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: AL	Municípios	%
Sim	72	93,5%
Não	5	6,5%
Total	**77**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: AL	Municípios	%
Está em dia	76	98,7%
Está atrasado	1	1,3%
Total	**77**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: AL	Municípios	%
CLT	18	18,9%
Estatutário	67	70,5%
Ambo	9	9,5%
Outros	1	1,1%
Total	**95**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: AL	Municípios	%
Parcelado	13	16,9%
Parcela única	64	83,1%
Total	**77**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: AL	Municípios	%
Já pagou	12	18,8%
Vai pagar até 20 de dezembro	51	79,7%
Vai atrasar	1	1,6%
Total	**64**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: AL	Municípios	%
Já pagou	8	61,5%
Vai pagar até 30 de novembro	5	38,5%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**13**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: AL	Municípios	%
Já pagou	1	7,7%
Vai pagar até 20 de dezembro	12	92,3%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**13**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: AL	Municípios	%
Será paga em dia	74	96,1%
Vai atrasar	3	3,9%
Total	**77**	**100,0%**

Amazonas

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: AM	Municípios	%
Sim	49	98,0%
Não	1	2,0%
Total	**50**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: AM	Municípios	%
Já pagou	12	80,0%
Vai pagar até 30 de novembro	3	20,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**15**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: AM	Municípios	%
Está em dia	47	94,0%
Está atrasado	3	6,0%
Total	**50**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: AM	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	14	93,3%
Vai atrasar	1	6,7%
Total	**15**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: AM	Municípios	%
CLT	16	19,0%
Estatutário	49	58,3%
Ambo	15	17,9%
Outros	4	4,8%
Total	**84**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: AM	Municípios	%
Será paga em dia	47	94,0%
Vai atrasar	3	6,0%
Total	**50**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: AM	Municípios	%
Parcelado	15	30,0%
Parcela única	35	70,0%
Total	**50**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: AM	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	34	97,1%
Vai atrasar	1	2,9%
Total	**35**	**100,0%**

Amapá

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: AP	Municípios	%
Sim	8	88,9%
Não	1	11,1%
Total	**9**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: AP	Municípios	%
Está em dia	7	77,8%
Está atrasado	2	22,2%
Total	**9**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: AP	Municípios	%
CLT	1	8,3%
Estatutário	9	75,0%
Ambo	1	8,3%
Outros	1	8,3%
Total	**12**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: AP	Municípios	%
Parcelado	5	55,6%
Parcela única	4	44,4%
Total	**9**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: AP	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	3	75,0%
Vai atrasar	1	25,0%
Total	**4**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: AP	Municípios	%
Já pagou	2	40,0%
Vai pagar até 30 de novembro	3	60,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**5**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: AP	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	5	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**5**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: AP	Municípios	%
Será paga em dia	7	77,8%
Vai atrasar	2	22,2%
Total	**9**	**100,0%**

Bahia

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Sim	276	96,2%
Não	11	3,8%
Total	**287**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Já pagou	121	84,0%
Vai pagar até 30 de novembro	21	14,6%
Vai atrasar	2	1,4%
Total	**144**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Está em dia	278	96,9%
Está atrasado	9	3,1%
Total	**287**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Já pagou	3	2,1%
Vai pagar até 20 de dezembro	138	95,8%
Vai atrasar	3	2,1%
Total	**144**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
CLT	65	17,5%
Estatutário	260	70,1%
Ambo	39	10,5%
Outros	7	1,9%
Total	**371**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Será paga em dia	279	97,2%
Vai atrasar	8	2,8%
Total	**287**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Parcelado	144	50,2%
Parcela Única	143	49,8%
Total	**287**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Já pagou	23	16,1%
Vai pagar até 20 de dezembro	117	81,8%
Vai atrasar	3	2,1%
Total	**143**	**100,0%**

Ceará

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: CE	Municípios	%
Sim	128	97,0%
Não	4	3,0%
Total	**132**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: CE	Municípios	%
Está em dia	131	99,2%
Está atrasado	1	0,8%
Total	**132**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: CE	Municípios	%
CLT	25	15,8%
Estatutário	116	73,4%
Ambo	10	6,3%
Outros	7	4,4%
Total	**158**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: CE	Municípios	%
Parcelado	66	50,0%
Parcela única	66	50,0%
Total	**132**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: CE	Municípios	%
Já pagou	5	7,6%
Vai pagar até 20 de dezembro	61	92,4%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**66**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: CE	Municípios	%
Já pagou	53	80,3%
Vai pagar até 30 de novembro	12	18,2%
Vai atrasar	1	1,5%
Total	**66**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: CE	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	65	98,5%
Vai atrasar	1	1,5%
Total	**66**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: CE	Municípios	%
Será paga em dia	127	96,2%
Vai atrasar	5	3,8%
Total	**132**	**100,0%**

Espírito Santo

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: ES	Municípios	%
Sim	52	94,5%
Não	3	5,5%
Total	**55**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: ES	Municípios	%
Está em dia	55	100,0%
Está atrasado	-	0,0%
Total	**55**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: ES	Municípios	%
CLT	22	23,2%
Estatutário	52	54,7%
Ambo	19	20,0%
Outros	2	2,1%
Total	**95**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: ES	Municípios	%
Parcelado	14	25,5%
Parcela única	41	74,5%
Total	**55**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: ES	Municípios	%
Já pagou	22	53,7%
Vai pagar até 20 de dezembro	19	46,3%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**41**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: ES	Municípios	%
Já pagou	9	64,3%
Vai pagar até 30 de novembro	5	35,7%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**14**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: ES	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	14	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**14**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: ES	Municípios	%
Será paga em dia	55	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**55**	**100,0%**

Goiás

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: GO	Municípios	%
Sim	198	92,1%
Não	17	7,9%
Total	**215**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: GO	Municípios	%
Está em dia	210	97,7%
Está atrasado	5	2,3%
Total	**215**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: GO	Municípios	%
CLT	39	14,3%
Estatutário	199	73,2%
Ambo	26	9,6%
Outros	8	2,9%
Total	**272**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: GO	Municípios	%
Parcelado	55	25,6%
Parcela única	160	74,4%
Total	**215**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: GO	Municípios	%
Já pagou	99	61,9%
Vai pagar até 20 de dezembro	60	37,5%
Vai atrasar	1	0,6%
Total	**160**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: GO	Municípios	%
Já pagou	49	89,1%
Vai pagar até 30 de novembro	6	10,9%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**55**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: GO	Municípios	%
Já pagou	1	1,8%
Vai pagar até 20 de dezembro	54	98,2%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**55**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: GO	Municípios	%
Será paga em dia	212	98,6%
Vai atrasar	3	1,4%
Total	**215**	**100,0%**

Maranhão

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: MA	**Municípios**	**%**
Sim	137	95,8%
Não	6	4,2%
Total	**143**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: MA	**Municípios**	**%**
Já pagou	59	85,5%
Vai pagar até 30 de novembro	10	14,5%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**69**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: MA	**Municípios**	**%**
Está em dia	138	96,5%
Está atrasado	5	3,5%
Total	**143**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: MA	**Municípios**	**%**
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	69	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**69**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: MA	**Municípios**	**%**
CLT	28	15,9%
Estatutário	130	73,9%
Ambo	15	8,5%
Outros	3	1,7%
Total	**176**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: MA	**Municípios**	**%**
Será paga em dia	137	95,8%
Vai atrasar	6	4,2%
Total	**143**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: MA	**Municípios**	**%**
Parcelado	69	48,3%
Parcela única	74	51,7%
Total	**143**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: MA	**Municípios**	**%**
Já pagou	9	12,2%
Vai pagar até 20 de dezembro	62	83,8%
Vai atrasar	3	4,1%
Total	**74**	**100,0%**

Minas Gerais

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: MG	Municípios	%
Sim	716	96,2%
Não	28	3,8%
Total	**744**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: MG	Municípios	%
Está em dia	725	97,4%
Está atrasado	19	2,6%
Total	**744**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: MG	Municípios	%
CLT	137	15,2%
Estatutário	679	75,4%
Ambo	75	8,3%
Outros	9	1,0%
Total	**900**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: MG	Municípios	%
Parcelado	227	30,5%
Parcela única	517	69,5%
Total	**744**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: MG	Municípios	%
Já pagou	26	5,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	479	92,6%
Vai atrasar	12	2,3%
Total	**517**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: MG	Municípios	%
Já pagou	189	83,3%
Vai pagar até 30 de novembro	35	15,4%
Vai atrasar	3	1,3%
Total	**227**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: MG	Municípios	%
Já pagou	3	1,3%
Vai pagar até 20 de dezembro	219	96,5%
Vai atrasar	5	2,2%
Total	**227**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: MG	Municípios	%
Será paga em dia	694	93,3%
Vai atrasar	50	6,7%
Total	**744**	**100,0%**

Mato Grosso do Sul

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: MS	Municípios	%
Sim	63	95,5%
Não	3	4,5%
Total	**66**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: MS	Municípios	%
Já pagou	18	85,7%
Vai pagar até 30 de novembro	3	14,3%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**21**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: MS	Municípios	%
Está em dia	64	97,0%
Está atrasado	2	3,0%
Total	**66**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: MS	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	21	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**21**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: MS	Municípios	%
CLT	12	14,6%
Estatutário	62	75,6%
Ambo	8	9,8%
Outros	-	0,0%
Total	**82**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: MS	Municípios	%
Será paga em dia	61	92,4%
Vai atrasar	5	7,6%
Total	**66**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: MS	Municípios	%
Parcelado	21	31,8%
Parcela única	45	68,2%
Total	**66**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: MS	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	45	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**45**	**100,0%**

Mato Grosso

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Sim	100	89,3%
Não	12	10,7%
Total	**112**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Está em dia	111	99,1%
Está atrasado	1	0,9%
Total	**112**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
CLT	18	12,3%
Estatutário	110	75,3%
Ambo	16	11,0%
Outros	2	1,4%
Total	**146**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Parcelado	20	17,9%
Parcela única	92	82,1%
Total	**112**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Já pagou	44	47,8%
Vai pagar até 20 de dezembro	47	51,1%
Vai atrasar	1	1,1%
Total	**92**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Já pagou	14	70,0%
Vai pagar até 30 de novembro	6	30,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**20**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	19	95,0%
Vai atrasar	1	5,0%
Total	**20**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência:	**Municípios**	**%**
Será paga em dia	108	96,4%
Vai atrasar	4	3,6%
Total	**112**	**100,0%**

Pará

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: PA	Municípios	%
Sim	85	96,6%
Não	3	3,4%
Total	**88**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: PA	Municípios	%
Está em dia	87	98,9%
Está atrasado	1	1,1%
Total	**88**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: PA	Municípios	%
CLT	27	22,3%
Estatutário	77	63,6%
Ambo	16	13,2%
Outros	1	0,8%
Total	**121**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: PA	Municípios	%
Parcelado	28	31,8%
Parcela única	60	68,2%
Total	**88**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: PA	Municípios	%
Já pagou	3	5,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	57	95,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**60**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: PA	Municípios	%
Já pagou	21	75,0%
Vai pagar até 30 de novembro	7	25,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**28**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: PA	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	28	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**28**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: PA	Municípios	%
Será paga em dia	81	92,0%
Vai atrasar	7	8,0%
Total	**88**	**100,0%**

Paraíba

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: PB	**Municípios**	**%**
Sim	169	97,1%
Não	5	2,9%
Total	**174**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: PB	**Municípios**	**%**
Está em dia	167	96,0%
Está atrasado	7	4,0%
Total	**174**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: PB	**Municípios**	**%**
CLT	29	14,1%
Estatutário	160	78,0%
Ambo	15	7,3%
Outros	1	0,5%
Total	**205**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: PB	**Municípios**	**%**
Parcelado	55	31,6%
Parcela única	119	68,4%
Total	**174**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: PB	**Municípios**	**%**
Já pagou	3	2,5%
Vai pagar até 20 de dezembro	113	95,0%
Vai atrasar	3	2,5%
Total	**119**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: PB	**Municípios**	**%**
Já pagou	45	81,8%
Vai pagar até 30 de novembro	10	18,2%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**55**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: PB	**Municípios**	**%**
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	55	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**55**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: PB	**Municípios**	**%**
Será paga em dia	169	97,1%
Vai atrasar	5	2,9%
Total	**174**	**100,0%**

Pernambuco

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: PE	Municípios	%
Sim	134	93,7%
Não	9	6,3%
Total	**143**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: PE	Municípios	%
Está em dia	138	96,5%
Está atrasado	5	3,5%
Total	**143**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: PE	Municípios	%
CLT	41	18,9%
Estatutário	136	62,7%
Ambo	34	15,7%
Outros	6	2,8%
Total	**217**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: PE	Municípios	%
Parcelado	41	28,7%
Parcela única	102	71,3%
Total	**143**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: PE	Municípios	%
Já pagou	10	9,8%
Vai pagar até 20 de dezembro	90	88,2%
Vai atrasar	2	2,0%
Total	**102**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: PE	Municípios	%
Já pagou	36	87,8%
Vai pagar até 30 de novembro	4	9,8%
Vai atrasar	1	2,4%
Total	**41**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: PE	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	40	97,6%
Vai atrasar	1	2,4%
Total	**41**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: PE	Municípios	%
Será paga em dia	135	94,4%
Vai atrasar	8	5,6%
Total	**143**	**100,0%**

Piauí

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: PI	**Municípios**	**%**
Sim	148	96,1%
Não	6	3,9%
Total	**154**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: PI	**Municípios**	**%**
Já pagou	52	85,2%
Vai pagar até 30 de novembro	8	13,1%
Vai atrasar	1	1,6%
Total	**61**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: PI	**Municípios**	**%**
Está em dia	144	93,5%
Está atrasado	10	6,5%
Total	**154**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: PI	**Municípios**	**%**
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	60	98,4%
Vai atrasar	1	1,6%
Total	**61**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: PI	**Municípios**	**%**
CLT	36	20,6%
Estatutário	128	73,1%
Ambo	10	5,7%
Outros	1	0,6%
Total	**175**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: PI	**Municípios**	**%**
Será paga em dia	141	91,6%
Vai atrasar	13	8,4%
Total	**154**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: PI	**Municípios**	**%**
Parcelado	61	39,6%
Parcela única	93	60,4%
Total	**154**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: PI	**Municípios**	**%**
Já pagou	43	46,2%
Vai pagar até 20 de dezembro	48	51,6%
Vai atrasar	2	2,2%
Total	**93**	**100,0%**

Paraná

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: PR	**Municípios**	**%**
Sim	362	96,5%
Não	13	3,5%
Total	**375**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: PR	**Municípios**	**%**
Está em dia	372	99,2%
Está atrasado	3	0,8%
Total	**375**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: PR	**Municípios**	**%**
CLT	114	21,3%
Estatutário	335	62,6%
Ambo	77	14,4%
Outros	9	1,7%
Total	**535**	**100,0%**

Forma de PAGAMENTO DO 13º		
Abrangência: PR	**Municípios**	**%**
Parcelado	111	29,6%
Parcela única	264	70,4%
Total	**375**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: PR	**Municípios**	**%**
Já pagou	8	3,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	254	96,2%
Vai atrasar	2	0,8%
Total	**264**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: PR	**Municípios**	**%**
Já pagou	97	87,4%
Vai pagar até 30 de novembro	12	10,8%
Vai atrasar	2	1,8%
Total	**111**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: PR	**Municípios**	**%**
Já pagou	1	0,9%
Vai pagar até 20 de dezembro	107	96,4%
Vai atrasar	3	2,7%
Total	**111**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: PR	**Municípios**	**%**
Será paga em dia	369	98,4%
Vai atrasar	6	1,6%
Total	**375**	**100,0%**

Rio Grande do Norte

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: RN	Municípios	%
Sim	127	96,9%
Não	4	3,1%
Total	**131**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: RN	Municípios	%
Está em dia	122	93,1%
Está atrasado	9	6,9%
Total	**131**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: RN	Municípios	%
CLT	22	13,8%
Estatutário	121	75,6%
Ambo	13	8,1%
Outros	4	2,5%
Total	**160**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: RN	Municípios	%
Parcelado	38	29,0%
Parcela única	93	71,0%
Total	**131**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: RN	Municípios	%
Já pagou	11	11,8%
Vai pagar até 20 de dezembro	81	87,1%
Vai atrasar	1	1,1%
Total	**93**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: RN	Municípios	%
Já pagou	30	78,9%
Vai pagar até 30 de novembro	7	18,4%
Vai atrasar	1	2,6%
Total	**38**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: RN	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	36	94,7%
Vai atrasar	2	5,3%
Total	**38**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: RN	Municípios	%
Será paga em dia	119	90,8%
Vai atrasar	12	9,2%
Total	**131**	**100,0%**

Rondônia

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: RO	**Municípios**	**%**
Sim	41	97,6%
Não	1	2,4%
Total	**42**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: RO	**Municípios**	**%**
Já pagou	12	85,7%
Vai pagar até 30 de novembro	2	14,3%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**14**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: RO	**Municípios**	**%**
Está em dia	42	100,0%
Está atrasado	-	0,0%
Total	**42**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: RO	**Municípios**	**%**
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	14	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**14**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: RO	**Municípios**	**%**
CLT	8	14,8%
Estatutário	39	72,2%
Ambo	6	11,1%
Outros	1	1,9%
Total	**54**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: RO	**Municípios**	**%**
Será paga em dia	41	97,6%
Vai atrasar	1	2,4%
Total	**42**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: RO	**Municípios**	**%**
Parcelado	14	33,3%
Parcela única	28	66,7%
Total	**42**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: RO	**Municípios**	**%**
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	28	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**28**	**100,0%**

Roraima

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: RR	Municípios	%
Sim	8	100,0%
Não	-	0,0%
Total	**8**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: RR	Municípios	%
Está em dia	8	100,0%
Está atrasado	-	0,0%
Total	**8**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: RR	Municípios	%
CLT	3	30,0%
Estatutário	6	60,0%
Ambo	1	10,0%
Outros	-	0,0%
Total	**10**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: RR	Municípios	%
Parcelado	5	62,5%
Parcela única	3	37,5%
Total	**8**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: RR	Municípios	%
Já pagou	2	66,7%
Vai pagar até 20 de dezembro	1	33,3%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**3**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: RR	Municípios	%
Já pagou	5	100,0%
Vai pagar até 30 de novembro	-	0,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**5**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: RR	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	5	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**5**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: RR	Municípios	%
Será paga em dia	8	100,0%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**8**	**100,0%**

Rio Grande do Sul

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: RS	Municípios	%
Sim	461	92,9%
Não	35	7,1%
Total	**496**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: RS	Municípios	%
Está em dia	496	100,0%
Está atrasado	-	0,0%
Total	**496**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: RS	Municípios	%
CLT	129	18,8%
Estatutário	457	66,7%
Ambo	91	13,3%
Outros	8	1,2%
Total	**685**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: RS	Municípios	%
Parcelado	258	52,0%
Parcela única	238	48,0%
Total	**496**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: RS	Municípios	%
Já pagou	13	5,5%
Vai pagar até 20 de dezembro	225	94,5%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**238**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: RS	Municípios	%
Já pagou	239	92,6%
Vai pagar até 30 de novembro	19	7,4%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**258**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: RS	Municípios	%
Já pagou	7	2,7%
Vai pagar até 20 de dezembro	251	97,3%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**258**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: RS	Municípios	%
Será paga em dia	490	98,8%
Vai atrasar	6	1,2%
Total	**496**	**100,0%**

Santa Catarina

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: SC	Municípios	%
Sim	252	91,6%
Não	23	8,4%
Total	**275**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: SC	Municípios	%
Está em dia	274	99,6%
Está atrasado	1	0,4%
Total	**275**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: SC	Municípios	%
CLT	93	23,3%
Estatutário	238	59,5%
Ambo	59	14,8%
Outros	10	2,5%
Total	**400**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: SC	Municípios	%
Parcelado	116	42,2%
Parcela única	159	57,8%
Total	**275**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: SC	Municípios	%
Já pagou	14	8,8%
Vai pagar até 20 de dezembro	143	89,9%
Vai atrasar	2	1,3%
Total	**159**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: SC	Municípios	%
Já pagou	112	96,6%
Vai pagar até 30 de novembro	4	3,4%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**116**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: SC	Municípios	%
Já pagou	1	0,9%
Vai pagar até 20 de dezembro	115	99,1%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**116**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: SC	Municípios	%
Será paga em dia	271	98,5%
Vai atrasar	4	1,5%
Total	**275**	**100,0%**

Sergipe

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: SE	Municípios	%
Sim	61	98,4%
Não	1	1,6%
Total	**62**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: SE	Municípios	%
Já pagou	26	83,9%
Vai pagar até 30 de novembro	5	16,1%
Vai atrasar	-	0,0%
Total	**31**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: SE	Municípios	%
Está em dia	60	96,8%
Está atrasado	2	3,2%
Total	**62**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: SE	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	29	93,5%
Vai atrasar	2	6,5%
Total	**31**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: SE	Municípios	%
CLT	21	20,8%
Estatutário	59	58,4%
Ambo	18	17,8%
Outros	3	3,0%
Total	**101**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: SE	Municípios	%
Será paga em dia	57	91,9%
Vai atrasar	5	8,1%
Total	**62**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: SE	Municípios	%
Parcelado	31	50,0%
Parcela única	31	50,0%
Total	**62**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: SE	Municípios	%
Já pagou	5	16,1%
Vai pagar até 20 de dezembro	25	80,6%
Vai atrasar	1	3,2%
Total	**31**	**100,0%**

São Paulo

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: SP	**Municípios**	**%**
Sim	540	93,9%
Não	35	6,1%
Total	**575**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: SP	**Municípios**	**%**
Está em dia	565	98,3%
Está atrasado	10	1,7%
Total	**575**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: SP	**Municípios**	**%**
CLT	332	41,5%
Estatutário	349	43,6%
Ambo	108	13,5%
Outros	11	1,4%
Total	**800**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: SP	**Municípios**	**%**
Parcelado	397	69,0%
Parcela única	178	31,0%
Total	**575**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: SP	**Municípios**	**%**
Já pagou	36	20,2%
Vai pagar até 20 de dezembro	138	77,5%
Vai atrasar	4	2,2%
Total	**178**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: SP	**Municípios**	**%**
Já pagou	330	83,1%
Vai pagar até 30 de novembro	66	16,6%
Vai atrasar	1	0,3%
Total	**397**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: SP	**Municípios**	**%**
Já pagou	6	1,5%
Vai pagar até 20 de dezembro	390	98,2%
Vai atrasar	1	0,3%
Total	**397**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: SP	**Municípios**	**%**
Será paga em dia	555	96,5%
Vai atrasar	20	3,5%
Total	**575**	**100,0%**

Tocantins

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º salário?		
Abrangência: TO	Municípios	%
Sim	102	92,7%
Não	8	7,3%
Total	**110**	**100,0%**

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: TO	Municípios	%
Está em dia	106	96,4%
Está atrasado	4	3,6%
Total	**110**	**100,0%**

Regime de trabalho dos servidores?		
Abrangência: TO	Municípios	%
CLT	14	10,8%
Estatutário	105	80,8%
Ambo	9	6,9%
Outros	2	1,5%
Total	**130**	**100,0%**

Forma de pagamento do 13º salário?		
Abrangência: TO	Municípios	%
Parcelado	30	27,3%
Parcela única	80	72,7%
Total	**110**	**100,0%**

Parcela única		
Abrangência: TO	Municípios	%
Já pagou	20	25,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	59	73,8%
Vai atrasar	1	1,3%
Total	**80**	**100,0%**

Se parcelado - a primeira parcela?		
Abrangência: TO	Municípios	%
Já pagou	24	80,0%
Vai pagar até 30 de novembro	5	16,7%
Vai atrasar	1	3,3%
Total	**30**	**100,0%**

Se parcelado - a segunda parcela?		
Abrangência: TO	Municípios	%
Já pagou	-	0,0%
Vai pagar até 20 de dezembro	28	93,3%
Vai atrasar	2	6,7%
Total	**30**	**100,0%**

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: TO	Municípios	%
Será paga em dia	106	96,4%
Vai atrasar	4	3,6%
Total	**110**	**100,0%**

15 Metas do PNE para a educação e os impactos no seu financiamento: o Fundeb e as matrículas nas creches

1. Competências de Estados e Municípios e os investimentos em educação no País

O sistema educacional brasileiro é marcado por um arranjo institucional relativamente autônomo entre os três níveis de governo. Podemos dizer que existe alta descentralização nas políticas educacionais, logo, nos gastos públicos com educação, especialmente na educação básica, a qual tem sua responsabilidade dividida entre Estados e Municípios. Os Estados são os responsáveis pela oferta do ensino médio e do ensino fundamental, e os Municípios, pela educação infantil (creches e pré-escolas) e, também, pelo ensino fundamental. De acordo com a Constituição Federal, a União deve colaborar técnica e financeiramente com esses entes, além de garantir a oferta da educação superior.

O financiamento dos gastos em educação básica foi alicerçado em vinculações de impostos, caso do principal fundo que financia a educação brasileira, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Este foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007 e substituiu o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que vigorou até 2006.

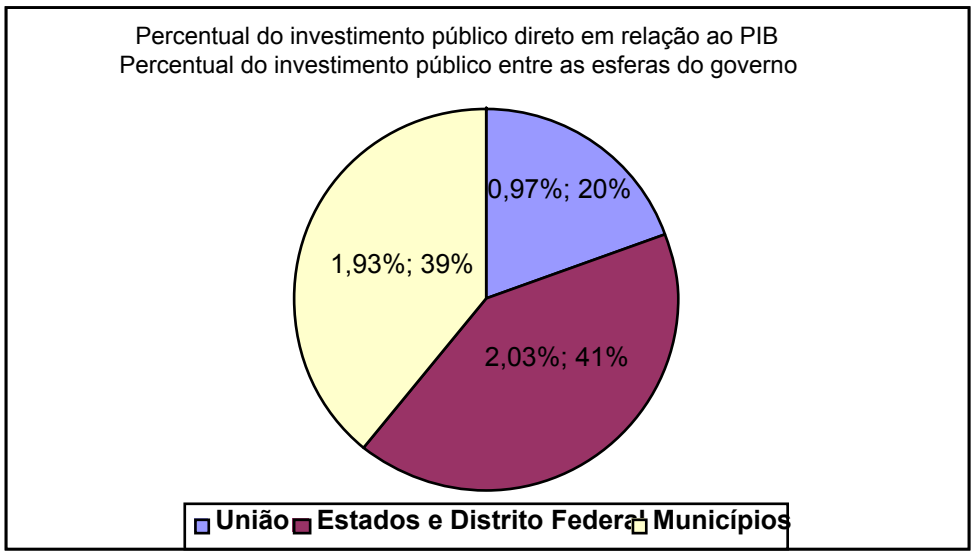
O Fundeb tem natureza contábil e é formado por 20% de alguns impostos e transferências estaduais e municipais. Ao total são oito fontes de receitas que compõem o fundo, além de uma complementação da União. Entre elas, o Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); o Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às Exportações (IPIexp); a Desoneração das Exportações (LC nº 87/96) – Lei Kandir; o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD); o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); e a cota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR), devida aos Municípios.

É importante dizer que todos esses impostos e transferências são fontes de receita dos Estados e dos Municípios, de modo que a verba de tal fundo pertence a esses entes e já estavam vinculadas à Educação pela Constituição mesmo antes da criação do Fundef, sendo o Fundeb/Fundef apenas um critério de redistribuição desses recursos. Assim, este tem o intuito de incentivar a oferta

da educação básica, privilegiando os Estados e os Municípios que possuem mais alunos nesse nível de ensino. A forma de distribuição de recursos do Fundeb usa o número de matrículas como critério para a repartição do montante final. Assim, o fundo não faz nada mais do que um rearranjo das receitas dos Estados e dos Municípios, favorecendo as Unidades da Federação (UF)s e os Municípios que possuem mais matrículas.

No ano de 2011, a previsão é que os Estados contribuam para o Fundo com 67% dos recursos (R$ 59,2 bilhões) e os Municípios com 33% (R$ 28,8 bilhões). A União é a que menos contribui, colocando no fundo recursos equivalentes a 10% do total alocado pelos outros entes (em 2011 são R$ 8,8 bilhões). Esta é a chamada complementação da União, que antes era um valor fixo, mas que atualmente tem um valor mínimo de 10% do valor colocado por Estados e Municípios. Dessa forma, a participação de cada UF no Fundeb depende do total da arrecadação das receitas que formam o Fundo. Isto é, cada Estado (governo estadual e Municípios) tem uma parcela do Fundeb proporcional ao seu nível de receita (impostos acima), e a complementação da União ocorre para nivelar o valor mínimo por aluno das UFs que recebem os menores valores por aluno.

Em 2009, os gastos com educação equivaleram a quase 5% do PIB, o que corresponde a aproximadamente R$ 180 bilhões.[9] Os Municípios têm grande participação nessas despesas, arcando com 39% de todo o montante gasto em Educação. A maior parte das despesas vem dos Estados, que pagam 41% de todo o gasto. Dessa forma, o total das despesas em Educação dos Estados e dos Municípios no referido ano foi de cerca de R$ 146 bilhões.



Considerando tal despesa de Estados e Municípios em 2009 e o mínimo dos gastos com Educação definido pela Constituição, que é de 25%, os Estados e os Municípios devem investir re-

9 Dados do Inep (conferem com os da CNM). Último ano com dados para os três entes disponíveis.

cursos além do Fundeb na Educação, tendo em vista que o fundo corresponde a apenas uma parte dos gastos vinculados ao ensino.

Na realidade, para os Estados e os Municípios arcarem com todas as despesas educacionais, eles têm de gastar acima do mínimo obrigatório pela Constituição. De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), a média de investimento em educação tem sido bem acima do que determina a Constituição. Em 2008, 5.393 Municípios destinaram cerca de 28,2% de suas receitas à educação, em 2009 a média de investimento de 5.358 Municípios foi de 29,1% e, em 2010, o número de Municípios que aplicaram acima do mínimo constitucional foi 5.268, que investiram cerca de 28,5%.

2. Novo Plano Nacional de Educação e investimentos necessários

Apesar do grande esforço que os Municípios já fazem, as expectativas da sociedade são de que os investimentos em educação aumentem. Encontra-se em discussão no Congresso Nacional (CN) a proposta do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece as diretrizes e metas educacionais até 2020.

As metas propostas pelo novo PNE estão relacionadas à melhoria da qualidade do ensino, à ampliação da oferta de vagas, à formação de professores e à ampliação do investimento público em Educação. Entre as metas de ampliação da oferta educacional, preocupa os Municípios a que se refere à ampliação da oferta da educação infantil, a qual os obriga a atenderem 50% da população de 0 até 3 anos, já que são eles os responsáveis pela educação nessa etapa de ensino.

De acordo com o Censo Escolar de 2010, pouco mais de 2 milhões de crianças estão matriculadas em creches brasileiras, o que equivale a 19% das crianças brasileiras que possuem de 0 a 3 anos. A meta prevê que 50% das crianças nessa faixa etária estejam matriculadas até 2020, isto é, sem considerar o crescimento populacional dessa faixa etária, teríamos que inserir mais de 3 milhões de matrículas nas creches.

Como vemos na tabela a seguir, atualmente, essa população é de 10 milhões de crianças e 2 milhões encontram-se matriculadas em todas as redes (municipal, estadual, federal e privada). Desse total, 64,9% estão na rede municipal, 0,4% na rede estadual, 0,1% na rede federal e 34,7% na rede privada. Nas particulares, 51% das crianças estão em instituições conveniadas com o poder público, o qual repassa verba pública para a manutenção dessas matrículas. Considerando essas proporções, a demanda de alunos a serem atendidos pela rede pública ou conveniada é de 2,8 milhões de alunos, e o restante, 570 mil alunos, seriam da rede particular.

UF	População 0 a 3 anos	Matrículas creche	Meta % 0,5	A atingir	Matríc. priv.	A atingir menos rede priv.
Brasil	10.925.893	2.074.579	5.462.947	3.388.368	16,87%	2.816.775
RO	**101.374**	**10.557**	**50.687**	**40.130**	**15,02%**	**34.101**
AC	**61.418**	**4.321**	**30.709**	**26.388**	**5,14%**	**25.032**
AM	**294.994**	**15.231**	**147.497**	**132.266**	**15,42%**	**111.876**
RR	**38.204**	**2.919**	**19.102**	**16.183**	**2,47%**	**15.784**
PA	**584.197**	**35.218**	**292.099**	**256.881**	**9,73%**	**231.877**
AP	**55.821**	**2.394**	**27.911**	**25.517**	**23,10%**	**19.622**
TO	**96.725**	**14.749**	**48.363**	**33.614**	**12,04%**	**29.566**
MA	**502.959**	**52.749**	**251.480**	**198.731**	**6,62%**	**185.574**
PI	**195.042**	**29.542**	**97.521**	**67.979**	**4,28%**	**65.068**
CE	**510.549**	**115.317**	**255.275**	**139.958**	**17,69%**	**115.196**
RN	**186.719**	**47.713**	**93.360**	**45.647**	**17,65%**	**37.591**
PB	**230.511**	**26.751**	**115.256**	**88.505**	**17,96%**	**72.611**
PE	**535.965**	**59.681**	**267.983**	**208.302**	**33,69%**	**138.130**
AL	**215.641**	**17.647**	**107.821**	**90.174**	**19,20%**	**72.861**
SE	**133.805**	**9.625**	**66.903**	**57.278**	**13,63%**	**49.470**
BA	**841.630**	**95.498**	**420.815**	**325.317**	**7,30%**	**301.570**
MG	**1.008.463**	**189.094**	**504.232**	**315.138**	**22,00%**	**245.820**
ES	**194.273**	**55.842**	**97.137**	**41.295**	**5,81%**	**38.897**
RJ	**783.186**	**151.156**	**391.593**	**240.437**	**20,88%**	**190.225**
SP	**2.121.005**	**638.360**	**1.060.503**	**422.143**	**18,76%**	**342.946**
PR	**564.607**	**138.240**	**282.304**	**144.064**	**13,29%**	**124.915**
SC	**320.798**	**112.840**	**160.399**	**47.559**	**8,68%**	**43.431**
RS	**506.957**	**108.416**	**253.479**	**145.063**	**19,68%**	**116.516**
MS	**152.186**	**36.668**	**76.093**	**39.425**	**7,86%**	**36.327**
MT	**193.087**	**36.447**	**96.544**	**60.097**	**6,14%**	**56.406**
GO	**345.901**	**46.396**	**172.951**	**126.555**	**11,15%**	**112.447**
DF	**149.876**	**21.208**	**74.938**	**53.730**	**65,38%**	**18.601**

Fonte: Censo 2010; Censo Escolar 2010.

Nos últimos dez anos, as matrículas em creche aumentaram 92%, no entanto, a proporção de alunos matriculados na creche, do total de crianças em idade de 0 a 3 anos, aumentou em apenas 11%, ou seja, em 2000 apenas 8,3% das crianças estavam matriculadas nas creches. Como seria possível aumentar em mais de 30% do total, a proporção de alunos matriculados na creche? De outro modo, isso seria mais do que dobrar o número de matrículas, nos próximos nove anos.

O total do Fundeb é insuficiente para cobrir a atual despesa com Educação, e do montante previsto para 2011, por exemplo, apenas 3,9% é destinado à creche (R$ 3,7 bilhões). Assim, apesar de os recursos do fundo, que em princípio pertence aos Estados e aos Municípios, poderem ser utilizados indistintamente entre as etapas de ensino, respeitadas as áreas de atuação prioritária de cada ente, o que se destina do Fundeb para o investimento nas creches é muito pouco, diante da demanda requisitada. Dessa forma, estes têm de destinar ainda mais verba para manter a oferta educacional, e esse espaço no orçamento não existe.

2.1 Comportamento do Fundeb para atendimento da meta de ampliação das creches

Uma das causas para tal panorama de dificuldades enfrentadas pela gestão municipal para atendimento de crianças em creches são os pesos de ponderação definidos e utilizados nos cálculos do Fundeb para os alunos da creche.

Por causa desses pesos, o Fundeb repassa, em média, um valor para a creche menor que o de todas as outras etapas de ensino. O aluno matriculado em creche tem um custo estimado maior do que o aluno das outras etapas (exceto a educação superior). Em relação ao ensino médio, por exemplo, o custo da creche é, em média, 37% maior, enquanto seu peso (na ponderação dos cálculos para repasse do Fundeb) é, em média, 25% menor.[10] Ou seja, um maior valor mínimo por aluno é destinado para a matrícula no ensino médio, e os custos dos alunos das creches são maiores.

Na tabela a seguir, vemos os valores gastos por aluno em cada etapa de ensino. Entre 2000 e 2009, os gastos por alunos cresceram em todos os níveis de ensino, assim como os valores por matrícula do Fundeb, retornados aos Estados e aos Municípios. Porém, ressaltam-se duas questões: os gastos com alunos da educação infantil (creches e pré-escolas) ainda estão abaixo dos gastos nas outras etapas, apesar do alto custo dessa etapa de ensino, o que é um reflexo do que acontece no Fundeb; e a audaciosa meta do PNE faria a verba por aluno cair em todas as categorias de ensino, pois o aumento da arrecadação dos Estados e dos Municípios provavelmente não acompanhará o crescimento das matrículas previsto para as creches, que é de mais de 160%.

Ano	Investimento público direto por estudante							
	Total	Níveis de ensino						Proporção da educação superior sobre a educação básica
		Educação básica	Educação infantil	Ensino fundamental		Ensino médio	Educação superior	
				De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais			
2000	1.739	1.448	1.656	1.424	1.453	1.381	16.002	11,1
2001	1.801	1.501	1.495	1.407	1.583	1.571	15.815	10,5
2002	1.796	1.487	1.408	1.643	1.526	1.106	14.994	10,1
2003	1.799	1.511	1.620	1.592	1.512	1.269	13.137	8,7
2004	1.903	1.615	1.726	1.709	1.728	1.181	13.299	8,2
2005	2.023	1.714	1.634	1.912	1.821	1.195	13.524	7,9
2006	2.356	2.046	1.769	2.106	2.312	1.635	13.640	6,7
2007	2.725	2.390	2.159	2.512	2.617	1.916	14.459	6,1
2008	3.124	2.746	2.302	2.880	3.073	2.214	15.399	5,6
2009	3.381	2.972	2.276	3.204	3.342	2.336	15.582	5,2

Fonte: Inep/MEC.

Considerando essa provável queda nos investimentos por aluno, a CNM, preocupada com os impactos das metas do PNE para as administrações municipais, buscou analisar qual seria o comportamento das receitas do Fundeb e do valor mínimo por aluno/ano definido no âmbito do Fundo,

10 Valores baseados no Custo Aluno-Qualidade - CAQI (Pesquisa da Campanha pelo Direito à Educação).

tendo em vista a demanda de atendimento de mais 2,8 milhões de estudantes em creches (considerando só a rede pública e conveniada).

A metodologia usada para calcular o valor mínimo por aluno adotada pela CNM é similar à metodologia do FNDE. Assim, podemos dizer que os valores da tabela a a seguir são muito próximos dos reais valores, caso a estimativa de aumento de receita dos Estados e dos Municípios (do Fundeb) concretize-se. Vale ressaltar que a projeção de aumento de receitas do Fundeb estimada pela CNM (4% para o ano de 2012) é próxima da estimativa calculada pelo próprio FNDE (4,5%), o que contribui para maior aceitação dos resultados.

Na tabela seguinte, vê-se o atual valor mínimo nacional por aluno/ano definido para o Fundeb (valor-base, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano). Caso toda a demanda de crianças a serem matriculadas em creche fosse atendida no próximo ano, esse valor cairia em todos os estados (coluna 2). Assim, o valor mínimo por aluno/ano do Fundeb, em 2012, seria menor que o de 2011, mesmo com um aumento de receita dos Estados e dos Municípios.

Logo, concluímos que a inserção de todas essas crianças nas creches impactará no valor mínimo por aluno do Fundeb (em todas as categorias). Assim, a perda se dá na diferença entre o que os Municípios e os Estados recebem hoje para o que receberão amanhã com a meta, que será um valor substancialmente menor (ver tabela a seguir).

UF	Valor por matrícula 2011*	Valor com meta*	Perda por matrícula	Matrículas ponderadas	Perda total
MA	1.729,45	1.639,56	(89,88)	2.383.056,61	214.200.821,66
PA	1.729,45	1.639,56	(89,88)	2.661.492,03	239.227.963,28
CE	1.729,45	1.639,56	(89,88)	2.334.677,95	209.852.310,69
BA	1.729,45	1.639,56	(89,88)	4.138.337,68	371.974.097,11
PI	1.729,45	1.639,56	(89,88)	998.829,47	89.779.694,35
AL	1.729,45	1.639,56	(89,88)	982.475,34	88.309.704,73
PE	1.729,45	1.639,56	(89,88)	2.339.372,84	210.274.310,41
PB	1.729,45	1.639,56	(89,88)	1.042.271,99	93.684.521,25
AM	1.729,45	1.639,56	(89,88)	1.263.000,93	113.524.720,71
RN	1.737,97	1.695,25	(42,72)	867.063,72	37.043.142,61
PR	1.816,15	1.763,76	(52,40)	2.692.480,30	141.075.466,30
MG	1.935,45	1.870,88	(64,57)	4.842.975,32	312.709.935,67
SE	1.978,05	1.860,14	(117,91)	583.148,95	68.757.085,28
RO	2.020,76	1.920,90	(99,86)	492.973,31	49.228.568,96
RJ	2.025,28	1.964,31	(60,98)	3.277.958,87	199.882.188,92
GO	2.068,91	1.955,47	(113,43)	1.430.921,78	162.312.158,69
MT	2.121,31	2.036,51	(84,80)	889.299,48	75.413.494,53
SC	2.157,62	2.155,30	(2,32)	1.481.518,38	3.432.756,15
AC	2.189,89	2.038,42	(151,47)	287.185,66	43.499.948,43
TO	2.192,43	2.092,09	(100,34)	450.939,01	45.246.115,97
MS	2.202,21	2.130,62	(71,59)	692.789,12	49.598.496,09
DF	2.330,78	2.283,11	(47,67)	554.194,35	26.420.693,01
RS	2.399,53	2.322,38	(77,15)	2.396.194,62	184.873.855,47
ES	2.441,72	2.385,33	(56,39)	877.364,25	49.476.172,70
AP	2.454,42	2.312,13	(142,29)	246.622,51	35.091.123,78
SP	2.684,35	2.636,53	(47,82)	9.589.638,50	458.552.067,60
RR	2.924,77	2.693,50	(231,27)	157.459,94	36.415.581,89
Brasil					3.609.856.996,24

Nota: * valor-base por matrícula (ensino fundamental).

Na quinta coluna, registra-se a perda total por UF. Vale ressaltar que essas perdas calculadas se referem ao financiamento da educação dentro do Fundeb, não equivalendo à diferença entre o custo do aluno e os valores repassados pelo fundo. Isto é, devemos ter em vista que o custo real por aluno é muito maior que os repasses do Fundeb.

De acordo com as informações levantadas, observa-se ainda que, para que não houvesse perda no valor mínimo nacional em relação a 2011, considerando a mesma contribuição de Estados e Municípios, a União deveria complementar o fundo com aproximadamente mais R$ 3,6 bilhões, o que corresponderia a um repasse de 14% sobre as receitas do Fundeb, ao invés dos atuais 10% que ela complementa. Assim, ao invés da complementação ser de R$ 8,2 bilhões deveria ser de R$ 12 bi, aproximadamente.

Por exemplo, hoje os Municípios do Maranhão recebem do fundo R$ 1.729,45 por aluno do ensino fundamental (anos iniciais) urbano. Amanhã (com a meta) os mesmos Municípios terão R$ 1.639,56 pelo mesmo aluno, recebendo R$ 89,88 a menos por matrícula. No somatório do total de matrículas ponderadas, com o valor por matrícula previsto com a meta, o Estado e os Municípios do

Maranhão terão R$ 214 milhões a menos para investir nos alunos, se tivessem de investir o mesmo valor repassado pelo Fundeb que investem hoje.

De acordo com o levantamento da CNM, o montante destinado às creches crescerá em R$ 5,2 bilhões, enquanto os ensinos fundamental e médio perderão R$ 2,2 bi. Sem considerar as transferências entre as outras categorias de ensino, a diferença entre esses valores corresponde ao valor necessário para os Estados e os Municípios preservarem o atual valor mínimo investido por matrícula.

No entanto, ressalta-se que, apesar do montante de recursos para as creches crescer, o valor por aluno/ano dessa etapa também terá uma queda. Com os atuais pesos de ponderação dessa etapa (0,8 para tempo parcial e 1,2 para tempo integral), a creche parcial cairá de R$ 1.383,56 para R$ 1.311,65, e a creche integral de R$ 2.075,34 para R$ 1.967,47. Assim, o aumento de recursos para as matrículas das crianças de 0 a 3 anos só ocorrerá devido ao maior número de alunos a serem atendidos.

2.2 O custo real para ampliação das matrículas em creches

Além disso, os Municípios terão outro impacto que se refere à diferença entre o real custo por aluno, e o valor por aluno/ano definido para as creches no Fundeb. Mesmo com o aumento dos recursos do Fundeb destinados à creche, como o custo real para atendimento dessas crianças é bem maior do que o valor repassado pelo fundo, a meta do PNE de atender 50% da população de 0 a 3 anos em creches é preocupante e causará impactos aos Municípios.

De maneira geral, simples e direta, o custo estimado para inserção dessas novas crianças nas creches (cumprimento da meta) é calculado como o número de crianças a serem matriculadas multiplicado pelo custo real da creche (Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQi, estimado pela ONG Campanha Nacional pelo Direito à Educação), totalizando em um custo de mais de R$ 13 bilhões. Vale chamar atenção para o fato de não considerarmos no custo final a proporção de alunos atendida pela rede particular (sem contar a particular conveniada, que é paga pelos Municípios), a qual consideramos igual à proporção atendida hoje. Isto significa que o custo estimado pode estar subestimado, caso a rede pública se aproprie de uma parcela de alunos da rede privada.

Custo Aluno-Qualidade - CAQI (Pesquisa da Campanha pelo Direito à Educação)		
Tipo de escola	**Creche parcial**	**Creche integral**
Custo total (R$ de 2005)	**2.397,00**	**4.140,00**
Atualização pelo IPCA de jan./2005 a jan./2011	**3.201,29**	**5.529,14**
% crianças	**32,45%**	**67,55%**
Custos por tipo de creche	**2.926.550.554,79**	**10.519.733.569,04**
Custo final*		13.446.284.123,83

Nota: * considerando as mesmas proporções de 2010 de alunos matriculados na rede privada/pública e creche parcial/integral.

O impacto financeiro na administração municipal só não ocorreria se houvesse aumento nas receitas do Estados e dos Municípios, consequentemente do Fundeb, capaz de suportar todo esse incremento no número de matrículas com o correspondente custo de atendimento. Segundo José Roberto Afonso (2011), não se tem potencial para expandir fontes de recursos se mantido atual sistema tributário e de financiamento do setor.

A ideia é simples: se queremos aumentar o número de matrículas nas creches, temos de fazer as receitas municipais e estaduais acompanharem o novo custo para atendimento dos futuros alunos. Sem isso, o Fundeb não poderia, sozinho, amparar esses novos gastos. O bolo do Fundeb cresce à mesma taxa, independentemente do crescimento do número de matrículas. Então, como vamos manter a qualidade do ensino se temos a meta de dividir o bolo em mais partes? Ou a União aumenta o tamanho do bolo, complementando o Fundeb com uma maior parte, ou requer uma meta que acompanhe o ritmo de incremento das receitas estaduais e municipais que compõem o fundo.

A menos que se crie uma efetiva política nacional de inclusão de crianças nas creches, além do apoio financeiro para manutenção delas e garantia de qualidade, é impossível que os Municípios consigam atingir ambiciosa meta até a data estipulada (2020), pois, mantendo o aumento no número de matrículas dos últimos anos, demoraríamos quase 30 anos para bater a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches.

16 Censo sobre a alteração no número de vereadores

Mapeamento das alterações dos números de vereadores nas Câmaras Municipais em razão da EC nº 58/2008

A alteração do número de vereadores pelas Câmaras Municipais vem sofrendo nos últimos anos amplo debate que inclusive chegou até o Supremo Tribunal Federal (STF) quando do julgamento do RE nº 197.917 (Caso Mira Estrela).

Antes desse julgamento do STF, em março de 2003, vinha prevalecendo o entendimento de que, nas faixas delimitadas pela Constituição Federal, a fixação do número de vereadores dependia apenas de lei orgânica do Município. O STF adotou posição diversa: a escolha deste número não está limitada apenas à faixa constitucional. Deve haver correspondência matemática efetiva entre a população e o número escolhido pelo legislador municipal. Embora a decisão tenha se referido apenas ao Município de Mira Estrela (SP), acabou norteando a Resolução nº 21.702 adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que impôs, em todo o Brasil, a adequação no número de cadeiras das câmaras municipais.

Essa decisão do TSE, exarada em 2 de abril de 2003, por unanimidade, ratificou o entendimento do STF, no Recurso Extraordinário suprarreferido, e estendeu para todo o País a determinação de que os Municípios com menos de 1 milhão de habitantes teriam de seguir a cota mínima de nove vereadores e a máxima de 21. Na prática, os ministros do STF e do TSE apenas regulamentaram o artigo 29 da Constituição, que relacionava a quantidade de vagas nas câmaras municipais ao número de habitantes das cidades, obedecida a seguinte proporcionalidade:

Tabela 1 – Determinação do número de vereadores de acordo com a população (2003)

Nº de habitantes	Nº de vereadores
Até 47.619	9
De 47.620 até 95.238	10
De 95.239 até 142.857	11
De 142.858 até 190.476	12
De 190.477 até 238.095	13
De 238.096 até 285.714	14
De 285.715 até 333.333	15
De 333.334 até 380.952	16
De 380.953 até 428.571	17
De 428.572 até 476.190	18
De 476.191 até 523.809	19
De 523.810 até 571.428	20
De 571.429 até 1.000.000	21
De 1.000.001 até 1.121.952	33
De 1.121.953 até 1.243.903	34
De 1.243.904 até 1.365.854	35
De 1.365.855 até 1.487.805	36
De 1.487.806 até 1.609.756	37
De 1.609.757 até 1.731.707	38
De 1.731.708 até 1.853.658	39
De 1.853.659 até 1.975.609	40
De 1.975.610 até 4.999.999	41
De 5.000.000 até 5.119.047	42
De 5.119.048 até 5.238.094	43
De 5.238.095 até 5.357.141	44
De 5.357.142 até 5.476.188	45
De 5.476.189 até 5.595.235	46
De 5.595.236 até 5.714.282	47
De 5.714.283 até 5.833.329	48
De 5.833.330 até 5.952.376	49
De 5.952.377 até 6.071.423	50
De 6.071.424 até 6.190.470	51
De 6.190.471 até 6.309.517	52
De 6.309.518 até 6.428.564	53
De 6.428.565 até 6.547.611	54
Acima de 6.547.612	55

Com o advento da EC nº 58, promulgada em setembro de 2008, desaparece a locução “proporcionalidade”, entrando em cena limites máximos para que os legislativos locais fixem o número de vereadores. Na prática, alguns Municípios podem mudar o número de vereadores eleitos de acordo com a sua população corrente. Tais limites trazidos pela alteração constitucional estão expostos na tabela 2.

É importante chamar atenção que esta mesma emenda também alterou os limites de recursos para as Câmaras. Assim, este possível aumento no número de cadeiras pode não ser efetivado devido às restrições orçamentárias que as câmaras têm. De qualquer forma, este processo preocupa a Confederação Nacional de Municípios (CNM), pois a alteração da lei orgânica, com a introdução destes novos vereadores, pode levar a um elevado gasto de recursos públicos.

Cabe ressaltar, entretanto, que segundo o posicionamento do TSE, em resposta à consulta do deputado federal Gonzaga Patriota, a alteração do número de vereadores nas Câmaras não é matéria que modifique o processo eleitoral, logo, não precisa observar o princípio da anualidade trazido pelo artigo 16 da CF.

Segundo o Tribunal, que assentou na Resolução nº 22.556/2007, **a alteração do número de vereadores pelas Câmaras pode ser feita até o prazo final das convenções partidárias**, o que pelo calendário eleitoral das próximas eleições, será no dia **30 de junho de 2012**. Assim, o número de vereadores nas câmaras poderá sofrer ainda alguma alteração por conta desse entendimento do TSE.

A base da população é calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – a mais recente foi divulgada no último dia 31 de agosto. É provável que a população estimada para o próximo ano não seja revelada até a data das convenções partidárias. Logo, para o ano que vem valerá a população de 2011. Agora cabe a cada município do País propor alterações na sua lei orgânica municipal para aumentar ou diminuir suas cadeiras de vereadores, respeitando a EC nº 58.

A CNM verificou o número máximo de vereadores que cada Município brasileiro pode ter de acordo com a população publicada pelo IBGE e perguntou para cada Município se este alterará a sua lei orgânica. Assim, as informações prestadas serviram para que a CNM estime o número adicional de vereadores e chame atenção aos Municípios sobre a potencial mudança, colocando em discussão o efeito de tal modificação nas leis orgânicas.

Metodologia da pesquisa

A CNM aplicou um questionário diretamente aos Municípios brasileiros potencialmente propensos a modificar sua lei orgânica sobre o número de vereadores, isto é, verificamos quais são os Municípios que, de acordo com a divulgação da população de 2011 (IBGE), podem e pretendem aumentar o número de vereadores.

Objetivos da pesquisa

Fazer um levantamento dos Municípios que desejam elevar o número de vereadores para as próximas eleições. Com isso, buscamos verificar o efeito no âmbito nacional do número adicional de vereadores na contabilidade municipal em relação à última eleição (2008).

Desenvolvimento da pesquisa

Procedimento:

a) Disponibilidade de diferentes canais para o recebimento da informação: os questio-

nários foram aplicados por meio de contato telefônico com os presidentes da Câmara Legislativa Municipal; vereadores ou colaboradores dela. Além disso, foram aceitas respostas por fax, *e-mail*, correspondência e pela internet, no sítio da CNM <www.cnm.org.br>.

b) Equipe de suporte da CNM: estudos técnicos e Setor de Pesquisas (Central de Atendimento aos Municípios) da CNM foram disponibilizado para o suporte ao preenchimento dos formulários.

Coordenação: área de estudos técnicos da CNM.

Período de coleta das informações: entre os dias 21 e 28 de setembro de 2011.

Amostra

O artigo 29 da Constituição e a EC nº 58 estabelecem o número máximo de vereadores por Município. Dessa forma, todos os Municípios podem alterar o número de vereadores para menos. A CNM entende que tal mudança é improvável, portanto pesquisou apenas os casos em que os Municípios poderiam aumentar o número de cadeiras em relação ao valor atual.

Foram contatados todos os 2.153 Municípios que poderão aumentar o número de vereadores (ou que já modificaram) para as próximas eleições. Porém, dos 2.153 que foram contatados 1.857 (86,3%) responderam ao questionário, o que torna essa amostra bastante significativa, pois Municípios de todos os portes (tamanhos)[11] e Estados contribuíram com a coleta de informações, o que tornou a amostra bastante heterogênea (tabela abaixo) e significativa.

11 Neste caso, o porte adotado foi o referente à Emenda nº 58/2009, que classifica os Municípios em faixas populacionais, e de acordo com essas, pode eleger certo número de candidatos.

Tabela 2 – Distribuição da amostra da pesquisa por Estado

UF	Municípios com mudanças	Municípios pesquisados	Vereadores 2008	Vereadores 2012	%
AC	12	11	105	114	91,7%
AL	53	44	418	488	83,0%
AM	48	32	322	355	66,7%
AP	6	4	36	40	66,7%
BA	228	197	1.882	2.171	86,4%
CE	130	120	1.160	1.469	92,3%
ES	43	40	394	461	93,0%
GO	63	60	576	686	95,2%
MA	124	89	824	969	71,8%
MG	236	228	2.200	2.607	96,6%
MS	38	36	343	414	94,7%
MT	48	47	447	501	97,9%
PA	116	84	822	949	72,4%
PB	54	44	421	501	81,5%
PE	126	111	1.082	1.254	88,1%
PI	35	26	251	290	74,3%
PR	121	115	1.107	1.241	95,0%
RJ	72	11	114	137	15,3%
RN	30	25	237	278	83,3%
RO	25	21	203	227	84,0%
RR	5	4	41	52	80,0%
RS	123	117	1.170	1.393	95,1%
SC	85	78	760	887	91,8%
SE	34	29	275	317	85,3%
SP	284	272	2.817	3.348	95,8%
TO	14	12	113	129	85,7%
BR	**2.153**	**1.857**	**18.120**	**21.278**	**86,3%**

Tabela 3 – Determinação do número de vereadores em acordo com a população e distribuição da amostra da pesquisa (por faixa de população)

De	Até	Vereadores	Municípios com mudanças	Municípios pesquisados	%
-	15.000	9	1	1	100,0%
15.001	30.000	11	1.096	936	85,4%
30.001	50.000	13	460	403	87,6%
50.001	80.000	15	247	219	88,7%
80.001	120.000	17	139	123	88,5%
120.001	160.000	19	50	43	86,0%
160.001	300.000	21	88	73	83,0%
300.001	450.000	23	34	32	94,1%
450.001	600.000	25	13	9	69,2%
600.001	750.000	27	8	7	87,5%
750.001	900.000	29	6	3	50,0%
900.001	1.050.000	31	3	1	33,3%
1.050.001	1.200.000	33	-	-	-
1.200.001	1.350.000	35	1	1	100,0%
1.350.001	1.500.000	37	2	2	100,0%
1.500.001	1.800.000	39	2	1	50,0%
1.800.001	2.400.000	41	1	1	100,0%
2.400.001	3.000.000	43	2	2	100,0%
3.000.001	4.000.000	45	-	-	-
4.000.001	5.000.000	47	-	-	-
5.000.001	6.000.000	49	-	-	-
6.000.001	7.000.000	51	-	-	-
7.000.001	8.000.000	53	-	-	-
8.000.001	-	55	-	-	-
		Total	**2.153**	**1.857**	**86,3%**

Tabela 4 – Número de vereadores: eleitos em 2008; estimativa do número de cadeiras em 2010; e o número de cadeiras com a população de 2011 (por Estado)

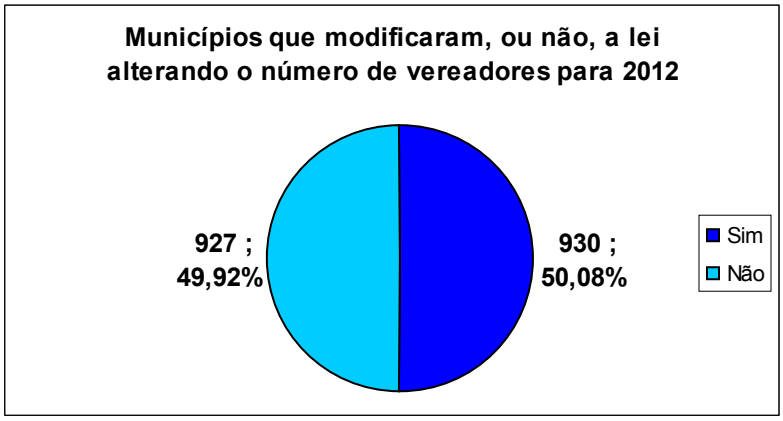
Estimativa do número de vereadores com a população estimada de					
UF	Vereadores 2008 (A) -	Vereadores 2010 (B)	Vereadores 2011 (C)	Crescimento em relação a 2008	Crescimento em relação a 2010
AC	204	238	244	16,7%	19,6%
AL	938	1.100	1.104	17,3%	17,7%
AM	592	730	746	23,3%	26,0%
AP	151	176	176	16,6%	16,6%
BA	3.858	4.591	4.603	19,0%	19,3%
CE	1.729	2.164	2.176	25,2%	25,9%
ES	742	900	902	21,3%	21,6%
GO	2.273	2.522	2.532	11,0%	11,4%
MA	1.992	2.385	2.401	19,7%	20,5%
MG	7.853	8.687	8.701	10,6%	10,8%
MS	712	838	840	17,7%	18,0%
MT	1.273	1.439	1.453	13,0%	14,1%
PA	1.361	1.807	1.811	32,8%	33,1%
PB	2.024	2.191	2.195	8,3%	8,4%
PE	1.747	2.188	2.198	25,2%	25,8%
PI	2.015	2.135	2.135	6,0%	6,0%
PR	3.692	4.119	4.135	11,6%	12,0%
RJ	999	1.344	1.362	34,5%	36,3%
RN	1.500	1.639	1.639	9,3%	9,3%
RO	482	568	568	17,8%	17,8%
RR	139	149	155	7,2%	11,5%
RS	4.584	5.048	5.052	10,1%	10,2%
SC	2.691	3.003	3.011	11,6%	11,9%
SE	692	799	801	15,5%	15,8%
SP	6.248	7.493	7.515	19,9%	20,3%
TO	1.257	1.309	1.309	4,1%	4,1%
TOTAL	**51.748**	**59.562**	**59.764**	**15,1%**	**15,5%**

Questões formuladas

1) A Câmara modificou a Lei Orgânica Municipal aumentando ou diminuindo o número de vereadores para a próxima eleição, em virtude da divulgação da população deste ano (atualizada pelo IBGE)?

De acordo com a pesquisa, entre os 1.857 Municípios pesquisados, vemos que 961, ou, 50,9% já mudaram a Lei Orgânica Municipal alterando o número de vereadores para as próximas eleições.

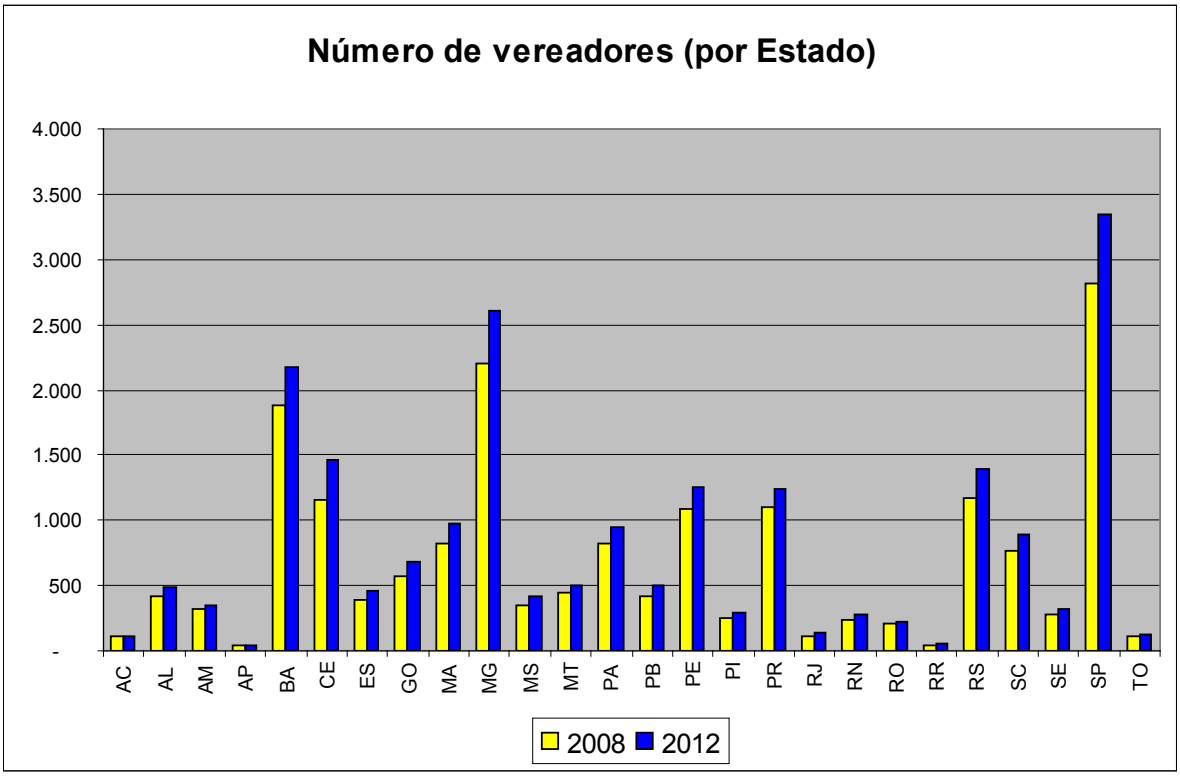
Amostra: BR		
Legenda	Citação	%
Sim	930	50,08%
Não	927	49,92%
Total	**1.857**	**100,00%**



2 - Qual o número de cadeiras para vereadores que a Câmara estipulou?

Amostra: BR
21.278

Em 2008 foram eleitos **18.120**



De acordo com a tabela 3, vemos que em 2008 foram eleitos 51.748 vereadores. Para essas eleições, de acordo com a população divulgada pelo IBGE poderiam ser eleitos até 59.764 vereadores.

Dentre os Municípios pesquisados (os que podem aumentar o número de vereadores), em 2008 foram eleitos 18.446 vereadores. Para o ano de 2012, estes já confirmaram a eleição de 21.278 vereadores, ou seja, 17,4% vereadores adicionais. Pelo gráfico anterior, percebemos que quase todos os Estados aumentarão o número de vereadores para as próximas eleições.

3) Caso o Município não tenha modificado a lei, pretende alterar o número de vereadores para as próximas eleições?

Amostra: BR		
Legenda	Citação	%
Sim	571	61,60%
Não	356	38,40%
Total	927	100,00%



Percebemos que dos Municípios que ainda não mudaram a Lei Orgânica, a maior parte deles (61,6%) pretende mudá-la até a data-limite estabelecida (30 de junho de 2012). Apenas 356 dos 1.857 que responderam à pesquisa, isto é, 19,2% pretendem preservar o atual número de vereadores.

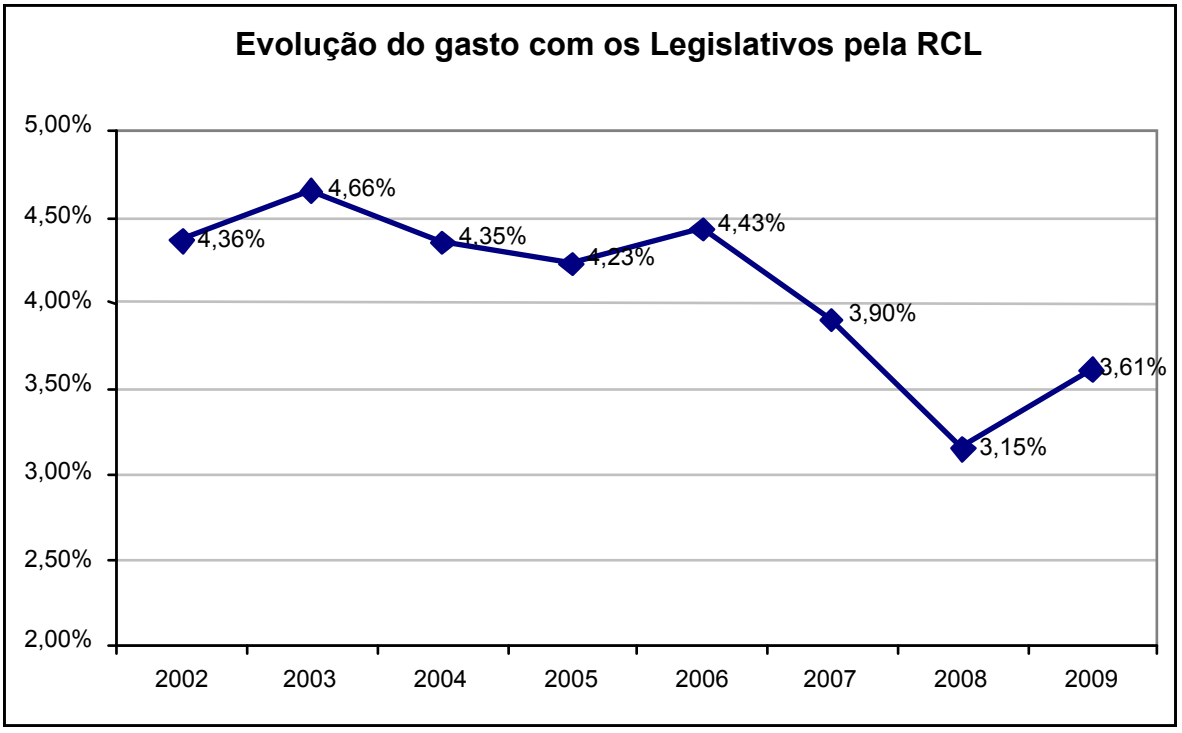
Apesar de não ter sido perguntado sobre o aumento ou a diminuição do número de vereadores, podemos dizer que predominantemente haverá um aumento nesse número, pois, entre os municípios que já alteraram o número de vereadores, quase todos (exceto um, entre os 1.857) aumentaram ou mantiveram o número.

O financiamento do Poder Legislativo local

O artigo 29 – A da Constituição Federal regulamenta o financiamento máximo do Poder Legislativo Municipal, de acordo com uma tabela com a proporção do orçamento municipal em relação ao tamanho da população do Município.

Financiamento das Câmaras de Vereadores		
De	**Até**	**%**
-	100.000	7,0%
100.001	300.000	6,0%
300.001	500.000	5,0%
500.001	3.000.000	4,5%
3.000.001	8.000.000	4,0%
8.000.001	15.000.000	3,5%

Em relação à receita corrente líquida dos Municípios, o gasto com o Legislativo Municipal fica em torno de 4% e deve ocorrer aumento deste gasto em razão do aumento do número de cadeiras de vereadores.





SCRS 505, Bloco C Lote 01 - 3º andar • Brasília • DF • CEP 70350-530 • Tel.: (61) 2101-6000 • Fax: (61) 2101-6008

www.cnm.org.br